EPR Infraestrutura PR S.A.

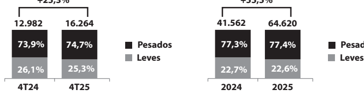
CNPJ nº 51.136.974/0001-38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

São Paulo (SP), **23 de março de 2026** – A EPR Infraestrutura PR S.A. ("Companhia" ou "EPR Infra PR") divulga seus resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **EPR Infraestrutura PR S.A.:** A EPR Infraestrutura PR S.A. é uma sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob categoria "B", constituída em 1º de junho de 2023, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, conjunto 65, sala 22, 6 andar, Bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo - SP. A Companhia e sua controlada (em conjunto denominadas "Grupo") tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais. **EPR Litoral Pioneiro S.A. :** A EPR Litoral Pioneiro S.A. foi constituída em 1º de junho de 2023, tendo por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, composto pelos trechos da BR-153/277/369 e PR-09 2/151/239/407/408/411/508/804/855, denominado Rodovias do Paraná – Lote 2, bem como a exploração de receitas extraordinárias devidamente autorizadas, nos termos, o prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 02/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e no respectivo Contrato de Concessão. O "Contrato n.º 002/2023" foi celebrado em 30 de janeiro de 2024 com a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"). O prazo de concessão é de 30 anos. A Concessionária opera 07 praças de pedágio e 12 Postos de Atendimento ao longo dos 605 quilômetros de extensão do trecho concedido, cruzando 27 municípios, todos no estado do Paraná. **Grupo EPR:** A EPR Participações S.A. ("EPR ou Grupo EPR"), acionista controladora direta da EPR Infra PR, é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A empresa é a consolidação da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfin, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura. O Grupo EPR, por meio da EPR Triângulo, EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Via Mineira, EPR Litoral Pioneiro e EPR Iguaçu (sociedades de propósito específico), administra três concessões estaduais de rodovias e uma concessão federal de rodovias no Estado de Minas Gerais e duas concessões federais de rodovias no Estado do Paraná. Em 23 de outubro de 2025, o Grupo EPR sagrou-se vencedor do leilão da concessão federal do lote 4 do estado do Paraná. **Mensagem do Diretor Presidente:** A EPR Infraestrutura PR é a controladora da concessionária EPR Litoral Pioneiro. Em 2025, a EPR Litoral Pioneiro completou seu primeiro ano de concessão, período marcado por avanços significativos que impactaram diretamente a rotina dos usuários. Além das obras que elevaram o padrão de qualidade das rodovias, os programas sociais e ambientais também geraram benefícios concretos, promovendo segurança viária, bem-estar das comunidades e uma convivência mais segura entre todos os que utilizam a malha concedida. Como resultado do trabalho consistente realizado desde o início das operações, a ANTT autorizou a abertura de duas novas praças de pedágio, localizadas nos municípios de Sengés e Siqueira Campos, após a conclusão e homologação dos serviços iniciais. A entrega desse escopo no início do ano permitiu o avanço para a fase de recuperação, com foco na revitalização do pavimento, na requalificação de passarelas e na conservação contínua das rodovias, garantindo mais conforto, segurança e fluidez aos usuários. Como resultado de todos os investimentos e avanços, em 2025 atingimos uma receita líquida ajustada de R$ 812,0 milhões e margem EBITDA de 78,8%. A Companhia iniciou a arrecadação de pedágio em 23 de março de 2024, e em 2025, o tráfego registrou crescimento de 55% em relação ao ano anterior, refletindo a efetividade das operações e a abertura das novas praças de pedágio, localizadas nos municípios de Sengés e Siqueira Campos, em 14 de março de 2025. Em termos comparáveis, sem considerar as duas novas praças de pedágio, Sengés e Siqueira Campos, o tráfego em 2025 apresentou um crescimento de 6% frente ao ano anterior. Destaque também para a integralização da 2ª série da 1ª emissão de debêntures, no valor de R$ 450 milhões, e a realização da 2ª emissão de debêntures, em série única, no valor de R$ 450 milhões, integralizada em outubro de 2025. Estas captações reforçam o compromisso da Companhia com a expansão, a melhoria e a segurança da rodovia, destinando recursos aos investimentos previstos no contrato de concessão. Ao longo do ano, a EPR Litoral Pioneiro também promoveu uma série de ações sociais e ambientais. Entre elas, destaca-se o projeto Trânsito+, a primeira iniciativa da concessionária voltada especificamente aos ciclistas. O programa abordou temas essenciais, como comportamentos seguros no trânsito e a importância da instalação de sinalizadores luminosos nas bicicletas, contribuindo para uma convivência mais harmoniosa e segura entre todos os usuários das rodovias. Reforçando o compromisso em atuar com responsabilidade social e ambiental e promover segurança viária, em 2025 tivemos a criação do Programa Conviver, iniciativa que tem como objetivo organizar, integrar e ampliar as ações de conscientização já realizadas pela EPR Litoral Pioneiro e pelas demais concessionárias do Grupo. O programa promove a educação para o uso seguro da infraestrutura, incentiva a manutenção preventiva dos veículos e reforça a valorização e preservação da vida, contribuindo diretamente para a segurança de todos que utilizam as rodovias. A EPR Litoral Pioneiro venceu duas categorias no Prêmio ANTT Destaques 2025, na categoria Integridade e na categoria Inovação e Tecnologia, estas conquistas reforçam o compromisso da Companhia em oferecer serviços mais eficientes, mostrando que inovação e segurança podem caminhar juntas, mantendo o diálogo e transparência com a comunidade, autoridades e órgãos sociais. Para 2026, a Companhia seguirá avançando nos trabalhos de recuperação, ampliação e modernização das rodovias. Para isso, já contratou os principais parceiros responsáveis pela execução dos investimentos previstos. Todas as ações serão conduzidas com transparência, integridade, foco na prestação de serviços de excelência e segurança viária, reforçando o papel da EPR Litoral Pioneiro como agente de transformação e desenvolvimento regional. **José Carlos Cassaniga. Destaques de 2025: Operacional e Regulatório:** O Contrato de Concessão da EPR Litoral Pioneiro foi celebrado em 30 de janeiro de 2024 com a ANTT e a data de assunção do sistema rodoviário foi em 28 de fevereiro de 2024. A EPR Litoral Pioneiro buscando seu compromisso com a segurança e excelência na prestação de serviços ao usuário apresentou os seguintes números de atendimentos e inspeções no 4T25 e 4T24 e nos exercícios sociais encerrados em 2025 e 2024.

Atendimentos	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Socorro Médico	2.083	2.115	–1,5%	7.884	5.670	39,0%
Socorro Mecânico	9.364	9.054	3,4%	38.655	26.401	46,4%
Atendimento (pipa + boiadeiro)	1.459	1.348	8,2%	5.566	3.878	43,5%
Inspeções	15.728	15.632	0,6%	53.282	45.270	17,7%
Total	**28.634**	**28.149**	**1,7%**	**105.387**	**81.219**	**29,8%**

Em 23 de março de 2024, a EPR Litoral Pioneiro iniciou a cobrança de pedágio em 5 (cinco) praças, antecipando em 3 meses o início da arrecadação em relação ao prazo regulatório e a prestação de serviços operacionais aos usuários. O atendimento operacional oferece informações sobre as estradas, como eventuais bloqueios, trechos em obras, novas bases de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), o acionamento para eventuais emergências (socorros mecânicos e médicos) e viaturas de inspeção de tráfego. Em 14 de março de 2025, a EPR Litoral Pioneiro iniciou a arrecadação nas praças de pedágio de Sengés (rodovia PR-151, km 185) e Siqueira Campos (rodovia PR-092, km 287), finalizando a abertura de todas as praças da concessão. A abertura dessas praças foi autorizada pela ANTT após a entrega das obras iniciais, que ocorreu em 28 de fevereiro de 2025, conforme previsto no contrato de concessão. Em 28 de agosto de 2025, foi aplicado à Companhia o reajuste tarifário, conforme previsto no contrato de concessão e autorização da ANTT. Desde esta data a nova tarifa média básica de pedágio é de R$ 13,76. **Financeiro:** ***Debêntures*:** A EPR Infraestrutura PR efetuou a amortização total de suas duas emissões de debêntures em 2025. Os pagamentos antecipados foram realizados (i) em relação à 1ª emissão: 31,49% em 10 de fevereiro de 2025, 27,75% em 13 de maio de 2025 e amortização da totalidade das debêntures remanescentes em 16 de junho de 2025; e (ii) em relação à 2ª emissão: 28,23% em 16 de junho de 2025, 38,25% em 08 de setembro de 2025 e amortização da totalidade das debêntures remanescentes em 20 de outubro de 2025. Em 30 de outubro de 2025 e em 05 de novembro de 2025, a controlada EPR Litoral Pioneiro recebeu recursos de R$ 450 milhões referentes à integralização da série única da sua 2ª emissão de debêntures e R$ 450 milhões referentes à integralização da segunda série da sua 1ª emissão de debêntures, respectivamente. A 2ª emissão de debêntures foi realizada nos termos previstos pela escritura da 1ª emissão de debêntures da EPR Litoral Pioneiro e culminará no cancelamento da primeira série da 1ª emissão de debêntures da EPR Litoral Pioneiro. Ambas as emissões de debêntures da EPR Litoral Pioneiro são atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e sobre elas incorrem juros de 7,62% ao ano (no caso da 1ª emissão de debêntures) e 8,20% ao ano (no caso da 2ª emissão de debêntures). Em ambas as emissões, os juros são pagos semestralmente, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2026 e 15 de março de 2049, data de vencimento das debêntures. O principal será amortizado em 37 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela em 17 de março de 2031 e a última na data de vencimento das debêntures, conforme curva customizada de amortização prevista nas escrituras de emissão. ***Capital Social e Reserva de Capital*:** Em 13 de fevereiro de 2025, foi integralizado o montante de R$ 260 milhões na Companhia via recebimento de recursos financeiros dos seus acionistas, na qual 99% foram destinados para a reserva de capital e o restante foi destinado ao capital social, resultando na integralização total do capital social subscrito. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de capital social e de reserva de capital da Companhia foram de R$ 5,1 milhões e R$ 508,1 milhões respectivamente. ***Investimentos em Controladas*:** Em 14 e 17 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou, via envio de recursos financeiros à EPR Litoral Pioneiro, integralizações de capital social nos valores de R$ 20 milhões e R$ 499,3 milhões, respectivamente. Ao longo de 2025, a Companhia recebeu da sua controlada EPR Litoral Pioneiro R$ 511,3 milhões a título de dividendos e juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de investimentos da Companhia em sua controlada EPR Litoral Pioneiro foi de R$ 1.200,455 milhões. **Econômico-Financeiros:** A receita bruta com serviços prestados da Companhia foi de R$ 889,4 milhões em 2025 e R$ 231,1 milhões no 4T25. A receita líquida ajustada[1] no exercício social encerrado em 2025 foi de R$ 811,9 milhões e R$ 210,6 milhões no 4T25. O tráfego em 2025 foi de 64,6 milhões de eixos equivalentes[2] e 16,3 milhões no 4T25. O EBITDA de 2025 foi de R$ 639,5 milhões (margem EBITDA 78,8%) e R$ 156,4 milhões no 4T25 (margem EBITDA 74,2%). No exercício de 2025, a EPR Litoral Pioneiro, controlada da Companhia responsável pela concessão, desembolsou R$ 484 milhões em investimentos, com destaque para obras de Trabalhos Iniciais e de Recuperação, conforme o Programa de Exploração da Rodovia (PER). **Programa de Integridade EPR:** A EPR Infraestrutura PR e a EPR Litoral Pioneiro estão sujeitas às disposições do Código de Conduta e da Política de Integridade e Combate a Corrupção e ao Suborno de sua controladora, a EPR, que compõe, junto com suas controladas, o Grupo EPR ("Grupo EPR" e "Políticas", respectivamente). A EPR ressalta ainda que, foram revisadas, criadas e lançadas a partir de abril de 2024 as seguintes políticas e Diretrizes de integridade, que estão vigentes: (i) Política de Integridade e Combate à Corrupção e ao Suborno; (ii) Política de Cumprimento do Código de Conduta; (iii) Política de Transação com Partes Relacionadas; (iv) Política do Canal de Ética, Não Retaliação e Gestão de Consequências; (v) Política de Conflito de Interesses; (vi) Política de Brindes Presentes Entretenimento e Hospitalidades; (vii) Política de Doações Contribuições e Patrocínio; (viii) Política de Relacionamento com o Poder Público; (ix) Política de Comportamentos e Atividades Político-eleitorais; (x) Política de Auditoria Interna; (xi) Política de Alçadas; (xii) Política de Proteção de Dados; (xiii)Diretriz Corporativa de Investigação de Denúncias; (xiv)Diretriz Corporativa de Doações, Patrocinio, Parceria Sociais, Acordos de Cooperação e Convênio; (xv) Diretriz Corporativa do Monitoramento do Programa de Integridade; (xvi) Diretriz Corporativa Avaliação de Riscos de Corrupção, Suborno e Controles Internos; e (xvii) Diretriz Corporativa de Avaliação de Riscos de Parceiros de Negócios. As referidas Políticas e Diretrizes visam prevenir, detectar e remediar irregularidades, de modo a reduzir os riscos de violação à legislação anticorrupção e antissuborno aos quais está sujeita no âmbito de seus negócios, e foram elaboradas com base nas diretrizes previstas na legislação de anticorrupção brasileira, dentre elas a Lei n.º 12.846, de 2013 e Decreto n.º 11.129, de 2022 (que revogou o antigo Decreto n.º 8.420, de 2015) bem como em melhores práticas de mercado nacionais e internacionais. Como parte do aprimoramento do Programa de Integridade, o Conselho de Administração melhorou mecanismos de controle e de estrutura de governança corporativa adotando as seguintes medidas: (i) criação da gerência de integridade e auditoria interna, em linha de reporte para a presidência do Grupo EPR; (ii) contratação de consultoria para auditorias internas; (iii) aprovação das políticas de integridade e do código de conduta ética. Foram estabelecidos processos para gestão de *onboarding* de fornecedores, o qual se tornou um fator decisivo em suas relações comerciais, bem como para Doação e Patrocínios realizados pela Companhia. A área revisou e incluiu cláusulas anticorrupção e de integridade, também com foco em responsabilidade socioambiental, em todos os contratos firmados com Parceiros de Negócio. O Programa de Integridade tem como objetivo facilitar a compreensão e conhecimento pelos administradores e colaboradores de suas diretrizes, orientar e analisar para que os objetivos estejam alinhados aos pontos estratégicos do Grupo EPR, por meio de suas atividades de monitoramento e controles e submeter à análise crítica periódica da alta direção e órgão diretivo. Ademais, disseminar as políticas e procedimentos, por meio de plano de conscientização com treinamentos e comunicados realizados periodicamente, recomendar a mitigação adequada às condutas contrárias das determinações do Programa de Integridade. O Grupo EPR possui um Canal de Ética, imparcial, administrado por empresa terceira, disponível 24h, sete dias por semana, podendo ser acessado por colaboradores e terceiros, com garantia do anonimato e sigilo, para a sua condução a área de Integridade conduz, gerencia e trata os relatos recebidos, além de deliberar os temas em Comitê Executivo de Integridade e Ética da EPR. **Sustentabilidade:** ***Comitê Socioambiental*:** A EPR Litoral Pioneiro realizou, ao longo de 2025, o acompanhamento dos projetos incentivados em 2024. Por meio do Comitê Socioambiental, foram realizadas visitas técnicas aos cinco projetos sociais apoiados e, de forma especial, foi promovida uma ação de Natal no Hospital Cajuru. O Comitê Socioambiental também conduziu o processo de seleção e aprovação de onze projetos, distribuídos da seguinte forma: três projetos de incentivo à cultura, três projetos de incentivo ao esporte, um projeto vinculado ao Fundo da Pessoa Idosa, três projetos relacionados ao Fundo da Criança e do Adolescente e um projeto voltado ao apoio oncológico. A EPR Litoral Pioneiro manteve sua participação ativa no Programa Na Mão Certa (PNMC). No âmbito do Grupo EPR, houve avanço para a categoria Mantenedor Prata, reconhecimento que evidencia o fortalecimento das ações de enfrentamento à exploração de crianças e adolescentes. Essa conquista foi oficialmente conferida em novembro de 2025, durante o encontro anual do programa. Nessa mesma frente de atuação, a EPR Litoral Pioneiro integrou, de maneira destacada, o Projeto Coalizão Paranaguá, iniciativa conduzida em parceria com o setor público e empresas da região portuária para o combate à exploração infantil na região de Paranaguá/PR. ***Programas ambientais e sociais*:** O contrato de concessão estabelece o desenvolvimento do Programa Carbono Zero, que prevê a neutralização das emissões provenientes das atividades de operação do sistema rodoviário. Em 2025, a EPR Litoral Pioneiro concluiu o primeiro inventário de emissões referente ao seu ano inicial de concessão, o qual foi auditado e certificado por um verificador independente. Como marco desse processo, a gestão de emissões da concessionária foi reconhecida pelo Programa Selo Clima Paraná, iniciativa da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável que destaca organizações com boas práticas ambientais no território paranaense. No âmbito da resiliência climática, em 2025 a EPR Litoral Pioneiro desenvolveu o projeto inovador "Sistema de Alerta de Perigo de Incêndios Florestais para Rodovias", voltado à identificação antecipada de focos de incêndio, geração de fumaça ou condições de neblina que possam representar risco ambiental e comprometer a segurança viária. O sistema foi instalado no km 76 da BR277, no município de São José dos Pinhais, e recebeu reconhecimento da ANTT ao ser indicado como finalista do Prêmio ANTT 2025, na categoria Sustentabilidade Ambiental. A Companhia atua para garantir o atendimento aos Padrões de Desempenho (PDs) da International Finance Corporation (IFC), fortalecendo ainda mais suas práticas de sustentabilidade e responsabilidade social. Um dos marcos de 2025 foi a realização da primeira auditoria independente de verificação de conformidade com os PDs da IFC. Nesse processo, a empresa verificadora contratada, atestou o atendimento da concessionária a todos os Padrões aplicáveis à etapa atual do projeto. Em 2025, a EPR Litoral Pioneiro concluiu o processo de implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI), após 20 meses de trabalho, com uma antecipação de quatro meses em relação ao prazo contratual estabelecido com a ANTT. Após a realização da auditoria externa, a TECPAR Cert recomendou a certificação da concessionária nos seguintes sistemas de gestão: · Sistema de Gestão da Qualidade – ISO 9001 · Sistema de Gestão Ambiental – ISO 14001 · Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho – ISO 45001 · Sistema de Gestão de Segurança Viária – ISO 39001 Essa recomendação confirma que a concessionária atende plenamente aos requisitos de todas essas normas internacionais, reforçando seu compromisso com a qualidade, a sustentabilidade, a segurança viária e a saúde e segurança ocupacional. ***Programa Conviver*:** Destaque também para o Programa Conviver, iniciativa do Grupo EPR que busca estimular comportamentos seguros e corresponsáveis entre motoristas, pedestres, ciclistas, motociclistas e comunidades vizinhas às rodovias. O programa promove a educação para o uso seguro da infraestrutura, incentiva a manutenção preventiva dos veículos e reforça a valorização e preservação da vida, contribuindo diretamente para a segurança de todos que utilizam as rodovias. ***Autorizações ambientais*:** O ano de 2025 também foi marcado pela emissão de importantes autorizações ambientais necessárias para a implantação das obras de ampliação de capacidade previstas para o terceiro ano da concessão. Destacamse as Licenças Ambientais Simplificadas (LAS) das rodovias BR153 e BR277, além da emissão da Licença Prévia (LP) para intervenções na BR369. Esses avanços representam etapas essenciais para o cumprimento do cronograma de investimentos e reforçam o compromisso da concessionária com a conformidade ambiental e o desenvolvimento sustentável. ***Recursos Humanos*:** Em 2025, a EPR Litoral Pioneiro registrou 585 empregos diretos na região da concessão. O grupo EPR criou um canal de vagas que divulga as oportunidades abertas e possibilita os interessados a cadastrar seu currículo e enviar a candidatura. O canal apresenta os valores do grupo que são baseados em ética, respeito, transparência e colaboração. A EPR valoriza a inclusão e acredita no potencial de cada pessoa, por isso, está comprometida em construir um ambiente de trabalho cada vez mais diverso. ***Desenvolvimento econômico dos municípios*:** A EPR Litoral Pioneiro, no ano de 2025, repassou R$ 44,8 milhões em Imposto Sobre Serviços (ISS) aos 27 municípios que compõem a malha sob sua administração. Cada município poderá destinar a arrecadação para investir em diversas áreas, tais como: saúde, educação e infraestrutura. **Desempenho: Tráfego:** O tráfego acumulado no exercício social findo em 2025 foi de 64,6 milhões de eixos equivalentes, sendo 14,6 milhões de veículos leves e 50,0 milhões de veículos pesados.



Em 14 de fevereiro de 2025, a EPR Litoral Pioneiro iniciou a arrecadação em duas novas praças de pedágio, localizadas em Sengés e Siqueira Campos. Segue abaixo o comparativo do tráfego entre o 4T25 e 4T24 e os exercícios sociais de 2025 e 2024:

Tráfego em milhares de eixos equivalentes	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Leves	4.111	3.384	21,5%	14.587	9.435	54,6%
Pesados	12.152	9.598	26,6%	50.033	32.127	55,7%
Total	**16.264**	**12.982**	**25,3%**	**64.620**	**41.562**	**55,5%**

Tarifa Média: A tarifa média líquida (receita líquida ajustada sobre eixos equivalentes) no período findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 13,76. Em 28 de agosto de 2025, foi aplicado à EPR Litoral Pioneiroo reajuste tarifário, conforme previsto no contrato de concessão e autorização da ANTT. A nova tarifa média básica de pedágio será no valor de R$ 13,07 (R$ 12,70 em 31 de dezembro de 2024). **Receita:** A cobrança de pedágio iniciou-se em 23 de março de 2024 nas cinco praças já existentes, e em 14 de fevereiro de 2025 a EPR Litoral Pioneiro iniciou a arrecadação em duas novas praças de pedágio, localizadas em Sengés e Siqueira Campos.

Receita (R$ mil)	2025	2024
Receita Bruta	**1.350.489**	**1.033.392**
Receita de serviços prestados	889.388	577.649
Receita de serviços de construção	460.790	455.677
Receitas acessórias	311	66
Imposto sobre receitas operacionais	(77.736)	(50.077)
Receita Líquida	**1.272.753**	**983.315**
Receita de serviços de construção	(460.790)	(455.677)
Receita Líquida Ajustada	**811.963**	**527.638**

A receita com serviços prestados foi de R$ 889,4 milhões em 2025. A receita líquida totalizou R$ 1,3 bilhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e a receita líquida ajustada (excluindo a receita com serviços de construção) totalizou R$ 812,0 milhões. No exercício de 2025, 82,9% (69,5% em 2024) da arrecadação foi pela modalidade automática (AVI).

Custos e Despesas Operacionais:

Custos e Despesas Operacionais (R$ mil)	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Custo de serviços de construção	–	–	(460.790)	(455.677)
Serviços de terceiros	(622)	(736)	(83.376)	(27.831)
Com pessoal	–	–	(42.219)	(33.564)
Depreciação e amortização	(364)	–	(27.437)	(12.160)
Custo da concessão	–	–	(20.690)	(18.390)
Combustíveis e lubrificantes	(1)	–	(6.533)	(5.313)
Seguros e garantias	–	–	(6.217)	(5.335)
Aluguéis	–	–	(1.341)	(3.493)
Perdas de arrecadação	–	–	(343)	(196)
Contribuições e doações			(5.862)	(1.674)
Outros	(1)	(15)	(14.703)	(11.832)
Custos e Despesas Operacionais	**(988)**	**(751)**	**(669.511)**	**(575.465)**

No exercício de 2025 os custos de serviços de construção foram de R$ 460,8 milhões de um total de R$ 669,5 milhões, representando 68,8 % do total de custos e despesas operacionais. O aumento dos custos e despesas em 2025, em comparação a 2024, decorre principalmente do aumento dos gastos com serviços de terceiros, incluindo contratações para atendimento préhospitalar, serviços de guincho, conservação e serviços compartilhados, além do crescimento das despesas com pessoal, resultante do aumento na folha de pagamento, e dos maiores custos relacionados à infraestrutura e à operação da Companhia e da sua controlada. **EBITDA:** O EBITDA Consolidado totalizou R$ 639,5 milhões em 31 de dezembro de 2025, com margem EBITDA ajustada de 78,8%.

EBITDA (R$ mil)	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita líquida	–	–	1.272.753	983.315
Receita de construção	–	–	(460.790)	(455.677)
Receita Líquida Ajustada	–	–	811.963	527.638
Custos operacionais	–	–	(603.707)	(540.193)
Despesas operacionais	(988)	(751)	(65.804)	(35.272)
Outras receitas e despesas	–	–	8.866	5.708
Custos de construção	–	–	460.790	455.677
Custos Operacionais (s/ custos de construção)	(988)	(751)	(199.855)	(114.080)
Equivalência patrimonial	454.203	307.785	–	–
EBIT	**453.215**	**307.034**	**612.108**	**413.558**
Depreciação e amortização	364	–	27.437	12.160
EBITDA	**453.579**	**307.034**	**639.545**	**425.718**
Margem EBITDA	*0,0%*	*0,0%*	*78,8%*	*80,7%*

Conforme a Resolução CVM nº156, de 23 de junho de 2022, segue abaixo a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA:

EBITDA (R$ mil)	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro Líquido do exercício	**429.999**	**280.075**	**429.999**	**280.075**
(+) IR e CS – correntes e diferidos	6.476	2.956	210.984	147.044
(+) Resultado financeiro	16.740	24.003	(28.875)	(13.561)
(+) Depreciação e amortização	364	–	27.437	12.160
EBITDA	**453.579**	**307.034**	**639.545**	**425.718**

Resultado Financeiro:

Resultado Financeiro (R$ mil)	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receitas Financeiras				
Aplicações financeiras	1.568	1	78.928	46.475
Atualização monetária de impostos	–	–	2.446	–
Outras receitas	–	–	106	38
Despesas Financeiras				
Impostos sobre receitas financeiras	(4.241)	(2.421)	(7.990)	(4.589)
Encargos financeiros	–	–	(6.075)	(631)
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	–	–	(6.125)	(5.374)
Amortização dos custos de captação de debêntures	(9.638)	(1.112)	(10.007)	(1.112)
Atualização monetária sobre debêntures	–	–	(3.577)	–
Juros sobre debêntures	(4.208)	(20.303)	(15.218)	(20.303)
Outras despesas financeiras	(221)	(168)	(3.613)	(943)
Resultado Financeiro	**(16.740)**	**(24.003)**	**28.875**	**13.561**

O resultado financeiro líquido na Controladora foi de -R$ 16,7 milhões em 31 de dezembro de 2025 e R$ 28,9 milhões no Consolidado. O resultado na Controladora representa os juros das debêntures captadas e amortização dos custos de captação. O resultado no Consolidado é representado pelo incremento de rendimentos sobre aplicações financeiras, dado a maior disponibilidade de saldo de caixa aplicado, subtraídos pelos juros das debêntures captadas. O saldo de aplicações financeiras vem sendo consumido no pagamento das obras de atendimento ao PER.

Endividamento

Endividamento (R$ mil)	Quantidade	Taxas Contratuais	Vencimento	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
1ª emissão							
série única	250.000	CDI+2,75%	dez–26	–	188.559	–	188.559
1ª emissão							
2ª série	450.000	IPCA+7,6201%	mar–49	–	–	456.787	–
2ª emissão							
série única	450.000	IPCA+8,2030%	mar–49	–	–	457.800	–
Total Debêntures				**–**	**188.559**	**914.587**	**188.559**
Arrendamento mercantil				–	–	46.320	51.493
Caixa e equivalentes de caixa				**(2.445)**	**(79)**	**(938.053)**	**(365.807)**
Dívida Líquida				**(2.445)**	**188.480**	**22.854**	**(125.755)**

A EPR Infraestrutura PR possui saldo de dívida líquida consolidada de R$ 22,9 milhões em 31 de dezembro de 2025, como resultado do recebimento da 2ª série da 1ª emissão de debêntures da controlada Litoral Pioneiro, no valor de R$ 450.000 mil e pela 2ª emissão de debêntures da controlada Litoral Pioneiro, no montante de R$ 450.000 mil. **Lucro Líquido:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um lucro líquido de R$ 430,0 milhões no Consolidado. **Governança Corporativa: Conselho de Administração:** O Conselho de Administração tem como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; eleger e destituir membros da Diretoria; convocar assembleia geral ordinária e extraordinária; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; entre outras atribuições. **Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accouting Standards Board (IASB). **Relacionamento com a Auditoria Externa:** A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços além revisões das Informações Trimestrais dos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025 e da auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 , que possam levar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos serviços de auditoria prestados. **Declaração da Administração:** A Administração da EPR Infraestrutura PR S.A. declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nª 80 de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou i) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e (ii) com o conteúdo e conclusão expressos no relatório dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras relativas ao período entre 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Demonstração de Resultado

Demonstração do resultado (em R$ mil)	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita operacional líquida	–	–	1.272.753	983.315
Custos dos serviços prestados	–	–	(603.707)	(540.193)
Lucro bruto	**–**	**–**	**669.046**	**443.122**
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(988)	(751)	(65.804)	(35.272)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	–	–	8.866	5.708
Equivalência patrimonial	454.203	307.785	–	–
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**453.215**	**307.034**	**612.108**	**413.558**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	1.568	1	81.480	46.513
Despesas financeiras	(18.308)	(24.004)	(52.605)	(32.952)
Lucro operacional antes do IRPJ e da CSLL	**436.475**	**283.031**	**640.983**	**427.119**
IRPJ e CSLL				
Correntes	(445)	–	(176.872)	(145.503)
Diferidos	(6.031)	(2.956)	(34.112)	(1.541)
Lucro líquido do período	**429.999**	**280.075**	**429.999**	**280.075**
Lucro por ação básico e diluído – R$	**1,0504**	**1,0248**	**1,0504**	**1,0248**

Balanço Patrimonial

Ativo	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.445	79	938.053	365.807
Aplicações financeiras	–	–	198.333	–
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	12.615	–
Contas a receber	–	–	59.405	37.448
Valores a receber do poder concedente	–	–	819	–
Recursos vinculados	–	–	819	–
Partes relacionadas	–	–	–	1.950
Impostos a recuperar	1.077	3.964	6.310	13.687
Adiantamentos a fornecedores	11	–	1.353	22.593
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	99.473	–	–
Outros ativos	11	–	2.020	310
Total do ativo circulante	**3.544**	**103.516**	**1.219.727**	**441.795**
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	25.442	–
Valores a receber do poder concedente	–	–	–	5.695
Partes relacionadas	–	–	4.628	–
Recursos vinculados	–	–	34.188	18.139
Impostos a recuperar	9.852	–	11.161	–
Custos de captação de dívida antecipados	–	–	53.239	–
Depósitos judiciais	–	–	19.140	14
IRPJ e CSLL diferidos		–	–	1.415
Outros ativos	–	–	274	–
Realizável a longo prazo	**9.852**	**–**	**148.072**	**25.263**
Investimento	1.200.455	620.135	–	–
Direito de uso em arrendamento	–	–	42.070	49.303
Imobilizado	–	–	7.923	5.627
Infraestrutura em construção	–	–	285.582	369.655
Intangível	–	–	659.914	114.749
Total do ativo não circulante	**1.210.307**	**620.135**	**1.143.561**	**564.597**
Total do ativo	**1.213.851**	**723.651**	**2.363.288**	**1.006.392**

Passivo	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante				
Fornecedores	163	129	100.290	146.475
Debêntures	–	23.455	9.454	23.455
Arrendamento mercantil a pagar	–	–	13.741	11.086

continua

[1] Receita líquida ajustada desconsidera a receita de construção

[2] Eixos equivalentes: refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

EPR Infraestrutura PR S.A.

Passivo	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Obrigações sociais	–	–	10.696	7.665
Obrigações fiscais	9	2.430	19.692	55.822
Partes relacionadas	14	1.525	10.143	2.454
Credores pela concessão	–	–	4.116	4.863
Dividendos a pagar	368.292	–	368.292	–
Outros passivos	–	–	54	–
Total do passivo circulante	**368.478**	**27.539**	**536.478**	**251.820**
Não circulante				
Debêntures	–	162.893	868.978	162.893
Arrendamento mercantil a pagar	–	–	32.579	40.407
Credores pela concessão	–	–	34.192	18.008
Dividendos a pagar	–	69.126	–	69.126
IRPJ e CSLL diferidos	8.987	2.957	35.653	2.957
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	–	–	19.022	45
Total do passivo não circulante	**8.987**	**234.976**	**990.424**	**293.436**
Total do passivo	**377.465**	**262.515**	**1.526.902**	**545.256**
Capital social	5.133	2.533	5.133	2.533
Reserva de capital	508.117	250.717	508.117	250.717
Reserva legal	1.026	507	1.026	507
Reserva de lucros	322.110	207.379	322.110	207.379
Total do patrimônio líquido	**836.386**	**461.136**	**836.386**	**461.136**
Total dos passivos e patrimônio líquido	**1.213.851**	**723.651**	**2.363.288**	**1.006.392**

Demonstração de Fluxo de Caixa

Demonstração de fluxo de caixa (em R$ mil)	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos	436.475	283.031	640.983	427.119
Ajustes de:				
Equivalência patrimonial	(454.203)	(307.785)	–	–
Juros e variações monetárias de debêntures	4.208	20.303	18.795	20.303
Amortização do custo de captação de debêntures	9.638	1.112	10.007	1.112
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	–	–	6.125	5.374
Rendimento de aplicações financeiras	–	–	(5.908)	–
Atualização monetária de impostos	–	–	(2.446)	–
Depreciação e amortização	364	–	27.437	12.160
Provisão de recursos vinculados	–	–	27.017	17.858
Provisão para participação nos lucros	–	–	3.514	3.696
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	–	–	(2)	45
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	–	–	(6)	–
Resultado na baixa de ativos intangíveis	–	–	22	–
Perdas de arrecadação			343	196
Redução (aumento) dos ativos operacionais:				
Contas a receber	–	–	(22.300)	(37.644)
Valores a receber do poder concedente	–	–	(8.715)	(5.695)
Partes relacionadas	–	–	(2.678)	(1.950)
Impostos a recuperar	(208)	–	(7.134)	(9.216)
Adiantamentos a fornecedores	(11)	–	21.240	(22.536)
Depósitos judiciais	–	–	(19.126)	(14)
Outros ativos	(13)	–	(1.986)	(310)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	34	128	11.224	9.224
Obrigações sociais	(2.562)	–	(3.045)	3.940
Obrigações fiscais	–	2.430	3.121	10.282
Partes relacionadas	(1.511)	1.464	2.127	(3.357)
Credores pela concessão	–	–	(1.566)	4.863
Outros passivos			54	
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(7.789)**	**683**	**697.097**	**435.450**
Pagamento de IRPJ e CSLL	(304)	–	(207.764)	(104.974)
Pagamento de juros sobre debêntures	(54.537)	(10.474)	(54.537)	(10.474)
Pagamento de arrendamento mercantil – juros	–		(6.125)	
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(62.630)**	**(9.791)**	**428.671**	**320.002**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento de capital social em controlada	(519.345)	–	–	–
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	511.301	96.535	–	–
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	–	–	(479.440)	(305.759)
Aquisições de itens de intangível	–	–	(998)	(9.942)
Aquisições de itens de imobilizado	–	–	(3.561)	(5.955)
Aplicações financeiras	–	–	(230.483)	–
Recursos vinculados	–	–	(13.291)	(17.989)
Caixa líquido (gerado pelas) utilizado nas atividades de investimento	**(8.044)**	**96.535**	**(727.773)**	**(339.645)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital social e reserva de capital	260.000	–	260.000	–
Captação de debêntures	260.000	–	1.160.000	–
Custos de captação de debêntures	(7.427)	(757)	(97.189)	(757)
Pagamento de debêntures – principal	(423.950)	(86.051)	(423.950)	(86.051)
Pagamento de arrendamento mercantil – principal	–	–	(11.930)	(13.065)
Dividendos pagos	(15.583)	–	(15.583)	–
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**73.040**	**(86.808)**	**871.348**	**(99.873)**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	2.366	(64)	572.246	(119.516)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	79	143	365.807	485.323
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**2.445**	**79**	**938.053**	**365.807**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativos	NE	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.445	79	938.053	365.807
Aplicações financeiras	5	–	–	198.333	–
Aplicações financeiras vinculadas	6	–	–	12.615	–
Contas a receber	7	–	–	59.405	37.448
Valores a receber do poder concedente	8	–	–	819	–
Recursos vinculados	12	–	–	819	–
Partes relacionadas	20	–	–	–	1.950
Impostos a recuperar	10	1.077	3.964	6.310	13.687
Adiantamentos a fornecedores	9	11	–	1.353	22.593
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	20	–	99.473	–	–
Outros ativos		11	–	2.020	310
Total dos ativos circulantes		**3.544**	**103.516**	**1.219.727**	**441.795**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras vinculadas	6	–	–	25.442	–
Valores a receber do poder concedente	8	–	–	–	5.695
Partes relacionadas	20	–	–	4.628	–
Recursos vinculados	12	–	–	34.188	18.139
Impostos a recuperar	10	9.852	–	11.161	–
Custos de captação de dívida antecipados	11	–	–	53.239	–
Depósitos judiciais	13	–	–	19.140	14
IRPJ e CSLL diferidos	14	–	–	–	1.415
Outros ativos		–	–	274	–
Total do realizável a longo prazo		**9.852**	**–**	**148.072**	**25.263**
Investimento	15	1.200.455	620.135	–	–
Direito de uso em arrendamento	16	–	–	42.070	49.303
Imobilizado	17	–	–	7.923	5.627
Infraestrutura em construção	18	–	–	285.582	369.655
Intangível	19	–	–	659.914	114.749
		1.200.455	**620.135**	**995.489**	**539.334**
Total dos ativos não circulantes		**1.210.307**	**620.135**	**1.143.561**	**564.597**
Total dos ativos		**1.213.851**	**723.651**	**2.363.288**	**1.006.392**

Passivos e patrimônio líquido	NE	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
CIRCULANTE					
Fornecedores	21	163	129	100.290	146.475
Debêntures	22	–	23.455	9.454	23.455
Arrendamento mercantil a pagar	16	–	–	13.741	11.086
Obrigações sociais	23	–	–	10.696	7.665
Obrigações fiscais	24	9	2.430	19.692	55.822
Partes relacionadas	20	14	1.525	10.143	2.454
Credores pela concessão	25	–	–	4.116	4.863
Dividendos a pagar	20	368.292	–	368.292	–
Outros passivos		–	–	54	–
Total dos passivos circulantes		**368.478**	**27.539**	**536.478**	**251.820**
Não circulante					
Debêntures	22	–	162.893	868.978	162.893
Arrendamento mercantil a pagar	16	–	–	32.579	40.407
Credores pela concessão	25	–	–	34.192	18.008
Dividendos a pagar	20	–	69.126	–	69.126
IRPJ e CSLL diferidos	14	8.987	2.957	35.653	2.957
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	26	–	–	19.022	45
Total dos passivos não circulantes		**8.987**	**234.976**	**990.424**	**293.436**
Total dos passivos		**377.465**	**262.515**	**1.526.902**	**545.256**
Patrimônio líquido	27				
Capital social		5.133	2.533	5.133	2.533
Reserva de capital		508.117	250.717	508.117	250.717
Reserva legal		1.026	507	1.026	507
Reserva de lucros		322.110	207.379	322.110	207.379
Total do patrimônio líquido		**836.386**	**461.136**	**836.386**	**461.136**
Total dos passivos e patrimônio líquido		**1.213.851**	**723.651**	**2.363.288**	**1.006.392**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	NE	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024		**5.133**	**(2.600)**	**2.533**	**250.717**	**–**	**–**	**–**	**(3.063)**	**250.187**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	280.075	280.075
Destinações do lucro do exercício										
Constituição de reserva legal	27	–	–	–	–	507	–	–	(507)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	27	–	–	–	–	–	–	–	(69.126)	(69.126)
Constituição de reserva de lucros	27	–	–	–	–	–	207.379	–	(207.379)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**5.133**	**(2.600)**	**2.533**	**250.717**	**507**	**207.379**	**–**	**–**	**461.136**
Integralização de capital social	27	–	2.600	2.600	–	–	–	–	–	2.600
Aumento de reserva de capital	27	–	–	–	257.400	–	–	–	–	257.400
Constituição de reserva de lucros a realizar	27	–	–	–	–	–	(207.379)	207.379	–	–
Incorporação de dividendos a pagar	27	–	–	–	–	–	–	69.127	–	69.127
Distribuição de dividendos	27	–	–	–	–	–	–	(276.506)	–	(276.506)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	429.999	429.999
Destinações do lucro do exercício:										
Constituição de reserva legal	27	–	–	–	–	519	–	–	(519)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	27	–	–	–	–	–	–	–	(107.370)	(107.370)
Constituição de reserva de lucros	27	–	–	–	–	–	322.110	–	(322.110)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**5.133**	**–**	**5.133**	**508.117**	**1.026**	**322.110**	**–**	**–**	**836.386**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	NE	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita operacional líquida	28	–	–	1.272.753	983.315
Custo dos serviços prestados	29	–	–	(603.707)	(540.193)
Lucro bruto		**–**	**–**	**669.046**	**443.122**
Despesas gerais e administrativas	29	(988)	(751)	(65.804)	(35.272)
Outras receitas e despesas	31	–	–	8.866	5.708
Equivalência patrimonial	15	454.203	307.785	–	–
Lucro operacional		**453.215**	**307.034**	**612.108**	**413.558**
Receitas financeiras	30	1.568	1	81.480	46.513
Despesas financeiras	30	(18.308)	(24.004)	(52.605)	(32.952)
Resultado financeiro		**(16.740)**	**(24.003)**	**28.875**	**13.561**
Lucro operacional antes dos impostos		**436.475**	**283.031**	**640.983**	**427.119**
IRPJ e CSLL		**(6.476)**	**(2.956)**	**(210.984)**	**(147.044)**
Correntes	14	(445)	–	(176.872)	(145.503)
Diferidos	14	(6.031)	(2.956)	(34.112)	(1.541)
Lucro líquido do exercício		**429.999**	**280.075**	**429.999**	**280.075**
Resultado por ação básico e diluído – R$	32	**1,0504**	**1,0248**	**1,0504**	**1,0248**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	429.999	280.075	429.999	280.075
Resultado abrangente do exercício	**429.999**	**280.075**	**429.999**	**280.075**

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	NE	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receitas					
Receita de serviços prestados	28	–	–	889.388	577.649
Receita de serviços de construção	28	–	–	460.790	455.677
Desconto de usuário frequente	8 e 31	–	–	8.715	5.695
Receitas acessórias	29	–	–	311	66
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	31	–	–	6	–
Outras receitas	31			145	13
		–	**–**	**1.359.355**	**1.039.100**
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos serviços prestados		–	–	(55.766)	(25.774)
Custo de serviços de construção	29	–	–	(460.790)	(455.677)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(623)	(736)	(44.926)	(14.151)
Custo da concessão	29	–	–	(20.690)	(18.390)
Outros custos		(2)	(15)	(18.074)	(12.653)
		(625)	**(751)**	**(600.246)**	**(526.645)**
Valor adicionado bruto		**(625)**	**(751)**	**759.109**	**512.455**
Depreciação e amortização	29	(364)	–	(27.437)	(12.160)
Valor adicionado líquido produzido (retido)		**(989)**	**(751)**	**731.672**	**500.295**
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial	15	454.203	307.785	–	–
Receitas financeiras	30	1.568	1	81.480	46.513
		455.771	**307.786**	**81.480**	**46.513**
Valor adicionado total a distribuir		**454.782**	**307.035**	**813.152**	**546.808**
Distribuição do valor adicionado		**454.782**	**307.035**	**813.152**	**546.808**
Pessoal e encargos:		**–**	**–**	**40.487**	**33.022**
Remuneração direta		–	–	30.371	26.079
Benefícios		–	–	8.155	5.575
FGTS		–	–	1.961	1.368
Impostos, taxas e contribuições:		**6.479**	**2.956**	**289.048**	**197.248**
Federais (incluindo IOF)		6.479	2.956	244.246	168.706
Municipais		–	–	44.802	28.542
Remuneração de capitais de terceiros:		**448.303**	**304.079**	**483.617**	**316.538**
Juros sobre debêntures	30	4.208	20.303	18.795	20.303
Aluguéis	29	–	–	1.341	3.493
Outras despesas financeiras		14.096	3.701	33.482	12.521
Dividendos e juros sobre capital próprio	27	106.855	69.126	106.855	69.126
Lucros retidos	27	323.144	210.949	323.144	210.949

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	NE	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos		436.475	283.031	640.983	427.119
Ajustes de:					
Equivalência patrimonial	15	(454.203)	(307.785)	–	–
Juros e variação monetária de debêntures	30	4.208	20.303	18.795	20.303
Amortização do custo de captação de debêntures	30	9.638	1.112	10.007	1.112
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	30	–	–	6.125	5.374
Rendimento de aplicações financeiras		–	–	(5.908)	–
Atualização monetária de impostos	30	–	–	(2.446)	
Depreciação e amortização	30	364	–	27.437	12.160
Provisão de recursos vinculados	25	–	–	27.017	17.858
Provisão para participação nos lucros		–	–	3.514	3.696
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	26	–	–	(2)	45
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	31	–	–	(6)	–
Resultado na baixa de ativos intangíveis	19	–	–	22	–
Perdas de arrecadação	29	–	–	343	196
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber	7 e 29	–	–	(22.300)	(37.644)
Valores a receber do poder concedente	8	–	–	(8.715)	(5.695)
Partes relacionadas	20	–	–	(2.678)	(1.950)
Impostos a recuperar		(208)	–	(7.134)	(9.216)
Adiantamentos a fornecedores	9	(11)	–	21.240	(22.536)
Depósitos judiciais	13	–	–	(19.126)	(14)
Outros ativos		(13)	–	(1.986)	(310)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores	21 e 36	34	128	11.224	9.224
Obrigações sociais		(2.562)	–	(3.045)	3.940
Obrigações fiscais		–	2.430	3.121	10.282
Partes relacionadas	20 e 36	(1.511)	1.464	2.127	(3.357)
Credores pela concessão	25	–	–	(1.566)	4.863
Outros passivos		–	–	54	–
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(7.789)**	**683**	**697.097**	**435.450**
Pagamento de IRPJ e CSLL		(304)	–	(207.764)	(104.974)
Pagamento de juros sobre debêntures	22	(54.537)	(10.474)	(54.537)	(10.474)
Pagamento de arrendamento mercantil – juros	16	–	–	(6.125)	–
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(62.630)**	**(9.791)**	**428.671**	**320.002**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento de capital social em controlada	15	(519.345)	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	15	511.301	96.535	–	–
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	18 e 36	–	–	(479.440)	(305.759)
Aquisições de itens de intangível	19	–	–	(998)	(9.942)
Aquisições de itens de imobilizado	17	–	–	(3.561)	(5.955)
Aplicações financeiras				(230.483)	–
Recursos vinculados	12	–	–	(13.291)	(17.989)
Caixa líquido utilizado nas (gerado pelas) nas atividades de investimento		**(8.044)**	**96.535**	**(727.773)**	**(339.645)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento e integralização de capital social e reserva de capital	27	260.000	–	260.000	–
Dividendos pagos	27	(15.583)	–	(15.583)	–
Captação de debêntures	22	260.000	–	1.160.000	–
Custos de captação de debêntures	11 e 22	(7.427)	(757)	(97.189)	(757)
Pagamento de debêntures – principal	22	(423.950)	(86.051)	(423.950)	(86.051)
Pagamento de arrendamento mercantil – principal	16	–	–	(11.930)	(13.065)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento		**73.040**	**(86.808)**	**871.348**	**(99.873)**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		2.366	(64)	572.246	(119.516)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	79	143	365.807	485.323
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	**2.445**	**79**	**938.053**	**365.807**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: A EPR Infraestrutura PR S.A. ("EPR Infraestrutura" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de propósito específico com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), constituída em 1º de junho de 2023, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, conjunto 65, sala 22, 6º andar, Bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo - SP. A controlada EPR Litoral Pioneiro ("Litoral Pioneiro") tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais. A controlada EPR Engenharia 2 S.A. ("Engenharia 2"), tem por objeto social a prestação dos serviços de engenharia, gerenciamento, fiscalização, supervisão e administração de obras no geral. Até a presente data, controlada ainda não iniciou suas atividades operacionais. Segmento operacional**:** O principal órgão tomador de decisões do Grupo, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a diretoria que avaliou a natureza do ambiente em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade investimento na prestação de serviços de operação de rodovias (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional. Reforma tributária**:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS – Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS – Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. As alterações estabelecidas na Emenda Constitucional nº 132 não provocaram impactos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. O contrato de concessão operado pela controlada Litoral Pioneiro prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro. **2. Entidades do Grupo:** A tabela abaixo apresenta a participação da Companhia no quadro acionário total de suas controladas, bem como sua principal atividade.

Controlada	Atividade principal	Contrato de concessão	Data do término da concessão	Participação	Participação 2025	Participação 2024
EPR Litoral Pioneiro S.A. (i)	Concessão de rodovias	No 02/2023	Fev/54	Direta	100%	100%
EPR Engenharia 2 S.A. (ii)	Serviços de Engenharia	–	–	Direta	99%	–

(i) Constituída em 1º de junho de 2023, a Litoral Pioneiro tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário, denominado Rodovias do Paraná – Lote 2, bem como a exploração de receitas extraordinárias devidamente autorizadas, nos termos, o prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 02/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e no respectivo contrato de concessão. A concessão celebrada através do contrato n.º 002/2023, de 30 de janeiro de 2024, com a ANTT, com prazo de concessão de 30 anos, com data de início de concessão efetiva em 28 de fevereiro de 2024, fornece ao Grupo o direito de exploração de concessão por meio de serviços de operação, conservação, manutenção, monitoração, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço do sistema rodoviário que compõem o Lote 2 – Rodovias do Paraná. O lote da concessão compreende a extensão de 604,16 quilômetros de malha formada por 12 rodovias que passam por 27 municípios paranaenses, e contam com 6 praças de pedágios, sendo 4 em operação na data base. O serviço de atendimento ao usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 9 bases de atendimentos ao longo do trecho, dando suporte de emergência aos usuários. O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência tarifa de pedágio estipulada em contrato sendo esta, ainda, diferenciadas por categorias de veículos, em razão do número de eixos e da rodagem, e corrigidas anualmente de acordo com os parâmetros estabelecidos em contrato. Em 19 de dezembro de 2024, a Companhia protocolou junto à CVM o pedido de registro automático para a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R$ 5.550.900, em seis séries, com garantia real e fidejussória sob condição suspensiva, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. Os recursos captados serão integralmente utilizados no projeto de concessão rodoviária BR-153/277/369 e PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855, com extensão de 604,7 km, para reembolso de gastos e realização de investimentos vinculados à execução do contrato de concessão nº 02/2023, celebrado com a ANTT. No exercício de 2025 foram integralizados R$ 900.000 do valor total, conforme detalhado na nota explicativa no 22. A principal fonte de receita do Grupo ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 23 de março de 2024. A tarifa de pedágio poderá ser reajustada anualmente, ou em casos excepcionais, conforme regramento do contrato de concessão. Em 28 de fevereiro de 2025, a controlada Litoral Pioneiro, conforme previsão contratual, teve homologada a entrega do escopo de trabalhos iniciais, bem como das praças de pedágio nº 2, localizada em Sengés, e nº 7, situada em Siqueira Campos. A partir dessa homologação, a controlada iniciou a arrecadação nessas praças em 14 de março de 2025. O projeto abrange investimentos obrigatórios, estabelecidos no contrato de concessão, relacionados à obras de: · Recuperação do sistema rodoviário; · Ampliação de capacidade, abrangendo a realização de obras de duplicação e construção de faixas adicionais; e · Melhoria, envolvendo travessias urbanas, vias marginais, acessos, trevos, passagens e retornos, passarelas, ciclovias, sistemas de iluminação, passagem de fauna, pontos de ônibus, entre outros. (ii) A controlada EPR Engenharia 2, atua em atividades relacionadas à engenharia e à gestão de obras, incluindo o planejamento, execução, fiscalização e supervisão de projetos. A controlada atua de maneira estratégica, oferecendo soluções integradas para a realização de obras, sempre com foco na qualidade e no cumprimento dos prazos. Seu modelo de operação é voltado para a prestação de serviços exclusivamente para as empresas do Grupo. Até a presente data, controlada ainda não iniciou suas atividades operacionais. A Companhia e suas controladas, em conjunto, serão denominadas 'Grupo' doravante nestas demonstrações financeiras. **3. Base de preparação: 3.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

EPR Infraestrutura PR S.A.

Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação à infraestrutura em construção de sua controlada. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 23 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão. **3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo. **3.3 Uso de estimativas e julgamento:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: **(i) Capitalização do ativo intangível:** A capitalização do ativo intangível é o processo contábil no qual o Grupo registra como ativo no seu balanço patrimonial os custos relacionados à criação ou aquisição de bens intangíveis, como o direito de cobrança dos usuários das rodovias. Dessa forma, os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do ativo em questão são registrados inicialmente como valor do ativo, e amortizados ao longo de sua vida útil. Esse procedimento contábil permite que o Grupo distribua os custos ao longo do tempo, refletindo melhor os benefícios econômicos gerados pelo intangível. O Grupo efetua análises que envolvem o julgamento da diretoria, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. Os custos de empréstimos diretamente atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos intangíveis também são incorporados ao ativo do Grupo até que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos obtidos com a aplicação temporária dos recursos provenientes de empréstimos específicos e que ainda não foram gastos com os ativos intangíveis devem ser deduzidos dos custos de empréstimos qualificados para capitalização. Há ainda, a capitalização dos custos com salários, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento desses intangíveis. **(ii) Reconhecimento de amortização do ativo intangível:** O Grupo realiza o reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, que se baseia na "curva de tráfego", que reflete a utilização estimada do ativo durante sua vida útil. A curva de tráfego descreve a intensidade com que o ativo será utilizado ao longo do tempo, sendo este o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **(iii) Receita de construção:** A ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão estabelece que à medida em que o Grupo realiza a prestação de serviços de construção e/ou de melhoria em infraestrutura da rodovia, a mesma deve reconhecer uma receita de construção a valor justo de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente, e os custos correspondentes são registrados como despesas relativas ao serviço realizado. **(iv) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais:** O Grupo reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **(v) IRPJ diferido:** O Grupo deve reconhecer um ativo ou um passivo diferido pelo tributo recuperável ou devido em períodos futuros como efeito de transações ou eventos passados. Tais impostos surgem das diferenças entre os valores reconhecidos para ativos e passivos do Grupo no balanço patrimonial e o reconhecimento desses ativos e passivos pelas autoridades fiscais, e a compensação para datas futuras de créditos fiscais e prejuízos fiscais correntes não utilizados. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Nesse sentido, o julgamento significativo da diretoria é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos, vide divulgações na nota explicativa nº 14. **3.4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa 33. **4. Políticas contábeis materiais:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **4.1 Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre a Companhia e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. **4.2 Investimento:** As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Companhia e suas controladas direta. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Os saldos e as transações entre empresas, que podem incluir lucros não realizados, são eliminados. O investimento em entidade controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. As controladas possuem o mesmo exercício social da Companhia. **4.3 Receitas de contratos com clientes:** O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir: As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias, há razoável certeza de seu recebimento, e são líquidas da parcela do preço cobrado do usuário, pertinente ao recurso vinculado. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Conforme definido na ICPC 01 (R1), quando a concessionaria presta serviço de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, com base no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **4.4 Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **(i) Reconhecimento e mensuração inicial:** Ativos financeiros**:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. No caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos o caixa e as aplicações financeiras com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros propósitos. As aplicações financeiras referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens mencionados no parágrafo acima. Passivos financeiros**:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **(ii) Mensuração subsequente:** Ativos financeiros**:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Passivos financeiros**:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros do Grupo são classificados na seguinte categoria: • Passivos financeiros ao custo amortizado**:** Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **(iii) Desreconhecimento:** Ativos financeiros**:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: · Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou · O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. Passivos financeiros**:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **4.5 Infraestrutura em construção e ativos intangíveis:** A infraestrutura em construção representa os bens vinculados à concessão durante o período de construção ou de melhoria e, quando concluídos, são transferidos para a rubrica de "Ativo intangível". Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. A infraestrutura referente ao contrato de concessão é registrada dentro do intangível do Grupo, visto que, o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), a controlada Litoral Pioneiro atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O Grupo reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. E, também pode ser oriundo de pagamentos ao poder concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispêndios adicionais na construção de obra que não geram benefício econômico futuro são registrados como despesa quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica. Já, o direito de exploração é amortizado de acordo com o consumo da curva de benefício econômico esperada ao longo do prazo de concessão, através da projeção de curva de tráfego estimada. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização desses ativos é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido no momento da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **4.6 Ativos imobilizados:** Computadores e periféricos, móveis e utensílios, veículos e outras imobilizações são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado: · Computadores e periféricos: de 5 a 15 anos; · Móveis e utensílios: de 5 a 15 anos; · Veículos: de 4 a 10 anos; e · Outros imobilizados: de 5 a 15 anos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. **4.7 Capitalização de custos:** Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção do ativo intangível, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, os custos das debêntures atribuíveis a infraestrutura em construção são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. **4.8 Capitalização dos custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pelo Grupo relativos ao empréstimo. O Grupo capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis. **4.9 Fornecedores:** Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, cauções contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominante ao ativo fixo e aos gastos operacionais e administrativos do Grupo. **4.10 Redução ao valor recuperável (impairment) : (i) Ativos financeiros não-derivativos:** Instrumentos financeiros e ativos contratuais**:** O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Nesse sentido, após três meses do não recebimento do crédito o Grupo realiza o reconhecimento da perda efetiva no resultado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas**:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação**:** Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: · Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; · Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; · Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; · A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou · O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial: As perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. Baixa**:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. Contas a receber e ativos contratuais**:** O Grupo determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência. As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 33. **(ii) Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. **4.11 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura:** A infraestrutura recebida e/ou construída pela concessionária não é registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere a concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A concessionária tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se a concessionária presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela concessionária é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A concessionária reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A concessionária reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. No caso do Grupo não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de tráfego e pelo prazo da concessão, dos dois o menor. **4.12 Demais ativos circulantes e não circulante:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **4.13 Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **4.14 Capital social: (i) Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido. **(ii) Ações preferenciais:** Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo. **4.15 Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **4.16 Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **4.17 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, atualizações monetárias e descontos financeiros obtidos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamento e debêntures, juros sobre atraso em pagamentos, despesas com IOF, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), descontos concedidos, despesas e comissões bancárias e ajuste a valor presente de ativos e passivos. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **4.18 IRPJ e CSLL: (i) Lucro real:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **(ii) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras do Grupo e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **(iii) Imposto diferido:** O IRPJ e a CSLL do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da CSLL e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com IRPJ e CSLL descritas acima, compreendem o IRPJ e CSLL correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(iv) Exposições fiscais:** Na determinação do IRPJ o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de IRPJ e juros tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para IRPJ no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria o Grupo mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com IRPJ no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de IRPJ e CSLL diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. **4.19 Tributos sobre prestações de serviços:** Para o PIS e COFINS, o Grupo é enquadrado no regime não cumulativo, porém, para concessionárias de rodovias, as alíquotas aplicáveis são aquelas do regime cumulativo, dessa forma, para as receitas operacionais são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 3%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente. Com relação ao ISS, as alíquotas aplicáveis variam entre 2% e 5% a depender do município da prestação de serviço. 4.20 Resultado por ação O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição. **4.21 Demonstração do valor adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pelo Grupo como parte integrante das demonstrações financeiras. **4.22 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.23 Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **(i) Arrendamento mercantil a pagar:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **(ii) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **4.24 Questões climáticas:** O Grupo considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que o Grupo acredite que seu modelo de negócios e serviços ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, o Grupo está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. **4.25 Eventos após o período do relatório:** Se o Grupo receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, o Grupo não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável. **4.26 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações ao

continuação ☛

continuação

EPR Infraestrutura PR S.A.

CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **4.27 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements - PFS*) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes: · Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1). · Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Brasil, o CPC 26 será substituido pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações**:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A diretoria da Companhia não identificou impactos oriundos do IFRS 19 a serem divulgados. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**:** Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: · Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. · Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. · Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. · Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI) As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. O Grupo não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS**:** Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais**:** Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: · Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. · Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. · Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. O Grupo não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerários em trânsito	–	–	682	595
Caixa e contas bancárias	112	18	2.912	3.768
Aplicações financeiras (a)	2.333	61	934.459	361.444
Total	**2.445**	**79**	**938.053**	**365.807**
Aplicações financeiras				
Fundos de investimento (b)	–	–	198.333	–
Total	**–**	**–**	**198.333**	**–**

(a) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em CDB e compromissadas, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 96,57% na controladora e 100,60% no consolidado do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 (100,00% na controladora e 100,30% no consolidado do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2024). (b) As aplicações financeiras correspondem a títulos de fundo de investimento, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 100,69% no consolidado do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025.

6. Aplicações financeiras vinculadas:

	Consolidado
	2025
Conta pagamento vinculada (a)	12.615
Conta reserva vinculada	25.442
Total	**38.057**
Circulante	12.615
Não Circulante	25.442

(a) As aplicações financeiras nesta conta pagamento são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 100% em 31 de dezembro de 2025, com a finalidade de atender obrigações contratuais relacionadas a garantias da 1° e 2ª emissão de debêntures da controlada Litoral Pioneiro. O montante reconhecido no ativo circulante refere-se ao montante a ser utilizado para a liquidação de juros das debêntures, que ocorre semestralmente. (b) As aplicações financeiras nesta conta reserva, são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 100% em 31 de dezembro de 2025, com a finalidade de atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a garantias da 1° e 2ª emissão de debêntures da controlada Litoral Pioneiro. A movimentação das aplicações financeiras vinculadas é demonstrada no quadro abaixo:

	2025
Saldo no início do exercício	**–**
(+) Aplicações	40.852
(+) Rendimentos	359
(–) Resgate	(3.154)
Saldo no final do exercício	**38.057**

7. Contas a receber:

	Consolidado	
	2025	2024
Pedágio eletrônico (TAG) (a)	56.480	34.750
Cartão débito/crédito (b)	2.847	1.984
Cupom (c)	75	672
Vale pedágio (d)	–	42
Receita acessória (e)	3	–
Total	**59.405**	**37.448**

(a) Pedágios eletrônicos, liquidados conforme prazos das operadoras. (b) Cartões de débitos e créditos, liquidados conforme os prazos das administradoras de cartão. (c) Transações de débito e crédito offline, processadas por papa-fila nos terminais POS (pontos de venda). (d) Crédito eletrônico antecipado destinado exclusivamente ao pagamento de tarifas de pedágio no transporte rodoviário de cargas. (e) Valores a receber provenientes de cessão remunerada de espaços na faixa de domínio da rodovia. O aging do contas a receber está demonstrado no quadro abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	58.922	36.451
Vencidos		
Até 1 mês	483	997
Total	**59.405**	**37.448**

A controlada Litoral Pioneiro faz uma avaliação mensal de seus títulos vencidos e reconhece perda de crédito esperado à medida que se torne improvável o seu recebimento. Em 31 de dezembro de 2025, a controlada reconheceu R$ 343 (R$ 196 em 31 de dezembro de 2024) (Nota 29) como perdas de créditos efetivas, referentes a títulos vencidos há mais de 3 meses. Os demais títulos vencidos possuíam perspectiva de recuperação no curto prazo, dessa forma, não houve a constituição de provisão para perda de crédito esperada sobre esse contas a receber.

8. Valores a receber do poder concedente:

	Consolidado	
	2025	2024
Desconto de usuário frequente ("DUF")	819	5.695
Total	**819**	**5.695**
Circulante	819	–
Não Circulante	–	5.695

O DUF é um benefício para usuários que trafegam frequentemente em rodovias pedagiadas, aplicável para veículos da Categoria 1 (automóvel, caminhonete e furgão), Categoria 3 (automóvel e caminhonete com semirreboque) e Categoria 5 (automóvel e caminhonete com reboque) que utilizam o Sistema de Cobrança Eletrônica. O desconto é concedido com base na frequência de utilização mensal de cada praça de pedágio e mensurado pela controlada Litoral Pioneiro, conforme regras previstas no contrato de concessão. Após o primeiro ano de concessão, o reembolso passou a ser efetuado pelo poder concedente no mês subsequente à apuração mensal realizada pela controlada Litoral Pioneiro, conforme previsto no contrato de concessão. A movimentação dos valores a receber do poder concedente é demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	**5.695**	**–**
(+) Reconhecimento de DUF (Nota 31)	8.715	5.695
(–) Recebimento de DUF (Nota 12)	(13.591)	–
Saldo no final do exercício	**819**	**5.695**

9. Adiantamentos a fornecedores: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de adiantamentos a fornecedores era de R$ 11 na controladora e R$ 1.353 no consolidado (R$ 22.593 em 31 de dezembro de 2024 no consolidado), referente a pagamentos antecipados a prestadores de serviços operacionais.

10. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ pessoa jurídica – IRPJ	10.359	3.925	10.785	9.064
IRPJ retido na fonte sobre aplicações financeiras – IRRF	390	39	5.171	2.633
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	–	–	1.075	–
Programa de integração social – PIS	–	–	233	–
CSLL sobre o lucro líquido – CSLL	180	–	180	1.892
Outros tributos	–	–	27	98
Total	**10.929**	**3.964**	**17.471**	**13.687**
Circulante	1.077	3.964	6.310	13.687
Não Circulante	9.852	–	11.161	–

11. Custos de captação de dívida antecipados: Em 19 de dezembro de 2024, a controlada Litoral Pioneiro protocolou junto à CVM, sob o rito de registro automático, o pedido para a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R$ 5.550.900, distribuídas em seis séries, com garantia real e garantia fidejussória sob condição suspensiva, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. Os recursos captados serão integralmente destinados ao projeto de concessão rodoviária BR-153/277/369 e PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855, com extensão de 604,7 km, para reembolso de gastos e realização de investimentos vinculados à execução do contrato de concessão n° 02/2023, celebrado com a ANTT. A integralização das séries será realizada conforme previsto na escritura da emissão. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de custos de captação de dívida antecipados, no montante de R$ 53.239 é referente aos gastos incorridos no processo de emissão de debêntures cuja liberação dos recursos ainda não ocorreu. Esses custos incluem taxas de registro, comissões de colocação e outros encargos diretamente associados à emissão dos títulos, sendo apropriados às debêntures conforme a integralização das respectivas séries da captação a partir de 2027. **12. Recursos vinculados:** A retenção do recurso vinculado aplicado em conta reserva é correspondente a 3% do preço do pedágio cobrado pela controlada Litoral Pioneiro. Conforme previsto no contrato de concessão, a utilização será destinada exclusivamente às seguintes finalidades: i. Compensações decorrentes do desconto de usuário frequente; ii. Recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e iii. Pagamento de indenizações em função da extinção da concessão. É vedado à controlada Litoral Pioneiro a utilização dos valores para lastrear a prestação de fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia. Havendo saldo remanescente na aplicação financeira no fim do contrato de concessão, o montante será transferido à conta única do tesouro.

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	**18.139**	**–**
(+) Depósitos de recursos vinculados	26.882	17.989
(+) Rendimento de recursos vinculados (Nota 25)	3.577	150
(–) Recebimento de DUF (Notas 8 e 25)	(13.591)	–
Saldo no final do exercício	**35.007**	**18.139**
Circulante	819	–
Não Circulante	34.188	18.139

13. Depósitos judiciais: O Grupo possui depósitos judiciais referentes a processos cíveis e trabalhistas, nos quais figura como parte em ações cuja exigibilidade encontra-se suspensa até decisão final. Os depósitos judiciais têm como objetivo garantir o juízo e correspondem a valores exigidos pelo poder judiciário. Os depósitos judiciais têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	2025	2024
Desapropriações (Nota 18 e 26)	18.979	–
Trabalhistas	161	6
Cíveis	–	8
Total	**19.140**	**14**

14. IRPJ e CSLL: a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do IRPJ e a CSLL: A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do IRPJ e da CSLL na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	436.475	283.031	640.983	427.119
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**(148.402)**	**(96.231)**	**(217.934)**	**(145.221)**
Ajustes para alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	154.429	104.647	–	–
Juros sobre capital próprio	(15.313)	(8.896)	–	–
Incentivos fiscais	–	–	5.912	1.600
Adições/exclusões permanentes	–	–	(1.771)	(947)
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos / (não constituição)	2.810	(2.476)	2.809	(2.476)
Total	**(6.476)**	**(2.956)**	**(210.984)**	**(147.044)**
IRPJ e CSLL:				
Correntes	(445)	–	(176.872)	(145.503)
Diferidos	(6.031)	(2.956)	(34.112)	(1.541)
Total	**(6.476)**	**(2.956)**	**(210.984)**	**(147.044)**
Alíquota efetiva de impostos	**1%**	**1%**	**33%**	**34%**

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL correntes reconhecida no resultado do exercício e os respectivos valores efetivamente pagos no exercício, conforme evidenciado na demonstração dos fluxos de caixa.

Variação do IRPJ CSLL a pagar	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	**–**	**–**	**39.699**	**843**
(+) IRPJ e CSLL correntes	445	–	176.872	145.503
(–) Pagamentos efetuados	(304)	–	(207.764)	(104.974)
(–) Compensações	(141)	–	(12.064)	(1.673)
(+) Constituição de saldo negativo e base negativa	–	–	13.402	–
Saldo no final do exercício	**–**	**–**	**10.145**	**39.699**

b) IRPJ e CSLL diferidos: O IRPJ e a CSLL diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O IRPJ e a CSLL diferidos têm a seguinte composição:

			Controladora
	2025	Resultado	2024
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	3.852	2.585	1.267
Provisão para fornecedores	6	6	–
	3.858	**2.591**	**1.267**
Passivo fiscal diferido			
Juros capitalizados	(12.845)	(8.621)	(4.224)
	(12.845)	**(8.621)**	**(4.224)**
Passivo fiscal diferido líquido	**(8.987)**	**(6.030)**	**(2.957)**

			Controladora
	2024	Resultado	2023
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	1.267	1.267	–
	1.267	**1.267**	**–**
Passivo fiscal diferido			
Juros capitalizados	(4.224)	(4.224)	–
	(4.224)	**(4.224)**	**–**
Passivo fiscal diferido líquido	**(2.957)**	**(2.957)**	**–**

			Consolidado
	2025	Resultado	2024
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	3.852	2.585	1.267
Arrendamento mercantil	1.442	638	804
Provisão para participação nos lucros	1.586	329	1.257
Credores pela concessão	573	(571)	1.144
Outros ativos diferidos	78	32	46
Provisão para fornecedores	39	(370)	409
Provisão para contingências	15	15	–
Passíveis de compensação	(7.585)	(4.073)	(3.512)
Ativo fiscal diferido líquido	**–**	**(1.415)**	**1.415**
Passivo fiscal diferido			
Juros capitalizados na infraestrutura em construção	(12.845)	(8.621)	(4.224)
Custos de captação da dívida	(30.393)	(30.393)	–
Capitalização de custos	–	2.245	(2.245)
Passíveis de compensação	7.585	4.073	3.512
Passivo fiscal diferido líquido	**(35.653)**	**(32.696)**	**(2.957)**

			Consolidado
	2024	Resultado	2023
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	1.267	1.267	–
Arrendamento mercantil	804	804	–
Provisão para participação nos lucros	1.257	1.257	–
Credores pela concessão	1.144	1.144	–
Outros ativos diferidos	46	46	–
Provisão para fornecedores	409	409	–
Provisão para contingências	–	–	–
Passíveis de compensação	(3.512)	(3.512)	–
Ativo fiscal diferido líquido	**1.415**	**1.415**	**–**
Passivo fiscal diferido			
Juros capitalizados na infraestrutura em construção	(4.224)	(4.224)	–
Custos de captação da dívida	–	–	–
Capitalização de custos	(2.245)	(2.245)	–
Passíveis de compensação	3.512	3.512	–
Passivo fiscal diferido líquido	**(2.957)**	**(2.957)**	**–**

(a) O saldo de prejuízo fiscal e base negativa está sendo constituído limitando-se a 30% do saldo registrado no passivo diferido da controladora, considerando que a Companhia possui projeções de lucro tributável apenas para esses montantes. A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2025 os montantes de R$ 4.452 e R$ 1.604 (R$ 2.387 e R$ 860 em 31 de dezembro de 2024) referentes a ativos fiscais diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, respectivamente, em função da Companhia ser uma holding e, portanto, não possuir projeções de lucro tributável para esses montantes. **15. Investimento:** O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

		Participação		Controladora	
Investida	Controle	2025	2024	2025	2024
EPR Litoral Pioneiro S.A.	Controlada	100%	100%	1.200.455	620.135
EPR Engenharia S.A. (*)	Controlada	99%	–	–	–
				1.200.455	**620.135**

(*) A controlada foi constituída em 19 de setembro de 2025 através de um capital social de cento e um reais e até a presente data ainda não iniciou suas atividades operacionais, portanto, não possui movimento no quadro de movimentação. **a) Movimentação do investimento:** A movimentação do investimento em controlada é demonstrada abaixo:

Controlada	2024	Equivalência patrimonial	Juros capitalizados (a)	Aporte de capital (c)	Dividendos e juros sobre capital próprio (b)	2025
EPR Litoral Pioneiro S.A.	620.135	454.203	25.356	519.345	(418.584)	1.200.455
Total	**620.135**	**454.203**	**25.356**	**519.345**	**(418.584)**	**1.200.455**

Controlada	2023	Equivalência patrimonial	Juros capitalizados (a)	Dividendos e juros sobre capital próprio (b)	2024
EPR Litoral Pioneiro S.A.	499.860	307.785	12.423	(199.933)	620.135
Total	**499.860**	**307.785**	**12.423**	**(199.933)**	**620.135**

(a) O montante de R$ 25.356 (R$ 12.423 em 31 de dezembro de 2024) refere-se aos juros capitalizados da Companhia. Com o objetivo de financiar os investimentos necessários na controlada Litoral Pioneiro, a Companhia captou recursos por meio de debêntures. Em função do ativo qualificável estar registrado na controlada, a capitalização foi reconhecida nas rubricas de "Investimento" em contrapartida aos "Juros sobre debêntures" no Resultado Financeiro. Já nas informações trimestrais consolidadas, está apresentado como uma adição ao "Intangível em andamento" na Infraestrutura em Construção em contrapartida aos "Juros sobre debêntures" no Resultado Financeiro. (b) No exercício de 2025, os recebimentos de dividendos e juros sobre capital próprio ocorreram da seguinte forma:

Data	Recebimento	Valor Bruto	IR retido	Valor Líquido
17/01/2025	Juros sobre capital próprio, relativos ao exercício de 31/12/2024	26.165	(3.925)	22.240
22/01/2025	Dividendos, relativos ao exercício de 31/12/2024	77.233	–	77.233
01/05/2025	Dividendos adicionais propostos, relativos ao exercício de 31/12/2024	91.707	–	91.707
09/06/2025	Juros sobre capital próprio, com base no balanço levantado em 31 de março de 2025	23.475	(3.521)	19.954
09/06/2025	Dividendos intercalares, com base no balanço levantado em 31 de março de 2025	82.765	–	82.765
01/09/2025	Juros sobre capital próprio, com base no balanço levantado em 30 de junho de 2025	21.562	(3.235)	18.327
01/09/2025	Dividendos intercalares, com base no balanço levantado em 30 de junho de 2025	88.491	–	88.491
14/10/2025	Dividendos intercalares, com base no balanço levantado em 30 de setembro de 2025	95.000	–	95.000
10/12/2025	Dividendos intercalares, com base no balanço levantado em 30 de setembro de 2025	15.584	–	15.584
		521.982	**(10.681)**	**511.301**

A movimentação dos valores de dividendos e juros sobre capital próprio é demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	**99.473**	**–**
(+) Dividendos e juros sobre capital próprio declarados em ata	418.584	199.933
(+) Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	(518.057)	(100.460)
Saldo no final do exercício	**–**	**99.473**

(c) Em 14 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou na controlada Litoral Pioneiro, via envio de recursos financeiros a subscrição e integralização de 20.000.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R$ 1,00 (um real), totalizando R$ 20.000. Em 17 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou a integralização de R$ 499.345 via envio de recursos financeiros no capital social da controlada Litoral Pioneiro, resultando na integralização total do capital social de sua controlada. **b) Informações financeiras resumidas da controlada Litoral Pioneiro:**

(i) Balanço patrimonial:	2025	2024
Ativo circulante	1.216.183	439.000
Ativo não circulante	1.095.930	552.175
Total do ativo	**2.312.113**	**991.175**
Passivo circulante	168.000	325.003
Passivo não circulante	981.437	58.460
Total do passivo	**1.149.437**	**383.463**
Patrimônio líquido	**1.162.676**	**607.712**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.312.113**	**991.175**

(ii) Demonstração do resultado:	2025	2024
Lucro bruto	669.046	443.122
Despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas	(55.950)	(28.813)
Resultado financeiro	45.615	37.564
Lucro operacional antes dos impostos	**658.711**	**451.873**
IRPJ e CSLL	(204.508)	(144.088)
Lucro líquido do exercício	**454.203**	**307.785**

16. Direito de uso e arrendamento mercantil a pagar: a) Direito de uso em arrendamento:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Imóveis (d)	Equipamentos (e)	Consolidado Total
Custo do direito de uso						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	–	–	–	–	–
(+) Adições	41.481	6.733	8.725	2.245	–	59.184
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**41.481**	**6.733**	**8.725**	**2.245**	**–**	**59.184**
(+) Adições	–	–	–	–	4.638	4.638
(+) Remensuração de contratos[1]	1.694	271	292	(63)	–	2.194
(–) Baixa	–	–	(144)	–	–	(144)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**43.175**	**7.004**	**8.873**	**2.182**	**4.638**	**65.872**
Amortização acumulada						
Saldo em 01 de janeiro de 2024						
(–) Amortização	(6.913)	(1.214)	(1.707)	(47)	–	(9.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(6.913)**	**(1.214)**	**(1.707)**	**(47)**	**–**	**(9.881)**
(–) Amortização	(8.684)	(1.387)	(2.561)	(514)	(850)	(13.996)
(+) Baixa	–	–	75	–	–	75
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(15.597)**	**(2.601)**	**(4.193)**	**(561)**	**(850)**	**(23.802)**

continuação

continuação

EPR Infraestrutura PR S.A.

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Imóveis (d)	Equipamentos (e)	Consolidado Total
Direito de uso líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34.568	5.519	7.018	2.198	–	49.303
Saldo em 31 de dezembro de 2025	27.578	4.403	4.680	1.621	3.788	42.070
Taxa de amortização – a.a.	20%	20%	33,33%	20%	20%	–

(a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia; (b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar; (c) Refere-se à veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais, além de veículos administrativos; (d) Refere-se à locação de sedes administrativas; (e) Refere-se à locação de equipamentos para operação na rodovia. [1] O Grupo realiza, periodicamente, a remensuração de seus contratos de arrendamento. Essa remensuração ocorre quando há alteração nos pagamentos futuros resultantes de atualização anual na parcela prevista em contrato.

b) Passivo de arrendamento:

	Consolidado 2025	2024
Saldo no início do exercício	**51.493**	**–**
(+) Adições	4.638	59.184
(+) Remensuração de contratos	2.194	–
(+) Ajuste a valor presente (Nota 30)	6.125	5.374
(–) Baixa	(75)	–
(–) Pagamentos – principal	(11.930)	(13.065)
(–) Pagamentos – juros	(6.125)	–
Saldo no final do exercício	**46.320**	**51.493**
Circulante	13.741	11.086
Não Circulante	32.579	40.407

No reconhecimento inicial, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados utilizando a taxa incremental de financiamento aplicável a cada contrato. Para o exercício, a taxa média ponderada utilizada foi de 12,81% a.a. (13,04% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, o ajuste a valor presente totalizava R$ 9.611 (R$ 13.536 em 31 de dezembro de 2024). Abaixo é demonstrado o passivo de arrendamento não circulante, por ano de vencimento:

	Consolidado 2025	2024
2026	–	12.456
2027	14.578	13.114
2028	14.296	12.714
2029	3.298	2.123
2030	407	–
Total	**32.579**	**40.407**

Abaixo são demonstrados os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 4,05%[2] a.a. (4,96% a.a. em 31 de dezembro de 2024), similar aos valores considerados na taxa de juros incremental utilizada para desconto a valor presente.
[2] Fonte Bacen em 26 de dezembro de 2025.

	Consolidado 2025	2024
Fluxo real (contabilizado)		
Direito de uso em arrendamento	65.872	59.184
(–) Amortização	(23.802)	(9.881)
	42.070	**49.303**
Passivo de arrendamento	55.931	65.029
(–) Ajuste a valor presente	(9.611)	(13.536)
	46.320	**51.493**
Fluxo nominal		
Direito de uso em arrendamento	68.540	62.120
(–) Amortização	(24.766)	(10.371)
	43.774	**51.749**
Passivo de arrendamento	58.196	68.254
(–) Ajuste a valor presente	(10.000)	(14.207)
	48.196	**54.047**

17. Imobilizado:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Outros	Total
Custo do imobilizado					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	–	–	–	–
(+) Adições	–	4.300	–	1.655	5.955
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**4.300**	**–**	**1.655**	**5.955**
(+) Adições	28	352	450	2.731	3.561
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**28**	**4.652**	**450**	**4.386**	**9.516**
Depreciação acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	–	–		–
(–) Depreciação	–	(253)	–	(75)	(328)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**(253)**	**–**	**(75)**	**(328)**
(–) Depreciação	–	(881)	(81)	(303)	(1.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**–**	**(1.134)**	**(81)**	**(378)**	**(1.593)**
Imobilizado líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	–	4.047	–	1.580	5.627
Saldo em 31 de dezembro de 2025	28	3.518	369	4.008	7.923
Taxa de depreciação – a.a.	10%	20%	25%	20%	

18. Infraestrutura em construção:

	Intangível em andamento (a)	Adiantamentos a fornecedores	Consolidado Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	19.961	1.084	21.045
(+) Adições	438.855	16.513	455.368
(+/–) Transferências de adiantamentos a fornecedores	16.822	(16.822)	–
(–) Transferências para ativo intangível (Nota 19)	(106.758)		– (106.758)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**368.880**	**775**	**369.655**
(+) Adições	457.292	14.999	472.291
(+/–) Transferências de adiantamentos a fornecedores	3.498	(3.498)	–
(–) Transferências para ativo intangível (Nota 19)	(556.364)		– (556.364)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**273.306**	**12.276**	**285.582**

(a) Refere-se principalmente a obras e serviços de recuperação do trecho concedido, e aquelas de cunho estrutural nos pavimentos e melhorias funcionais e operacionais nos demais elementos do sistema rodoviário, conforme estabelecido no programa de exploração da rodovia. Os juros e custos sobre as debêntures foram capitalizados a uma taxa de 14,84% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (9,95% a.a. em 31 de dezembro de 2024) nos ativos qualificáveis durante o período de construção da infraestrutura, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R$ 25.719 (R$ 12.423 no consolidado em 31 de dezembro de 2024) (Nota 22). No contexto do projeto de duplicação da rodovia, iniciado em 28 de novembro de 2025, a controlada Litoral Pioneiro realizou desembolsos relacionados a processos de desapropriação de áreas necessárias à execução das obras. Em 31 de dezembro de 2025, tais desembolsos totalizam R$ 18.979 (Nota 13 e 26) e foram capitalizados por representarem custos diretamente atribuíveis à ampliação da infraestrutura concedida, em conformidade com os critérios aplicáveis aos contratos de concessão. Em fevereiro de 2025 a controlada Litoral Pioneiro concluiu a etapa de trabalhos iniciais, iniciando em março de 2025 o escopo de recuperação conforme o Programa de Exploração da Rodovia ("PER"), sendo este composto pelo conjunto de obras e serviços de recuperação do trecho concedido, e aquelas de cunho estrutural nos pavimentos e melhorias funcionais e operacionais nos demais elementos do sistema rodoviário. A expectativa de conclusão do escopo de recuperação é em fevereiro de 2029. **19. Intangível:**

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Consolidado Total
Custo do intangível			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	–	–
(+) Adições	–	9.942	9.942
(+) Transferências de infraestrutura em construção (Nota 18)	106.758	–	106.758
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**106.758**	**9.942**	**116.700**
(+) Adições	–	998	998
(+) Transferências de infraestrutura em construção (Nota 18)	556.364	–	556.364
(–) Baixas	(23)	–	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**663.099**	**10.940**	**674.039**
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	–	–
(–) Amortização	(1.224)	(727)	(1.951)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(1.224)**	**(727)**	**(1.951)**
(–) Amortização	(10.110)	(2.065)	(12.175)
(+) Baixas	1	–	1
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(11.333)**	**(2.792)**	**(14.125)**

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Consolidado Total
Intangível líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	105.534	9.215	114.749
Saldo em 31 de dezembro de 2025	651.766	8.148	659.914
Taxa média de amortização – a.a. – 31/12/2024	1,96%	20%	
Taxa média de amortização – a.a. – 31/12/2025	2,05%	20%	

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, praças de pedágio, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados pela curva de tráfego até o final do período da concessão. Os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor recuperável. O Grupo concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2025. **20. Partes relacionadas:** Os saldos com partes relacionadas referem-se às transações demonstradas no quadro abaixo, que foram realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

	Controladora 2025	2024
Ativo circulante		
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		
EPR Litoral Pioneiro S.A.	–	99.473
Total de ativos com partes relacionadas	**–**	**99.473**
Passivo circulante		
Partes relacionadas		
EPR Participações S.A. (a)	14	276
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (a)	–	1
EPR Litoral Pioneiro S.A. (a)	–	1.248
	14	**1.525**
Dividendos a pagar		
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	262.854	–
EPR Participações S.A.	105.438	–
	368.292	**–**
Passivo não circulante		
Dividendos a pagar		
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	–	65.670
EPR Participações S.A.	–	3.456
	–	**69.126**
Total de passivos com partes relacionadas	**368.306**	**70.651**

	Consolidado 2025	2024
Ativo circulante		
Partes relacionadas		
EPR Participações S.A. (a)	–	1.950
Ativo não circulante		
Partes relacionadas		
EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. (c)	3.773	–
EPR Iguaçu S.A. (a)	749	–
EPR Via Mineira S.A. (a)	37	–
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (a)	32	–
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. (a)	24	–
Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. (a)	13	–
	4.628	**–**
Aquisições de infraestrutura em construção no exercício		
EPR Engenharia S.O. S.A. (anteriormente EPR Engenharia S.A.) (b)	40.772	22.388
Total de ativos com partes relacionadas	**45.400**	**24.338**
Passivo circulante		
Partes relacionadas		
EPR Engenharia S.O. S.A. (anteriormente EPR Engenharia S.A.) (b) (Nota 36)	5.562	–
EPR Participações S.A. (a)	4.581	1.330
EPR Via Mineira S.A. (a)	–	719
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. (a)	–	290
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (a)	–	6
Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. (a)	–	109
	10.143	**2.454**
Dividendos a pagar		
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	262.854	–
EPR Participações S.A.	105.438	–
	368.292	**–**
Passivo não circulante		
Dividendos a pagar		
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	–	65.670
EPR Participações S.A.	–	3.456
	–	**69.126**
Total de passivos com partes relacionadas	**378.435**	**71.580**

(a) Refere-se ao rateio de despesas entre empresas do mesmo grupo econômico, firmado em contrato assinado em 29 de julho de 2024, com o objetivo de realizar o rateio de estruturas e atividades administrativas comuns entre as partes e respectivos gastos, relativos aos departamentos e atividades, incluindo: (i) administração de pessoas; (ii) financeiro e contabilidade; (iii) compras corporativas e suprimentos (serviços e materiais); (iv) tecnologia da informação; (v) compliance e integridade; (vi) jurídico e regulatório; (vii) comunicação; e (viii) segurança, saúde e meio ambiente (SSMA). (b) A EPR Engenharia S.O. S.A. presta serviços de apoio na gestão de terceiros, tanto na fase pré-contratual, com seleção, negociação e contratação, quanto no acompanhamento da execução dos contratos celebrados. Esse acompanhamento inclui o gerenciamento, supervisão e fiscalização das obras, garantindo a qualidade dos serviços e o cumprimento das obrigações perante o poder concedente. Além disso, a EPR Engenharia S.O. S.A. busca realizar a análise e o aprimoramento dos projetos de engenharia das obras da concessão, visando otimização e ganhos de eficiência. (c) O contrato firmado com a EPR Engenharia S.O. S.A. mencionado na nota (b) acima prevê a possibilidade de execução dos serviços pela própria EPR Engenharia S.O. S.A. ou por outras empresas do grupo. Neste contexto, a EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. aderiu ao contrato para a prestação de serviços de monitoração de pavimento através de tecnologia importada. O saldo no ativo refere-se a adiantamento feito durante o processo de compra da tecnologia. As operações conduzidas pela controlada Litoral Pioneiro em conjunto com a EPR Engenharia S.O. S.A. no decorrer do exercício, relacionadas ao gerenciamento de obras, foram parcialmente liquidadas no montante de R$ 35.210 (em 31 de dezembro de 2024, o valor integral de R$ 22.388 foi liquidado). A movimentação das transações entre partes relacionadas, exceto dividendos a pagar/receber, é demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	61
(+) Compartilhamento de custos	–	38
(+) Demais reembolsos partes relacionadas	–	1.487
(+) Gerenciamento de obras	–	–
(–) Pagamentos / recebimentos financeiros	–	(61)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**1.525**
(+) Compartilhamento de custos	–	287
(+) Demais reembolsos partes relacionadas	–	4.851
(–) Pagamentos / recebimentos financeiros	–	(6.649)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**–**	**14**

	Consolidado Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	5.812
(+) Compartilhamento de custos	27	4.201
(+) Demais reembolsos partes relacionadas	1.970	3.307
(+) Gerenciamento de obras	–	22.388
(–) Pagamentos / recebimentos financeiros	(47)	(33.254)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.950**	**2.454**
(+) Compartilhamento de custos	12.128	36.065
(+) Demais reembolsos partes relacionadas	27.329	3.734
(+) Gerenciamento de obras	–	40.772
(+) Adiantamento – Infraestrutura PR Lote 6	3.773	–
(–) Pagamentos / Recebimentos financeiros	(40.552)	(72.882)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**4.628**	**10.143**

Remuneração da administração: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu o montante de R$ 3.439 referente a remuneração dos administradores (R$ 1.129 em 31 de dezembro de 2024). Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas. Os administradores não obtiveram empréstimos ao Grupo, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

21. Fornecedores:

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
Fornecedores nacionais	163	129	100.290	146.475
Total	**163**	**129**	**100.290**	**146.475**

Os valores referem-se a fornecedores e prestadores de serviços, além de cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens relacionados a operação e infraestrutura do Grupo, bem como execução de obras na rodovia.

22. Debêntures:

Série	Quantidade	Taxas Contratuais	Vencimento	Controladora 2025	2024
1ª emissão – Série única	250.000	CDI + 2,75% a.a.	dez/2026	–	188.559
				–	**188.559**
		Custo de captação	–	(2.211)	
			Total	**–**	**186.348**
			Circulante	–	23.455
			Não Circulante	–	162.893

Série	Quantidade	Taxas Contratuais	Vencimento	Consolidado 2025	2024
1ª emissão – Série única	250.000	CDI + 2,75% a.a.	dez/2026	–	188.559
1ª emissão – 2ª Série	450.000	IPCA + 7,6201 % a.a.	mar/49	456.787	–
2ª emissão – Série única	450.000	IPCA + 8,2030 % a.a.	mar/49	457.800	
				914.587	**188.559**
		Custo de captação		(36.155)	(2.211)
			Total	**878.432**	**186.348**
			Circulante	9.454	23.455
			Não Circulante	868.978	162.893

A movimentação das debêntures é demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora 2025	2024
Saldo no início do exercício	**186.348**	**249.792**
(+) Captações	260.000	–
(+) Juros provisionados (Nota 30)	4.208	20.303
(+) Custos de debêntures capitalizados (Nota 18)	25.719	12.423
(–) Amortização do principal	(423.950)	(86.051)
(–) Amortização de juros	(54.537)	(10.474)
(–) Custos de captação	(7.426)	(757)
(+) Amortização dos custos de captação (Nota 30)	9.638	1.112
Saldo no final do exercício	**–**	**186.348**

	Consolidado 2025	2024
Saldo no início do exercício	**186.348**	**249.792**
(+) Captações	1.160.000	–
(+) Juros provisionados (Nota 30)	15.218	20.303
(+) Atualização monetária (Nota 30)	3.577	–
(+) Custos de debêntures capitalizados (Nota 18)	25.719	12.423
(–) Amortização do principal	(423.950)	(86.051)
(–) Amortização de juros	(54.537)	(10.474)
(–) Custos de captação	(43.950)	(757)
(+) Amortização dos custos de captação (Nota 30)	10.007	1.112
Saldo no final do exercício	**878.432**	**186.348**

Abaixo é demonstrado o saldo de debêntures não circulante, por ano de vencimento:

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
2026	–	162.893	–	162.893
2031	–	–	13.904	–
Após 2031	–	–	855.074	–
Total	**–**	**162.893**	**868.978**	**162.893**

Infra PR: No exercício de 2025, a Companhia realizou a amortização da sua 1ª emissão de debêntures, liquidando assim o saldo e encerrando suas respectivas obrigações a estas debêntures. **Litoral Pioneiro:** 1ª Emissão de debêntures**:** Em 15 de dezembro de 2024, a controlada Litoral Pioneiro efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia adicional fidejussória, com 6 séries, para distribuição pública, sob rito de registro automático, destinada a investidores profissionais, com vencimento final em 15 de março de 2049. O montante total da emissão foi de R$ 5.550.900. As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e sobre elas incorrem juros de 7,6201% ao ano. Os juros são pagos semestralmente, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2026 e a última na data de vencimento das debêntures. O principal será amortizado em 37 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela em 17 de março de 2031 e a última na data de vencimento das debêntures, conforme curva customizada de amortização prevista na escritura de debêntures. Em 05 de novembro de 2025, ocorreu a integralização da 2ª série no montante de R$ 450.000. 2ª Emissão de debêntures**:** Em 15 de setembro de 2025, a controlada Litoral Pioneiro efetuou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático. O montante total da emissão foi de R$ 450.000, com vencimento final em 15 de março de 2049, tendo sua integralização ocorrida em 30 de outubro de 2025. As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e sobre elas incorrem juros de 8,20% ao ano. Os juros das debêntures são pagos semestralmente, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2026 e a última na data de vencimento das debêntures. O principal será amortizado em 37 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela em 17 de março de 2031 e a última na data de vencimento das debêntures. A 2ª emissão de debêntures foi realizada nos termos previstos pela escritura da 1ª emissão de debêntures da controlada Litoral Pioneiro e culminará no cancelamento da 1ª série da 1ª emissão de debêntures da controlada, conforme descrito acima. Garantias**:** A 1ª e 2ª emissões de debêntures da controlada Litoral Pioneiro contam com garantias reais usuais de financiamento de projeto, tais como alienação fiduciária de ações da emissora e cessão fiduciária de direitos creditórios. Adicionalmente, a 1ª emissão de debêntures conta com a garantia fidejussória da EPR Participações S.A. e cartas de fiança bancária. A fiança da EPR Participações S.A. só terá eficácia e produzirá efeitos se ocorrer o término antecipado da concessão. As cartas de fiança bancária que garantem a 1ª emissão de debêntures da controlada Litoral Pioneiro serão exoneradas após a verificação da conclusão do projeto, que é alcançada quando do atingimento das condições previstas na escritura, tais como, sem se limitar a: declaração quanto à validade de licenças e autorizações necessárias para a operação da concessão e adimplência da controlada em relação às obrigações do contrato de concessão e das debêntures; aceite pela ANTT e atestado por engenheiro independente quanto à conclusão das obras previstas para serem realizadas até o momento da conclusão do projeto; atingimento de ICSD mínimo, EBITDA ajustado mínimo e preenchimento das contas reservas. Covenants**:** Na tabela a seguir são descritos os índices financeiros que devem ser cumpridos pela controlada Litoral Pioneiro, nos termos das debêntures, para o destravamento de distribuições de dividendos. Não há a previsão de atingimento de índices financeiros relacionados a eventos de vencimento antecipado da dívida.

Índice Financeiro	Atingimento para a Distribuição de Dividendos	Frequência de Medição
Caixa Mínimo	≥ 1,5% do saldo devedor dos financiamentos e ≥ 5% da receita operacional bruta	Anual, em relação às informações financeiras do exercício, a partir de 2026 e até o vencimento das debêntures
ICSD	Conforme tabela de ICSD mínimo anual prevista na escritura de emissão das debêntures	Anual, em relação às informações financeiras do exercício, a partir do atingimento da conclusão do projeto (1) e até o vencimento das debêntures

[1] Nos termos da escritura das debêntures, a conclusão do projeto se dará pelo atingimento dos pré-requisitos, conforme descrito no tópico de garantias. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo encontra-se adimplente em relação cláusulas restritivas das debêntures.

23. Obrigações sociais:

	Consolidado 2025	2024
Provisão para participação nos lucros	4.663	3.696
Provisão para férias	3.978	2.658
Salários e encargos sociais	2.055	1.311
Total	**10.696**	**7.665**

24. Obrigações fiscais:

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
IRPJ pessoa jurídica –IRPJ	–	–	5.696	27.563
Impostos sobre serviços – ISS	–	–	4.717	5.630
CSLL sobre o lucro líquido – CSLL	–	–	4.449	12.136
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS sobre faturamento	5	1.989	2.903	3.911
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	–	–	598	1.244
Programa de integração social – PIS sobre faturamento	1	432	596	840
IRPJ retido na fonte – IRRF	–	–	165	4.182
Outros	3	9	568	316
Total	**9**	**2.430**	**19.692**	**55.822**

25. Credores pela concessão:

	Consolidado 2025	2024
Recursos vinculados (a)	35.011	18.008
Verba de fiscalização (b)	1.610	1.497
Verba de segurança no trânsito (c)	988	1.198
Recurso para desenvolvimento tecnológico (d)	699	2.168
Total	**38.308**	**22.871**
Circulante	4.116	4.863
Não Circulante	34.192	18.008

(a) Conforme estabelecido no contrato de concessão, os recursos vinculados são um mecanismo de proteção da concessão mantido ao longo de todo contrato de concessão em aplicação financeira de movimentação exclusiva autorizada pelo poder concedente. O saldo é referente à obrigação de 3% sobre a receita de serviços prestados. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 12. (b) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, o Grupo deverá recolher em favor da ANTT a verba de fiscalização destinada à cobertura das despesas de fiscalização da concessão. (c) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, o Grupo mantém provisionada a verba de segurança no trânsito, conforme determinado pela ANTT. Esta verba será utilizada exclusivamente para financiar programas de prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. A ANTT definirá a forma e o momento em que o Grupo deverá disponibilizar os recursos anuais para a segurança no trânsito. (d) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, durante todo o período da concessão o Grupo deverá destinar anualmente recursos a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão. Os produtos e estudos decorrentes da aplicação dos recursos serão considerados bens da concessão. A Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") poderá indicar temática a ser desenvolvida com os recursos para desenvolvimento tecnológico. A movimentação de credores pela concessão é demonstrada no quadro abaixo:

	Consolidado 2025	2024
Saldo no início do exercício	**22.871**	**–**
(+) Provisão de recursos vinculados	27.017	17.858
(+) Custo da concessão (Nota 29) (a)	20.690	18.390
(+) Rendimento de recursos vinculados (Nota 12)	3.577	150
(–) Recebimento de DUF (Nota 12)	(13.591)	–
(–) Pagamentos e consumo de verbas	(22.256)	(13.527)
Saldo no final do exercício	**38.308**	**22.871**

(a) Reconhecimento da verba de fiscalização e provisionamento da verba de segurança e do recurso para desenvolvimento tecnológico, conforme previsto no contrato de concessão. **26. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais: (a) Processos com perda provável:** O Grupo possui processos cíveis e trabalhistas em andamento, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável, nos montantes indicados abaixo.

	Consolidado 2025	2024
Desapropriações (a) (Notas 13 e 18)	18.979	–
Cíveis	43	45
Total	**19.022**	**45**

(a) A controlada Litoral Pioneiro realizou depósitos judiciais relacionados a processos de desapropriação de áreas necessárias para a execução das obrigações contratuais de investimento. Os valores depositados correspondem às provisões reconhecidas, podendo haver desembolsos adicionais caso as indenizações definitivas superem os montantes inicialmente depositados. (b) Processos com perda possível O Grupo possui processos cíveis e trabalhistas em andamento, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam a sua contabilização.

	Consolidado 2025	2024
Cíveis (a)	259	4.192
Trabalhistas (b)	156	80
Total	**415**	**4.272**

(a) Demandas indenizatórias fundadas em responsabilidade civil. (b) Processos trabalhistas, de menor valor individual. **27. Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em 02 de fevereiro de 2024, conforme acordado entre os acionistas, foi realizada a transferência da totalidade das ações ordinárias do acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE para a EPR Participações S.A. Em 31 de janeiro de 2025, a controladora EPR Participações S.A. adquiriu, da acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações IE, 8.161.792 (oito milhões, cento e sessenta e uma mil, setecentas e noventa e duas) ações preferenciais, as quais foram convertidas em ações ordinárias, em conformidade com o estatuto social e a legislação societária vigente. Em 13 de fevereiro de 2025, foi integralizado o montante de R$ 260.000 na Companhia via recebimento de recursos financeiros. Deste montante, 99% (R$ 257.400) foram destinados para a reserva de capital e o restante (R$ 2.600) foi destinado ao capital social, resultando na integralização total do capital social subscrito. Em 16 de junho de 2025, a controladora EPR Participações S.A. adquiriu, da acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações IE, 9.037.420 (nove milhões, trinta e sete mil, quatrocentas e vinte) ações preferenciais, as quais foram convertidas em ações ordinárias, em conformidade com o estatuto social e a legislação societária vigente. Em 29 de agosto de 2025, a controladora EPR Participações S.A. adquiriu, da acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações IE, 8.826.211 (oito milhões, oitocentos e vinte e seis mil, duzentas e onze) ações preferenciais, as quais foram convertidas em ações ordinárias, em conformidade com o estatuto social e legislação societária vigente. Em 17 de dezembro de 2025, a controladora EPR Participações S.A. adquiriu, da acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações IE, 8.040.130 (oito milhões, quarenta mil, cento e trinta) ações preferenciais, as quais foram convertidas em ações ordinárias, em conformidade com o estatuto social e legislação societária vigente. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, subscrito e totalmente integralizado, é de R$ 5.133 (R$ 2.533 em 31 de dezembro de 2024, subscrito e parcialmente integralizado), conforme demonstrado a seguir:

2025

Acionistas	Quantidade de ações Ordinárias	Preferenciais	R$	Percentual de participação Votante	Total
EPR Participações S.A.	290.690.553	–	2.907	100%	56,64%
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	–	222.559.447	2.226	–	43,36%
	290.690.553	**222.559.447**	**5.133**	**100%**	**100%**

2024

Acionistas	Quantidade de ações Ordinárias	Preferenciais	R$	Percentual de participação Votante	Total
EPR Participações S.A.	256.625.000	–	1.267	100%	50%
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	–	256.625.000	1.266	–	50%
	256.625.000	**256.625.000**	**2.533**	**100%**	**100%**

Características das ações preferenciais: As ações preferenciais possuem as seguintes características: (i) não conferirão direito a voto; (ii) farão jus à prioridade de reembolso de capital por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sem prêmio; (iii) farão jus ao pagamento de dividendos correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) dos dividendos e quaisquer outros proventos distribuídos pela Companhia aos seus acionistas até que

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

EPR Infraestrutura PR S.A.

o valor total de tais distribuições atinja o valor previsto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social; e (iv) serão resgatáveis por decisão da assembleia geral da Companhia, independentemente de aprovação pelos titulares das referidas ações preferenciais, por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas. **b) Reserva de capital:** A reserva de capital é um valor reservado, com o objetivo de fortalecer a posição financeira da Companhia e garantir a continuidade das suas operações. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva de capital corresponde a R$ 508.117 (R$ 250.717 em 31 de dezembro de 2024). **c) Reserva de lucros a realizar:** Em 30 de abril de 2025, a Companhia através de Assembleia Geral Ordinária deliberou a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios de R$ 69.127 para reserva de lucros a realizar, bem como realizou a incorporação da reserva de lucros no montante de R$ 207.379 para reserva de lucros a realizar. Em 30 de dezembro de 2025, a Companhia através de Assembleia Geral Extraordinária deliberou a reversão do saldo da reserva de lucros a realizar no montante de R$ 276.506 para destinação de dividendos. **d) Reserva legal:** O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 31 de dezembro de 2025 a reserva legal corresponde a R$ 1.026 (R$ 507 em 31 de dezembro de 2024). **e) Dividendos:** De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	429.999	280.075
(–) Consumo de prejuízos de anos anteriores	–	(3.063)
Lucro ajustado	**429.999**	**277.012**
(–) Reserva legal (5%)	(519)	(507)
Base para distribuição de dividendos	**429.480**	**276.505**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	107.370	69.126
Reserva de Lucros	322.110	207.379

A declaração dos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 107.370 será deliberada via Assembleia Geral Ordinária (AGO), prevista para ocorrer em até 30 dias da data de emissão desta Demonstração Financeira. No exercício de 2025, os pagamentos de dividendos ocorreram da seguinte forma:

Data	Pagamento	Valor
31/12/2025	Pagamento de dividendos, relativos a reversão do saldo de lucros a realizar – acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	14.804
31/12/2025	Pagamento de dividendos, relativos a reversão do saldo de lucros a realizar – acionista EPR Participações S.A.	779
	Total	**15.583**

f) Reserva de lucros: A constituição de reserva de lucros no montante de R$ 322.110 será deliberada via Assembleia Geral Ordinária (AGO), prevista para ocorrer em até 30 dias da data de emissão desta Demonstração Financeira, principalmente para atender ao definido pelo artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

28. Receita operacional líquida:

	Consolidado	
	2025	2024
Receitas operacionais		
Receita de serviços prestados	889.388	577.649
Receita de serviços de construção	460.790	455.677
Receitas acessórias	311	66
Receita bruta	**1.350.489**	**1.033.392**
Deduções da receita		
Tributos sobre receita de serviços prestados	(77.736)	(50.077)
Receita operacional líquida	**1.272.753**	**983.315**

29. Custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos e despesas				
Custo de serviços de construção	–	–	(460.790)	(455.677)
Serviço de terceiros	(622)	(736)	(83.376)	(27.831)
Com pessoal	–	–	(42.219)	(33.564)
Depreciação e amortização	(364)	–	(27.437)	(12.160)
Custo da concessão (Nota 25)	–	–	(20.690)	(18.390)
Combustíveis e lubrificantes	(1)	–	(6.533)	(5.313)
Seguros e garantias	–	–	(6.217)	(5.335)
Aluguéis	–	–	(1.341)	(3.493)
Perdas de arrecadação (Nota 7)	–	–	(343)	(196)
Contribuições e doações	–	–	(5.862)	(1.674)
Outros	(1)	(15)	(14.703)	(11.832)
Total	**(988)**	**(751)**	**(669.511)**	**(575.465)**
Custo dos serviços prestados	–	–	(603.707)	(540.193)
Despesas gerais e administrativas	(988)	(751)	(65.804)	(35.272)

30. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	1.568	1	78.928	46.475
Atualização monetária de impostos	–	–	2.446	–
Outras receitas	–	–	106	38
Total	**1.568**	**1**	**81.480**	**46.513**
Despesas financeiras				
Impostos sobre receitas financeiras	(4.241)	(2.421)	(7.990)	(4.589)
Encargos financeiros	–	–	(6.075)	(631)
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil (Nota 16)	–	–	(6.125)	(5.374)
Amortização dos custos de captação de debêntures (Nota 22)	(9.638)	(1.112)	(10.007)	(1.112)
Atualização monetária sobre debêntures (Nota 22)	–	–	(3.577)	–
Juros sobre debêntures (Nota 22)	(4.208)	(20.303)	(15.218)	(20.303)
Outras despesas	(221)	(168)	(3.613)	(943)
Total	**(18.308)**	**(24.004)**	**(52.605)**	**(32.952)**
Resultado financeiro	**(16.740)**	**(24.003)**	**28.875**	**13.561**

31. Outras receitas e despesas:

	Consolidado	
	2025	2024
Desconto de usuário frequente (Nota 8)	8.715	5.695
Venda sucata	41	13
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	6	–
Outras receitas	104	–
Total	**8.866**	**5.708**

32. Resultado por ação:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	270.032	129.818	270.032	129.818
Média ponderadas das ações ordinárias	257.063	126.682	257.063	126.682
Resultado básico e diluído por ação – R$	**1,0504**	**1,0248**	**1,0504**	**1,0248**

33. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: a) Visão geral: O Grupo está exposto aos seguintes riscos: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de taxa de juros; Risco de mercado; e Risco regulatório Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo. Estrutura de gerenciamento de risco**:** A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **b) Risco de crédito:** O Grupo visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	2.445	79	938.053	365.807
Aplicações financeiras (Nota 5)	–	–	198.333	–
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	–	–	38.057	–
Contas a receber (Nota 7)	–	–	59.405	37.448
Valores a receber do poder concedente (Nota 8)	–	–	819	5.695
Partes relacionadas (Nota 20)	–	–	4.628	1.950
Recursos vinculados (Nota 12)	–	–	35.007	18.139
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (Nota 20)	–	99.473	–	–
Total	**2.445**	**99.552**	**1.274.302**	**429.039**

c) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Grupo. O contrato de concessão estabelece o recurso vinculado como garantia às partes contratuais. Caso o saldo deste recurso seja insuficiente para cobrir os eventuais reequilíbrios, favoráveis ou não à controlada Litoral Pioneiro, em especial o reembolso do DUF (Nota 8), outras formas de reequilíbrio deverão ser discutidas entre as partes. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

2025				
				Controladora
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores (Nota 21)	163	–	–	163
Partes relacionadas (Nota 20)	14	–	–	14
Dividendos a pagar (Nota 20)	368.292	–	–	368.292
Total	**368.469**	**–**	**–**	**368.469**

2024				
				Controladora
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores (Nota 21)	129	–	–	129
Debêntures (Nota 22)	23.455	162.893	–	186.348
Partes relacionadas (Nota 20)	1.525	–	–	1.525
Dividendos a pagar (Nota 20)	–	69.126	–	69.126
Total	**25.109**	**232.019**	**–**	**257.128**

2025				
				Consolidado
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores (Nota 21)	100.290	–	–	100.290
Debêntures (Nota 22)	9.454	13.904	855.074	878.432
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 16)	13.741	32.579	–	46.320
Partes relacionadas (Nota 20)	10.143	–	–	10.143
Credores pela concessão (Nota 25)	4.116	34.192	–	38.308
Dividendos a pagar (Nota 20)	368.292	–	–	368.292
Total	**506.036**	**80.675**	**855.074**	**1.441.785**

2024				
				Consolidado
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores (Nota 21)	146.475	–	–	146.475
Debêntures (Nota 22)	23.455	162.893	–	186.348
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 16)	11.086	40.407	–	51.493
Partes relacionadas (Nota 20)	2.454	–	–	2.454
Credores pela concessão (Nota 25)	4.863	18.008	–	22.871
Dividendos a pagar (Nota 20)	–	69.126	–	69.126
Total	**188.333**	**290.434**	**–**	**478.767**

d) Risco de taxa de juros: O Grupo está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e debêntures. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

									Controladora
Operação	**Exposição**	**Risco**	**Taxa de Juros**	**Cenário I (provável)**	**Cenário II (+ 25%)**	**Cenário III (+50%)**	**Cenário IV (– 25%)**	**Cenário V (– 50%)**
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras (Nota 5)	2.333	Variação CDI	12,25%[1]	286	357	429	214	143

									Consolidado
Operação	**Exposição**	**Risco**	**Taxa de Juros**	**Cenário I (provável)**	**Cenário II (+ 25%)**	**Cenário III (+50%)**	**Cenário IV (– 25%)**	**Cenário V (– 50%)**
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras (Nota 5)	1.132.792	Variação CDI	12,25%[1]	138.767	173.459	208.151	104.075	69.384
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	38.057	Variação IPCA	4,05%[1]	1.541	1.927	2.312	1.156	771
Passivos financeiros								
Debêntures (Nota 22)	914.587	Variação IPCA	4,05%[1]	37.041	46.301	55.561	27.781	18.520

A diretoria do Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a diretoria adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. [1] Fonte Bacen em 26 de dezembro de 2025. **e) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **f) Risco regulatório:** O contrato de concessão estabelece um rol não exaustivo de obrigações do poder concedente e da controlada Litoral Pioneiro, incluindo o regramento específico sobre a alocação de riscos entre a controlada e poder concedente. Considera-se desequilibrado o contrato de concessão quando qualquer das partes sofrer os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado, que comprovadamente promova desbalanceamento da equação econômico-financeira do contrato. Isso significa que eventuais impactos aos resultados da controlada em virtude de descumprimento de obrigações contratuais do poder concedente e/ou de materialização de riscos a ele alocados poderão ensejar compensações à controlada pelos meios de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstos no contrato - como a alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras formas, inclusive, a combinação dos referidos mecanismos de compensação. O inadimplemento de obrigações contratuais ordinárias, por parte do poder concedente, poderá impedir o cumprimento integral dos compromissos contratuais da controlada Litoral Pioneiro, inclusive os de natureza financeira, incluindo aqueles relacionados a mudanças na legislação tributária, e causar diminuição de receita, acréscimo de custos, diminuição ou a perda de lucros. No caso de inadimplemento do contrato de concessão pelo poder concedente, a controlada poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias do contrato de concessão, que incluem instauração de arbitragem ou, em se tratando de direito indisponível, acionamento do poder judiciário, para pleitear a defesa de seus direitos. A controlada poderá, ainda, apresentar ação judicial de rescisão do contrato de concessão, com fundamento no art. 39 da lei nº 8.987/1995, em razão de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, hipótese em que os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. No caso de rescisão, a concessionária terá direito à indenização pelos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados até o momento da extinção contratual. Não há como garantir que os processos arbitrais ou judiciais serão julgados favoravelmente à controlada, ou que as respectivas decisões serão proferidas e/ou executadas em tempo hábil a fim de evitar impactos materiais adversos na concessão, tampouco que a indenização será suficiente para compensar integralmente os investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados. **g) Gerenciamento do capital:** A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para acionistas e credores.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores (Nota 21)	163	129	100.290	146.475
Debêntures (Nota 22)	–	186.348	878.432	186.348
Arrendamento mercantil (Nota 16)	–	–	46.320	51.493
Credores pela concessão (Nota 25)	–	–	38.308	22.871
(–) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(2.445)	(79)	(938.053)	(365.807)
Subtotal	**(2.282)**	**186.398**	**125.297**	**41.380**
Patrimônio líquido	–	461.136	836.386	461.136
Total	**–**	**647.534**	**961.683**	**502.516**
Quociente de alavancagem	–	29%	13%	8%

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros: No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

					Controladora
		2025		2024	
	Classificação	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e numerários (Nota 5)	2	112	112	18	18
Aplicações financeiras (Nota 5)	1 (Nível 2)	2.333	2.333	61	61
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (Nota 20)	2	–	–	99.473	99.473
		2.445	**2.445**	**99.552**	**99.552**
Passivo					
Debêntures (Nota 22)	2	–	–	186.348	186.348
Fornecedores (Nota 21)	2	163	163	129	129
Partes relacionadas (Nota 20)	2	14	14	1.525	1.525
Dividendos a pagar (Nota 20)	2	368.292	368.292	69.126	69.126
		368.469	**368.469**	**257.128**	**257.128**

					Consolidado
		2025		2024	
	Classificação	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e numerários (Nota 5)	2	3.594	3.594	4.363	4.363
Aplicações financeiras (Nota 5)	1 (Nível 2)	934.459	934.459	361.444	361.444
Fundos de investimento (Nota 5)	1 (Nível 2)	198.333	198.333	–	–
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	1 (Nível 2)	38.057	38.057	–	–
Contas a receber (Nota 7)	2	59.405	59.405	37.448	37.448
Valores a receber do poder concedente (Nota 8)	2	819	819	5.695	5.695
Partes relacionadas (Nota 20)	2	4.628	4.628	1.950	1.950
Recursos vinculados (Nota 12)	2	35.007	35.007	18.139	18.139
		1.274.302	**1.274.302**	**429.039**	**429.039**
Passivo					
Debêntures (Nota 22)	2	878.432	878.432	186.348	186.348
Fornecedores (Nota 21)	2	100.290	100.290	146.475	146.475
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 16)	2	46.320	46.320	51.493	51.493
Partes relacionadas (Nota 20)	2	10.143	10.143	2.454	2.454
Credores pela concessão (Nota 25)	2	38.308	38.308	22.871	22.871
Dividendos a pagar (Nota 20)	2	368.292	368.292	69.126	69.126
		1.441.785	**1.441.785**	**478.767**	**478.767**

A Classificação dos instrumentos financeiros mencionados no quadro acima, tem a seguinte definição: Classificação 1 – Mensurados a valor justo por meio de resultado; Classificação 2 – Custo amortizado. **34. Garantias e seguros:** A controlada Litoral Pioneiro, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a controlada mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

						Consolidado
	2025			2024		
	Vigência			Vigência		
Riscos cobertos	**Início**	**Vencimento**	**Limites de indenização**	**Início**	**Vencimento**	**Limites de indenização**
Seguro garantia	21/02/2025	28/02/2027	760.339	22/01/2024	22/01/2025	707.181
Riscos operacionais	21/02/2025	28/02/2026	124.025	22/01/2024	22/02/2025	15.000
Responsabilidade civil geral	22/01/2025	28/02/2026	10.000	22/01/2024	22/01/2025	15.000
Risco de engenharia	11/07/2025	11/07/2026	185.000	–	–	–
Responsabilidade civil de obras	11/07/2025	11/07/2026	25.000	–	–	–

35. Compromissos: a) Contrato de concessão: A controlada Litoral Pioneiro tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas ("frentes"). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são: · Frente de trabalhos iniciais – Até o 1º ano de concessão, escopo atingido em fevereiro de 2025; · Frente de recuperação e manutenção – Do 2º ao 5º ano de concessão; · Frente de ampliação de capacidade – Do 3º ao 7º ano de concessão; e · Manutenção de nível de serviço – Do 1º ao 25º ano de concessão. No âmbito do contrato, a controlada Litoral Pioneiro assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental ("EVTEA"), em R$ 11.038.697, sendo R$ 6.050.835 destinados à expansão e melhorias e R$ 4.987.862 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a duplicação de mais de 350 quilômetros de pistas, a implantação de 138 quilômetros de faixas adicionais e 73 quilômetros de vias marginais. Além do estabelecido acima, a controlada Litoral Pioneiro também possui as seguintes obrigações dispostas no contrato de concessão: · Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); · Recursos vinculados: parcela retida do preço do pedágio cobrado da controlada Litoral Pioneiro em favor do poder concedente; · Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); · Verba de segurança de trânsito: verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio). A controlada também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão. Por fim, a controlada Litoral Pioneiro deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	R$
Do início do prazo do contrato até o 7º ano de concessão	610.940
Do 8º ano de concessão até o 27º ano de concessão	305.470
Do 28º ano de concessão até o final da concessão	610.940

36. Transações que não afetaram caixa: Em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações que não afetaram caixa estão apresentadas nas rubricas abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Aquisição de infraestrutura em construção/fornecedores	57.409	(137.187)
Aquisição de infraestrutura em construção/partes relacionadas (Nota 20)	(5.562)	–
Desapropriação (Nota 18)	(18.979)	–
Adições e remensurações de direito de uso/arrendamento mercantil (Nota 16)	(6.832)	(59.184)
Juros capitalizados na infraestrutura em construção (Nota 18)	(25.719)	12.423

37. Eventos subsequentes: a) Dividendos intermediários: Em 13 de janeiro de 2026, a controlada Litoral Pioneiro destinou dividendos intermediários no montante de R$ 91.133, com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2025. O pagamento ocorreu no dia 14 de janeiro de 2026. b) Pagamento de dividendos destinados anteriormente Em 14 de janeiro de 2026, a Companhia realizou o pagamento de dividendos intercalares destinados anteriormente, no montante de R$ 91.133, sendo R$ 4.557 pagos ao acionista EPR Participações S.A. e R$ 86.576 pagos ao acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações IE.

Conselho de Administração

Enio Stein Júnior
Carlo da Silveira Framarim
Carlos Eduardo Auchewski Xisto

Diretoria

José Carlos Cassaniga
Diretor Presidente
Enio Stein Júnior
Diretor de Relações com Investidores e sem designação específica

Responsável Técnico

Lucas de Castro Maia
Contador CRC: MG–106304/O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da **EPR Infraestrutura PR S.A.,** São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EPR Infraestrutura PR S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. *Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais***:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. *Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas* Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. ***Capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível:*** Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 3.3 (i), 18 e 19 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A mensuração da infraestrutura em construção e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível como área significativa de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto**:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como infraestrutura em construção e intangível; (ii) teste das adições da infraestrutura em construção e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3 (i), 18 e 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado***:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. · Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. · Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 23 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623

F José Antonio de Andrade Navarrete
Contador
CRC SP-198698/O

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

EPR Participações S.A.

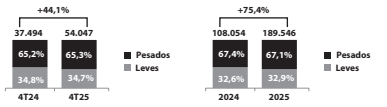
CNPJ nº 48.803.906/0001-70

Relatório da Administração 2025

São Paulo (SP), 23 de março de 2026 – A EPR Participações S.A. ("Companhia" ou "EPR") divulga seus resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Grupo EPR:** A EPR Participações S.A. ("EPR ou Grupo EPR"), é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A Companhia é resultado da união entre a expertise em gestão de ativos regulados em infraestrutura com experiência técnica e operacional da Equipav, com mais de 60 anos de atuação, e a capacidade de estruturação financeira da Perfin Infra, gestora de fundos com R$ 15 bilhões em ativos. O Grupo EPR, por meio da EPR Triângulo, EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Via Mineira, EPR Litoral Pioneiro e EPR Iguaçu (sociedades de propósito específico), administra, respectivamente, três concessões estaduais de rodovias e uma concessão federal de rodovias no Estado de Minas Gerais e duas concessões federais de rodovias no Estado do Paraná. Em 23 de outubro de 2025, o Grupo EPR sagrou-se vencedor do leilão da concessão federal do lote 4 do estado do Paraná. A EPR Paraná firmou contrato de concessão no 1º trimestre de 2026. **Mensagem do Diretor Presidente:** Em 2025, a EPR consolidou-se como uma das mais relevantes operadoras de concessões rodoviárias do país, finalizando o ano com três ativos localizados no estado do Paraná, a EPR Litoral Pioneiro, a EPR Iguaçu e a nova EPR Paraná (lote 4, leilão de outubro); e quatro ativos localizados no estado de Minas Gerais, a EPR Triângulo, EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café e EPR Via Mineira. Ao longo do ano, as concessionárias se dedicaram à requalificação das rodovias, prestando serviços de excelência. Em 2025, foram concluídos e homologados os trabalhos iniciais da EPR Triângulo, EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Via Mineira e EPR Litoral Pioneiro, dando início à fase de recuperação - 2ª estapa dos respectivos Programas de Exploração da Rodovia ("PER"). Foram realizados R$ 1,4 bilhões de investimentos em 2025. Terminamos o ano de 2025 com uma receita líquida de pedágio no valor de R$ 2,3 bilhões, refletindo um tráfego de 189,5 milhões de eixos equivalentes. O EBITDA do período foi de R$ 1,7 bilhões com uma margem EBITDA de 74,5%, levando a um Lucro Líquido de R$ 1,0 bilhão. Destaque também para a captação da EPR Iguaçu de R$ 9,2 bilhões junto ao BNDES. O financiamento foi estruturado por meio da 2ª emissão de debêntures da EPR Iguaçu, composta por oito séries, totalizando R$ 8,6 bilhões, a maior contratação de debêntures de 2025 no país, além de R$ 605 milhões provenientes da linha FINEM. Estes recursos serão destinados para os investimentos de expansão e modernização da infraestrutura do sistema rodoviário concedido. Seguindo com o compromisso de promover rodovias mais seguras, as concessionárias da EPR mantiveram diálogo e escuta ativa com a sociedade, comunidades locais e usuários, identificando as principais necessidades e prestando contas sobre os avanços realizados. Destaque para o Programa Conviver, iniciativa do Grupo EPR, em promover ações como educação para o comportamento seguro dos usuários, uso adequado da infraestrutura, incentivo a manutenção preventiva de veículos e valorização e preservação da vida, reforçando a segurança viária. Para 2026, a EPR seguirá comprometida com a excelência na prestação de serviços aos usuários e com a realização o de investimentos consistentes na modernização das rodovias, atuando com transparência e diálogo constante com a sociedade, promovendo mais fluidez e segurança nas rodovias. **José Carlos Cassaniga. Destaques de 2025: Operacional e Regulatório:** O Grupo EPR realizou mais de 383 mil atendimentos aos usuários e inspeções ao longo do ano de 2025. O Centro de Controle Operacional (CCO) das concessionárias funcionam 24 horas por dia, coordenando equipes de inspeção e socorro que patrulham as rodovias continuamente. As equipes estão distribuídas em bases operacionais estrategicamente posicionadas, garantindo um rápido tempo de resposta em emergências. A infraestrutura oferecida inclui ambulâncias, guinchos leves e pesados, caminhões de combate a incêndio e veículos para apreensão de animais, proporcionando uma ampla gama de serviços para os usuários das rodovias.

Atendimentos	2025	2024	Var.%
Socorro Médico	33.073	16.670	98,4%
Socorro Mecânico	107.601	60.920	76,6%
Atendimento (pipa + boiadeiro)	18.653	9.737	91,6%
Inspeções	224.603	102.994	118,1%
Total	**383.930**	**190.321**	**101,7%**

O aumento no número de atendimentos e inspeções de 2025, em comparação ao ano de 2024 ocorre porque, é considerada a contabilização do ano completo da EPR Vias do Café, EPR Litoral Pioneiro e EPR Via Mineira. Houve também o início das operações da EPR Iguaçu, em 16 de maio de 2025, o que contribuiu também para a elevação do total de atendimentos. ***EPR Triângulo***: Em 05 de fevereiro de 2025, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão entre a EPR Triângulo e a Secretaria do Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais ("SEINFRA"), poder concedente, no qual ficou suspensa a obrigação de pagamento do compromisso devido ao Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes ("FUNTRANS") até 30 de novembro de 2025. A suspensão se deu em razão do interesse das partes em avaliar as adequações necessárias no PER. Em 28 de fevereiro de 2025, a EPR Triângulo, conforme previsão contratual, teve homologada a entrega do escopo de serviços iniciais, dando início ao escopo de recuperação. Em 22 de outubro de 2025, conforme deliberação da Agência Reguladora de Transporte do Estado de Minas Gerais ("ARTEMIG"), sucessora da SEINFRA nos contratos de concessão do Estado de Minas Gerais, a EPR Triângulo reajustou em 5,26% as tarifas de pedágio, conforme previsto no contrato de concessão. ***EPR Sul de Minas***: Em fevereiro de 2025, a EPR Sul de Minas teve homologada a entrega dos serviços iniciais, dando início em março de 2025 ao escopo de recuperação, conforme previsto no PER. Em 9 de outubro de 2025, conforme deliberação da ARTEMIG, a EPR Sul de Minas reajustou em 5,21% as tarifas de pedágio, este reajuste faz parte da revisão contratual anual conforme definido em contrato de concessão. Em 23 de outubro de 2025, a EPR Sul de Minas recebeu o montante de R$ 3,3 milhões da ARTEMIG, via liberação de recurso vinculado, correspondente ao ano de 2024. Sendo R$ 3,0 milhões referente ao Desconto ao Usuário Frequente ("DUF") excedente, e R$ 0,3 milhões referente a atualização monetária. Em novembro de 2025, a EPR Sul de Minas recebeu valores de contraprestação financeira, conforme previsto no contrato de concessão, em decorrência da conclusão de marcos de desempenho. Os montantes recebidos foram no valor total de R$ 165,8 milhões, sendo que R$ 68 milhões se referem as entregas do ano 3, no valor total de R$ 90 milhões, cujo recebimento estava originalmente previsto apenas para o ano de 2026. ***EPR Vias do Café***: Em 26 de julho de 2025, foi aplicado à EPR Vias do Café o reajuste tarifário anual, conforme deliberação da SEINFRA, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 12 de julho de 2025. A nova tarifa básica de pedágio é no valor de R$ 15,00. Em 23 de outubro de 2025, a EPR Vias do Café concluiu o escopo de serviços iniciais, conforme previsto no PER, dando início ao escopo de recuperação. ***EPR Litoral Pioneiro***: Em 14 de março de 2025, a EPR Litoral Pioneiro iniciou a arrecadação nas praças de pedágio de Sengés (rodovia PR-151, km 185) e Siqueira Campos (rodovia PR-092, km 287). A abertura dessas praças foi autorizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") após a entrega das obras iniciais, que ocorreu em 28 de fevereiro de 2025, conforme previsto no contrato de concessão. Em 28 de agosto de 2025, foi aplicado à EPR Litoral Pioneiro o reajuste tarifário, conforme previsto no contrato de concessão e autorização da ANTT. A nova tarifa média básica de pedágio será no valor de R$ 13,07. ***EPR Via Mineira***: Em outubro de 2025, a EPR Via Mineira concluiu a etapa de serviços iniciais, iniciando o escopo de recuperação conforme o PER. A EPR Via Mineira, recebeu no dia 13 de outubro de 2025, o montante de R$ 3,1 milhões via liberação de recurso vinculado, referente ao DUF, correspondente ao período de agosto de 2024 a agosto de 2025. A partir desse recebimento, que marca a conclusão do primeiro ano da concessão, as compensações de DUF passam a ocorrer mensalmente. **Investimentos Consolidados:** O Grupo EPR realizou R$ 1,4 bilhões de investimentos em infraestrutura em construção, imobilizado e intangível no ano de 2025. Os principais investimentos foram direcionados a obras relacionadas ao PER das concessionárias, com ênfase nas melhorias iniciais, que incluíram pavimentação, sinalização, drenagem, praças de pedágio, bases operacionais e serviços essenciais para os usuários, melhorando a segurança viária e a fluidez do tráfego. **Financeiro:** A EPR em 2025, se consolidou como uma das mais relevantes operadoras de concessões rodoviárias do país, operando seis rodovias já com pedágios em funcionamento e tendo ganho o Lote 4 do Paraná. Essa mudança de patamar se reflete em números: · Receitas de prestação de serviços de R$ 2,5 bilhões no exercício findo em 2025 e R$ 1,3 bilhões em 2024 · EBITDA de R$ 1,7 bilhões em 2025 · A margem EBITDA do ano fecha em 74,5% · Investimentos consolidados de R$ 1,4 bilhões realizados em 2025 · Maior debênture de 2025 contratada junto ao BNDES para a EPR Iguaçu no valor total de R$ 8,6 bilhões e FINEM de R$ 600 milhões · Mais de 383 mil atendimentos e inspeções Em 2025, a EPR Via Mineira e a EPR Iguaçu obtiveram o registro de emissor – categoria B, concedido pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Sendo assim, os seis ativos do Grupo EPR possuem o registro de emissor – categoria B, conforme previsto nos contratos de concessão. **Programa de Integridade EPR:** O Código de Conduta e Política de Compliance do Grupo EPR ("Grupo EPR" e "Políticas", respectivamente), foram revisadas, criadas e lançadas com as seguintes políticas de integridade vigentes: i) Política de Integridade e Combate à Corrupção e ao Suborno; (ii) Política de Cumprimento do Código de Conduta; (iii) Política de Transação com Partes Relacionadas; (iv) Política do Canal de Ética, Não Retaliação e Gestão de Consequências; (v) Política de Conflito de Interesses; (vi) Política de Brindes Presentes Entretenimento e Hospitalidades; (vii) Política de Doações Contribuições e Patrocínio; (viii) Política de Relacionamento com o Poder Público; (ix) Política de Comportamentos e Atividades Político-eleitorais; (x) Política de Auditoria Interna; (xi) Política de Alçadas; (xii) Política de Proteção de Dados; (xiii)Diretriz Corporativa de Investigação de Denúncias; (xiv)Diretriz Corporativa de Doações, Patrocinio, Parceria Sociais, Acordos de Cooperação e Convênio; (xv) Diretriz Corporativa do Monitoramento do Programa de Integridade; (xvi) Diretriz Corporativa Avaliação de Riscos de Corrupção, Suborno e Controles Internos; e (xvii) Diretriz Corporativa de Avaliação de Riscos de Parceiros de Negócios. As referidas Políticas e Diretrizes visam prevenir, detectar e remediar irregularidades, de modo a reduzir os riscos de violação à legislação anticorrupção e antissuborno aos quais está sujeita no âmbito de seus negócios, e foram elaboradas com base nas diretrizes previstas na legislação de anticorrupção brasileira, dentre elas a Lei n.° 12.846, de 2013 e Decreto n.° 11.129, de 2022 (que revogou o antigo Decreto n.° 8.420, de 2015) bem como em melhores práticas de mercado nacionais e internacionais. Como parte do aprimoramento do Programa de Integridade, o Conselho de Administração melhorou mecanismos de controle e de estrutura de governança corporativa adotando as seguintes medidas: (i) criação da gerência de integridade e auditoria interna, em linha de reporte para a presidência do Grupo EPR; (ii) contratação de consultoria para auditorias internas; (iii) aprovação das políticas de integridade e do código de conduta ética. Foram estabelecidos processos para gestão de *onboarding* de fornecedores, o qual se tornou um fator decisivo em suas relações comerciais, bem como para Doação e Patrocinios realizados pela Companhia. A área revisou e incluiu cláusulas anticorrupção e de integridade, também com foco em responsabilidade socioambiental, em todos os contratos firmados com Parceiros de Negócio. O Programa de Integridade tem como objetivo facilitar a compreensão e conhecimento pelos administradores e colaboradores de suas diretrizes, orientar e analisar para que os objetivos estejam alinhados aos pontos estratégicos do Grupo EPR, por meio de suas atividades de monitoramento e controles e submeter à análise crítica periódica da alta direção e órgão diretivo. Ademais, disseminar as políticas e procedimentos, por meio de plano de conscientização com treinamentos e comunicados realizados periodicamente, recomendar a mitigação adequada às condutas contrárias das determinações do Programa de Integridade. O Grupo EPR possui um Canal de Ética, imparcial, administrado por empresa terceira, disponível 24h, sete dias por semana, podendo ser acessado por colaboradores e terceiros, com garantia do anonimato e sigilo, Para a sua condução a área de Integridade conduz, gerencia e trata os relatos recebidos, além de deliberar os temas em Comitê Executivo de Integridade e Ética da EPR. **Sustentabilidade:** O Grupo EPR estabelece diretrizes para o desenvolvimento de programas sustentáveis e sociais, com foco na redução das emissões de gases de efeito estufa decorrentes das suas operações no sistema rodoviário. A implementação do Sistema de Gestão Integrada (SGI), através de auditorias internas, garante que todos os colaboradores estejam alinhados em torno de um mesmo propósito, com objetivos, ações, comprometimento, proporcionando eficiência operacional e conformidade legal, com o meio ambiente e sociedade. A EPR Triângulo, a EPR Sul de Minas e a EPR Litoral Pioneiro obteram em 2025 as certificações ABNT NBR ISO 9001 – gestão da qualidade, ABNT NBR ISO 14001 – gestão ambiental e ABNT NBR ISO 45001- gestão de saúde e segurança do trabalho, além destas certificações a EPR Litoral Pioneiro obteve a ABNT NBR ISO 39001, voltado a gestão de segurança viária, concedidas pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR). Estas conquistas atestam que as Companhias do Grupo EPR, atuam em conformidade com os mais elevados padrões internacionais, reforçando o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, a sustentabilidade e o bem-estar dos colaboradores, parceiros e usuários. Em 2025 foram realizadas diversas campanhas sociais, educativas e ambientais. Entre as iniciativas destacadas, foram o Maio Amarelo, o objetivo foi promover a conscientização e incentivar comportamentos mais seguros nas estradas. Junho Verde, um mês dedicado à conscientização sobre preservação ambiental e sustentabilidade. As Romarias na EPR Triângulo e EPR Vias do Café, tradicionalmente conhecidas, reforçam o compromisso da EPR em oferecer uma rodovia segura e garantir maior fluidez para todos os usuários. A EPR Triângulo firmou uma parceria com a BYD para transformação das rodovias, eletrificando 100% da frota da concessionária com 38 veículos leves para inspeção e administrativo. A iniciativa inclui carregadores próprios e prevê disponibilizar a infraestrutura para usuários em mais de 600 km e reduzindo cerca de 300 toneladas de emissão de CO2 anuais. Destaque para o Programa Conviver, iniciativa do Grupo EPR que busca estimular comportamentos seguros e corresponsáveis entre motoristas, pedestres, ciclistas, motociclistas e comunidades vizinhas às rodovias. O programa promove a educação para o uso seguro da infraestrutura, incentiva a manutenção preventiva dos veículos e reforça a valorização e preservação da vida, contribuindo diretamente para a segurança de todos que utilizam as rodovias. **Recursos Humanos:** Em 2025, o Grupo EPR registrou 2.096 empregos diretos nas regiões das concessões. O grupo EPR criou um canal de vagas que divulga as oportunidades abertas e possibilita os interessados a cadastrar seu currículo e enviar a candidatura. O canal apresenta os valores do grupo que são baseados em ética, respeito, transparência e colaboração. A EPR valoriza a inclusão e acredita no potencial de cada pessoa, por isso, está comprometida em construir um ambiente de trabalho cada vez mais diverso. **Desenvolvimento econômico dos municípios:** A EPR, no ano de 2025, repassou R$ 113 milhões em Imposto Sobre Serviços (ISS) aos municípios que compõem a malha sob sua administração. Cada município poderá destinar a arrecadação para investir em diversas áreas, tais como: saúde, educação e infraestrutura. **Eventos subsequentes:** ***EPR Triângulo***: Em fevereiro de 2026, a ARTEMIG e a EPR Triângulo, oficializaram uma reformulação estratégica ao contrato de concessão. Esta reformulação transforma a última parcela do valor da outorga a ser paga, por novos investimentos no trecho da BR-365 entre Uberlância e Patrocínio, permitindo a antecipação de obras e a ampliação da duplicação prevista no PER. ***EPR Via Mineira***: Em janeiro de 2026, a EPR Via Mineira realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R$ 1,2 bilhão, distribuídas em três séries, com vencimento em julho de 2029 e taxa de juros de CDI + 1,45% ao ano. Ainda em janeiro foram integralizadas duas séries das debêntures no valor total de R$ 500 milhões. ***EPR Paraná e Infra PR Lote 4***: Em janeiro de 2026, a EPR Paraná e sua controladora direta EPR Infra PR Lote 4 receberam, respectivamente, R$ 550 milhões e R$ 300 milhões relacionados às primeiras séries das suas 1ªs emissões de debêntures, que possuem vencimento em janeiro de 2029 e taxa de juros de CDI + 1,75% ao ano. ***EPR Iguaçu e Infra PR Lote 6***: Em janeiro de 2026, a EPR Iguaçu e sua controladora direta EPR Infra PR Lote 6 receberam, respectivamente, R$ 80 milhões e R$ 180 milhões relacionados às segundas séries das suas 1ªs emissões de debêntures, que possuem vencimento em fevereiro de 2028 e taxa de juros de CDI + 1,84% ao ano. **Desempenho EPR: Tráfego:** O tráfego mensal em eixos equivalentes teve a seguinte distribuição entre leves e pesados em 2025:



O tráfego acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 189,5 milhões de eixos equivalentes, sendo 62,3 milhões de veículos leves e 127,3 milhões de veículos pesados. O aumento do tráfego de 2025, em comparação ao ano de 2024, decorre principalmente da contabilização do ano completo da EPR Vias do Café, EPR Litoral Pioneiro e EPR Via Mineira. Houve também o início da arrecadação de pedágio na EPR Iguaçu, em 28 de junho de 2025.

Tráfego em milhares de eixos equivalentes	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Leves	18.753	13.031	43,9%	62.279	35.273	76,6%
Pesados	35.294	24.464	44,3%	127.267	72.781	74,9%
Total	**54.047**	**37.494**	**44,1%**	**189.546**	**108.054**	**75,4%**

Receita: Em 2024 estavam operacionais as concessionárias: EPR Triângulo, EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Litoral Pioneiro e EPR Via Mineira. A EPR Iguaçu foi constituída em 18 de outubro de 2024 e o início da arrecadação de pedágio desta concessionária foi em 28 de junho de 2025.

Receita (R$ mil)	2025	2024	Var. %
Receita Bruta	**3.882.973**	**2.653.768**	**46,3%**
Receita de serviços prestados	2.456.042	1.336.466	83,8%
Receita de serviços de construção	1.426.572	1.317.235	8,3%
Receitas acessórias	359	67	435,8%
Tributos sobre receita de serviços prestados	(205.313)	(113.434)	81,0%
Receita Líquida	**3.677.660**	**2.540.334**	**44,8%**
Receita de serviços de construção	(1.426.572)	(1.317.235)	8,3%
Receita Líquida Ajustada	**2.251.088**	**1.223.099**	**84,0%**

A receita com serviços prestados foi de R$ 2,5 bilhões no exercício findo em 2025 e R$ 1,3 bilhão em 2024. A receita líquida totalizou R$ 3,7 bilhões em 2025 e R$ 2,5 bilhões em 2024. A receita líquida ajustada (excluindo a receita com serviços de construção) totalizou R$ 2,3 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Em 2025, 77,5% (68,7% em 2024) da arrecadação foi pela modalidade AVI (tag). **Custos Operacionais e Despesas Administrativas:**

Custos e Despesas Operacionais (R$ mil)	Consolidado	
	2025	2024
Custos e serviços de construção	(1.349.385)	(1.259.458)
Serviços de terceiros	(342.161)	(165.223)
Com pessoal	(168.886)	(108.615)
Depreciação e amortização	(85.318)	(46.444)
Custo de concessão	(69.548)	(40.819)
Combustíveis e lubrificantes	(21.341)	(14.674)
Seguros e garantias	(21.532)	(16.235)
Aluguéis	(7.944)	(20.546)
Perda de arrecadação	(998)	(5.916)
Contribuições e doações	(11.386)	–
Outros	(47.455)	(42.301)
Custos e Despesas Operacionais	**(2.125.954)**	**(1.720.231)**

No exercício social de 2025, quando comparado com o exercício de 2024, tem-se um incremento nas rubricas de Custos e Despesas em função principalmente dos gastos com serviços de terceiros, combustíveis e lubrificantes, com pessoal dedicado à operação das concessionárias. A redução da rubrica de Aluguéis no consolidado, quando comparado ao exercício social de 2024, é referente à contratação de geradores de energia pela a EPR Triângulo e EPR Sul de Minas temporariamente em 2024, até a ligação definitiva da energia elétrica nas edificações. **EBITDA:** O EBITDA totalizou R$ 1,7 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com margem EBITDA de 74,5%.

EBITDA (R$ mil)	Consolidado		
	2025	2024	Var. %
Receita Líquida Ajustada	2.251.088	1.223.099	84,0%
Receita de construção	1.426.572	1.317.235	8,3%
Custos operacionais	(499.614)	(323.362)	54,5%
Despesas operacionais	(276.955)	(137.411)	101,6%
Outras receitas e despesas	40.137	34.219	17,3%
Custos de construção	(1.349.385)	(1.259.458)	7,1%
Custos Operacionais (s/ custos de construção)	(736.432)	(426.554)	72,6%
EBIT	**1.591.843**	**854.322**	**86,3%**
Depreciação e amortização	85.318	46.444	83,7%
EBITDA	**1.677.161**	**900.766**	**86,2%**
Margem EBITDA	*74,5%*	*73,6%*	

Conforme a Resolução CVM nº156, de 23 de junho de 2022, segue abaixo a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA:

EBITDA (R$ mil)	Consolidado		
	2025	2024	Var. %
Lucro (Prejuízo) do exercício	**1.024.498**	**509.941**	100,9%
(+) IR e CS – correntes e diferidos	499.208	258.714	93,0%
(+) Resultado financeiro	68.137	85.667	–20,5%
(+) Depreciação e amortização	85.318	46.444	83,7%
EBITDA	**1.677.161**	**900.766**	**86,2%**

Resultado Financeiro:

Resultado Financeiro (R$ mil)	Consolidado	
	2025	2024
Receitas Financeiras	**390.694**	**155.986**
Aplicações financeiras	383.928	148.266
Atualização monetária de impostos	5.716	–
Juros sobre ativos financeiros	–	405
Atualização monetária de recebimento DUF	594	–
Atualização monetária ressarcimento regulatório	–	6.642
Outras receitas financeiras	456	673
Despesas Financeiras	**(458.831)**	**(241.653)**
Juros sobre debêntures e notas comerciais	(259.932)	(180.899)
Atualização monetária de debêntures	(103.149)	–
Impostos sobre receitas financeiras	(26.198)	(9.315)
Amortização dos custos de captação	(24.878)	(17.156)
Ajuste a valor presente	(19.258)	(18.145)
Encargos financeiros	(6.075)	(1.453)
Atualização monetária de passivo de delegação de serviços públicos	(2.710)	(2.914)
Comissão e despesas financeiras	(4.431)	–
Outras despesas financeiras	(12.200)	(11.771)
Resultado Financeiro	**(68.137)**	**(85.667)**

O resultado financeiro líquido consolidado foi de -R$ 68,1 milhões em 2025. Este valor se deve principalmente ao incremento dos juros sobre debêntures e notas comerciais e atualização monetária sobre as debêntures, atreladas ao IPCA, considerado o aumento do endividamento bruto. **Endividamento:**

Endividamento (R$ mil)	Quantidade	Taxas Contratuais	Vencimento	2025	2024
EPR Triângulo					
2ª emissão debêntures					
série única	1.300.000	IPCA + 7,32%	ago–41	1.416.901	1.353.064
EPR Sul de Minas					
2ª emissão debêntures					
série única	500.000	IPCA + 8,16%	out–44	534.015	507.868
EPR Vias do Café					
1ª emissão debêntures					
série única	350.000	CDI + 3,40%	abr–26	–	414.541
2ª emissão debêntures					
série única	800.000	CDI + 8,47%	mar–41	873.678	–
EPR Litoral Pioneiro					
1ª emissão debêntures					
2ª série	450.000	IPCA + 7,62%	mar–49	456.787	–
2ª emissão debêntures					
série única	450.000	IPCA + 8,20%	mar–49	457.800	–
EPR Infraestrutura PR					
1ª emissão debêntures					
1ª série	250.000	CDI + 2,75%	dez–26	–	188.559
EPR Infraestrutura MG					
1ª emissão notas comerciais					
série única	120.000	CDI + 2,50%	jun–27	–	128.307
2ª emissão notas comerciais					
série única	120.000	CDI + 2,50%	jun–27	82.081	–
EPR Iguaçu					
1ª emissão debêntures					
1ª série	400.000	CDI + 1,84%	fev–28	446.696	–
EPR Infraestrutura Lote 6					
1ª emissão debêntures					
1ª série	270.000	CDI + 1,84%	fev–28	306.693	–
Total Debêntures				**4.574.651**	**2.592.339**
Arrendamento mercantil				166.892	123.682
Caixa				**(2.066.292)**	**(1.792.630)**
Aplicações financeiras				**(1.429.036)**	**–**
Dívida Líquida				**1.246.215**	**923.391**

Em fevereiro de 2025, a controlada Infra PR recebeu R$ 260.000 referentes à integralização da série única da sua 2ª emissão de debêntures, com vencimento final em 04 de dezembro de 2026. A Infra PR efetuou o pagamento antecipado da totalidade das debêntures da sua 2ª emissão de debêntures em outubro de 2025. Em março de 2025, a controlada Vias do Café recebeu R$ 800 milhões referentes à integralização da série única da sua 2ª emissão de debêntures, com vencimento em 15 de março de 2041. Neste mesmo mês, a controlada Infra Lote 6 recebeu R$ 270 milhões referentes à integralização da 1ª série da sua 1ª emissão de debêntures, com vencimento final em 28 de fevereiro de 2028. Em abril de 2025, a controlada indireta Iguaçu recebeu R$ 400 milhões referentes à integralização da 1ª série da sua 1ª emissão de debêntures, com vencimento em 28 de fevereiro de 2028. Neste mesmo mês, a controlada Infra MG efetuou a 2ª emissão de notas comerciais escriturais, no montante de R$ 120 milhões, com vencimento final em 20 de junho de 2027. Em outubro e novembro de 2025, a controlada indireta Litoral recebeu R$ 900 milhões, sendo R$ 450 milhões referentes à integralização da série única da sua 2ª emissão de debêntures e 450 milhões referentes à integralização da 2ª série da sua 1ª emissão de debêntures, ambas com vencimento final em 15 de março de 2049. **Amortizações de Principal:** Em fevereiro, maio e junho a controlada Infra PR efetuou pagamentos antecipados relacionados a sua 1ª emissão de debêntures no montante de R$ 163.950, finalizando a amortização da totalidade das debêntures e encerrando suas respectivas obrigações a estas debêntures. Em março de 2025, a controlada Vias do Café efetuou o pagamento antecipado da totalidade das debêntures da sua 1ª emissão de debêntures no montante de R$ 350.000, encerrando suas respectivas obrigações a estas debêntures. Em maio, junho e setembro a controlada Infra MG efetuou pagamentos antecipados relacionados a sua 1ª emissão de notas comerciais no montante de R$ 120.000, finalizando a amortização da totalidade das notas comerciais e encerrando suas respectivas obrigações em relação a estas notas comerciais. Em setembro e dezembro a controlada Infra MG efetuou pagamentos antecipados parciais relacionados a sua 2ª emissão de notas comerciais no montante de R$ 43.476, o saldo remanescente das notas comerciais será amortizado até junho de 2027 conforme previsto no instrumento de financiamento. Em junho, setembro e outubro a controlada Infra PR efetuou pagamentos antecipados relacionados a sua 2ª emissão de debêntures no montante de R$ 260.000, finalizando a amortização da totalidade das debêntures e encerrando suas respectivas obrigações a estas debêntures. **CAPEX:**

CAPEX	2025	2024
Imobilizado	48.232	15.368
Intangível	2.461	11.526
Infraestrutura em construção	1.319.969	1.066.850
CAPEX	**1.370.662**	**1.093.744**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo desembolsou R$ 1,4 bilhão de investimentos, sendo a maior representatividade as obras de atendimento ao PER, com destaque para trabalhos iniciais e recuperação, conforme preconiza o contrato de concessão. **Lucro Líquido:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um lucro líquido consolidado de R$ 1,0 bilhão. **Governança Corporativa: Conselho de Administração:** O Conselho de Administração tem como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; eleger e destituir membros da Diretoria; convocar assembleia geral ordinária e extraordinária; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; entre outras atribuições. **Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accouting Standards Board (IASB). **Relacionamento com a Auditoria Externa:** A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda. ("EY"), prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, em adição aos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras e revisões limitadas trimestrais das companhias do grupo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a EY prestou serviços relacionados a emissão de carta conforto e relatórios de asseguração limitada de algumas das nossas controladas. **Declaração da Administração:** A Administração da EPR Participações S.A. declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou i) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e (ii) com o conteúdo e conclusão expressos no relatório dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras relativas ao período entre 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025. **Demonstração de Resultado:**

Demonstração do resultado (em R$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	–	–	3.677.660	2.540.334
Custos dos serviços prestados	–	–	(1.848.999)	(1.582.820)
Lucro bruto	**–**	**–**	**1.828.661**	**957.514**
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(5.174)	(15.357)	(276.955)	(137.411)
Outras receitas e despesas	11.064	–	40.137	34.219
Equivalência patrimonial	618.890	215.489	–	–
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**624.780**	**200.132**	**1.591.843**	**854.322**

continua ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

EPR Participações S.A.

Demonstração do resultado (em R$ mil)	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	1.483	98	390.694	155.986
Despesas financeiras	(425)	(28)	(458.831)	(241.653)
Lucro operacional antes do IRPJ e CSLL	**625.838**	**200.202**	**1.523.706**	**768.655**
IRPJ e CSLL				
Correntes	–	–	(419.037)	(206.491)
Diferidos	–	–	(80.171)	(52.223)
Lucro líquido do período	**625.838**	**200.202**	**1.024.498**	**509.941**
Lucro por ação básico e diluído – R$	**1,2168**	**0,6664**	**1,2168**	**0,6664**

Balanço Patrimonial:

Ativo	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	15.083	35	2.066.292	1.792.630
Aplicações financeiras	–	–	1.429.036	–
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	55.242	36.873
Contas a receber	–	–	177.510	101.864
Valores a receber do poder concedente	–	–	18.016	8.177
Recursos vinculados	–	–	14.328	–
Ativo financeiro	–	–	7.423	–
Dividendos a receber	128.788	13.266	–	–
Impostos a recuperar	378	31	43.926	48.169
Adiantamentos a fornecedores	976	518	8.545	27.546
Custos de captação de dívida antecipados	–	–	764	–
Outros ativos	26	–	10.421	4.384
Total dos ativos circulantes	**145.251**	**13.850**	**3.831.503**	**2.019.643**
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	237.583	60.700
Valores a receber do poder concedente	–	–	–	6.872
Recursos vinculados	–	–	61.618	33.250
Partes relacionadas	19.916	19.880	–	–
Dividendos a receber	–	4.980	–	–
Impostos a recuperar	3	–	21.757	–
Custos de captação de dívida antecipados	–	–	53.239	–
Depósitos judiciais	–	–	20.387	90
Irpj e csll diferidos	–	–	5.237	3.219
Outros ativos	–	–	448	41
Total do realizável a longo prazo	**19.919**	**24.860**	**400.269**	**104.172**
Investimentos	1.188.164	564.367	–	–
Direito de uso em arrendamento	25.582	2.041	159.305	118.955
Imobilizado	3.100	1.041	65.214	22.320
Infraestrutura em construção	–	–	869.941	1.049.832
Intangível	198	8	2.525.330	1.105.548
Total dos ativos não circulantes	**1.236.963**	**592.317**	**4.020.059**	**2.400.827**
Total dos ativos	**1.382.214**	**606.167**	**7.851.561**	**4.420.470**

Passivo	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante				
Fornecedores	6.044	1.871	307.526	283.452
Debêntures e notas comerciais	–	–	50.831	124.616
Arrendamento mercantil a pagar	3.052	467	41.775	26.682
Obrigações sociais	15.035	8.732	55.018	30.847
Obrigações fiscais	482	95	61.464	91.248
Partes relacionadas	–	14.775	–	–
Credores pela concessão	–	–	100.738	71.135
Dividendos a pagar	–	–	431.432	15.014
Outros passivos	–	–	305	35
Total dos passivos circulantes	**24.613**	**25.940**	**1.049.089**	**643.029**
Não circulante				
Debêntures e notas comerciais	–	–	4.355.808	2.375.312
Arrendamento mercantil a pagar	18.174	1.660	125.117	97.000
Obrigações fiscais	–	–	257	–
Credores pela concessão	–	–	61.621	33.952
Dividendos a pagar	98.725	–	98.725	94.612
Irpj e csll diferidos	–	–	133.149	50.960
Provisão para perda em investimentos	518	10.162	–	–
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	–	–	20.434	124
Outros passivos	–	–	690	–
Total dos passivos não circulantes	**117.417**	**11.822**	**4.795.801**	**2.651.960**
Total dos passivos	**142.030**	**37.762**	**5.844.890**	**3.294.989**
Patrimônio líquido				
Capital social	73.164	71.514	73.164	71.514
Reserva de capital	477.908	314.558	477.908	314.558
Reserva de lucros	689.112	182.333	689.112	182.333
Total do patrimônio líquido controladores	**1.240.184**	**568.405**	**1.240.184**	**568.405**
Participação de não controladores	–	–	766.487	557.076
Total do patrimônio líquido	**1.240.184**	**568.405**	**2.006.671**	**1.125.481**
Total dos passivos e patrimônio líquido	**1.382.214**	**606.167**	**7.851.561**	**4.420.470**

Demonstração de fluxo de caixa (em R$ mil):

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos	625.838	200.202	1.523.706	768.655
Ajustes de:				
Equivalência patrimonial	(618.890)	(215.489)	–	–
Juros e atualização monetária de debêntures e notas comerciais	–	–	363.081	180.899
Amortização dos custos de captação de debêntures e notas comerciais	–	–	24.878	17.156
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	199	18	18.410	11.329
Ajuste a valor presente de ativo de delegação de serviços públicos	–	–	848	6.816
Atualização monetária de ressarcimento regulatório	–	–	–	(540)
Atualização monetária de ativo de delegação de serviços públicos	–	–	2.710	2.914
Ganho de ressarcimento regulatório	–	–	–	(22.508)
Rendimento de aplicações financeiras	–	–	(180.523)	(1.802)
Credores pela concessão	–	–	–	37.251
Atualização monetária de duf	–	–	(594)	–
Atualização monetária de impostos	–	–	(5.716)	–
Depreciação e amortização	1.007	165	85.318	46.444
Provisão de recursos vinculados	–	–	63.245	–
Provisão de banda contratual	–	–	6.915	–
Provisão para participação nos lucros	7.465	6.180	15.813	14.380
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	–	–	337	123
Perdas de arrecadação	–	–	998	5.916
Resultado na baixa de ativos intangíveis	–	–	22	–
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	–	–	(205)	–
Outros ajustes do ativo financeiro	–	–	–	2.268
Redução (aumento) dos ativos operacionais:				
Contas a receber	–	–	(76.644)	(77.613)
Valores a receber do poder concedente	–	–	(28.555)	(14.742)
Partes relacionadas	(35)	(14.129)	–	–
Impostos a recuperar	(350)	31	(50.703)	(22.118)
Adiantamentos a fornecedores	(458)	416	19.002	(19.235)
Depósitos judiciais	–	–	(20.296)	(90)
Outros ativos	(26)	–	(6.406)	(1.079)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	4.173	1.363	2.587	26.320
Obrigações sociais	(1.162)	2.552	5.795	7.773
Obrigações fiscais	387	94	10.052	14.686
Partes relacionadas	(1.950)	1.950	–	–
Credores pela concessão	–	–	3.590	5.297
Outros passivos	–	–	960	(229)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**16.198**	**(16.647)**	**1.778.625**	**988.271**
Pagamento de irpj e csll	–	–	(415.132)	(140.353)
Pagamento de arrendamento mercantil – juros	(199)	–	(18.410)	–
Pagamento de juros sobre debêntures e notas comerciais	–	–	(284.231)	(243.016)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	**15.999**	**(16.647)**	**1.060.852**	**604.902**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento de capital social em controladas	(181.155)	(27.500)	–	–
Aquisição de participação de não controladores	(72.150)	(65.137)	(72.150)	(65.137)
Alteração de participação societária	16.100	–	16.100	–
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	78.885	–	–	–
Sinistro de ativos intangíveis	–	–	–	36.235
Pagamento de ativo de delegação de serviços públicos	–	–	–	(140.755)
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	–	–	(1.319.969)	(1.066.850)
Aquisições de itens de intangível	(153)	–	(2.461)	(11.526)
Aquisições de itens de imobilizado	(2.390)	(1.058)	(48.232)	(15.368)
Reembolso do poder concedente	–	–	165.834	200.463
Aplicações financeiras	–	–	(1.443.765)	(95.771)
Recursos vinculados	–	–	(36.519)	(33.058)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado) nas atividades de investimento	**(160.863)**	**(93.695)**	**(2.741.162)**	**(1.191.767)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital social e reserva de capital	165.000	96.637	368.845	124.136
Custos de captação de debêntures e notas comerciais	–	–	(154.482)	(89.560)
Mútuo com partes relacionadas	–	12.825	–	–
Emissão de debêntures e notas comerciais	–	–	2.750.000	1.920.000
Pagamento de debêntures – principal	–	–	(937.427)	(986.052)
Pagamento de arrendamento mercantil – principal	(5.088)	(80)	(37.318)	(29.378)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	–	–	(35.646)	–
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**159.912**	**109.382**	**1.953.972**	**939.146**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	15.048	(960)	273.662	352.281
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	35	995	1.792.630	1.440.349
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**15.083**	**35**	**2.066.292**	**1.792.630**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativos	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024 (Reapresentado)	Consolidado 2025	Consolidado 2024 (Reapresentado)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.083	35	2.066.292	1.792.630
Aplicações financeiras	6	–	–	1.429.036	–
Aplicações financeiras vinculadas	7	–	–	55.242	36.873
Contas a receber	8	–	–	177.510	101.864
Valores a receber do poder concedente	9	–	–	18.016	8.177
Recursos vinculados	14	–	–	14.328	–
Ativo financeiro	10	–	–	7.423	–
Dividendos a receber	22	128.788	13.266	–	–
Impostos a recuperar	11	378	31	43.926	48.169
Adiantamentos a fornecedores	12	976	518	8.545	27.546
Custos de captação de dívida antecipados	13	–	–	764	–
Outros ativos		26	–	10.421	4.384
Total dos ativos circulantes		**145.251**	**13.850**	**3.831.503**	**2.019.643**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras vinculadas	7	–	–	237.583	60.700
Valores a receber do poder concedente	9	–	–	–	6.872
Recursos vinculados	14	–	–	61.618	33.250
Partes relacionadas	22	19.916	19.880	–	–
Dividendos a receber	22	–	4.980	–	–
Impostos a recuperar	11	3		21.757	–
Custos de captação de dívida antecipados	13	–	–	53.239	–
Depósitos judiciais	15	–	–	20.387	90
Irpj e csll diferidos	17	–	–	5.237	3.219
Outros ativos		–	–	448	41
Total do realizável a longo prazo		**19.919**	**24.860**	**400.269**	**104.172**
Investimentos	16	1.188.164	564.367	–	–
Direito de uso em arrendamento	18	25.582	2.041	159.305	118.955
Imobilizado	19	3.100	1.041	65.214	22.320
Infraestrutura em construção	20	–	–	869.941	1.049.832
Intangível	21	198	8	2.525.330	1.105.548
		1.217.044	**567.457**	**3.619.790**	**2.296.655**
Total dos ativos não circulantes		**1.236.963**	**592.317**	**4.020.059**	**2.400.827**
Total dos ativos		**1.382.214**	**606.167**	**7.851.561**	**4.420.470**

Passivos e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024 (Reapresentado)	Consolidado 2025	Consolidado 2024 (Reapresentado)
Circulante					
Fornecedores	23	6.044	1.871	307.526	283.452
Debêntures e notas comerciais	24	–	–	50.831	124.616
Arrendamento mercantil a pagar	18	3.052	467	41.775	26.682
Obrigações sociais	25	15.035	8.732	55.018	30.847
Obrigações fiscais	26	482	95	61.464	91.248
Partes relacionadas	22	–	14.775	–	–
Credores pela concessão	27	–	–	100.738	71.135
Dividendos a pagar	22	–	–	431.432	15.014
Outros passivos		–	–	305	35
Total dos passivos circulantes		**24.613**	**25.940**	**1.049.089**	**643.029**
Não circulante					
Debêntures e notas comerciais	24	–	–	4.355.808	2.375.312
Arrendamento mercantil a pagar	18	18.174	1.660	125.117	97.000
Obrigações fiscais	26	–	–	257	–
Credores pela concessão	27	–	–	61.621	33.952
Dividendos a pagar	22	98.725	–	98.725	94.612
IRPJ e CSLL diferidos	17	–	–	133.149	50.960
Provisão para perda em investimentos	16	518	10.162	–	–
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	28	–	–	20.434	124
Outros passivos		–	–	690	–
Total dos passivos não circulantes		**117.417**	**11.822**	**4.795.801**	**2.651.960**
Total dos passivos		**142.030**	**37.762**	**5.844.890**	**3.294.989**
Patrimônio líquido	29				
Capital social		73.164	71.514	73.164	71.514
Reserva de capital		477.908	314.558	477.908	314.558
Reserva de lucros		689.112	182.333	689.112	182.333
Total do patrimônio líquido controladores		**1.240.184**	**568.405**	**1.240.184**	**568.405**
Participação de não controladores		–	–	766.487	557.076
Total do patrimônio líquido		**1.240.184**	**568.405**	**2.006.671**	**1.125.481**
Total dos passivos e patrimônio líquido		**1.382.214**	**606.167**	**7.851.561**	**4.420.470**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024 (Reapresentado)	Consolidado 2025	Consolidado 2024 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	30	–	–	3.677.660	2.540.334
Custo dos serviços prestados	31	–	–	(1.848.999)	(1.582.820)
Lucro bruto		**–**	**–**	**1.828.661**	**957.514**
Despesas gerais e administrativas	31	(5.174)	(15.357)	(276.955)	(137.411)
Outras receitas e despesas	33	11.064	–	40.137	34.219
Equivalência patrimonial	16	618.890	215.489	–	–
Lucro operacional		**624.780**	**200.132**	**1.591.843**	**854.322**
Receitas financeiras	32	1.483	98	390.694	155.986
Despesas financeiras	32	(425)	(28)	(458.831)	(241.653)
Resultado financeiro		**1.058**	**70**	**(68.137)**	**(85.667)**
Lucro operacional antes dos impostos		**625.838**	**200.202**	**1.523.706**	**768.655**
IRPJ e CSLL		**–**	**–**	**(499.208)**	**(258.714)**
Correntes	17	–	–	(419.037)	(206.491)
Diferidos	17	–	–	(80.171)	(52.223)
Lucro líquido do exercício		**625.838**	**200.202**	**1.024.498**	**509.941**
Participação de controladores		625.838	200.202	625.838	200.202
Participação de não controladores		–	–	398.660	309.739
Resultado por ação básico e diluído – R$	34	**1,2168**	**0,6664**	**1,2168**	**0,6664**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora 2025	Controladora 2024 (Reapresentado)	Consolidado 2025	Consolidado 2024 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	625.838	200.202	1.024.498	509.941
Resultado abrangente do exercício	**625.838**	**200.202**	**1.024.498**	**509.941**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receitas					
Receita de serviços prestados	30	–	–	2.455.899	1.336.467
Receita de serviços de construção	30	–	–	1.426.572	1.317.235
Desconto de usuário frequente	33	–	–	28.555	14.742
Receita acessória	30		–	359	67
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	33	–	–	205	–
Outras receitas	33	11.064	–	11.377	19.477
		11.064	**–**	**3.922.967**	**2.687.988**
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos serviços prestados		–	–	(204.586)	(128.014)
Custo de serviços de construção	31	–	–	(1.349.385)	(1.259.458)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.976)	(10.453)	(198.001)	(69.513)
Custo da concessão	31	–	–	(69.548)	(40.819)
Outros custos		(64)	(1.838)	(48.127)	(49.556)
		(3.040)	**(12.291)**	**(1.869.647)**	**(1.547.360)**
Valor adicionado bruto		**8.024**	**(12.291)**	**2.053.320**	**1.140.630**
Depreciação e amortização	31	(1.007)	(165)	(85.318)	(46.444)
Valor adicionado líquido produzido (retido)		**7.017**	**(12.456)**	**1.968.002**	**1.094.186**
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras	32	1.483	98	390.694	155.986
Equivalência patrimonial	16	618.890	215.489	–	–
Valor adicionado total a distribuir		**627.390**	**203.131**	**2.358.696**	**1.250.171**
Distribuição do valor adicionado		**627.390**	**203.131**	**2.360.854**	**1.250.171**
Pessoal e encargos:		**1.806**	**2.290**	**163.037**	**105.681**
Remuneração direta		1.503	2.057	126.193	83.476
Benefícios		279	149	29.067	17.582
Fgts		24	84	7.777	4.623
Impostos, taxas e contribuições:		**41**	**1**	**707.161**	**373.201**
Federais (incluindo iof)		41	1	593.764	312.157
Municipais		–	–	113.397	61.044
Remuneração de capitais de terceiros:		**625.543**	**200.840**	**1.488.498**	**771.289**
Juros e atualização monetária sobre debêntures	32	–	–	363.081	180.899
Juros		–	–	–	233
Aluguéis	31	(683)	555	7.944	20.546
Outras despesas financeiras		385	83	92.972	59.670
Dividendos		98.725	–	98.725	–
Lucros retidos		527.116	200.202	527.116	200.202
Participação de não controladores		–	–	398.660	309.739

continuação

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Controladora Total	Participação de acionistas não controladores	Consolidado Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024		**70.585**	**218.850**	**–**	**–**	**–**	**(15.152)**	**274.283**	**391.884**	**666.167**
Aumento de capital social e reserva de capital	29	929	95.708	–	–	–		96.637	27.500	124.137
Aquisição de participação de não controladores	16	–	–	–	(2.717)	–	–	(2.717)	(62.422)	(65.139)
Lucro do exercício (reapresentado)		–	–	–	–	–	200.202	200.202	309.739	509.941
Destinações do lucro do exercício:										
Constituição de reserva legal (reapresentado)	29	–	–	9.253	–	–	(9.253)	–	–	–
Constituição de reserva de lucros a realizar – dividendos mínimos obrigatórios (reapresentado)	29	–	–	–	–	43.949	(43.949)	–	–	–
Constituição de reserva de lucros (reapresentado)	29	–	–	–	131.848	–	(131.848)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	–	(109.625)	(109.625)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)		**71.514**	**314.558**	**9.253**	**129.131**	**43.949**	**–**	**568.405**	**557.076**	**1.125.481**
Aumento de capital social e reserva de capital	29	1.650	163.350	–	–	–	–	165.000	203.845	368.845
Aquisição de participação de não controladores	16	–	–	–	26.279	–	–	26.279	(98.427)	(72.148)
Alteração de participação societária	16	–	–	–	8.096	–	–	8.096	8.007	16.103
Diluição de participação societária	16	–	–	–	(54.709)	–	–	(54.709)	54.709	–
Dividendos não distribuídos	16	–	–	–	–	–	–	–	88.854	88.854
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	625.838	625.838	398.660	1.024.498
Destinações do lucro do exercício:										
Constituição de reserva legal	29	–	–	5.380	–	–	(5.380)	–	–	–
Constituição de reserva de lucros a realizar	29	–	–	–	–	155.115	(155.115)	–	–	–
Realização de dividendos	29	–	–	–	–	(98.725)	–	(98.725)	(446.237)	(544.962)
Constituição da reserva de lucros	29	–	–	–	465.343	–	(465.343)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**73.164**	**477.908**	**14.633**	**574.140**	**100.339**	**–**	**1.240.184**	**766.487**	**2.006.671**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: A EPR Participações S.A., ("EPR" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2022, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, no município de São Paulo – SP. Segmento operacional**:** A Companhia, por meio de suas controladas (em conjunto denominadas "Grupo"), tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais. Reforma tributária**:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS – Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS – Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. As alterações estabelecidas na Emenda Constitucional nº 132 não provocaram impactos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. Os contratos de concessão operados pelas controladas diretas Triângulo, Sul de Minas e Vias do Café, e pelas controladas indiretas Litoral Pioneiro, Via Mineira e Iguaçu prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro. **2. Entidades do Grupo:** As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as controladas listadas abaixo:

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

EPR Participações S.A.

Controlada	Atividade principal	Contrato de concessão	Data do término da concessão	Início da cobrança de pedágio	31/12/2025 Direta	31/12/2025 Indireta	31/12/2024 Direta	31/12/2024 Indireta
Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. (i)	Concessão de rodovias	003/2022	Fev/53	28/10/2023	53,42%	–	50%	–
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. (ii)	Concessão de rodovias	004/2022	Mar/53	09/10/2023	50,00%	–	50%	–
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (iii)	Concessão de rodovias	005/2022	Out/53	26/07/2024	62,77%	–	50%	–
EPR Infraestrutura PR S.A. (iv)	Holding	–	–	–	56,64%	–	50%	–
EPR Litoral Pioneiro S.A. (v)	Concessão de rodovias	002/2023	Fev/54	23/03/2024	–	56,64%	–	50%
EPR Infraestrutura MG S.A. (vi)	Holding	–	–	–	25,05%	–	50%	–
EPR Via Mineira S.A. (vii)	Concessão de rodovias	004/2023	Ago/54	06/08/2024	–	25,05%	–	50%
EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. (viii)	Holding	–	–	–	75,00%	–	99%	–
EPR Iguaçu S.A. (ix)	Concessão de rodovias	005/2024	Mai/55	28/06/2025	–	75,00%	99%	–
EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A. (x)	Holding	–	–	–	75,00%	–	–	–
EPR Paraná S.A. (xi)	Concessão de rodovias	–	–	–	–	75,00%	–	–
EPR Engenharia S.O. S.A. (anteriormente EPR Engenharia S.A.) (xii)	Gerenciamento de obras	–	–	–	100%	–	100%	–

A principal fonte de receita do Grupo ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio. (i) Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. ("Triângulo"), constituída em 13 de setembro de 2022, a controlada tem por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado "Triângulo Mineiro", que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Internacional SEINFRA nº 002/2021, nos termos do contrato de concessão celebrado para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do contrato de concessão. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data de eficácia do contrato, obtida em 24 de fevereiro de 2023. A controlada Triângulo é responsável pela operação e manutenção de 627 km do trecho das rodovias formada por 9 rodovias que passam por 16 municípios mineiros, e contam com 8 praças de pedágios. O serviço de atendimento ao usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 6 bases de atendimentos ao longo do trecho, dando suporte de emergência aos usuários. No contexto da exploração do sistema rodoviário a controlada assumiu o compromisso de pagar ao Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transporte - FUNTRANS o montante de R$ 446.680 (valor original) pela delegação dos serviços públicos. Os pagamentos dos compromissos foram divididos em três parcelas, sendo: i) No ato da eficácia da concessão, sendo realizado pagamento no montante R$ 288.295 em fevereiro de 2023; ii) Até o décimo segundo mês de concessão, contado da data da eficácia, sendo realizado pagamento de R$ 140.755 em fevereiro de 2024; e iii) Até o vigésimo quarto mês de concessão, contado da data da eficácia, que em 31 de dezembro de 2025 totalizava R$ 65.949 (R$ 62.390 em 31 de dezembro de 2024) na conta de credores pela concessão (Nota 27). Os valores são atualizados pelo IPCA até a data da efetiva liquidação conforme contrato firmado. Em 5 de fevereiro de 2025, foi assinado o 1º termo aditivo ao contrato de concessão entre a controlada e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais – SEINFRA, poder concedente, no qual ficou suspensa a obrigação de pagamento do compromisso devido ao FUNTRANS até 30 de novembro de 2025. O pagamento foi novamente prorrogado até 05 de fevereiro de 2026 conforme o 2º termo aditivo ao contrato de concessão, celebrado em 28 de novembro de 2025 entre a controlada e a Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais – ARTEMIG, órgão que passou a exercer as atribuições do poder concedente. A suspensão se deu em razão do interesse das partes em avaliar as adequações necessárias no Programa de Exploração da Rodovia ("PER"). Para maiores informações, vide nota explicativa nº 39. (ii) Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. ("Sul de Minas"), constituída em 13 de setembro de 2022, a controlada tem por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado "Sul de Minas", que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Internacional SEINFRA nº 003/2021, nos termos do contrato de concessão celebrado para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do contrato de concessão. O contrato é estabelecido como uma Parceria Público Privada ("PPP"). A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data da eficácia do contrato, obtida em 03 de março de 2023. O lote da concessão compreende a extensão de 627,4 quilômetros de malha formada por 9 rodovias que passam por 14 municípios mineiros, e contam com 8 praças de pedágios. O serviço de atendimento ao usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 6 bases de atendimentos ao longo do trecho, dando suporte de emergência aos usuários. (iii) Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. ("Vias do Café"), constituída em 18 de julho de 2023, a controlada tem por objeto social a concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado "Rodovia do Café", que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Pública Internacional SEINFRA nº 003/2022, nos termos do contrato de concessão celebrado para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do contrato de concessão. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data da eficácia do contrato, obtida em 23 de outubro de 2023. A controlada Vias do Café é responsável pela operação e manutenção de 438 km do trecho das rodovias MG-167, BR-265, LMG-863, CMG-491, BR-146 e CMG-369, abrangendo 9 municípios de Minas Gerais. (iv) EPR Infraestrutura PR S.A. ("Infra PR"), constituída em 1º de junho de 2023, a controlada tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais. (v) EPR Litoral Pioneiro S.A. ("Litoral"), constituída em 1º de junho de 2023, a controlada indireta tem por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário, denominado Rodovias do Paraná – Lote 2, bem como a exploração de receitas extraordinárias devidamente autorizadas, nos termos, o prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 02/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e no respectivo contrato de concessão. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data de assunção do contrato, obtida em 28 de fevereiro de 2024. O lote da concessão compreende a extensão de 604,16 quilômetros de malha formada por 12 rodovias que passam por 27 municípios paranaenses, e contam com 6 praças de pedágios, todas em operação na data base. O serviço de atendimento ao usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 9 bases de atendimentos ao longo do trecho, dando suporte de emergência aos usuários. (vi) EPR Infraestrutura MG S.A. ("Infra MG"), constituída em 20 de maio de 2024, a controlada tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais. (vii) EPR Via Mineira S.A. ("Via Mineira"), constituída em 20 de maio de 2024, a controlada indireta tem por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da Rodovia BR-040/MG, no trecho compreendido entre Belo Horizonte até Juiz de Fora, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão 04/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e do Contrato de Concessão. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data de eficácia do contrato, obtida em 06 de agosto de 2024. A controlada indireta é responsável pela operação e manutenção de 232 km do trecho da BR-040, abrangendo 15 municípios de Minas Gerais. (viii) EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. ("Infra Lote 6"), constituída em 18 de outubro de 2024, a controlada tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração direta, ou da participação em sociedades de propósitos específicos que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais. (ix) EPR Iguaçu S.A. ("Iguaçu"), constituída em 18 de outubro de 2024, a controlada indireta tem por objeto social a exploração da concessão dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário integrante do Lote 6 – Rodovias do Paraná. Este lote abrange trechos das rodovias federais BR-163, BR-277 e BR-469, bem como das rodovias estaduais PR-158, PR-180, PR-182, PR-280 e PR-483, conforme previsto no Edital de Concessão nº 05/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e no respectivo Contrato de Concessão firmado em 11 de abril de 2025. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data de assunção do contrato, obtida em 08 de maio de 2025. (x) EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A. ("Infra Lote 4"), constituída em 05 de maio de 2025, a controlada tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração direta, ou da participação em sociedades de propósitos específicos que explorem empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais. (xi) EPR Paraná S.A. ("Paraná"), constituída em 05 de maio de 2025, a controlada indireta tem por objeto social a exploração da concessão dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelas BR 272/369/376 e PR 317/182/272/323/444/862/897/986, denominado "Lote 4 – Rodovias do Paraná", como a exploração de receitas extraordinárias devidamente autorizadas, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 03/2025 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e no respectivo Contrato de Concessão firmado em 06 de fevereiro de 2026. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data de assunção do contrato, obtida em 10 de fevereiro de 2026. (xii) EPR Engenharia S.O. S.A. ("EPR Engenharia"), a controlada atua em atividades relacionadas à engenharia e à gestão de obras, incluindo o planejamento, execução, fiscalização e supervisão de projetos. A controlada atua de maneira estratégica, oferecendo soluções integradas para a realização de obras, sempre com foco na qualidade e no cumprimento dos prazos. Seu modelo de operação é voltado para a prestação de serviços exclusivamente para as empresas do Grupo. As concessionárias têm como principais obrigações, conforme o contrato de concessão: · Recuperação do sistema rodoviário; · Ampliação de capacidade, abrangendo a realização de obras de duplicação e construção de faixas adicionais; · Melhorias, envolvendo travessias urbanas, vias marginais, acessos, trevos, passagens e retornos, passarelas, ciclovias, sistemas de iluminação, passagem de fauna, pontos de ônibus, entre outras. As companhias acima são controladas da Companhia, que detém maioria do capital votante e a maioria do conselho de administração, podendo eleger o presidente, e esse tem o voto de minerva nas decisões. **3. Base de preparação: 3.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 23 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão. **3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo. **3.3 Uso de estimativas e julgamento:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: **(i) Capitalização do ativo intangível:** A capitalização do ativo intangível é o processo contábil no qual o Grupo registra como ativo no seu balanço patrimonial os custos relacionados à criação ou aquisição de bens intangíveis, como o direito de cobrança dos usuários das rodovias. Dessa forma, os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do ativo em questão são registrados inicialmente como valor do ativo, e amortizados ao longo de sua vida útil. Esse procedimento contábil permite que o Grupo distribua os custos ao longo do tempo, refletindo melhor os benefícios econômicos gerados pelo intangível. O Grupo efetua análises que envolvem o julgamento da diretoria, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. Os custos de empréstimos diretamente atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos intangíveis também são incorporados ao ativo do Grupo até que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos obtidos com a aplicação temporária dos recursos provenientes de empréstimos específicos e que ainda não foram gastos com os ativos intangíveis devem ser deduzidos dos custos de empréstimos qualificados para capitalização. Há ainda, a capitalização dos custos com salários, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento desses intangíveis. **(ii) Reconhecimento de amortização do ativo intangível:** O Grupo realiza o reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, que se baseia na "curva de tráfego", que reflete a utilização estimada do ativo durante sua vida útil. A curva de tráfego descreve a intensidade com que o ativo será utilizado ao longo do tempo, sendo este o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **(iii) Receita de construção:** A ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão estabelece que à medida em que o Grupo realiza a prestação de serviços de construção e/ou de melhoria em infraestrutura da rodovia, a mesma deve reconhecer uma receita de construção a valor justo de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente, e os custos correspondentes são registrados como despesas relativas ao serviço realizado. **(iv) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais:** O Grupo reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **(v) IRPJ diferido:** O Grupo deve reconhecer um ativo ou um passivo diferido pelo tributo recuperável ou devido em períodos futuros como efeito de transações ou eventos passados. Tais impostos surgem das diferenças entre os valores reconhecidos para ativos e passivos do Grupo no balanço patrimonial e o reconhecimento desses ativos e passivos pelas autoridades fiscais, e a compensação para datas futuras de créditos fiscais e prejuízos fiscais correntes não utilizados. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Nesse sentido, o julgamento significativo da diretoria é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos, vide divulgações na nota explicativa nº 17. **3.4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa 35. **4. Políticas contábeis materiais:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **4.1 Base de consolidação:**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024 (Reapresentado)	Consolidado 2025	Consolidado 2024 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos		625.838	200.202	1.523.706	768.655
Ajustes de:					
Equivalência patrimonial	16	(618.890)	(215.489)		–
Juros e atualização monetária de debêntures e notas comerciais	32	–	–	363.081	180.899
Amortização dos custos de captação de debêntures e notas comerciais	32	–	–	24.878	17.156
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	18	199	18	18.410	11.329
Ajuste a valor presente de ativo de delegação de serviços públicos	27	–	–	848	6.816
Atualização monetária de ressarcimento regulatório	27	–	–	–	(540)
Atualização monetária de ativo de delegação de serviços públicos	32	–	–	2.710	2.914
Ganho de ressarcimento regulatório		–	–	–	(22.508)
Rendimento de aplicações financeiras		–	–	(180.523)	(1.802)
Credores pela concessão		–	–	–	37.251
Atualização monetária de duf	32	–	–	(594)	–
Atualização monetária de impostos	32	–	–	(5.716)	–
Depreciação e amortização	31	1.007	165	85.318	46.444
Provisão de recursos vinculados	27	–	–	63.245	–
Provisão de banda contratual	27	–	–	6.915	–
Provisão para participação nos lucros		7.465	6.180	15.813	14.380
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	28	–	–	337	123
Perdas de arrecadação	31	–	–	998	5.916
Resultado na baixa de ativos intangíveis	21	–	–	22	–
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	18	–	–	(205)	–
Outros ajustes do ativo financeiro		–	–	–	2.268
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber	8	–	–	(76.644)	(77.613)
Valores a receber do poder concedente	9	–	–	(28.555)	(14.742)
Partes relacionadas	22	(35)	(14.129)	–	–
Impostos a recuperar		(350)	31	(50.703)	(22.118)
Adiantamentos a fornecedores	12	(458)	416	19.002	(19.235)
Depósitos judiciais	15	–	–	(20.296)	(90)
Outros ativos		(26)	–	(6.406)	(1.079)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores	23 e 38	4.173	1.363	2.587	26.320
Obrigações sociais		(1.162)	2.552	5.795	7.773
Obrigações fiscais		387	94	10.052	14.686
Partes relacionadas	22 e 38	(1.950)	1.950	–	–
Credores pela concessão	27	–	–	3.590	5.297
Outros passivos		–	–	960	(229)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		**16.198**	**(16.647)**	**1.778.625**	**988.271**
Pagamento de IRPJ e CSLL	17	–	–	(415.132)	(140.353)
Pagamento de arrendamento mercantil – juros	18	(199)	–	(18.410)	–
Pagamento de juros sobre debêntures e notas comerciais	24	–	–	(284.231)	(243.016)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		**15.999**	**(16.647)**	**1.060.852**	**604.902**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento de capital social em controladas	16	(181.155)	(27.500)	–	–
Aquisição de participação de não controladores	16	(72.150)	(65.137)	(72.150)	(65.137)
Alteração de participação societária	16	16.100	–	16.100	–
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		78.885	–	–	–
Sinistro de ativos intangíveis		–	–	–	36.235
Pagamento de ativo de delegação de serviços públicos		–	–	–	(140.755)
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	20 e 38	–	–	(1.319.969)	(1.066.850)
Aquisições de itens de intangível		(153)	–	(2.461)	(11.526)
Aquisições de itens de imobilizado	19	(2.390)	(1.058)	(48.232)	(15.368)
Reembolso do poder concedente	10	–	–	165.834	200.463
Aplicações financeiras		–	–	(1.443.765)	(95.771)
Recursos vinculados	14	–	–	(36.519)	(33.058)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(160.863)**	**(93.695)**	**(2.741.162)**	**(1.191.767)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital social e reserva de capital	29	165.000	96.637	368.845	124.136
Custos de captação de debêntures e notas comerciais	13 e 24	–	–	(154.482)	(89.560)
Mútuo com partes relacionadas		–	12.825	–	–
Emissão de debêntures e notas comerciais	24	–	–	2.750.000	1.920.000
Pagamento de debêntures – principal	24	–	–	(937.427)	(986.052)
Pagamentos de arrendamento mercantil – principal	18	(5.088)	(80)	(37.318)	(29.378)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		–	–	(35.646)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**159.912**	**109.382**	**1.953.972**	**939.146**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**15.048**	**(960)**	**273.662**	**352.281**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**6**	**35**	**995**	**1.792.630**	**1.440.349**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**6**	**15.083**	**35**	**2.066.292**	**1.792.630**

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre a Companhia e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. **4.2 Investimento:** As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Companhia e suas controladas direta. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Os saldos e as transações entre empresas, que podem incluir lucros não realizados, são eliminados. O investimento em entidade controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. A equivalência patrimonial é calculada considerando as características das ações existentes nas controladas, o direito a dividendos das ações existentes e limites de remuneração das classes de ações existentes. As controladas possuem o mesmo exercício social da Companhia. **4.3 Receitas de contratos com clientes:** O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir: As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias, há razoável certeza de seu recebimento, e são líquidas da parcela do preço cobrado do usuário, pertinente ao recurso vinculado. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Conforme definido na ICPC 01 (R1), quando a concessionaria presta serviço de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, com base no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **4.4 Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **(i) Reconhecimento e mensuração inicial:** Ativos financeiros**:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. No caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos o caixa e as aplicações financeiras com conversibilidade imediata e montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros propósitos. As aplicações financeiras referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens mencionados no parágrafo acima. Passivos financeiros**:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **(ii) Mensuração subsequente:** Ativos financeiros**:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

EPR Participações S.A.

meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Passivos financeiros**:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros do Grupo são classificados na seguinte categoria: • Passivos financeiros ao custo amortizado**:** Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **(iii) Desreconhecimento:** Ativos financeiros**:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: · Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou · O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. Passivos financeiros**:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação**:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **4.5 Infraestrutura em construção e ativos intangíveis:** A infraestrutura em construção representa os bens vinculados à concessão durante o período de construção ou de melhoria e, quando concluídos, são transferidos para a rubrica de "Ativo intangível". Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. A infraestrutura referente ao contrato de concessão é registrada dentro do intangível do Grupo, visto que, o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), as controladas atuam como prestadoras de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O Grupo reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. E, também pode ser oriundo de pagamentos ao poder concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispêndios adicionais na construção de obra que não geram benefício econômico futuro são registrados como despesa quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica. Já, o direito de exploração é amortizado de acordo com o consumo da curva de benefício econômico esperada ao longo do prazo de concessão, através da projeção de curva de tráfego estimada. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização desses ativos é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido no momento da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **4.6 Ativos imobilizados:** Computadores e periféricos, móveis e utensílios, veículos, instalações, edifícios e dependências, máquinas e equipamentos e outras imobilizações são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado: · Computadores e periféricos: de 5 a 15 anos; · Móveis e utensílios: de 5 a 15 anos; · Veículos: de 4 a 10 anos; · Instalações, edifícios e dependências: de 5 a 15 anos; · Máquinas e equipamentos: de 5 a 15 anos; e · Outros imobilizados: de 5 a 15 anos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. **4.7 Capitalização de custos:** Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção do ativo intangível, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, os custos das debêntures atribuíveis a infraestrutura em construção são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. **4.8 Capitalização dos custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pelo Grupo relativos ao empréstimo. O Grupo capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis. **4.9 Fornecedores:** Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, cauções contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominante ao ativo fixo e aos gastos operacionais e administrativos do Grupo. **4.10 Redução ao valor recuperável (impairment) : (i) Ativos financeiros não-derivativos:** Instrumentos financeiros e ativos contratuais**:** O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Nesse sentido, após três meses do não recebimento do crédito o Grupo realiza o reconhecimento da perda efetiva no resultado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas**:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação**:** Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: · Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; · Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; · Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; · A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou · O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**:** As perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. Baixa**:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. Contas a receber e ativos contratuais**:** O Grupo determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência. As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 35. **(ii) Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. **4.11 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura:** A infraestrutura recebida e/ou construída pela concessionária não é registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere a concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A concessionária tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se a concessionária presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela concessionária é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A concessionária reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A concessionária reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. No caso do Grupo não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de tráfego e pelo prazo da concessão, dos dois o menor. **4.12 Demais ativos circulantes e não circulante:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **4.13 Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **4.14 Capital social: (i) Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido. **(ii) Ações preferenciais:** Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo. **4.15 Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **4.16 Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **4.17 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, atualização monetária e descontos financeiros obtidos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamento e debêntures, juros sobre atraso em pagamentos, despesas com IOF, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de ativos e passivos. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **4.18 IRPJ e CSLL: (i) Lucro real:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **(ii) Imposto corrente – Lucro real:** O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras do Grupo e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **(iii) Lucro presumido:** O IRPJ da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a CSLL sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados com base no lucro presumido, apurado trimestralmente, mediante a aplicação do percentual de presunção de 32% sobre a receita bruta de prestação de serviços, conforme previsto na legislação fiscal vigente. Sobre a base de cálculo assim determinada, aplicam-se as alíquotas de 15% para o IRPJ, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro presumido que exceder R$ 60 mil por trimestre, e de 9% para a CSLL sobre o Lucro Líquido (CSLL). **(iv) Imposto corrente – Lucro presumido:** O imposto corrente corresponde ao montante de IRPJ e CSLL a pagar, apurado trimestralmente, com base no lucro presumido do período, às alíquotas vigentes na data de encerramento das demonstrações financeiras, considerando eventuais ajustes relativos a exercícios anteriores. **(v) Imposto diferido:** O IRPJ e a CSLL do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da CSLL e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com IRPJ e CSLL descritas acima, compreendem o IRPJ e CSLL correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(vi) Exposições fiscais:** Na determinação do IRPJ o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de IRPJ e juros tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para IRPJ no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria o Grupo mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com IRPJ no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de IRPJ e CSLL diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. **4.19 Tributos sobre prestações de serviços:** Para o PIS e COFINS, o Grupo é enquadrado no regime não cumulativo, porém, para concessionárias de rodovias, as alíquotas aplicáveis são aquelas do regime cumulativo, dessa forma, para as receitas operacionais são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 3%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente. Com relação ao ISS, as alíquotas aplicáveis variam entre 2% e 5% a depender do município da prestação de serviço. **4.20 Resultado por ação:** O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição. **4.21 Demonstração do valor adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pelo Grupo como parte integrante das demonstrações financeiras. **4.22 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.23 Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **(i) Arrendamento mercantil a pagar:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **(ii) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **4.24 Questões climáticas:** O Grupo considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que o Grupo acredite que seu modelo de negócios e serviços ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, o Grupo está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. **4.25 Eventos após o período do relatório:** Se o Grupo receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, o Grupo não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável. **4.26 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade**:** Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial**:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **4.27 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras**:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements - PFS*) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes: · Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1). · Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações**:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A diretoria da Companhia não identificou impactos oriundos do IFRS 19 a serem divulgados. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**:** Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: · Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. · Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. · Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. · Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI) As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. O Grupo não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS**:** Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua

continuação ☛

continuação

EPR Participações S.A.

Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais**:** Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e**:** · Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. · Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. · Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros**:** Evidenciação. O Grupo não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **5. Reapresentação de valores correspondentes:** A administração revisou o tratamento contábil anteriormente aplicado à eliminação do lucro não realizado em operações com partes relacionadas, concluindo que, por se tratar de construção de ativos relacionados a concessões de rodovias, amparadas pelos contratos de concessão, tal eliminação não seria aplicável, tendo em vista que as companhias do Grupo possuem o direito de exploração desses ativos construídos, sendo a posse do poder concedente ao final da concessão. Neste contexto, os efeitos relacionados à eliminação do lucro não realizado foram excluídos. Adicionalmente, a Companhia reavaliou o critério de atribuição dos resultados das controladas entre a Companhia, via equivalência patrimonial, e não controladores, que eram calculados considerando as características e direitos a dividendos das classes de ações divulgadas na Nota 16. Após a revisão do tratamento contábil, a Companhia passou a considerar também o limite de dividendos a serem pagos aos acionistas com base em cada uma das classes de ações. As correções foram feitas de forma retrospectiva, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, e os valores relativos aos balanços patrimoniais individual e consolidado, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados. A reapresentação teve impactos sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, contudo não houve impacto nos saldos de abertura de 1º de dezembro de 2024. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025, foi adotada pela primeira vez a apresentação das demonstrações do valor adicionado, por consequência, não há efeitos de reapresentação dos saldos apresentados para fins de comparação. Os quadros a seguir resumem os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

Balanços patrimoniais: *(Em milhares de Reais)*:

	Controladora 31 de dezembro de 2024				Consolidado 31 de dezembro de 2024			
Ativos	**Anteriormente apresentado**	**Ajustes**		**Reapresentado**	**Anteriormente apresentado**	**Ajustes**		**Reapresentado**
Total dos ativos circulantes	**13.850**	**–**		**13.850**	**2.019.643**	**–**		**2.019.643**
Total do realizável a longo prazo	**24.860**	**–**		**24.860**	**104.172**	**–**		**104.172**
Investimentos	379.331	185.036	(a) (b)	564.367	–	–		–
Intangível	8	–		8	1.047.892	57.656	(a)	1.105.548
Demais saldos	3.082	–		3.082	1.191.107	–		1.191.107
Total dos ativos não circulantes	**407.281**	**185.036**		**567.457**	**2.343.171**	**57.656**		**2.400.827**
Total dos ativos	**421.131**	**185.036**		**606.167**	**4.362.814**	**57.656**		**4.420.470**
Passivos								
Total dos passivos circulantes	**25.940**	**–**		**25.940**	**643.029**	**–**		**643.029**
Provisão para perda em investidas	29.498	(19.336)	(a)	10.162	–	–		–
Demais saldos	1.660	–		1.660	2.651.960	–		2.651.960
Total dos passivos não circulantes	**31.158**	**(19.336)**		**11.822**	**2.651.960**	**–**		**2.651.960**
Patrimônio líquido								
Capital social	71.514	–		71.514	71.514	–		71.514
Reserva de lucros	(22.039)	204.372	(a) (b)	182.333	(22.039)	204.372	(a) (b)	182.333
Demais saldos	314.558	–		314.558	314.558	–		314.558
Total do patrimônio líquido controladores	**364.033**	**204.372**		**568.405**	**364.033**	**204.372**		**568.405**
Participação de não controladores	**–**	**–**		**–**	**703.792**	**(146.716)**		**557.076**
Total do patrimônio líquido	**364.033**	**204.372**		**568.405**	**1.067.825**	**57.656**		**1.125.481**
Total dos passivos e patrimônio líquido	**421.131**	**185.036**		**606.167**	**4.362.814**	**57.656**		**4.420.470**

Demonstrações do resultado *(Em milhares de Reais)*:

	Controladora 31 de dezembro de 2024				Consolidado 31 de dezembro de 2024			
	Anteriormente apresentado	**Ajustes**		**Reapresentado**	**Anteriormente apresentado**	**Ajustes**		**Reapresentado**
Receita operacional líquida	**–**	**–**		**–**	2.482.557	57.777	(a)	2.540.334
Custo dos serviços prestados	–	–		–	(1.582.699)	(121)	(a)	(1.582.820)
Lucro bruto	**–**	**–**		**–**	**899.858**	**57.656**		**957.514**
Despesas gerais e administrativas	(15.357)	–		(15.357)	(137.411)	–		(137.411)
Outras receitas e despesas	–	–		–	34.219	–		34.219
Equivalência patrimonial	11.115	204.374	(a) (b)	215.489	–	–		–
Lucro operacional	**(4.242)**	**204.374**		**200.132**	**796.666**	**57.656**		**854.322**
Receitas financeiras	98	–		98	155.986	–		155.986
Despesas financeiras	(28)	–		(28)	(241.653)	–		(241.653)
Resultado financeiro	**70**	**–**		**70**	**(85.667)**	**–**		**(85.667)**
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos	**(4.172)**	**204.374**		**200.202**	**710.999**	**57.656**		**768.655**
Irpj e csll	**–**	**–**		**–**	**(258.714)**	**–**		**(258.714)**
Correntes	–	–		–	(206.491)	–		(206.491)
Diferidos	–	–		–	(52.223)	–		(52.223)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(4.172)**	**204.374**		**200.202**	**452.285**	**57.656**		**509.941**
Participação de controladores	(4.172)	204.374	(a) (b)	200.202	(4.172)	204.374	(a) (b)	200.202
Participação de não controladores	–	–		–	456.457	(146.718)	(a) (b)	309.739

Demonstrações de mutações do patrimônio líquido:

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (anteriormente apresentado)	**71.514**	**314.558**	**–**	**–**	**–**	**(22.039)**	**364.033**	**703.792**	**1.067.825**
Ajustes (a) (b)	–	–	9.253	129.131	43.949	22.039	204.372	(146.716)	57.656
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	**71.514**	**314.558**	**9.253**	**129.131**	**43.949**	**– 568.405**		**557.076**	**1.125.481**

Demonstrações do Fluxos de Caixa *(Em milhares de Reais)*:

	Controladora 31 de dezembro de 2024				Consolidado 31 de dezembro de 2024			
	Anteriormente apresentado	**Ajustes**		**Reapresentado**	**Anteriormente apresentado**	**Ajustes**		**Reapresentado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Lucro antes dos tributos	(4.172)	204.374	(a) (b)	200.202	710.999	57.656	(a)	768.655
Equivalência patrimonial	(11.115)	(204.374)	(a) (b)	(215.489)	–	–		–
Depreciação e amortização	165	–		165	46.323	121	(a)	46.444
Demais saldos	(1.525)	–		(1.525)	(210.197)	–		(210.197)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**(16.647)**	**–**		**(16.647)**	**547.125**	**57.777**		**604.902**
Fluxo de caixa das atividades de investimento								
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	–	–		–	(1.009.073)	(57.777)	(a)	(1.066.850)
Demais saldos	(93.695)	–		(93.695)	(124.917)	–		(124.917)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(93.695)**	**–**		**(93.695)**	**(1.133.990)**	**(57.777)**		**(1.191.767)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento								
Demais saldos	109.382	–		109.382	939.146	–		939.146
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**109.382**	**–**		**109.382**	**939.146**	**–**		**939.146**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equiv. de caixa	**(960)**	**–**		**(960)**	**352.281**	**–**		**352.281**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	995	–		995	1.440.349	–		1.440.349
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	35	–		35	1.792.630	–		1.792.630

(a) Exclusão da eliminação do lucro não realizado em operações com partes relacionadas. (b) Aumento da equivalência patrimonial para adequação ao disposto no acordo de acionistas.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerários em trânsito	–	–	3.359	1.558
Caixa e contas bancárias	190	–	9.267	8.120
Aplicações financeiras (a)	14.893	35	2.053.666	1.782.952
Total	**15.083**	**35**	**2.066.292**	**1.792.630**
Aplicações financeiras				
Fundos de investimento (b)	–	–	527.426	–
Aplicações financeiras (a)	–	–	901.610	–
Total	**–**	**–**	**1.429.036**	**–**

(a) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em CDB e compromissadas, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 98,59% (média do Grupo) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 (100,00% (média do Grupo) do CDI em 31 de dezembro de 2024). (b) As aplicações financeiras correspondem a títulos de fundo de investimento, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 100,69% (média do Grupo) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025. **7. Aplicações financeiras vinculadas:**

	Consolidado	
	2025	**2024**
Conta reserva vinculada (b)	99.161	60.700
Conta pagamento vinculada (a)	193.664	36.873
Total	**292.825**	**97.573**
Circulante	55.242	36.873
Não Circulante	237.583	60.700

(a) As aplicações financeiras nesta conta pagamento são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 99,24% em 31 de dezembro de 2025 (100,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024), com a finalidade de atender obrigações contratuais relacionadas a garantias das emissões de debêntures das controladas Triângulo, Sul de Minas, Vias do Café, Litoral e Infra Lote 6. O montante reconhecido no ativo circulante refere-se ao montante a ser utilizado para a liquidação de juros das debêntures, que ocorre semestralmente. (b) As aplicações financeiras nesta conta reserva, são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 99,24% em 31 de dezembro de 2025 (100,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024), com a finalidade de atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a garantias das emissões de debêntures das controladas Triângulo, Sul de Minas, Vias do Café, Litoral e Infra Lote 6. A movimentação das aplicações financeiras vinculadas é demonstrada no quadro abaixo:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Saldo no início do exercício	**97.573**	**–**
(+) Aplicações	390.082	95.681
(+) Rendimentos	19.852	1.892
(–) Resgates	(214.682)	–
Saldo no final do exercício	**292.825**	**97.573**

8. Contas a receber:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Pedágio eletrônico (TAG) (a)	166.347	93.612
Cartão débito/crédito (b)	10.821	5.498
Cupom (c)	288	2.263
Receita acessória (d)	54	–
Vale pedágio (e)	–	491
Total	**177.510**	**101.864**

(a) Pedágios eletrônico, liquidados conforme prazos das operadoras. (b) Cartões de débito e crédito, liquidados conforme os prazos das administradoras de cartão. (c) Transações de débito e crédito offline, processadas por papa-fila nos terminais POS (pontos de venda). (d) Valores a receber provenientes de cessão remunerada de espaços na faixa de domínio da rodovia. (e) Crédito eletrônico antecipado destinado exclusivamente ao pagamento de tarifas de pedágio no transporte rodoviário de cargas. O aging do contas a receber é demonstrado no quadro abaixo:

	Consolidado	
	2025	**2024**
A vencer	176.504	100.263
Vencidos		
Até 1 mês	932	1.430
De 1 a 2 meses	42	169
De 2 a 3 meses	32	2
Total	**177.510**	**101.864**

O Grupo faz uma avaliação mensal de seus títulos vencidos e reconhece perda de crédito esperado à medida que se torne improvável o seu recebimento. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu R$ 998 (R$ 5.916 em 31 de dezembro de 2024) (Nota 31) como perdas de créditos efetivas, referentes a títulos vencidos há mais de 3 meses. Os demais títulos vencidos possuíam perspectiva de recuperação no curto prazo, dessa forma, não houve a constituição de provisão para perda de crédito esperada sobre as contas a receber. **9. Valores a receber do poder concedente:**

	Consolidado	
	2025	**2024**
Desconto de usuário frequente ("DUF") (a)	17.985	15.049
Inadimplência de usuários do pedágio sem cancela (*free flow*) (b)	31	–
Total	**18.016**	**15.049**
Circulante	18.016	8.177
Não Circulante	–	6.872

(a) O DUF é um benefício para usuários que trafegam frequentemente em rodovias pedagiadas, aplicável para veículos de categorias específicas que utilizam o Sistema de Cobrança Eletrônica. O desconto é concedido com base na frequência de utilização mensal de cada praça de pedágio e mensurado pelas controladas, conforme regras previstas no contrato de concessão. Para as concessões estaduais (Triângulo, Sul de Minas e Vias do Café) o reembolso será pago pelo poder concedente no ano da apuração anual realizada pela controlada. Para as concessões federais (Litoral, Via Mineira e Iguaçu), no primeiro ano de concessão, o reembolso será pago pelo poder concedente no ano subsequente à apuração anual realizada pela controlada, após o primeiro ano de concessão, o reembolso será pago pelo poder concedente no mês subsequente à apuração mensal realizada pela controlada. (b) Refere-se a títulos inadimplentes de usuários do pedágio sem cancela (Free Flow) que serão reembolsados pelo poder concedente conforme previsto no contrato de concessão da controlada Sul de Minas. A movimentação dos valores a receber do poder concedente é demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Saldo no início do exercício	**15.049**	**62**
(+) Reconhecimento de DUF (Nota 33)	28.555	14.987
(–) Recebimento de DUF (Nota 14)	(25.619)	–
(+) Reconhecimento de inadimplência de *free flow*	208	–
(–) Ressarcimento de *free flow* (Nota 14)	(177)	–
Saldo no final do exercício	**18.016**	**15.049**

10. Ativo financeiro:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Contas a receber – contraprestação	7.423	–
Total	**7.423**	**–**

A controlada Sul de Minas faz jus a contraprestação na modalidade aporte para realização dos investimentos previstos conforme contrato de concessão, cujo repasse está condicionado ao atingimento de marcos. Em conformidade com a ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, o ativo financeiro é reconhecido à medida que a controlada Sul de Minas conclui certos marcos regulatórios por meio de serviços de construção, estabelecidos no contrato de concessão, e informa ao poder concedente. O regulador possui a premissa de garantir a qualidade da entrega da controlada Sul de Minas, a qual, sem perder seu direito incondicional de caixa, corrige eventuais vícios encontrados ou apresenta contestações técnicas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram protocoladas solicitações de repasse no montante de R$ 175.271 (Nota 21), tendo sido recebidos R$ 165.834 (R$ 200.463 em 31 de dezembro 2024) após validação dos respectivos marcos contratuais. O saldo remanescente permanece registrado como ativo financeiro a receber, sujeito aos trâmites formais de aprovação previstos no contrato. **11. Impostos a recuperar:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
IRPJ retido na fonte sobre aplicações financeiras – IRRF	348	28	35.207	32.221
IRPJ pessoa jurídica – IRPJ	3	3	23.721	13.407
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	22	–	4.836	–
Programa de integração social – PIS	5		1.049	–
CSLL retido na fonte – CSLL	–	–	729	2.438
Outros	3	–	141	103
Total	**381**	**31**	**65.683**	**48.169**
Circulante	378	31	43.926	48.169
Não Circulante	3	–	21.757	–

12. Adiantamentos a fornecedores: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de adiantamentos a fornecedores era de R$ 976 na controladora (R$ 518 em 31 de dezembro de 2024) e R$ 8.545 no consolidado (R$ 27.546 em 31 de dezembro de 2024), referente a pagamentos antecipados a prestadores de serviços relacionados predominantemente a serviços operacionais. **13. Custos de captação de dívida antecipados:** Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de custos de captação de dívida antecipados era de R$ 54.003 no consolidado, referente as controladas abaixo: Litoral**:** Em 19 de dezembro de 2024, a controlada indireta Litoral protocolou junto à CVM, sob o rito de registro automático, o pedido para a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R$ 5.550.900, distribuídas em seis séries, com garantia real e garantia fidejussória sob condição suspensiva, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. Os recursos captados serão integralmente destinados ao projeto de concessão rodoviária BR-153/277/369 e PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855, com extensão de 604,7 km, para reembolso de gastos e realização de investimentos vinculados à execução do contrato de concessão nº 02/2023, celebrado com a ANTT. A integralização das séries será realizada conforme previsto na escritura da emissão. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de despesas antecipadas, no montante de R$ 53.239 se refere aos gastos incorridos no processo de emissão de debêntures cuja liberação integral dos recursos ainda não ocorreu. Esses custos incluem taxas de registro, comissões de colocação e outros encargos diretamente associados à emissão dos títulos, sendo apropriados às debêntures conforme a integralização das respectivas séries da captação a partir de 2027. Via Mineira**:** Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de despesas antecipadas registrado na controlada indireta Via Mineira é de R$ 764, referente aos gastos incorridos durante a 1ª emissão de debêntures da controlada, a qual foi iniciada em dezembro de 2025 e concluída em janeiro de 2026, não tendo recursos liberados em 2025. Entre esses gastos estão taxas de registro, comissões de colocação e outros encargos diretamente associados à emissão. **14. Recursos vinculados:** A retenção do recurso vinculado aplicado em conta reserva é correspondente a 3% (Litoral e Via Mineira) e 2% (Triângulo, Sul de Minas, Vias do Café e Iguaçu) do preço do pedágio cobrado pelas controladas. Conforme decisão do poder concedente, a utilização será destinada exclusivamente às seguintes finalidades: i. Compensações decorrentes do desconto de usuário frequente; ii. Recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e iii. Pagamento de indenizações em função da extinção da concessão. É vedado às controladas a utilização dos valores para lastrear a prestação de fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia. Havendo saldo remanescente na conta bancária no fim do contrato de concessão, o montante será transferido à conta bancária indicada pelo poder concedente.

	Consolidado	
	2025	**2024**
Saldo no início do exercício	**33.250**	**–**
(+) Depósitos de recursos vinculados	62.951	36.547
(+) Rendimentos de recursos vinculados (Nota 27)	6.177	193
(–) Recebimento de DUF (Nota 9 e 27)	(25.619)	–
(–) Atualização monetária de DUF (Nota 27 e 32)	(594)	–
(–) Ressarcimento de *free flow* (Nota 9 e 27)	(177)	–
(–) Ressarcimento regulatório (Nota 27)	(42)	(2.950)
(–) Atualização monetária de ressarcimento regulatório	–	(540)
Saldo no final do exercício	**75.946**	**33.250**
Circulante	14.328	–
Não Circulante	61.618	33.250

15. Depósitos judiciais: As controladas possuem depósitos judiciais referentes a processos cíveis e trabalhistas, nos quais figura como parte em ações cuja exigibilidade encontra-se suspensa até decisão final. Os depósitos judiciais têm como objetivo garantir o juízo e correspondem a valores exigidos pelo poder judiciário. Os depósitos judiciais possuem a seguinte composição:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Desapropriações (Notas 28)	19.973	–
Trabalhistas	387	17
Cíveis	27	73
	20.387	**90**

16. Investimentos: O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia. **(a) Investimentos:**

		Controladora	Participação	
Controlada	**2025**	**2024 (Reapresentado)**	**2025**	**2024**
Triângulo	153.849	127.109	53,42%	50,00%
Sul de Minas	79.066	29.694	50,00%	50,00%
Vias do Café	129.931	60.974	62,77%	50,00%
Infra PR	613.829	251.456	56,64%	50,00%
Infra MG	90.577	56.814	25,05%	50,00%
Infra Lote 6	117.415	–	75,00%	99,00%
EPR Engenharia	3.497	38.320	100,00%	100,00%
Total	**1.188.164**	**564.367**		

(b) Provisão para perda em investimentos:

		Controladora	Participação	
Controlada	**2025**	**2024 (Reapresentado)**	**2025**	**2024**
Iguaçu	–	10.162	75,00%	99,00%
Infra Lote 4	518		75,00%	–
	518	**10.162**		

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

EPR Participações S.A.

(c) Movimentação dos investimentos: A movimentação dos investimentos em controladas é demonstrada abaixo:

Controlada	2024 (Reapresentado)	Aporte de capital social	Aquisição de participação de não controladores (i)	Alteração de participação societária (ii)	Equivalência patrimonial	Dividendos não distribuídos (iv)	Dividendos	Diluição de participação societária (v)	2025
Triângulo	127.109	–	12.058	–	15.724	–	(1.042)	–	153.849
Sul de Minas	29.694	–	–	–	49.555	474	(657)	–	79.066
Vias do Café	60.974	–	21.268	–	48.799	–	(1.110)	–	129.931
Infra PR	251.456	130.000	65.101	–	270.032	3.456	(106.216)	–	613.829
Infra MG	56.814	55	–	–	106.690	746	(19.019)	(54.709)	90.577
Infra Lote 6	–	51.100	–	(20.813)	88.651	–	(1.523)	–	117.415
Engenharia	38.320	–	–	–	42.602	–	(77.425)	–	3.497
Total	**564.367**	**181.155**	**98.427**	**(20.813)**	**622.053**	**4.676**	**(206.992)**	**(54.709)**	**1.188.164**

Controlada	2023	Aporte de capital social	Aquisição de participação de não controladores (iii)	Equivalência patrimonial (Reapresentado)	Dividendos	2024 (Reapresentado)
Triângulo	122.040	–	–	5.726	(657)	127.109
Sul de Minas	22.655	–	–	7.514	(475)	29.694
Vias do Café	59.674	–	–	1.603	(303)	60.974
Infra PR	62.672	–	62.422	129.818	(3.456)	251.456
Infra MG	–	27.500	–	30.060	(746)	56.814
Engenharia	–	–	–	50.930	(12.610)	38.320
Total	**267.041**	**27.500**	**62.422**	**225.651**	**(18.247)**	**564.367**

(i) Em 31 de janeiro de 2025, a Companhia emitiu uma notificação de opção de compra de ações preferenciais classe A para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, em relação às controladas: (i) Triângulo, adquirindo 3.951.770 ações preferenciais classe A pelo montante de R$ 5.382; (ii) Vias do Café, adquirindo 9.723.095 ações preferenciais classe A pelo montante de R$ 11.915; e (iii) Infra PR, adquirindo 8.161.792 ações preferenciais classe A pelo montante de R$ 9.712. Com tal recompra de PNs, a participação da Companhia nas controladas passou a ser de 51,58% na controlada Triângulo, 58,10% na controlada Vias do Café e 51,59% na controlada Infra PR. Os montantes pagos na aquisição são mensurados com base nos critérios definidos no acordo de acionistas. O valor contábil das ações foi de R$ 21.837 (acionistas minoritários) e houve um ágio na aquisição no montante de R$ 5.172, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. Em 16 de junho de 2025, a Companhia emitiu uma notificação de opção de compra de ações preferenciais classe A para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, em relação às controladas: (i) Triângulo, adquirindo 1.167.812 ações preferenciais classe A pelo montante de R$ 1.698; (ii) Vias do Café, adquirindo 923.787 ações preferenciais classe A pelo montante de R$ 1.209; e (iii) Infra PR, adquirindo 9.037.420 ações preferenciais classe A pelo montante de R$ 10.495. Com tal recompra de PNs, a participação da Companhia nas controladas passou a ser de 52,05% na controlada Triângulo, 58,87% na controlada Vias do Café e 53,35% na controlada Infra PR. Os montantes pagos na aquisição são mensurados com base nos critérios definidos no acordo de acionistas. O valor contábil das ações foi de R$ 21.624 (acionistas minoritários) e houve um deságio na aquisição no montante de R$ 8.223, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. Em 29 de agosto de 2025, a Companhia emitiu uma notificação de opção de compra de ações preferenciais classe A para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, em relação às controladas: (i) Triângulo, adquirindo 1.163.677 ações preferenciais classe A pelo montante de R$ 1.741; (ii) Vias do Café, adquirindo 435.024 ações preferenciais classe A pelo montante de R$ 534; e (iii) Infra PR, adquirindo 8.826.211 ações preferenciais classe A pelo montante de R$ 10.550. Com tal recompra de PNs, a participação da Companhia nas controladas passou a ser de 52,51% na controlada Triângulo, 59,23% na controlada Vias do Café e 55,07% na controlada Infra PR. Os montantes pagos na aquisição são mensurados com base nos critérios definidos no acordo de acionistas. O valor contábil das ações foi de R$ 21.509 (acionistas minoritários) e houve um deságio na aquisição no montante de R$ 8.684, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia , por se tratar de transação entre acionistas. Em 11 de dezembro de 2025, a Companhia emitiu uma notificação de opção de compra de ações preferenciais classe A para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, em relação às controladas: (i) Triângulo, adquirindo 2.259.817 ações preferenciais classe A pelo montante de R$ 3.515; (ii) Vias do Café, adquirindo 4.243.810 ações preferenciais classe A pelo montante de R$ 5.410; e (iii) Infra PR, adquirindo 8.040.130 ações preferenciais classe A pelo montante de R$ 9.990. Com tal recompra de PNs, a participação da Companhia nas controladas passou a ser de 53,42% na controlada Triângulo, 62,77% na controlada Vias do Café e 56,64% na controlada Infra PR. Os montantes pagos na aquisição são mensurados com base nos critérios definidos no acordo de acionistas. O valor contábil das ações foi de R$ 33.459 (acionistas minoritários) e houve um deságio na aquisição no montante de R$ 14.544, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. (ii) Em 11 de fevereiro de 2025, a Companhia vendeu 99 ações ordinárias da controlada Iguaçu, a preço de R$ 1,00 (um real) cada, para a Infra Lote 6. O valor contábil das ações era de R$ (12.806) e houve uma perda (pagamento a maior) na aquisição no montante de R$ 12.806, o qual foi registrado no patrimônio líquido da controlada Infra Lote 6. No contexto dessa transação, a Companhia registrou a sua participação na perda, no montante de R$ 9.349 (73% na data da operação), o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. Em 02 de maio de 2025, a Companhia vendeu 16.100.000 ações preferenciais da controlada Infra Lote 6, a preço de R$ 1,00 (um real) cada, para a Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. O valor contábil das ações era de R$ 11.464 e houve um ganho na venda no montante de R$ 4.638, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. No tocante das operações citadas acima, a companhia registrou um deságio em seu patrimônio líquido no montante de R$ 8.096, enquanto o montante de R$ 8.007 foi registrado na participação de não controladores. (iii) Em 16 de janeiro de 2024 foi celebrado um SPA (*Sale and Purchase Agreement)* de compra e venda de ações entre a Companhia e a Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura em relação à controlada Infra PR, onde a Companhia adquiriu 24,95% das ações (63.185.875 ações), elevando sua participação societária para 50%. O montante pago pela aquisição inclui remuneração conforme acordo de acionistas, com isso, o valor da ação contábil difere do valor efetivamente pago. O valor contábil das ações era de R$ 62.422 e houve uma perda (pagamento a maior) na aquisição no montante de R$ 2.715, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. (iv) No exercício findo de 31 de dezembro de 2025, os acionistas das controladas Sul de Minas, Infra PR e Infra MG, via Assembleia Geral Ordinária, deliberaram a constituição de reserva de lucros com os valores de dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos nos passivos das mencionadas controladas em 31 de dezembro de 2024. Essas deliberações resultaram em um aumento de R$ 4.676 nos investimentos da Companhia e de R$ 88.854 na participação de não controladores no consolidado. (v) Durante o exercício findo em 31de dezembro de 2025, foram realizados novos aportes de capital social na controlada Infra MG, com a inclusão de novos acionistas detentores de ações ordinárias. A transação ocasionou uma diluição da participação da Companhia nessa controlada, no montante de R$ 54.709, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. (d) Movimentação da provisão para perda em investimentos A movimentação da provisão para perda em investimentos é demonstrada abaixo:

Controlada	2024 (Reapresentado)	Alteração de participação societária (i)	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	2025
Iguaçu	(10.162)	12.806	–	(2.644)	–
Infra Lote 4	–	–	1	(519)	(518)
Total	**(10.162)**	**12.806**	**1**	**(3.163)**	**(518)**

Controlada	2023	Equivalência patrimonial	2024 (Reapresentado)
Iguaçu	–	(10.162)	(10.162)
Total	**–**	**(10.162)**	**(10.162)**

(i) Em 11 de fevereiro de 2025, a Companhia vendeu 99 ações ordinárias da controlada Iguaçu, a preço de R$ 1,00 (um real) cada, para a Infra Lote 6. O valor contábil das ações era de R$ (12.806) e houve um ganho na aquisição no montante de R$ 12.806, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia. **(e) Informações financeiras resumidas das controladas: (i) Balanço patrimonial:**

Controlada	Participação	Total do ativo	Total do passivo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado das controladas	Investimento em 2025
Triângulo	53,42%	1.953.946	1.574.658	250.000	379.288	103.578	153.849
Sul de Minas	50,00%	733.086	598.923	52.000	134.163	55.351	79.066
Vias do Café	62,77%	1.150.269	939.555	120.000	210.714	93.432	129.931
Infra PR	56,64%	1.213.851	377.465	5.133	836.386	429.999	613.829
Infra MG	25,05%	424.569	188.777	1.100	235.793	167.540	90.577
Infra Lote 6	75,00%	526.987	372.130	70.000	154.858	128.217	117.415
Infra Lote 4	75,00%	1	690	1	(689)	(690)	(518)
EPR Engenharia	100,00%	13.757	10.261	–	3.496	42.602	3.497
		6.016.466	**4.062.459**	**498.234**	**1.954.009**	**1.020.029**	**1.187.646**

As controladas possuem ações ordinárias e preferenciais não pertencentes à Companhia, conforme demonstrado abaixo:

Controlada	Classe de ação	Quantidade de ações 2025	Quantidade de ações 2024
Triângulo (a)	Preferenciais A	92.397.903	100.940.979
Triângulo (b)	Preferenciais B	24.059.021	24.059.021
Sul de Minas (a)	Preferenciais A	26.000.000	26.000.000
Vias do Café (a)	Preferenciais A	44.674.284	60.000.000
Infra PR (a)	Preferenciais A	222.559.447	256.625.000
Infra MG (a)	Preferenciais A	55.000.050	27.500.050
Infra MG (c)	Ordinárias	27.445.000	–
Infra Lote 6 (a)	Preferenciais A	120.000.000	–
Infra Lote 6 (c)	Ordinárias	59.880.000	–
Infra Lote 4 (a)	Preferenciais A	50.422.500	–
Infra Lote 4 (c)	Ordinárias	50.422.500	–

(a) As ações preferenciais classe A possuem as seguintes características: (i) não conferirão direito a voto; (ii) farão jus à prioridade de reembolso de capital por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sem prêmio; (iii) farão jus ao pagamento de dividendos correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) dos dividendos e quaisquer outros proventos distribuídos pela controlada aos seus acionistas até que o valor total de tais distribuições atinja o valor previsto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social; e (iv) serão resgatáveis por decisão da assembleia geral da controlada, independentemente de aprovação pelos titulares das referidas ações preferenciais, por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas. (b) As ações preferenciais classe B possuem as seguintes características: (i) não conferirão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais; (ii) farão jus, após o pagamento do reembolso prioritário a que faz jus as ações preferenciais classe A, à prioridade de reembolso de capital, no valor de R$ 0,01 (um centavo) por ação preferencial classe B; e (iii) farão jus ao pagamento dos dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias de emissão da controlada. (c) As ações ordinárias conferem ao seu titular 1 (um) voto nas assembleias gerais de acionistas ("Assembleia Geral"). A Companhia possui opções de compra das ações preferenciais das classes A e B. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor justo dessas opções foi mensurado como zero e nenhum saldo foi reconhecido. **17. IRPJ e CSLL: a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do IRPJ e a CSLL:** A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do IRPJ e da CSLL na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	Controladora 2025	Controladora 2024 (Reapresentado)	Consolidado 2025	Consolidado 2024 (Reapresentado)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	625.838	200.202	1.523.706	768.655
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**(212.785)**	**(68.069)**	**(518.060)**	**(261.343)**
Ajustes para alíquota efetiva:				
Adições/exclusões permanentes	–	–	(6.157)	(437)
Equivalência patrimonial	210.423	73.266	–	–
Incentivos fiscais	–	–	12.262	2.727
Constituição (não constituição) de IRPJ e CSLL diferidos	2.362	(5.197)	(1.392)	(11.356)
Tributo de controladas apurado pelo lucro presumido	–	–	14.139	11.695
Total	**–**	**–**	**(499.208)**	**(258.714)**
IRPJ e CSLL:				
Correntes	–	–	(419.037)	(206.491)
Diferidos	–	–	(80.171)	(52.223)
Total	**–**	**–**	**(499.208)**	**(258.714)**
Alíquota efetiva de impostos	**–**	**–**	**33%**	**34%**

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL correntes reconhecida no resultado do exercício e os respectivos valores efetivamente pagos no exercício, conforme evidenciado na demonstração dos fluxos de caixa.

Variação do IRPJ e CSLL a pagar	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Saldo no início do exercício	**56.735**	**843**
(+) IRPJ e CSLL correntes	419.037	206.489
(+) Constituição de saldo negativo e base negativa	13.646	504
(–) Pagamentos efetuados	(415.132)	(140.353)
(–) Compensações	(47.904)	(10.748)
(–) Consumo de saldo negativo e base negativa	(387)	–
Saldo no final do exercício	**25.995**	**56.735**

b) IRPJ e CSLL diferidos: O IRPJ e a CSLL diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O IRPJ e a CSLL diferidos têm a seguinte composição:

	Consolidado 2025	Resultado	Consolidado 2024
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal e base negativa	6.742	(10.952)	17.694
Provisão de participação nos lucros	5.704	2.147	3.557
Credores pela concessão	5.531	4.111	1.420
Arrendamento mercantil	4.404	2.078	2.326
Ajuste a valor presente de ativo de delegação de serviços públicos	2.605	(1.102)	3.707
Provisão para fornecedores	531	(2.885)	3.416
Outros ativos diferidos	243	(595)	838
Provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscais	158	131	27
Passíveis de compensação	(20.681)	9.085	(29.766)
Ativo fiscal diferido líquido	**5.237**	**2.018**	**3.219**
Passivo fiscal diferido			
Custos de captação da dívida	(75.870)	(45.580)	(30.290)
Custos de debêntures e notas comerciais capitalizados	(77.226)	(29.522)	(47.704)
Capitalização de custos	–	2.245	(2.245)
Ajuste a valor presente de partes relacionadas	(734)	(734)	–
Outros passivos diferidos	–	487	(487)
Passíveis de compensação	20.681	(9.085)	29.766
Passivo fiscal diferido líquido	**(133.149)**	**(82.189)**	**(50.960)**

	Consolidado 2024	Resultado	Consolidado 2023
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal e base negativa	17.694	(9.815)	27.509
Provisão de participação nos lucros	3.557	2.314	1.243
Credores pela concessão	1.420	1.420	–
Arrendamento mercantil	2.326	2.326	–
Ajuste a valor presente de ativo de delegação de serviços públicos	3.707	2.317	1.390
Provisão para fornecedores	3.416	3.416	–
Outros ativos diferidos	838	284	554
Provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscais	27	27	–
Passíveis de compensação	(29.766)	(3.554)	(26.212)
Ativo fiscal diferido líquido	**3.219**	**(1.265)**	**4.484**
Passivo fiscal diferido			
Custos de debêntures e notas comerciais capitalizados	(47.704)	(26.120)	(21.584)
Custos de captação da dívida	(30.290)	(30.290)	–
Capitalização de custos	(2.245)	(2.245)	–
Outros passivos diferidos	(487)	(321)	(166)
Diferenças de amortização contábil e fiscal do intangível	–	4.462	(4.462)
Passíveis de compensação	29.766	3.554	26.212
Passivo fiscal diferido líquido	**(50.960)**	**(50.960)**	**–**

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2025 os montantes de R$ 7.778 e R$ 2.800 (R$ 6.041 e R$ 2.175 em 31 de dezembro de 2024) referentes a ativos fiscais diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, respectivamente, em função da Companhia ser uma holding e, portanto, não possuir projeções de lucro tributável. **18. Direito de uso e arrendamento mercantil a pagar: a) Direito de uso em arrendamento:**

	Controladora Imóveis (d)	Aeronave (g)	Controladora Total
Custo do direito de uso			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	–	–
(+) Adições	2.189	–	2.189
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.189**	**–**	**2.189**
(+) Adições	1.415	22.745	24.160
(+) Remensuração de contratos	27	–	27
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**3.631**	**22.745**	**26.376**
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–		–
(–) Amortização	(148)	–	(148)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(148)**	**–**	**(148)**
(–) Amortização	(646)	–	(646)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(794)**	**–**	**(794)**
Direito de uso líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.041	–	2.041
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.837	22.745	25.582
Taxa de amortização – a.a.	33%	14,29%	

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Imóveis (d)	Equipamentos (e)	Radares e placas solares (f)	Aeronave (g)	Consolidado Total
Custo do direito de uso								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	–	2.418	436	–	–	–	2.854
(+) Adições	94.183	17.999	14.123	12.997	–	–	–	139.302
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**94.183**	**17.999**	**16.541**	**13.433**	**–**	**–**	**–**	**142.156**
(+) Adições	–	6.460	34.912	5.251	4.638	1.237	22.745	75.243
(+) Remensuração de contratos[1]	3.041	3.007	508	365	–	–	–	6.921
(–) Baixas (Nota 33)	–	–	(1.731)	(983)	–	–	–	(2.714)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**97.224**	**27.466**	**50.230**	**18.066**	**4.638**	**1.237**	**22.745**	**221.606**
Amortização Acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	–	(491)	(100)	–	–	–	(591)
(–) Amortização	(14.421)	(2.594)	(4.899)	(696)	–	–	–	(22.610)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(14.421)**	**(2.594)**	**(5.390)**	**(796)**	**–**	**–**	**–**	**(23.201)**
(–) Amortização	(20.354)	(5.228)	(10.612)	(3.156)	(850)	(185)	–	(40.385)
(+) Baixas (Nota 33)	–	–	1.138	147	–	–	–	1.285
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(34.775)**	**(7.822)**	**(14.864)**	**(3.805)**	**(850)**	**(185)**	**–**	**(62.301)**
Direito de uso líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	79.762	15.405	11.151	12.637	–	–	–	118.955
Saldo em 31 de dezembro de 2025	62.449	19.644	35.366	14.261	3.788	1.052	22.745	159.305
Taxa média de amortização – a.a.	20%	20%	33,33%	10%	20%	20%	14,29%	

(a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia. (b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar. (c) Refere-se à veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais, além de veículos administrativos. (d) Refere-se à locação de sede administrativas. (e) Refere-se à locação de equipamentos para operação na rodovia. (f) Refere-se à locação de radares e placas solares para operação. (g) Refere-se a contrato de leasing de aeronave para uso das empresas do Grupo. [1] A Companhia realiza, periodicamente, a remensuração de seus contratos de arrendamento. Essa remensuração ocorre quando há alteração nos pagamentos futuros resultante de atualização anual na parcela prevista em contrato. **b) Passivo de arrendamento:**

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Saldo no início do exercício	**2.127**	**–**	**123.680**	**2.430**
(+) Adições	24.160	2.189	75.243	139.301
(+) Remensuração de contratos	27	–	6.921	–
(+) Ajuste a valor presente (Nota 32)	199	18	18.410	11.329
(–) Baixas (Nota 33)	–	–	(1.634)	–
(–) Pagamentos – principal	(5.088)	(80)	(37.318)	(29.378)
(–) Pagamentos – juros	(199)	–	(18.410)	–
Saldo no final do exercício	**21.226**	**2.127**	**166.892**	**123.682**
Circulante	3.052	467	41.775	26.682
Não Circulante	18.174	1.660	125.117	97.000

No reconhecimento inicial, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados utilizando a taxa incremental de financiamento aplicável a cada contrato. Para o exercício, a taxa média ponderada utilizada foi de 9,89% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (13,17% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, o ajuste a valor presente do Grupo totalizava R$ 37.633 (R$ 36.406 em 31 de dezembro de 2024), enquanto na Companhia o ajuste a valor presente totalizava R$ 713 (R$ 328 em 31 de dezembro de 2024). Abaixo é demonstrado o passivo de arrendamento não circulante, por ano de vencimento:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
2026	–	447	–	27.913
2027	2.387	441	44.131	29.348
2028	2.487	499	40.716	26.206
2029	2.591	273	20.957	9.281
2030	2.699	–	6.024	803
2031	2.811	–	6.068	3.211
Após 2031	5.199		7.221	238
Total	**18.174**	**1.660**	**125.117**	**97.000**

Abaixo são demonstrados os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 4,05%[2] a.a. (4,96% a.a. em 31 de dezembro de 2024), similar aos valores considerados na taxa de juros incremental utilizada para desconto a valor presente. [2] Fonte Bacen em 26 de dezembro de 2025.

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

EPR Participações S.A.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo real (contabilizado)				
Direito de uso em arrendamento	26.376	2.189	221.606	142.156
(–) Amortização	(794)	(148)	(62.301)	(23.201)
	25.582	**2.041**	**159.305**	**118.955**
Passivo de arrendamento	3.750	2.455	186.336	160.086
(–) Ajuste a valor presente	(713)	(328)	(37.633)	(36.406)
	3.037	**2.127**	**148.703**	**123.680**
Fluxo nominal				
Direito de uso em arrendamento	27.445	2.298	230.582	148.964
(–) Amortização	(827)	(155)	(64.825)	(24.336)
	26.618	**2.143**	**165.757**	**124.628**
Passivo de arrendamento	3.902	2.577	193.883	167.697
(–) Ajuste a valor presente	(742)	(344)	(39.157)	(38.117)
	3.160	**2.223**	**154.726**	**129.580**

19. Imobilizado:

	Controladora			
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Outros	Total
Custo do imobilizado				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	–	–	–
(+) Adições	259	4	795	1.058
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**259**	**4**	**795**	**1.058**
(+) Adições	3	2.170	217	2.390
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**262**	**2.174**	**1.012**	**3.448**
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	–	–	–
(–) Depreciação	(3)	(1)	(13)	(17)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(3)**	**(1)**	**(13)**	**(17)**
(–) Depreciação	(26)	(152)	(153)	(331)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(29)**	**(153)**	**(166)**	**(348)**
Imobilizado líquido				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	256	3	782	1.041
Saldo em 31 de dezembro de 2025	233	2.021	846	3.100
Taxa de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	

	Consolidado								
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros imobilizados	Adiantamento a fornecedores	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	613	6.435	42	904	–	2.429	–	36	10.459
(+) Adições	259	11.059	–	–	–	3.976	–	74	15.368
(+/–) Transferências	–	–	–	–	–	105	–	(105)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**872**	**17.494**	**42**	**904**	**–**	**6.510**	**–**	**5**	**25.827**
(+) Adições	943	6.363	1.180	924	450	3.705	11.983	22.684	48.232
(+/–) Transferências	241	–	264	–	–	(505)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.056**	**23.857**	**1.486**	**1.828**	**450**	**9.710**	**11.983**	**22.689**	**74.059**
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(29)	(584)	(1)	(48)	–	(139)	–	–	(801)
(–) Depreciação	(65)	(1.941)	(2)	(90)	–	(608)	–	–	(2.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(94)**	**(2.525)**	**(3)**	**(138)**	**–**	**(747)**	**–**	**–**	**(3.507)**
(–) Depreciação	(101)	(3.939)	(19)	(90)	(81)	(1.051)	–	(57)	(5.338)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(195)**	**(6.464)**	**(22)**	**(228)**	**(81)**	**(1.798)**	**–**	**(57)**	**(8.845)**
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	778	14.969	39	766		5.763	–	5	22.320
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.861	17.393	1.464	1.600	369	7.912	11.983	22.632	65.214
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	10%	10%	20%	20%			

20. Infraestrutura em construção:

	Consolidado		
	Intangível em andamento (a)	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**191.380**	**7.829**	**199.209**
(+) Adições	1.273.898	38.027	1.311.925
(+/–) Transferências de adiantamentos a fornecedores	43.337	(43.337)	–
(–) Transferências para ativo intangível (Nota 21)	(461.302)	–	(461.302)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.047.313**	**2.519**	**1.049.832**
(+) Adições	1.405.245	36.921	1.442.166
(+/–) Transferências de adiantamentos a fornecedores	21.327	(21.327)	–
(–) Transferências para ativo intangível (Nota 21)	(1.622.057)	–	(1.622.057)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**851.828**	**18.113**	**869.941**

(a) Controlada Iguaçu: refere-se principalmente a obras nos pavimentos com o objetivo restabelecer níveis de serventia mínimos, definido pelos parâmetros de desempenho, reparo e substituição de placas danificadas, de modo a atender os limites estabelecidos para os parâmetros de desempenho. Controladas Triângulo, Sul de Minas, Vias do Café, Litoral e Via Mineira: refere-se principalmente a obras e serviços de recuperação do trecho concedido, e aquelas de cunho estrutural nos pavimentos e melhorias funcionais e operacionais nos demais elementos do sistema rodoviário, conforme estabelecido no programa de exploração da rodovia. As controladas Triângulo, Sul de Minas e Litoral concluíram a etapa de serviços iniciais em fevereiro de 2025, iniciando em março de 2025 o escopo de recuperação conforme o Programa de Exploração da Rodovia ("PER"), sendo este composto pelo conjunto de obras e serviços de recuperação do trecho concedido, e aquelas de cunho estrutural nos pavimentos e melhorias funcionais nos demais elementos do sistema rodoviário. A expectativa de conclusão do escopo de recuperação é em fevereiro de 2029. A controlada indireta Via Mineira concluiu a etapa de serviços iniciais em outubro de 2025, iniciando em novembro de 2025 o escopo de recuperação conforme o Programa de Exploração da Rodovia ("PER"), sendo este composto pelo conjunto de obras e serviços de recuperação do trecho concedido, e aquelas de cunho estrutural nos pavimentos e melhorias funcionais nos demais elementos do sistema rodoviário. A expectativa de conclusão do escopo de recuperação é em agosto de 2030. A controlada Vias do Café concluiu a etapa de serviços iniciais em outubro de 2025, iniciando em setembro de 2025 o escopo de recuperação conforme o Programa de Exploração da Rodovia ("PER"), sendo este composto pelo conjunto de obras e serviços de recuperação do trecho concedido, e aquelas de cunho estrutural nos pavimentos e melhorias funcionais nos demais elementos do sistema rodoviário. A expectativa de conclusão do escopo de recuperação é em outubro de 2029. A controlada indireta Iguaçu, em 31 de dezembro de 2025, estava atendendo o escopo de serviços iniciais conforme o Programa de Exploração da Rodovia ("PER"), sendo este composto pelo conjunto de obras e serviços que tem por objetivo a eliminação dos problemas que impliquem em riscos pessoais e materiais iminentes, provendo os requisitos mínimos de segurança e conforto aos usuários. A expectativa de conclusão para a controlada Iguaçu é em maio de 2026. No contexto do projeto de duplicação da rodovia, iniciado em 28 de novembro de 2025, as controladas indiretas Litoral e Via Mineira realizaram desembolsos relacionados a processos de desapropriação de áreas necessárias para a execução das obras. Em 31 de dezembro de 2025, tais desembolsos totalizam R$ 19.973 (Nota 28) e foram capitalizados por representarem custos diretamente atribuíveis à ampliação da infraestrutura concedida, em conformidade com os critérios aplicáveis aos contratos de concessão. Os juros e custos sobre as debêntures foram capitalizados a uma taxa média de 7,00% a.a. (9,17% a.a. em 31 de dezembro de 2024) nos ativos qualificáveis durante o período de construção da infraestrutura, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R$ 80.738 (R$ 59.649 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024) (Nota 24). **21. Intangível:**

	Consolidado			
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Delegação de serviços públicos (b)	Total
Custo do intangível				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	201.918	1.591	475.496	679.005
(+) Adições	–	11.526	17.173	28.699
(–) Baixas (c)	(13.715)		–	(13.715)
(–) Contraprestação recebida ou a receber (Nota 10)	(24.208)		–	(24.208)
(+) Transferências de infraestrutura em construção (Nota 20)	461.302		–	461.302
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	**625.297**	**13.117**	**492.669**	**1.131.083**
(+) Adições	640	1.822	10.151	12.613
(–) Baixas	(23)	–	–	(23)
(–) Contraprestação recebida ou a receber (Nota 10)	(175.271)	–	–	(175.271)
(+) Transferências de infraestrutura em construção (Nota 20)	1.622.057	–	–	1.622.057
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.072.700**	**14.939**	**502.820**	**2.590.459**
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(665)	(47)	(3.692)	(4.404)
(+) Baixas	244			244
(–) Amortização	(10.461)	(867)	(10.047)	(21.375)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	**(10.882)**	**(914)**	**(13.739)**	**(25.535)**
(–) Baixas	1			1
(–) Amortização	(34.303)	(2.780)	(2.512)	(39.595)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(45.184)**	**(3.694)**	**(16.251)**	**(65.129)**
Intangível líquido				
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	614.415	12.203	478.930	1.105.548
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.027.516	11.245	486.569	2.525.330
Taxa média de amortização – a.a. – 31/12/2024	1,86%	20%	2,21%	
Taxa média de amortização – a.a. – 31/12/2025	2,09%	20%	2,32%	

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, praças de pedágio, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados pela curva de tráfego até o final do período da concessão. (b) Preço devido pela controlada Triângulo ao poder concedente em razão da delegação dos serviços públicos de exploração do sistema rodoviário, a ser destinado ao FUNTRANS – Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes, ajustado a valor presente. No exercício findo de 31 de dezembro de 2025 foram capitalizados juros sobre debêntures no montante de R$ 10.151 (R$ 17.173 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). (c) Baixa na controlada Sul de Minas decorrente de sinistro do KM 68 da BR-459, relacionado à recuperação da via, resultando em uma redução no valor contábil devido aos danos ocorridos e aos custos necessários para a restauração da infraestrutura. Esse valor foi alocado na rubrica de "Outras receitas e despesas". Os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor recuperável. O Grupo concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2025.

22. Partes relacionadas: Os saldos com partes relacionadas referem-se às transações demonstradas no quadro abaixo, que foram realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

	Controladora	
	2025	2024 (Reapresentado)
Ativo circulante		
Dividendos a receber		
EPR Infraestrutura PR S.A.	105.437	–
EPR Infraestrutura MG S.A.	19.019	–
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A.	1.110	–
Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A.	1.042	657
EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.	1.523	–
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.	657	–
EPR Engenharia S.O. S.A. (anteriormente EPR Engenharia S.A.)	–	12.609
	128.788	**13.266**
Ativo não circulante		
Partes relacionadas		
EPR Iguaçu S.A. (a)	5.918	13.797
EPR Litoral Pioneiro S.A. (a)	4.567	1.054
EPR Engenharia S.O. S.A. (anteriormente EPR Engenharia S.A.) (a)	3.022	1.371
EPR Via Mineira S.A. (a)	2.640	825
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (a)	1.326	669
Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. (a)	1.323	814
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. (a)	940	947
EPR Infraestrutura MG S.A. (a)	152	127
EPR Infraestrutura PR S.A. (a)	14	276
EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. (a)	14	–
	19.916	**19.880**
Dividendos a receber		
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.	–	475
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A.	–	303
EPR Infraestrutura PR S.A.	–	3.456
EPR Infraestrutura MG S.A.	–	746
	–	**4.980**
Total de ativos com partes relacionadas	**148.704**	**38.126**
Passivo circulante		
Partes relacionadas		
EPR Litoral Pioneiro S.A. (a)	–	1.950
EPR Engenharia S.O. S.A. (anteriormente EPR 2 Engenharia S.A.) (b)	–	12.825
	–	**14.775**
Passivo não circulante		
Dividendos a pagar		
Equipav Rodovias Participações e Administração S.A.	49.461	–
Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	49.264	–
	98.725	**–**
Total de passivos com partes relacionadas	**98.725**	**14.775**

	Consolidado	
	2025	2024 (Reapresentado)
Passivo circulante		
Dividendos a pagar		
Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	421.942	15.014
Equipav Rodovias Participações e Administração S.A.	9.490	–
	431.432	**15.014**
Passivo não circulante		
Dividendos a pagar		
Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	49.461	94.612
Equipav Rodovias Participações e Administração S.A.	49.264	–
	98.725	**94.612**
Total de passivos com partes relacionadas	**530.157**	**109.626**

(a) Refere-se ao rateio de despesas entre empresas do mesmo grupo econômico, firmado em contrato assinado em 29 de julho de 2024, com o objetivo de realizar o rateio de estruturas e atividades administrativas comuns entre as partes e respectivos gastos, relativos aos departamentos e atividades, incluindo: (i) administração de pessoas; (ii) financeiro e contabilidade; (iii) compras corporativas e suprimentos (serviços e materiais); (iv) tecnologia da informação; (v) compliance e integridade; (vi) jurídico e regulatório; (vii) comunicação; e (viii) segurança, saúde e meio ambiente (SSMA). (b) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a pagar para a controlada EPR Engenharia referia-se ao mútuo de uma operação financeira realizada entre as partes, firmado em outubro de 2024, com vencimento previsto para janeiro de 2025. Nesta operação, a Companhia tomou um empréstimo com a EPR Engenharia sem a incidência de juros remuneratórios ou quaisquer encargos financeiros sobre o saldo de empréstimos. Tal saldo foi compensado entre as partes em janeiro de 2025, via encontro de contas com o saldo de dividendos a receber (Nota 38). A controlada EPR Engenharia S.O. S.A. em conjunto com a investida EPR Engenharia S.A. prestam o serviço de execução de obras para as concessionárias do Grupo. A margem das operações dessa controlada e investida integra a receita de construção do consolidado. Dessa forma, o lucro bruto apurado nas operações de construção (diferença entre a receita de serviços de construção e o custo de serviços de construção, indicados nas notas explicativas 30 e 31, respectivamente) representa a margem obtida por essa controlada e investida nas transações com as concessionárias controladas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a margem de receita/custo de construção apresentada nas notas explicativas 30 e 31 é de R$ 77.187 (R$ 57.777 em 31 de dezembro de 2024). A movimentação das transações entre partes relacionadas, exceto dividendos a pagar/receber, é demonstrada abaixo:

	Controladora	
	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.751**	**–**
(+) Compartilhamento de custos	12.558	–
(+) Novos negócios	13.797	1.968
(+) Demais reembolsos partes relacionadas	22.841	–
(+) Mútuo	–	12.825
(–) Pagamentos / recebimentos financeiros	(35.067)	(18)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**19.880**	**14.775**
(+) Compartilhamento de custos	110.536	2.610
(+) Mútuo	–	(12.825)
(+) Demais reembolsos partes relacionadas	25.114	607
(–) Pagamentos / recebimentos financeiros	(135.614)	(5.167)
Saldo em 30 de setembro de 2025	**19.916**	**–**

Remuneração da administração: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo desembolsou o montante de R$ 4.874 e R$ 17.634, controladora e consolidado, respectivamente (R$ 4.068 e R$ 11.523, controladora e consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024) referente a remuneração dos administradores. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas. Os administradores não obtiveram empréstimos à Companhia, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. **23. Fornecedores:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores nacionais	6.044	1.871	307.526	283.452
Total	**6.044**	**1.871**	**307.526**	**283.452**

Os valores referem-se a fornecedores e prestadores de serviços, além de cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens relacionados a operação e infraestrutura do Grupo, bem como execução de obras na rodovia.

24. Debêntures e notas comerciais: a) Composição do saldo:

						Consolidado	
Empresa	Instrumento	Série/ Emissão	Taxas Contratuais (a.a.)	Vcto Final	Covenant Financeiro (vcto antecipado)	Garantias	2025	2024
Triângulo	Debêntures	Única/ 2ª Emissão	IPCA + 7,32%	ago/41	Alavancagem SPE ≤ 4,50x (1) ICSD SPE ≥ 1,20x (2)	Conta reserva, cessão de direitos, alienação de ações	1.416.901	1.353.064
Sul de Minas	Debêntures	Única/ 2ª Emissão	IPCA + 8,16%	out/44	Alavancagem SPE ≤ 4,50x (1) ICSD SPE ≥ 1,20x (2)	Conta reserva, cessão de direitos, alienação de ações, garantia fidejussória acionista	534.015	507.868
Vias do Café	Debêntures	Única/ 1ª Emissão	CDI + 3,40%	abr/26	–	–	–	414.541
Vias do Café	Debêntures	Única/ 2ª Emissão	IPCA + 8,47%	mar/41	Alavancagem SPE ≤ 4,50x (1) ICSD SPE ≥ 1,20x (2)	Conta reserva, cessão de direitos, alienação de ações	873.678	–
Litoral	Debêntures	2ª Série/ 1ª Emissão	IPCA + 7,62%	mar/49	–	Fiança bancária, conta reserva, cessão de direitos, alienação de ações	456.787	–
Litoral	Debêntures	Única/ 2ª Emissão	IPCA + 8,20%	mar/49	–	Compartilhamento de garantias reais da 1ª emissão debêntures Litoral	457.800	–
Infra PR	Debêntures	1ª Série/ 1ª Emissão	CDI + 2,75%	dez/26	–	–	–	188.559
Infra MG	Nota Comercial	1ª Emissão	CDI + 2,50%	jun/27	–	–	–	128.307
Infra MG	Nota Comercial	2ª Emissão	CDI + 2,50%	jun/27	–	Cessão de direitos, alienação de ações	82.081	–
Iguaçu	Debêntures	1ª Série/ 1ª Emissão	CDI + 1,84%	fev/28	–	Cessão de direitos, alienação de ações, garantia fidejussória acionista	446.696	–
Infra Lote 6	Debêntures	1ª Série/ 1ª Emissão	CDI + 1,84%	fev/28	–	Cessão de direitos, alienação de ações, garantia fidejussória acionista	306.693	–
							4.574.651	**2.592.339**
						Custos de captação	(168.012)	(92.411)
						Total	**4.406.639**	**2.499.928**
						Circulante	50.831	124.616
						Não Circulante	4.355.808	2.375.312

(1) Alavancagem = Dívida Líquida / EBITDA Covenant, conforme cálculo previsto na escritura de emissão. (2) Conforme cálculo previsto na escritura de emissão, incluída a possibilidade de aporte de capital para complementação de ICSD que seja apurado entre 1,10x e 1,20x. **b) Movimentação do saldo:** A movimentação das debêntures e notas comerciais é demonstrada no quadro abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	**2.499.928**	**1.623.679**
(+) Captações	2.750.000	1.920.000
(+) Juros provisionados (Nota 32)	259.932	180.899
(+) Atualização monetária (Nota 32)	103.149	–
(+) Custos de debêntures e notas comerciais capitalizados (Notas 20 e 21)	90.889	76.822
(–) Amortização de principal	(937.427)	(986.052)
(–) Amortização de juros	(284.231)	(243.016)
(–) Custos de captação	(100.479)	(89.560)
(+) Amortização dos custos de captação (Nota 32)	24.878	17.156
Saldo no final do exercício	**4.406.639**	**2.499.928**

c) Captações do exercício: Abaixo são descritas as captações realizadas no exercício de 2025.

Empresa	Dívida	Data da Captação	Montante Captação
Infra PR	2ª Emissão – Série Única	Fev/25	260.000
Vias do Café	2ª Emissão – Série Única	mar/25	800.000
Infra Lote 6	1ª Emissão – 1ª Série	mar/25	270.000
Iguaçu	1ª Emissão – 1ª Série	abr/25	400.000
Infra MG	2ª Emissão Nota Comercial	abr/25	120.000
Litoral	2ª Emissão – Série Única	out/25	450.000
Litoral	1ª Emissão – 2ª Série	nov/25	450.000
			2.750.000

Em 14 de fevereiro de 2025, a controlada Infra PR recebeu R$ 260.000 referentes à integralização da série única da sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático, com vencimento final em 04 de dezembro de 2026. O montante total da emissão foi de R$ 260.000. Sobre as debêntures incidiram juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia acrescidos de spread de 2,75% ao ano. A Infra PR efetuou o pagamento antecipado da totalidade das debêntures da sua 2ª emissão de debêntures em outubro de 2025. Em 21 de março de 2025, a controlada Vias do Café recebeu R$ 800.000 referentes à integralização da série única da sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático, com vencimento final em 15 de março de 2041. O montante total da emissão foi de R$ 800.000. As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e sobre elas incorrem juros de 8,47% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente, a partir do dia 15 de março de 2027. O principal atualizado monetariamente será amortizado em 26 (vinte e seis) parcelas semestrais, sendo a primeira parcela em 15 de setembro de 2028 e a última na data de vencimento das debêntures, conforme curva customizada de amortização prevista na escritura de debêntures. Em 07 de março de 2025, a controlada Infra Lote 6 recebeu R$ 270.000 referentes à integralização da 1ª série da sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, sob rito de registro automático, com vencimento final em

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

EPR Participações S.A.

28 de fevereiro de 2028. O montante total da emissão foi de R$ 350.000. Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia acrescidos de spread de 1,84% ao ano. O principal e a remuneração das debêntures serão pagos em parcela única na data de vencimento. As debêntures da 2ª série, no montante de R$ 80.000, foram integralizadas em janeiro de 2026, conforme detalhado na nota explicativa nº 39. Em 17 de abril de 2025, a controlada indireta Iguaçu recebeu R$ 400.000 referentes à integralização da 1ª série da sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, em rito de registro automático, com vencimento final em 28 de fevereiro de 2028. O montante total da emissão foi de R$ 580.000. Sobre as debêntures incorrem juros de CDI + 1,84% ao ano. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerá em parcela única na data de vencimento das debêntures. A 2ª série, no montante de 180.000, foi integralizada em janeiro de 2026, conforme detalhado na nota explicativa nº 39. Em 20 de abril de 2025, a controlada Infra MG efetuou a 2ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia real e garantia adicional fidejussória, de distribuição privada, com vencimento final em 20 de junho de 2027. O montante total da emissão foi de R$ 120.000. Sobre as notas comerciais escriturais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia acrescidos de spread de 2,50% ao ano. O principal e a remuneração das notas comerciais escriturais serão pagos em parcela única na data de vencimento. Em 30 de outubro de 2025, a controlada indireta Litoral recebeu R$ 450.000 referentes à integralização da série única da sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático, com vencimento final em 15 de março de 2049. O montante total da emissão foi de R$ 450.000. As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e sobre elas incorrem juros de 8,20% ao ano. Os juros das debêntures são pagos semestralmente, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2026 e a última na data de vencimento das debêntures. O principal será amortizado em 37 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela em 17 de março de 2031 e a última na data de vencimento das debêntures. A 2ª emissão de debêntures foi realizada nos termos previstos pela escritura da 1ª emissão de debêntures da controlada indireta Litoral e culminará no cancelamento da 1ª série da 1ª emissão de debêntures da controlada indireta Litoral. Em 05 de novembro de 2025, a controlada indireta Litoral recebeu R$ 450.000 referentes à integralização da 2ª série da sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia adicional fidejussória, com 6 séries, para distribuição pública, sob rito de registro automático, destinada a investidores profissionais, com vencimento final em 15 de março de 2049. O montante total da emissão foi de R$ 5.550.900. As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e sobre elas incorrem juros de 7,62% ao ano. Os juros são pagos semestralmente, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2026 e a última na data de vencimento das debêntures. O principal será amortizado em 37 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela em 17 de março de 2031 e a última na data de vencimento das debêntures, conforme curva customizada de amortização prevista na escritura de debêntures. As debêntures das demais séries poderão ser integralizadas mediante o atendimento das condições precedentes descritas na escritura. **d) Amortizações de principal do exercício:** Abaixo são descritas as liquidações realizadas no exercício de 2025.

Empresa	Dívida	Tipo	Data da Liquidação	Montante Amortizações de Principal
Infra PR	1ª Emissão Debêntures – Série Única	Parcial	fev/25	(78.725)
Vias do Café	1ª Emissão Debêntures – Série Única	Total	mar/25	(350.000)
Infra PR	1ª Emissão Debêntures – Série Única	Parcial	mai/25	(69.375)
Infra MG	1ª Emissão Nota Comercial	Parcial	mai/25	(56.724)
Infra MG	1ª Emissão Nota Comercial	Parcial	jun/25	(38.964)
Infra PR	1ª Emissão Debêntures – Série Única	Parcial	jun/25	(15.850)
Infra PR	2ª Emissão Debêntures – Série Única	Parcial	jun/25	(73.398)
Infra PR	2ª Emissão Debêntures – Série Única	Parcial	set/25	(99.710)
Infra MG	1ª Emissão Nota Comercial	Parcial	set/25	(24.312)
Infra MG	2ª Emissão Nota Comercial	Parcial	set/25	(11.448)
Infra PR	2ª Emissão Debêntures – Série Única	Parcial	out/25	(86.892)
Infra MG	2ª Emissão Nota Comercial	Parcial	dez/25	(32.028)
				(937.427)

Em 10 de fevereiro, 13 de maio e 16 de junho a controlada Infra PR efetuou pagamentos antecipados relacionados a sua 1ª emissão de debêntures no montante de R$ 163.950, finalizando a amortização da totalidade das debêntures e encerrando suas respectivas obrigações a estas debêntures. Em 28 de março de 2025, a controlada Vias do Café efetuou o pagamento antecipado da totalidade das debêntures da sua 1ª emissão de debêntures no montante de R$ 350.000, encerrando suas respectivas obrigações a estas debêntures. Em 13 de maio, 16 de junho e 08 de setembro a controlada Infra MG efetuou pagamentos antecipados relacionados a sua 1ª emissão de notas comerciais no montante de R$ 120.000, finalizando a amortização da totalidade das notas comerciais e encerrando suas respectivas obrigações em relação a estas notas comerciais. Em 08 de setembro, 22 de dezembro a controlada Infra MG efetuou pagamentos antecipados parciais relacionados a sua 2ª emissão de notas comerciais no montante de R$ 43.476, o saldo remanescente das notas comerciais será amortizado até junho de 2027 conforme previsto no instrumento de financiamento. Em 16 de junho, 08 de setembro e 20 de outubro a controlada Infra PR efetuou pagamentos antecipados relacionados a sua 2ª emissão de debêntures no montante de R$ 260.000, finalizando a amortização da totalidade das debêntures e encerrando suas respectivas obrigações a estas debêntures. **e) Cronograma de pagamentos:** Abaixo é demonstrado o saldo de debêntures e notas comerciais não circulante, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	2025	**2024**
2026	–	512.225
2027	93.975	130.681
2028	779.694	31.498
2029	45.998	33.916
2030	52.703	–
2031	116.918	–
Após 2031	3.266.520	1.666.992
Total	**4.355.808**	**2.375.312**

f) *Covenants*: As controladas da Companhia estão sujeitas a algumas cláusulas restritivas de determinados índices de restrição de endividamento (*covenants* financeiros), tais como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice Financeiro (Dívida Líquida/EBITDA), cujas fórmulas de cálculo estão definidas nos instrumentos de financiamento contratados. Os parâmetros devem ser cumpridos, nos termos dos instrumentos de financiamentos, para que não ocorra a aceleração do vencimento da dívida e para o destravamento de distribuições de capital adicionais das controladas, conforme aplicável. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente com a finalidade de verificação do cumprimento dos parâmetros. Em 2025, todas as controladas estão em cumprimento com relação aos *covenants* financeiros relacionados a eventos de vencimento antecipado. Adicionalmente, os instrumentos de financiamento contratados pelas controladas da Companhia preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) transformação do tipo societário das contratantes sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento de financiamento sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de financiamento, entre outros. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo encontra-se adimplente em relação às cláusulas restritivas das debêntures. **g) Garantias:** Os instrumentos de financiamento das subsidiárias contam com garantias reais usuais de financiamento de projeto, tais como alienação fiduciária de ações das SPEs concessionárias e cessão fiduciária de direitos creditórios. Em alguns casos, os financiamentos contam também com fianças bancárias e com a garantia fidejussória da EPR Participações S.A. (aplicável integralmente no caso dos financiamentos ponte e somente em caso de término antecipado da concessão no caso de financiamentos de longo prazo). **25. Obrigações sociais:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Provisão de férias	3.215	1.539	17.274	9.168
Provisão de participação nos lucros	9.825	6.180	28.684	16.664
Salários e encargos sociais	1.995	1.013	9.060	5.015
Total	**15.035**	**8.732**	**55.018**	**30.847**

26. Obrigações fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Impostos sobre serviços – ISS	–	–	15.550	13.808
IRPJ pessoa jurídica – IRPJ	–	–	14.918	38.857
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	10	–	11.380	9.845
CSLL sobre o lucro líquido – CSLL	–	–	11.077	17.908
Tributos federais retidos	373	72	2.580	1.568
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	4	–	2.469	2.539
Programa de integração social – PIS	2	–	2.073	2.084
IRPJ retido na fonte – IRRF	93	23	804	4.639
Outros tributos a recolher	–	–	870	–
Total	**482**	**95**	**61.721**	**91.248**
Circulante	482	95	61.464	91.248
Não Circulante	–	–	257	–

27. Credores pela concessão:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Recursos vinculados (a)	76.133	33.141
Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (b)	65.949	62.390
Mecanismo de demanda – banda contratual (c)	7.725	811
Verba de segurança no trânsito (d)	4.831	3.842
Verba de fiscalização (e)	4.015	2.211
Recurso para desenvolvimento tecnológico (f)	3.706	2.692
Total	**162.359**	**105.087**
Circulante	100.738	71.135
Não Circulante	61.621	33.952

(a) Conforme estabelecido no contrato de concessão, os recursos vinculados são um mecanismo de proteção da concessão mantido ao longo de todo contrato de concessão em aplicação financeira de movimentação exclusiva autorizada pelo poder concedente. O saldo é referente à obrigação de 3% (Litoral e Via Mineira) e 2% (Triângulo, Sul de Minas, Vias do Café e Iguaçu) sobre a receita de serviços prestados. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 14. (b) Refere-se ao saldo a pagar da controlada Triângulo devido ao FUNTRANS – Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes nas datas de fechamento das demonstrações financeiras, conforme divulgado na nota explicativa nº 1, e repactuado conforme divulgado na nota explicativa nº 39. (c) O mecanismo de compartilhamento do risco de demanda é um instrumento contratual que busca mitigar os impactos financeiros decorrentes da variação do tráfego estimado. Esse mecanismo opera dentro de uma banda de variação predefinida, sendo aplicável tanto para redução quanto para aumento do tráfego (Via Mineira) e receita (Litoral) em relação aos valores de referência. Caso o tráfego real/receita tarifária acumulada fique abaixo do limite mínimo estabelecido, a controlada poderá ser compensada financeiramente. Da mesma forma, caso o tráfego/receita tarifária exceda o limite máximo, a controlada deverá compartilhar os ganhos com o poder concedente. As obrigações de investimentos e serviços da concessionária não são afetadas pela aplicação do mecanismo, que é apurado periodicamente e submetido à validação da ANTT. (d) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, o Grupo mantém provisionada a verba de segurança no trânsito. Esta verba será utilizada exclusivamente para financiar programas de prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O poder concedente definirá a forma e o momento em que a controlada deverá disponibilizar os recursos anuais para a segurança no trânsito. (e) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, o Grupo deverá recolher em favor do poder concedente a verba de fiscalização destinada à cobertura das despesas de fiscalização da concessão (f) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, durante todo o período da concessão as controladas Litoral, Via Mineira e Iguaçu deverão destinar anualmente recursos a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão. Os produtos e estudos decorrentes da aplicação dos recursos serão considerados bens da concessão. A Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") poderá indicar temática a ser desenvolvida com os recursos para desenvolvimento tecnológico. A movimentação de credores pela concessão é demonstrada no quadro abaixo:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Saldo no início do exercício	105.087	193.913
(+) Custo da concessão (a)	62.633	40.008
(+) Provisão de banda contratual	6.915	811
(+) Provisão de recursos vinculados	63.245	36.440
(+) Rendimentos de recursos vinculados (Nota 14)	6.177	193
(+) Atualização monetária passivo de delegação de serviços públicos (Nota 32)	2.710	2.914
(+) Ajuste a valor presente de passivo de delegação de serviços públicos (Nota 32)	848	6.816
(–) Recebimento e atualização monetária de DUF (Nota 14)	(26.213)	–
(–) Ressarcimento de *free flow* (Nota 14)	(177)	–
(–) Ressarcimento regulatório (Nota 14)	(42)	(2.950)
(–) Pagamentos e consumo de verbas	(58.824)	(172.518)
(–) Atualização monetária de ressarcimento regulatório	–	(540)
Saldo no final do exercício	**162.359**	**105.087**

(a) Reconhecimento da verba de fiscalização e provisionamento da verba de segurança e do recurso para desenvolvimento tecnológico, conforme previsto no contrato de concessão das controladas. **28. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais: a) Processos com perda provável:** O Grupo possui processos cíveis e trabalhistas em andamento, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável, nos montantes indicados abaixo.

	Consolidado	
	2025	**2024**
Desapropriações (a)	19.973	–
Cíveis	306	95
Trabalhistas	155	29
Total	**20.434**	**124**

(a) O Grupo realizou depósitos judiciais relacionados a processos de desapropriação de áreas necessárias para a execução das obrigações contratuais de investimento. Os valores depositados correspondem às provisões reconhecidas, podendo haver desembolsos adicionais caso as indenizações definitivas superem os montantes inicialmente depositados. **b) Processos com perda possível:** O Grupo possui processos cíveis e trabalhistas em andamento, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam a sua contabilização.

	Consolidado	
	2025	**2024**
Cíveis (a)	1.262	8.785
Trabalhistas (b)	690	193
Ambientais (c)	51	–
Total	**2.003**	**8.978**

(a) Demandas indenizatórias fundadas em responsabilidade civil. (b) Processos trabalhistas, de menor valor individual. (c) Processos administrativos ambientais. **29. Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em 16 de janeiro de 2024 foi celebrado um SPA (Sale and Purchase Agreement) de compra e venda de ações entre a Companhia e a Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura em relação a investida EPR Infraestrutura PR S.A., onde a Companhia adquiriu 63.185.875 ações pelo montante de R$ 65.137, onde houve um ágio na aquisição no montante de R$ 2.715, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia Em 05 de junho de 2024 o acionista Equipav subscreveu e integralizou 2.004.000 ações ordinárias, representada por R$ 2.004, na mesma data o acionista Perfin subscreveu e integralizou 1.996.000 ações ordinárias, representada por R$ 1.996, totalizando R$ 4.000, do qual R$ 2 foi destinado ao capital social e R$ 3.998 destinado a reserva de capital. Em 27 de julho de 2024 o acionista Voyager Participações S.A. vendeu 144.428.074 ações ordinárias para o acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. Em 08 de outubro de 2024 o acionista Equipav subscreveu e integralizou 13.777.500 ações ordinárias, representada por R$ 13.777, e o acionista Perfin subscreveu e integralizou 13.722.500 ações ordinárias, representada por R$ 13.722, totalizando R$ 27.500, do qual R$ 275 foi destinado ao capital social e R$ 27.225 destinado a reserva de capital. Em 19 de dezembro de 2024 o acionista Equipav subscreveu e integralizou 32.633.297 ações ordinárias, representada por R$ 32.633, e o acionista Perfin subscreveu e integralizou 32.503 ações ordinárias, representada por R$ 32.503, totalizando R$ 65.137, do qual R$ 652 foi destinado ao capital social e R$ 64.485 destinado a reserva de capital Em 26 de março de 2025, foi realizada a subscrição de 165.000.000 ações ordinárias, sendo 82.335.000 subscritas pelo acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura – IE, e 82.665.000 subscritas pelo acionista Equipav Rodovias Participações e Administração S.A., representadas pelo montante de R$ 165.000, o qual já havia sido aportado através de adiantamentos para futuros aumento de capital realizados nos dias 11 de fevereiro de 2025 e 28 de fevereiro de 2025. Do montante integralizado, R$ 1.650 foi destinado ao capital social, o qual passou a ser de R$ 73.164, e R$ 163.350 destinado a reserva de capital, a qual passou a ser de R$ 477.908. Em 23 de dezembro de 2025, foi realizada a subscrição de 50.350.500 ações ordinárias, sendo 25.124.900 subscritas pelo acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura – IE, e 25.225.600 subscritas pelo acionista Equipav Rodovias Participações e Administração S.A., representadas pelo montante de R$ 50.350, devendo ser integralizado pelos acionistas até 31 de janeiro de 2026. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de é de R$ 73.164 (R$ 71.514 em 31 de dezembro de 2024, subscrito e totalmente integralizado), conforme demonstrado a seguir:

				2025
Acionistas	**Tipo de ação**	**Quantidade de ações**	**R$**	**%**
Equipav Rodovias Participações e Administração S.A.	Ordinárias	301.312.341	36.655	50,10%
Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	Ordinárias	300.109.498	36.509	49,90%
Total		**601.421.839**	**73.164**	**100%**

				2024
Acionistas	**Tipo de ação**	**Quantidade de ações**	**R$**	**%**
Equipav Rodovias Participações e Administração S.A.	Ordinárias	193.421.741	35.829	50,10%
Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	Ordinárias	192.649.598	35.685	49,90%
Total		**386.071.339**	**71.514**	**100%**

b) Reserva de capital: A reserva de capital é um valor reservado, com o objetivo de fortalecer a posição financeira da Companhia e garantir a continuidade das suas operações. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva de capital corresponde a R$ 477.908 (R$ 314.558 em 31 de dezembro de 2024). **c) Reserva legal:** O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 31 de dezembro de 2025 a reserva legal totalizou R$ 14.633 (R$ 9.253 em 31 de dezembro de 2024), representado 20% do capital social. **d) Dividendos:** De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta.

	Consolidado	
	2025	**2024 (Reapresentado)**
Lucro líquido do exercício	625.838	200.202
(–) Consumo de prejuízos de anos anteriores	–	(15.152)
Lucro ajustado	**625.838**	**185.050**
(–) Reserva legal (5%)	(5.380)	(9.253)
Base para distribuição de dividendos	**620.458**	**175.797**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	155.115	43.949

A Companhia apurou dividendos mínimos obrigatório de R$ 155.115 e R$ 43.949, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Como esses valores decorrem de resultados oriundos da equivalência patrimonial, os quais não representam realização financeira no período, a Administração destinou integralmente tais montantes à reserva de lucros a realizar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, reconheceu no passivo o montante de R$ 98.725, que representa a realização da reserva de lucros a realizar mencionada acima. O montante foi reconhecido no passivo não circulante em função de deliberação dos acionistas que não prevê o pagamento de dividendos no exercício de 2026. **e) Reserva de lucros:** A constituição de reserva de lucros no montante de R$ 574.140 será deliberada via Assembleia Geral Ordinária (AGO), prevista para ocorrer em até 30 dias da data de emissão desta Demonstração Financeira, principalmente para atender ao definido pelo artigo 199 da Lei 6.404 de 1976. **f) Reserva de lucros a realizar:** Refere-se a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios em conformidade com o artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 31 de dezembro de 2025 corresponde ao montante de R$ 100.339 (R$ 43.949 em 31 de dezembro de 2024). Dos montantes constituídos, a Companhia deve deduzir os lucros realizados e destinar como dividendos a pagar. a Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do montante. **30. Receita operacional líquida:**

	Consolidado	
	2025	**2024 (Reapresentado)**
Receitas operacionais		
Receita de serviços prestados	2.456.042	1.336.466
Receita de serviços de construção	1.426.572	1.317.235
Receitas acessórias	359	67
Receita bruta	**3.882.973**	**2.653.768**
Deduções da receita		
Tributos sobre receita de serviços prestados	(205.313)	(113.434)
Receita operacional líquida	**3.677.660**	**2.540.334**

31. Custos e despesas por natureza:

	Controladora	
	2025	**2024**
Custos e despesas		
Serviço de terceiros	(2.969)	(9.956)
Com pessoal	(1.826)	(2.520)
Depreciação e amortização	(1.007)	(165)
Seguros e garantias	–	(831)
Aluguéis	683	(555)
Combustíveis e lubrificantes	(1)	–
Outros	(54)	(1.330)
Total	**(5.174)**	**(15.357)**
Despesas gerais e administrativas	(5.174)	(15.357)

	Consolidado	
	2025	**2024 (Reapresentado)**
Custos e despesas		
Custo de serviços de construção	(1.349.385)	(1.259.458)
Serviço de terceiros	(342.161)	(165.223)
Com pessoal	(168.886)	(108.615)
Depreciação e amortização	(85.318)	(46.444)
Custo da concessão	(69.548)	(40.819)
Combustíveis e lubrificantes	(21.341)	(14.674)
Seguros e garantias	(21.532)	(16.235)
Aluguéis	(7.944)	(20.546)
Perdas de arrecadação (Nota 8)	(998)	(5.916)
Contribuições e doações	(11.386)	–
Outros	(47.455)	(42.301)
Total	**(2.125.954)**	**(1.720.231)**
Custo dos serviços prestados	(1.848.999)	(1.582.820)
Despesas gerais e administrativas	(276.955)	(137.411)

32. Resultado financeiro:

	Controladora	
	2025	**2024**
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	1.480	98
Atualização monetária de impostos	3	–
Outras receitas financeiras	–	–
Total	**1.483**	**98**
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil (Nota 18)	(199)	(18)
Impostos sobre receitas financeiras	(70)	(5)
Outras despesas	(156)	(5)
Total	**(425)**	**(28)**
Resultado financeiro	**1.058**	**70**

	Consolidado	
	2025	**2024**
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	383.928	148.266
Atualização monetária de impostos	5.716	–
Juros sobre ativos financeiros	–	405
Atualização monetária de recebimento DUF (Nota 14)	594	–
Atualização monetária de ressarcimento regulatório (Notas 20 e 33)	–	6.642
Outras receitas financeiras	456	673
Total	**390.694**	**155.986**
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures e notas comerciais (Nota 24)	(259.932)	(180.899)
Atualização monetária de debêntures (Nota 24)	(103.149)	–
Impostos sobre receitas financeiras	(26.198)	(9.315)
Amortização dos custos de captação (Nota 24)	(24.878)	(17.156)
Ajuste a valor presente (Nota 18 e 27)	(19.258)	(18.145)
Encargos financeiros	(6.075)	(1.453)
Atualização monetária de passivo de delegação de serviços públicos (Nota 27)	(2.710)	(2.914)
Comissão e despesas financeiras	(4.431)	–
Outras despesas financeiras	(12.200)	(11.771)
Total	**(458.831)**	**(241.653)**
Resultado financeiro	**(68.137)**	**(85.667)**

33. Outras receitas e despesas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Desconto de usuário frequente (Nota 9)	–	–	28.555	14.742
Receitas diversas	11.064	–	11.199	121
Resultado na baixa de ativos de direito de uso (Nota 18)	–	–	205	–
Venda de sucata	–	–	136	–
Ressarcimento regulatório (a)	–	–	42	19.356
Total	**11.064**	**–**	**40.137**	**34.219**

(a) Em 31 de dezembro de 2025, o montante refere-se ao ressarcimento à controlada Sul de Minas de títulos inadimplentes de usuários do pedágio sem cancela (Free Flow), conforme previsto no contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2024, o montante refere-se à indenização referente ao sinistro do KM 68 da BR-459, ocorrido antes da data da eficácia do contrato e recebido conforme acordo de reequilíbrio firmado com o poder concedente, o qual estava registrado anteriormente na rubrica de Intangível (Nota 21), pelo valor de R$ 13.715. Adicionalmente a este montante, foi reconhecido o montante de R$ 6.102 referente a correção monetária (IPCA) sobre o evento. **34. Resultado por ação:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024 (Reapresentado)**	**2025**	**2024 (Reapresentado)**
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	625.838	200.202	625.838	200.202
Média ponderada das ações ordinárias	514.340	300.430	514.340	300.430
Resultado básico e diluído por ação – R$	**1,2168**	**0,6664**	**1,2168**	**0,6664**

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: a) Visão geral: O Grupo está exposto aos seguintes riscos: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de taxa de juros; Risco de mercado; e Risco regulatório. Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo. Estrutura de gerenciamento de risco**:** A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedi-

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

EPR Participações S.A.

mentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **b) Risco de crédito:** O Grupo visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	15.083	35	2.066.292	1.792.630
Aplicações financeiras (Nota 6)	–	–	1.429.036	–
Aplicações financeiras vinculada (Nota 7)	–	–	292.825	97.573
Contas a receber (Nota 8)	–	–	177.510	101.864
Valores a receber do poder concedente (Nota 9)	–	–	18.016	15.049
Ativo financeiro (Nota 10)	–	–	7.423	–
Dividendos a receber (Nota 22)	128.788	18.246	–	–
Partes relacionadas (Nota 22)	19.916	19.880	–	–
Recursos vinculados (Nota 14)	–	–	75.946	33.250
Total	**163.787**	**38.161**	**4.067.048**	**2.040.366**

c) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Grupo. Os contratos de concessões estabelecem o recurso vinculado como garantia às partes contratuais. Caso o saldo deste recurso seja insuficiente para cobrir os eventuais reequilíbrios, favoráveis ou não às controladas, em especial o reembolso do DUF (Nota 9), outras formas de reequilíbrio deverão ser discutidas entre as partes. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

2025 Controladora	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores (Nota 23)	6.044	–	–	6.044
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 18)	3.052	12.975	5.199	21.226
Total	**9.096**	**12.975**	**5.199**	**27.270**

2024 Controladora	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores (Nota 23)	1.871	–	–	1.871
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 18)	467	1.660	–	2.127
Partes relacionadas (Nota 22)	14.775	–	–	14.775
Total	**17.113**	**1.660**	**–**	**18.773**

2025 Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores (Nota 23)	307.526	–	–	307.526
Debêntures e notas comerciais (Nota 24)	50.831	1.089.288	3.266.520	4.406.639
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 18)	41.775	117.896	7.221	166.892
Credores pela concessão (Nota 27)	100.738	61.621	–	162.359
Dividendos a pagar (Nota 22)	431.432	–	–	431.432
Total	**932.302**	**1.268.805**	**3.273.741**	**5.474.848**

2024 Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores (Nota 23)	283.452	–	–	283.452
Debêntures e notas comerciais (Nota 24)	124.616	708.320	1.666.992	2.499.928
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 18)	26.682	93.551	3.449	123.682
Credores pela concessão (Nota 27)	71.135	–	33.952	105.087
Dividendos a pagar (Nota 22)	15.014	94.612	–	109.626
Total	**520.899**	**896.483**	**1.704.393**	**3.121.775**

d) Risco de taxa de juros: O Grupo está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, debêntures e notas comerciais. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Controladora Operação	Exposição	Risco	Taxa de Juros	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (– 25%)	Cenário V (– 50%)
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras (Nota 6)	14.893	Variação CDI	12,25%[1]	1.824	2.280	2.737	1.368	912

Consolidado Operação	Exposição	Risco	Taxa de Juros	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (– 25%)	Cenário V (– 50%)
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras e fundos de investimento (Nota 6)	3.482.702	Variação CDI	12,25%[1]	426.631	533.289	639.946	319.973	213.315
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 7)	292.825	Variação IPCA	4,05%[1]	35.871	44.839	53.807	26.903	17.936
Passivos financeiros								
Debêntures e notas comerciais (Nota 24)	835.470	Variação CDI	12,25%[1]	102.345	127.931	153.518	76.759	51.173
Debêntures (Nota 24)	3.739.181	Variação IPCA	4,05%[1]	151.437	189.296	227.155	113.578	75.718

A diretoria do Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a diretoria adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. [1] Fonte Bacen em 26 de dezembro de 2025. **e) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **f) Risco regulatório:** As concessionárias atuam em ambiente regulado. Essas empresas são reguladas através de regras previstas em contrato de concessão. O contrato de concessão estabelece um rol não exaustivo de obrigações do poder concedente e das controladas e controladas indiretas, exceto holdings, incluindo o regramento específico sobre a alocação de riscos entre a controlada e poder concedente. Considera-se desequilibrado o contrato de concessão quando qualquer das partes sofrer os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado, que comprovadamente promova desbalanceamento da equação econômico-financeira do contrato. Isso significa que eventuais impactos aos resultados da controlada em virtude de descumprimento de obrigações contratuais do poder concedente e/ou de materialização de riscos a ele alocados poderão ensejar compensações à controlada pelos meios de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstos no contrato - como a alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras formas, inclusive, a combinação dos referidos mecanismos de compensação. O inadimplemento de obrigações contratuais ordinárias, por parte do poder concedente, especialmente no caso de contratos de parceria público-privada, poderá impedir o cumprimento integral dos compromissos contratuais das controladas, inclusive os de natureza financeira, incluindo aqueles relacionados a mudanças na legislação tributária, e causar diminuição de receita, acréscimo de custos, diminuição ou a perda de lucros. No caso de inadimplemento do contrato de concessão pelo poder concedente, a controlada poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias do contrato de concessão, que incluem instauração de arbitragem ou, em se tratando de direito indisponível, acionamento do poder judiciário, para pleitear a defesa de seus direitos. A controlada poderá, ainda, apresentar ação judicial de rescisão do contrato de concessão, com fundamento no art. 39 da lei nº 8.987/1995, em razão de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, hipótese em que os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. No caso de rescisão, a concessionária terá direito à indenização pelos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados até o momento da extinção contratual. Não há como garantir que os processos arbitrais ou judiciais serão julgados favoravelmente à controlada, ou que as respectivas decisões serão proferidas e/ou executadas em tempo hábil a fim de evitar impactos materiais adversos na concessão, tampouco que a indenização será suficiente para compensar integralmente os investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados. **g) Gerenciamento do capital:** A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para quotistas e credores.

	Controladora 2025	Controladora 2024 (Reapresentado)	Consolidado 2025	Consolidado 2024 (Reapresentado)
Fornecedores (Nota 23)	6.044	1.871	307.526	283.452
Debêntures e notas comerciais (Nota 24)	–	–	4.406.639	2.499.928
Arrendamento mercantil (Nota 18)	21.226	2.127	166.892	123.682
Credores pela concessão (Nota 27)	–	–	162.359	105.087
(–) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(15.083)	(35)	(2.066.292)	(1.792.630)
Subtotal	**12.187**	**3.963**	**2.977.124**	**1.219.519**
Patrimônio líquido	1.240.184	568.405	1.240.184	568.405
Total	**1.252.371**	**572.368**	**4.217.308**	**1.787.924**
Quociente de alavancagem	1%	1%	71%	68%

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros: No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

		Controladora			
	Classificação	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e numerários (Nota 6)	2	190	190	–	–
Aplicações financeiras (Nota 6)	1 (Nível 2)	14.893	14.893	35	35
Dividendos a receber (Nota 22)	2	128.788	128.788	18.246	18.246
Partes relacionadas (Nota 22)	2	19.916	19.916	19.880	19.880
		163.787	**163.787**	**38.161**	**38.161**
Passivo					
Fornecedores (Nota 23)	2	6.044	6.044	1.871	1.871
Arrendamento mercantil (Nota 18)	2	21.226	21.226	2.127	2.127
Partes relacionadas (Nota 22)	2	–	–	14.775	14.775
		27.270	**27.270**	**18.773**	**18.773**

		Consolidado 2025		Consolidado 2024 (Reapresentado)	
	Classificação	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e numerários (Nota 6)	2	12.626	12.626	9.678	9.678
Aplicações financeiras e fundo de investimentos (Nota 6)	1 (Nível 2)	3.482.702	3.482.702	1.782.952	1.782.952
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 7)	2	292.825	292.825	97.573	97.573
Contas a receber (Nota 8)	2	177.510	177.510	101.864	101.864
Valores a receber do poder concedente (Nota 9)	2	18.016	18.016	15.049	15.049
Ativo financeiro (Nota 10)	2	7.423	7.423	–	–
Recursos vinculados (Nota 14)	2	75.946	75.946	33.250	33.250
		4.067.048	**4.067.048**	**2.040.366**	**2.040.366**
Passivo					
Fornecedores (Nota 23)	2	307.526	307.526	283.452	283.452
Debêntures e notas comerciais (Nota 24)	2	4.406.639	4.406.639	2.499.928	2.499.928
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 18)	2	166.892	166.892	123.682	123.682
Credores pela concessão (Nota 27)	2	162.359	162.359	105.087	105.087
Dividendos a pagar (Nota 22)	2	431.432	431.432	109.626	109.626
		5.474.848	**5.474.848**	**3.121.775**	**3.121.775**

A classificação dos instrumentos financeiros mencionados no quadro acima, tem a seguinte definição: Classificação 1 – Mensurados a valor justo por meio de resultado; Classificação 2 – Custo amortizado. **36. Garantias e seguros:** O Grupo, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, o Grupo mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as coberturas de seguros são resumidas como segue: **Triângulo:**

	2025 Vigência			2024 Vigência		
Riscos cobertos	**Início**	**Vencimento**	**Limites de indenização**	**Início**	**Vencimento**	**Limites de indenização**
Seguro garantia	15/02/2025	28/02/2026	170.151	10/11/2023	24/02/2025	170.151
Riscos operacionais	15/02/2025	28/02/2026	64.940	15/02/2024	15/02/2025	54.029
Responsabilidade civil geral	15/02/2025	28/02/2026	10.000	15/02/2024	15/02/2025	15.000
Risco de engenharia	11/07/2025	11/07/2026	185.000	–	–	–
Responsabilidade civil de obras	11/07/2025	11/07/2026	25.000	–	–	–

Sul de Minas:

	2025 Vigência			2024 Vigência		
Riscos cobertos	**Início**	**Vencimento**	**Limites de indenização**	**Início**	**Vencimento**	**Limites de indenização**
Seguro garantia	15/02/2025	03/03/2026	97.907	10/11/2024	03/03/2025	93.128
Riscos operacionais	15/02/2025	03/03/2026	48.833	15/02/2024	15/02/2025	50.505
Responsabilidade civil geral	15/02/2025	03/03/2026	10.000	15/02/2024	15/02/2025	15.000
Risco de engenharia	11/07/2025	11/07/2026	185.000	–	–	–
Responsabilidade civil de obras	11/07/2025	11/07/2026	25.000	–	–	–

Vias do Café:

	2025 Vigência			2024 Vigência		
Riscos cobertos	**Início**	**Vencimento**	**Limites de indenização**	**Início**	**Vencimento**	**Limites de indenização**
Seguro garantia	23/10/2025	23/10/2026	123.237	23/10/2024	23/10/2025	117.013
Riscos operacionais	23/10/2025	23/10/2026	65.000	15/10/2024	23/10/2025	55.126
Responsabilidade civil geral	23/10/2025	23/10/2026	10.000	15/10/2024	23/10/2025	15.000
Riscos de Engenharia	11/07/2025	11/07/2026	185.000	–	–	–
Responsabilidade civil de obras	11/07/2025	11/07/2026	25.000	–	–	–

Litoral:

	2025 Vigência			2024 Vigência		
Riscos cobertos	**Início**	**Vencimento**	**Limites de indenização**	**Início**	**Vencimento**	**Limites de indenização**
Seguro garantia	21/02/2025	28/02/2027	760.339	22/01/2024	22/01/2025	707.181
Riscos operacionais	21/02/2025	28/02/2026	124.025	22/01/2024	22/02/2025	15.000
Responsabilidade civil geral	22/01/2025	28/02/2026	10.000	22/01/2024	22/01/2025	15.000
Risco de engenharia	11/07/2025	11/07/2026	185.000	–	–	–
Responsabilidade civil de obras	11/07/2025	11/07/2026	25.000	–	–	–

Via Mineira:

	2025 Vigência			2024 Vigência		
Riscos cobertos	**Início**	**Vencimento**	**Limites de indenização**	**Início**	**Vencimento**	**Limites de indenização**
Seguro garantia	06/08/2025	06/08/2026	271.816	26/06/2024	24/08/2025	271.247
Riscos operacionais	06/08/2025	06/08/2026	71.500	26/06/2024	24/08/2025	42.000
Responsabilidade civil geral	06/08/2025	06/08/2026	25.000	26/06/2024	24/08/2025	30.000
Responsabilidade civil de obras	11/07/2025	11/07/2026	25.000	–	–	–
Riscos de engenharia	11/07/2025	11/07/2026	185.000	–	–	–

Iguaçu:

	2025 Vigência		
Riscos cobertos	**Início**	**Vencimento**	**Limites de indenização**
Seguro garantia	12/03/2025	12/05/2026	543.943
Riscos operacionais	12/03/2025	12/05/2026	69.892
Responsabilidade civil geral	12/03/2025	12/05/2026	10.000
Risco de engenharia	11/07/2025	11/07/2026	185.000
Responsabilidade civil de obras	11/07/2025	11/07/2026	25.000

37. Compromissos: Triângulo: A controlada Triângulo tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas ("frentes"). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são: · Frente de serviços iniciais – Até o 2º ano de concessão, escopo atingido em fevereiro de 2025; · Frente de recuperação e manutenção – Do 3º ao 6º ano de concessão; e · Frente de ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço – Do 7º ano de concessão em diante. No âmbito do contrato, a controlada Triângulo assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental ("EVTEA"), em R$ 3.193.724, sendo R$ 1.813.483 destinados à expansão e melhorias e R$ 1.380.241 à constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a implantação de 353 quilômetros de acostamentos, 55 quilômetros de faixas adicionais e a duplicação de 36 quilômetros. A Companhia, conforme regras do Edital do Contrato de Concessão, detalhado na nota explicativa nº 1, também se comprometeu a pagar à FUNTRANS o valor de R$ 446.680. Além do estabelecido acima, a controlada Triângulo também possui as seguintes obrigações: · Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); · Recursos vinculados: parcela retida da receita bruta da controlada em favor do poder concedente; · Verba de segurança de trânsito: verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio). A controlada Triângulo também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão. Por fim, a controlada deverá manter, em favor da SEINFRA, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	R$
Do início do prazo do contrato até o 8º ano de concessão	146.997
Do 9º ano de concessão até o 25º ano de concessão	73.498
Do 26º ano de concessão até o final da concessão	146.997

Sul de Minas: A controlada Sul de Minas tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas ("frentes"). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são: · Frente de serviços iniciais – Até o 2º ano de concessão, escopo atingido em fevereiro de 2025; · Frente de recuperação – Do 3º ao 6º ano de concessão; e · Frente de ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço – Do 7º ano de concessão em diante. No âmbito do contrato, a controlada Sul de Minas assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental ("EVTEA"), em R$ 2.008.474, sendo R$ 1.499.371 destinados à expansão e melhorias e R$ 509.103 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a implantação de 355 quilômetros de acostamentos, 39 quilômetros de faixas adicionais e a implantação de 1 contorno viário. Além do estabelecido acima, a controlada Sul de Minas também possui as seguintes obrigações: · Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); · Recursos vinculados: parcela retida da receita bruta da controlada em favor do poder concedente; · Verba de segurança de trânsito: verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio). A controlada Sul de Minas também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão. Por fim, a controlada Sul de Minas deverá manter, em favor da SEINFRA, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	R$
Do início do prazo do contrato até o 8º ano de concessão	80.457
Do 9º ano de concessão até o 25º ano de concessão	40.228
Do 26º ano de concessão até o final da concessão	80.457

Vias do Café: A controlada Vias do Café tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas ("frentes"). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são: · Frente de serviços iniciais – Até o 2º ano de concessão, escopo atingido em outubro de 2025; · Frente de recuperação e manutenção – Do 3º ao 6º ano de concessão; e · Frente de ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço – Do 7º ano de concessão em diante. No âmbito do contrato, a controlada Vias do Café assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental ("EVTEA"), em R$ 2.575.719, sendo R$ 1.700.653 destinados à expansão e melhorias e R$ 875.066 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a implantação de 236 quilômetros de acostamentos, 30 quilômetros de faixas adicionais, a duplicação de 8 quilômetros e a implantação de 7 quilômetros de vias marginais. Além do estabelecido acima, a controlada Vias do Café também possui as seguintes obrigações: · Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); · Recursos vinculados: parcela retida da receita bruta da controlada em favor do poder concedente; · Verba de segurança de trânsito: verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio). A controlada Vias do Café também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão. Por fim, a controlada deverá manter, em favor da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais – SEINFRA, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	R$
Do início do prazo do contrato até o 8º ano de concessão	107.822
Do 9º ano de concessão até o 25º ano de concessão	53.911
Do 26º ano de concessão até o final da concessão	107.822

Litoral: A controlada indireta Litoral tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas ("frentes"). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são: · Frente de trabalhos iniciais – Até o 1º ano de concessão, escopo atingido em fevereiro de 2025; · Frente de recuperação e manutenção – Do 2º ao 5º ano de concessão; · Frente de ampliação de capacidade – Do 3º ao 7º ano de concessão; e · Manutenção de nível de serviço – Do 1º ao 25º ano de concessão. No âmbito do contrato, a controlada indireta Litoral assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental ("EVTEA"), em R$ 11.038.697, sendo R$ 6.050.835 destinados à expansão e melhorias e R$ 4.987.862 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a duplicação de mais de 350 quilômetros de pistas, a implantação de 138 quilômetros de faixas adicionais e 73 quilômetros de vias marginais. Além do estabelecido acima, a controlada indireta Litoral também possui as seguintes obrigações dispostas no contrato de concessão: · Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); · Recursos vinculados: parcela retida do preço do pedágio cobrado da controlada indireta Litoral em favor do poder concedente; · Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); · Verba de segurança de trânsito: verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio). A controlada indireta Litoral também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão. Por fim, a controlada indireta Litoral deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	R$
Do início do prazo do contrato até o 7º ano de concessão	610.940
Do 8º ano de concessão até o 27º ano de concessão	305.470
Do 28º ano de concessão até o final da concessão	610.940

Via Mineira: A controlada indireta Via Mineira tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas ("frentes"). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são: · Frente de trabalhos iniciais – Até o 1º ano de concessão, escopo atingido em outubro de 2025; · Frente de recuperação – Do 2º ao 5º ano de concessão; · Frente de ampliação de capacidade – Do 3º ao 7º ano de concessão; e · Manutenção de nível de serviço – Do 6º ao 30º ano de concessão. No âmbito do contrato, a controlada indireta Via Mineira assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental ("EVTEA"), em R$ 5.159.599, sendo R$ 2.952.778 (valor original) destinados à expansão e melhorias e R$ 2.206.821 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a duplicação de mais de 164 quilômetros de pistas, a implantação de 42 quilômetros de acostamento e 15 quilômetros de vias marginais. Além do estabelecido acima, a controlada indireta Via Mineira também possui as seguintes obrigações: · Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); · Recursos vinculados: parcela retida da receita bruta da controlada indireta Via Mineira em favor do poder concedente; · Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); · Verba de segurança de trânsito: verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); · Mecanismo de

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

EPR Participações S.A.

demanda – banda contratual: instrumento contratual que busca mitigar os impactos financeiros decorrentes da variação do tráfego estimado. Se o tráfego exceder o limite máximo previsto na banda de variação predefinida, a controlada indireta Via Mineira deverá compartilhar os ganhos com a ANTT. A controlada indireta Via Mineira também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão. No mês de dezembro de 2025, a controlada indireta Via Mineira realizou a 1ª emissão de debêntures, no valor de R$ 1.200.000, com o objetivo de captar recursos para realizar os investimentos estimados em CAPEX, assim como fortalecer a sua estrutura financeira. Não houve a liberação de recursos em 2025. Por fim, a controlada indireta Via Mineira deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	R$
Do início do prazo do contrato até o 7º ano de concessão*	261.000
Do 8º ano de concessão até o 27º ano de concessão	130.000
Do 28º ano de concessão até o final da concessão	261.000

(*) O valor do seguro garantia deve ser atualizado pelo índice IRT/IPCA anualmente, conforme previsto no contrato de concessão junto à ANTT. **Iguaçu:** A controlada indireta Iguaçu tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas ("frentes"). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são: · Frente de trabalhos iniciais – Até o 1º ano de concessão; · Frente de recuperação – Do 2º ao 5º ano de concessão; · Frente de manutenção – Do 6º ao 30º ano de concessão; e · Frente de conservação – Do 1º ao 30º ano de concessão. No âmbito do contrato, a controlada indireta Iguaçu assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental ("EVTEA"), em R$ 18.962.740, sendo R$ 13.269.336 destinados à expansão e melhorias e R$ 5.693.404 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a duplicação de mais de 462 quilômetros de pistas, a implantação de 31 quilômetros de faixas adicionais e 87 quilômetros de vias marginais. Além do estabelecido acima, a controlada indireta Iguaçu também possui as seguintes obrigações dispostas no contrato de concessão: · Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); · Recursos vinculados: parcela retida do preço do pedágio cobrado da controlada indireta Iguaçu em favor do poder concedente; · Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio). A controlada indireta Iguaçu também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão. Por fim, a controlada indireta Iguaçu deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	R$
Do início do prazo do contrato até a conclusão de 90% das obras de ampliação de capacidade e melhorias descrita no PER	543.943
Da conclusão de 90% das obras de ampliação de capacidade e melhorias descrita no PER até o 27º ano de concessão	271.972
Do 28º ano de concessão até o final da concessão	543.943

38. Transações que não afetaram caixa Em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações que não afetaram caixa estão apresentadas nas rubricas abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024 (Reapresentado)
Aquisição de infraestrutura em construção/fornecedores	(21.487)	(182.176)
Desapropriações (Nota 20)	(19.973)	–
Custos de debêntures e notas comerciais capitalizados na infraestrutura em construção (Nota 20 e 24)	(80.738)	(59.649)
Custos de debêntures e notas comerciais capitalizados no intangível (Nota 21 e 24)	(10.151)	(17.173)
Adições e remensurações de direito de uso/arrendamento mercantil (Nota 18)	(82.164)	(139.302)
Compensação entre saldos de mútuo a pagar e dividendos a receber (Nota 22)	12.825	–

39. Eventos subsequentes: 39.1 Aspectos regulatórios: a) Suspensão da terceira parcela da delegação dos serviços públicos de exploração do sistema rodoviário - Triângulo: Em 04 de fevereiro de 2025, foi celebrado o 3° termo aditivo ao contrato de concessão da controlada Triângulo. O instrumento formalizou a conclusão do processo de reequilíbrio econômico-financeiro contratual, contemplando a substituição da terceira parcela cujo montante em 31 de dezembro de 2025 totalizava R$ 65.949 (Nota 27), pela supressão e antecipação de investimentos, atualização da metodologia de recomposição do equilíbrio. Como resultado das apurações, foi reconhecido saldo de desequilíbrio econômico-financeiro no montante de R$ 2.827, a valor presente líquido na data-base de outubro de 2021, a favor da controlada Triângulo, a ser compensado até agosto de 2026, data limite de celebração do 4° termo aditivo. **b) Protocolo para recebimento de contraprestação - Sul de Minas:** Em 28 de janeiro de 2026, a controlada Sul de Minas registrou o protocolo de conclusão do marco referente à inexistência de degrau entre pista e acostamento superior a 5 cm, para recebimento de R$ 3.711. Em 20 de fevereiro de 2026, a controlada Sul de Minas registrou o protocolo de conclusão referente à ausência total de sinalização vertical ou aérea suja ou danificada, para recebimento de R$ 3.711. **c) Compensação de mecanismo de demanda - banda contratual - Via Mineira:** Em 19 de fevereiro de 2026, a controlada Via Mineira efetuou a compensação financeira, via recursos vinculados, referente ao mecanismo de mitigação de risco de demanda, conforme os critérios previstos no contrato de concessão, em decorrência da variação de tráfego superior ao limite de referência, no montante de R$ 4.883. **d) Reajuste tarifário - Via Mineira:** Em 06 de fevereiro de 2025 a controlada Via Mineira realizou ajustes de 7,10% nas tarifas de pedágio, passando de R$ 12,70 para R$ 13,60 por eixo equivalente. **e) Início das operações - Paraná:** Em 05 de fevereiro de 2026, a controlada indireta Paraná, celebrou o "Contrato de Concessão n° 03/2025" com a Agência Nacional de Transportes ("ANTT"). Em 10 de março de 2026, a controlada indireta Paraná, deu início à suas atividades operacionais de inspeção de tráfego, socorro mecânico e socorro médico sem a cobrança da tarifa de pedágio, fato previsto para o ano de 2026. **f) Compromissos - Paraná:** A partir da assinatura do contrato, a controlada indireta Paraná, firmou compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas ("frentes"). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são: · Frente de trabalhos iniciais – Até o 1º ano de concessão; · Frente de recuperação – Do 2º ao 8º ano de concessão; · Frente de manutenção – Do 6º ao 30º ano de concessão; e · Frente de conservação – Do 1º ao 30º ano de concessão. No âmbito do contrato, a Controlada indireta Paraná, assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental ("EVTEA"), em R$ 11.103.021, sendo R$ 6.537.450 destinados à expansão e melhorias e R$ 4.565.571 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a duplicação de mais de 232 quilômetros de pistas, a implantação de 87 quilômetros de faixas adicionais, além de 135 acessos, 39 passarelas de pedestres (novas e remodeladas) e 2 pontos de parada de descanso. Além do estabelecido acima, a controlada indireta Paraná, também possui as seguintes obrigações dispostas no contrato de concessão: · Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); · Recursos vinculados: parcela retida do preço do pedágio cobrado da Companhia em favor do poder concedente; · Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio). A controlada, também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão. Por fim, a Companhia deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	R$
Do início do prazo do contrato até a conclusão de 90% das obras de ampliação de capacidade e melhorias descrita no PER	459.076
Da conclusão de 90% das obras de ampliação de capacidade e melhorias descrita no PER até o 27º ano de concessão	229.538
Do 28º ano de concessão até o final da concessão	459.076

39.2 Aumento de capital social e alteração de participação societária: Em janeiro de 2026, foram concluídos os SPAs (*Sale and Purchase Agreement*) entre a Companhia e as acionistas Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura – IE e Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. em relação a controlada Infra Lote 6, onde a Companhia vendeu ações não integralizadas aos acionistas citados, sendo (i) Venda de 60.000.000 ações preferenciais classe A não integralizadas para a acionista Perfin, o montante de transação foi de R$ 5,00 (cinco reais); (ii) Venda de 29.880.000 ações ordinárias não integralizadas para a acionista Perfin, o montante da transação foi de R$ 5,00 (cinco reais); (iii) Venda de 30.000.000 ações ordinárias não integralizadas para a acionista Equipav, o montante da transação foi de R$ 1,00. Por se tratar de ações subscritas e não integralizadas, não houve ágio ou deságio a ser registrado entre os acionistas. Dado que após a operação, os percentuais que a Companhia passou a deter das ações ordinárias diminuiu, foi-se necessário realizar o registro de diluição da participação da Companhia nessa controlada, no montante de R$ 44.237, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. Em 07 de janeiro de 2026, foi realizada a subscrição de 25.120.001 ações ordinárias, sendo 12.534.880 subscritas pelo acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura – IE, e 12.585.121 subscritas pelo acionista Equipav Rodovias Participações e Administração S.A., representadas pelo montante de R$ 25.120, devendo ser integralizado pelos acionistas até 23 de janeiro de 2026. Em 13 de janeiro de 2026, a controlada indireta Infra Lote 6, vendeu 100 ações ordinárias da controlada EPR Engenharia S.A. (anteriormente EPR Engenharia 4 S.A.) ao preço de R$ 1,00 (um real) cada, para a Companhia. O valor contábil das ações era de R$ 16.138 e houve uma perda na aquisição no montante de R$ 16.137, o qual foi registrado no patrimônio líquido da controlada Infra Lote 6 como um ágio e como um deságio na Companhia. Em 13 de janeiro de 2026, a Companhia realizou a subscrição de 899 ações ordinárias na controlada direta EPR Engenharia S.A. (anteriormente EPR Engenharia 4 S.A.), representadas pelo monta de R$ 1,00 por ação, devendo ser integralizado até 31 de janeiro de 2026. Em 16 de janeiro de 2026, a Companhia emitiu uma notificação de opção de compra de ações preferenciais classe A para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, em relação à controlada Infra PR, adquirindo 3.522.806 ações preferenciais classe A pelo montante de R$ 2.812. Com tal recompra de PNs, a participação da Companhia na controlada passou a ser de 57,32%. O montante pago na aquisição é mensurado com base nos critérios definidos no acordo de acionistas. O valor contábil das ações foi de R$ 3.523 (acionistas minoritários) e houve um deságio no montante de R$ 3.523, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. Em 19 de janeiro de 2026, a Companhia recebeu aporte de recursos financeiros, através de integralização de capital social subscrito, no montante de R$ 50.350, concluindo a subscrição realizada pelos acionistas no dia 23 de dezembro de 2025. Em 19 de janeiro de 2026, a controlada direta Infra Lote 4 recebeu recursos financeiros de seus acionistas, através de integralização de capital social subscrito, no montante de R$ 201.000, concluindo parcialmente a subscrição realizada pelos acionistas no dia 23 de dezembro de 2025. Em 19 de janeiro de 2026, a controlada indireta Paraná recebeu aporte de recursos financeiros de sua controladora Infra Lote 4 , através de integralização de capital social subscrito, no montante de R$ 498.000, concluindo parcialmente a subscrição realizada pelos acionistas no dia 25 de novembro de 2025. Em 21 de janeiro de 2026, a Companhia recebeu aporte de recursos financeiros, através de integralização de capital social subscrito, no montante de R$ 25.120, concluindo a subscrição realizada pelos acionistas em 07 de janeiro de 2026. Em 21 de janeiro de 2026, a controlada direta Infra Lote 6 recebeu aporte de recursos financeiros, através de integralização de capital social subscrito, no montante de R$ 170.000, concluindo a subscrição realizada pelos acionistas no dia 21 de fevereiro de 2025. Em 22 de janeiro de 2026, a controlada direta Infra Lote 6 realizou integralização de capital em sua controlada Iguaçu no montante de R$ 336.477. Em 26 de janeiro de 2026, a Companhia realizou um contrato de compra e venda de ações referente as ações subscritas da controlada EPR Engenharia S.A. (anteriormente EPR Engenharia 4 S.A.), sendo vendidas 250 ações ordinárias subscritas e não integralizadas para a acionista Equipav Rodovias Participações e Administração S.A., pelo montante de R$ 1,00 (a transação), e 249 ações ordinárias subscritas e não integralizadas para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações – IE, pelo montante de R$ 1,00 (a transação). Por se tratar de ações subscritas e não integralizadas, não há houve ágio ou deságio a ser registrado entre os acionistas. Em 30 de janeiro de 2026, a Companhia realizou a integralização de capital no montante de R$ 400,00 na controlada direta EPR Engenharia S.A. (anteriormente EPR Engenharia 4 S.A.). Em 05 de fevereiro de 2026, a Companhia emitiu uma notificação de opção de compra de ações preferenciais classe A para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, em relação às controladas (i) Infra MG, adquirindo 1.301.425 ações preferenciais classe A pelo montante de R$ 1.523; e (ii) Infra Lote 6, adquirindo 11.485.568 ações preferenciais classe A pelo montante de R$ 12.020. Com tal recompra de PNs, a participação da Companhia nas controladas passou a ser de 26,23% na controlada Infra MG e 29,84% na controlada Infra Lote 6. Os montantes pagos na aquisição são mensurados com base nos critérios definidos no acordo de acionistas. O valor contábil das ações foi de R$ 14.310 (acionistas minoritários) e houve um deságio no montante de R$ 767, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. 39.3 Dividendos **a) Dividendos intermediários:** Em 13 de janeiro de 2026, a controlada Litoral Pioneiro destinou dividendos intermediários para sua controladora direta, Infra PR, no montante de R$ 91.133, com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2025. O pagamento ocorreu no dia 14 de janeiro de 2026. Em 13 de janeiro de 2026, a controlada Iguaçu destinou dividendos intermediários para sua controladora direta, Infra Lote 6, no montante de R$ 62.000, com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2025. O pagamento ocorreu no dia 14 de janeiro de 2026. Em 13 de janeiro de 2026, a controlada EPR Engenharia S.O. S.A. destinou dividendos intermediários para sua controladora direta, EPR Participações S.A., no montante de R$ 2.960, com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2025. O pagamento ocorreu no dia 14 de janeiro de 2026. Em 04 de fevereiro de 2026, a controlada direta EPR Engenharia S.A. (anteriormente EPR Engenharia 4 S.A.), destinou dividendos intermediários no montante de R$ 16.300, com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2025, sendo R$ 8.166 para a acionista EPR Participações S.A., R$ 4.075 para a acionista Equipav Rodovias Participações e Administração S.A., e R$ 4.059 para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações – IE. O pagamento ocorreu no dia 05 de fevereiro de 2026. **b) Dividendos intercalares:** Em 04 de fevereiro de 2026, a controlada direta EPR Engenharia S.A. (anteriormente EPR Engenharia 4 S.A.), destinou dividendos intercalares no montante de R$ 12.154, sendo R$ 6.089 para a acionista EPR Participações S.A., R$ 3.039 para a acionista Equipav Rodovias Participações e Administração S.A., e R$ 3.026 para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações – IE. O pagamento ocorreu no dia 05 de fevereiro de 2026. **c) Pagamento de dividendos destinados anteriormente:** Em 14 de janeiro de 2026, a Infra PR realizou o pagamento de dividendos intercalares destinados anteriormente, no montante de R$ 91.133, sendo R$ 4.557 pagos ao acionista EPR Participações S.A. e R$ 86.576 pagos ao acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações IE. **39.3 Debêntures e notas comerciais: a) Liberações de recursos de novas contratações de dívida:** Em janeiro de 2026, a controlada Via Mineira recebeu recursos relacionados à sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em três séries, para distribuição pública em rito de registro automático. A 1ª e 3ª séries, no montante de R$ 312.500 e R$ 187.500 foram integralizadas em janeiro de 2026. A 2ª série, no montante de R$ 700.000, será integralizada futuramente conforme previsto na escritura de emissão. Os recursos captados serão integralmente destinados ao projeto de concessão rodoviária BR-040/MG, com extensão de 232 km, para reembolso de gastos e realização de investimentos vinculados à execução do contrato de concessão n° 04/2023, celebrado com a ANTT. Sobre as debêntures incorrem juros de CDI + 1,45% ao ano. Os juros das debêntures serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo a primeira parcela em 15 de janeiro de 2027 e a última em 15 de julho de 2029, data de vencimento das debêntures. O principal será amortizado em uma parcela única na data de vencimento das debêntures. Em 16 de janeiro de 2026, a controlada Infra Lote 4 realizou à 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública em rito de registro automático. A 1ª série, no montante de R$ 300.000 foi integralizada em 19 de janeiro de 2026. A 2ª série, no montante de R$111.000, será integralizada futuramente conforme previsto na escritura de emissão. Os recursos captados serão integralmente destinados a realização de aportes na EPR Paraná. Sobre as debêntures incorrem juros de CDI + 1,75% ao ano. Os pagamentos de juros e amortizações de principal serão realizados em parcela única na data de vencimento das debêntures, 16 de janeiro de 2029. Em 16 de janeiro de 2026, a controlada EPR Paraná realizou à 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública em rito de registro automático. A 1ª série, no montante de R$ 550.000 foi integralizada em 19 de janeiro de 2026. A 2ª série, no montante de R$350.000, será integralizada futuramente conforme previsto na escritura de emissão. Os recursos captados serão integralmente destinados ao projeto de concessão rodoviária BR 272/369/376 e PR 317/182/272/323/444/862/897/986 para realização de investimentos vinculados à execução do contrato de concessão n° 03/2025, celebrado com a ANTT. Sobre as debêntures incorrem juros de CDI + 1,75% ao ano. Os pagamentos de juros e amortizações de principal serão realizados em parcela única na data de vencimento das debêntures, 16 de janeiro de 2029. **b) Liberações de recursos de dívidas contratadas anteriormente:** Em 21 e 22 de janeiro de 2026, as controladas Iguaçu e Infra Lote 6 receberam, respectivamente, R$ 80.000 e R$ 180.000 referentes à integralização das 2ªs séries das suas 1ªs emissões de debêntures. Detalhes sobre as emissões de debêntures da Infra Lote 6 e da Iguaçu constam na nota explicativa n° 24.

Conselho da administração

Radamés Andrade Casseb — Fernanda Bassanesi
Lucas Barbosa Rodrigues — Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro

Diretoria

José Carlos Cassaniga — *Diretor Presidente*
Enio Stein Júnior — *Diretor de Relações com Investidores* / *Diretor Financeiro*

Responsável Técnico

Lucas de Castro Maia - *Contador CRC: MG–106304/O*

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da **EPR Participações S.A.,** São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EPR Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em decorrência dos ajustes descritos na referida nota explicativa, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados, como previsto no Pronunaciamento Técnico CPC 23 – Politicas Contábeis, mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado*: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. · Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. · Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 23 de março de 2026.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F

José Antonio de A. Navarrete
Contador
CRC SP-198698/0

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

A.Life Entertainment Group S.A

CNPJ nº 11.513.881/0001-60

Relatório da Administração

São Paulo, 18 de março de 2026 – Fundada em 2010, a A.Life Entertainment Group S.A. ("Companhia", "Grupo" ou "Grupo A.Life-Nino") consolidou-se como uma das principais plataformas de hospitalidade e entretenimento do país ao profissionalizar a operação de bares e restaurantes em um mercado historicamente marcado pela informalidade. Desde sua origem, o Grupo buscou oferecer ao público experiências completas de lazer e gastronomia, combinando gestão estruturada, marcas fortes e excelência operacional. A trajetória gastronômica do Grupo ganhou força em 2015 com a criação do Nino Cucina, primeiro restaurante da Famiglia Nino, que trouxe a essência da cozinha italiana aliada a um serviço acolhedor e à atenção aos detalhes. Ao longo dos anos, novas marcas, culturas e sabores foram incorporados ao portfólio, sempre mantendo como pilares a qualidade da experiência do cliente, a execução consistente dos pratos e o engajamento das equipes, fatores que contribuíram para o reconhecimento do Grupo no mercado e para a conquista de diversas premiações. Em 2025, o Grupo deu mais um passo relevante em sua estratégia de expansão e diversificação com a incorporação da marca Camarada Camarão, ampliando sua presença no segmento de restaurantes e fortalecendo sua atuação nacional com um conceito consolidado e reconhecido pelo público. Esse movimento reforça a estratégia da Companhia de desenvolver uma plataforma multimarcas, capaz de combinar crescimento orgânico e aquisições estratégicas, sempre com foco em eficiência operacional, geração de valor e na entrega de experiências memoráveis aos clientes. O Grupo A.Life-Nino divulga os resultados do exercício de 2025. As comparações são com o exercício de 2024, exceto quando indicado. As informações são expressas em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma, e extraídas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025 preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como normas e requerimentos da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Destaques do exercício de 2025

Receita Líquida **R$715,7 mi**	**Dívida líquida[1]/EBITDA[2] (LTM)** *(alavancagem)* **1,3x** *em 31 de dezembro de*	**CAPEX** **R$ 33,2 mi**
EBITDA **R$62,5 mi** **EBITDA ajustado pelo CPC 06, despesa não recorrentes e pré-operacionais R$19,6 mi**	**Dívida líquida ajustada** *(ex arrendamentos financeiros)* **R$55,5 mi** *em 31 de dezembro de 2025*	**Número de operações** **99** *+41% vs 2024*

1 Exclui passivos de arrendamento (CPC06/IFRS16). 2 Para fins de cálculo de alavancagem utilizamos o EBITDA LTM, ou seja, o EBITDA considerado para o cálculo é com 12 meses de operação SDM.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: É com grande satisfação que a Administração da A.Life Entertainment Group S.A. ("Companhia" ou "Grupo") apresenta os resultados consolidados do exercício de 2025. Ao longo do ano, seguimos avançando na execução do nosso planejamento estratégico, focado na expansão da plataforma multimarcas, na disciplina operacional e na construção de marcas fortes e relevantes no setor de hospitalidade e entretenimento. Nosso compromisso permanece na entrega de experiências completas aos clientes, combinando excelência gastronômica, entretenimento e gestão profissionalizada. O ano de 2025 representou um marco importante na trajetória de crescimento da Companhia. A receita líquida consolidada atingiu R$ 715,7 milhões, refletindo principalmente a expansão do número de operações, a maturação de unidades inauguradas nos últimos anos e a consolidação de aquisições estratégicas realizadas pelo Grupo. Entre os principais movimentos do período, destacamos a incorporação da SDM Participações, detentora das marcas Camarada Camarão e Camarão & Cia., que ampliou significativamente a presença do Grupo no segmento de restaurantes e reforçou nossa estratégia de expansão nacional. Ao final do exercício, o Grupo alcançou 99 operações, ampliando sua presença em diferentes regiões do país e reforçando seu posicionamento como uma das principais plataformas de hospitalidade do Brasil. Durante o período, demos continuidade à estratégia de crescimento por meio da combinação de expansão orgânica e aquisições, fortalecendo o portfólio de marcas e integrando novas plataformas operacionais. Esse movimento foi acompanhado de uma revisão contínua do portfólio, com ajustes em operações com menor aderência à estratégia e à rentabilidade esperada. O Grupo registrou EBITDA de R$ 62,5 milhões no exercício, refletindo a maior escala das operações e a consolidação de novos negócios ao longo do período. O EBITDA ajustado, que exclui efeitos contábeis do CPC 06 (IFRS 16), despesas não recorrentes e despesas pré-operacionais, totalizou R$ 19,6 milhões. Em linha com a estratégia de crescimento, realizamos investimentos (CAPEX) de R$ 33,2 milhões ao longo do exercício, destinados principalmente à abertura de novas unidades e melhorias em operações existentes. Encerramos o período com dívida líquida ajustada de R$ 55,5 milhões e índice de alavancagem de 1,3x dívida líquida/EBITDA ao final de 2025, mantendo disciplina financeira e flexibilidade para sustentar o crescimento da Companhia. A expansão da Companhia nos últimos anos, aliada à incorporação de novas marcas e ao fortalecimento da plataforma operacional, posiciona o Grupo para um novo ciclo de crescimento. Seguiremos focados na captura de sinergias, na evolução das margens e na expansão seletiva das marcas com maior potencial de escala, sempre com disciplina financeira e foco na criação de valor de longo prazo.

PRINCIPAIS INDICADORES *(em R$ mil, exceto o nº de operações)* **:**

	2025	2024 Reapresentado	Var em % (25 x 24)
Número de operações	99	70	+41,4%
Investimentos em CAPEX	33.204	63.910	–48,0%
EBITDA3 4	62.485	45.673	36,8%
Margem EBITDA3	8,7%	9,8%	–1,1 p.p.
EBITDA ajustado3 5	19.607	30.582	–35,9%
Margem EBITDA ajustado 3	2,7%	6,6%	–3,9 p.p.
ROE (lucro líquido/PL) 3	–23,7%	–21,7%	–2,0 p.p
ROIC (NOPAT/PL–dívida líquida) 3	–7,9%	–2,9%	–5,0p.p.
ROIC ajustado (NOPAT/PL–dívida líquida ex passivo de arrendamento) 3	–10,8%	–0,5%	–10,3p.p.
Alavancagem (dívida líquida ajustada ou caixa líquido/PL) 3	0,11	0,18	–37,3%

3 Medidas não contábeis (não auditadas). NOPAT é igual EBIT (lucro operacional antes do resultado financeiro) x (1 – taxa efetiva do IRPJ e CSLL).
4 EBITDA é igual ao lucro líquido ajustado pelos efeitos do resultado financeiro, IRPJ e CSLL, depreciação e amortização. 5 EBITDA Ajustado é igual ao EBITDA (-) efeitos do CPC 06, despesas pré-operacionais, despesas não recorretes, baixa/impairment de pontos comerciais.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO E BALANÇO PATRIMONIAL: Demonstração de Resultado Consolidado em R$ mil:

	2025	2024 Reapresentado
Receita líquida	715.658	466.531
Custo da mercadoria vendida	(229.732)	(141.928)
Lucro bruto	**485.926**	**324.603**
Receitas/despesas operacionais		
Comerciais	(258.705)	(154.334)
Gerais e administrativas	(263.838)	(179.014)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.614	2.363
Lucro ou prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**(31.004)**	**(6.382)**
Resultado financeiro	(41.861)	(25.018)
Receitas financeiras	9.920	7.583
Despesas financeiras	(51.781)	(32.601)
Lucro ou prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	**(72.865)**	**(31.400)**
IRPJ e CSLL		
IRPJ e CSLL – correntes	(818)	(403)
IRPJ e CSLL – diferido		377
Lucro ou prejuízo líquido do exercício	**(73.684)**	**(31.426)**
Participação de minoritários	(1.834)	157
Lucro ou prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas	**(71.850)**	**(31.583)**
Margem líquida3	*–10,3%*	–6,7%
Margem líquida (sem minoritários)3	*–10,0%*	–6,8%

Balanço Patrimonial Consolidado em R$ mil:

Ativos	2025	2024 Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	65.920	10.844
Contas a receber	29.916	20.494
Estoques	21.961	13.434
Tributos a recuperar	9.700	2.157
Outros ativos	6.095	2.524
Total dos ativos circulantes	**133.592**	**49.453**
Depósitos judiciais	3.004	747
Tributos a recuperar	28.265	–
Transações com partes relacionadas	4.581	4.851
Investimentos	40	40
Imobilizado	251.824	164.787
Ativo de direito de uso	175.632	145.353
Intangível	293.455	94.004
Total dos ativos não circulantes	**756.801**	**409.782**
Total dos ativos	**890.393**	**459.236**

Passivos e patrimônio líquido	2025	2024 Reapresentado
Empréstimos e financiamentos	26.445	31.141
Fornecedores	41.214	21.505
Salários e encargos sociais a pagar	63.235	29.674
Obrigações tributárias	25.681	8.016
Dividendos a pagar	1.132	3.957
Passivo de arrendamento	27.307	45.083
Outros passivos	27.679	7.918
Total dos passivos circulantes	**212.693**	**147.294**
Empréstimos e financiamentos	79.115	42.883
Obrigações tributárias	10.901	1.890
Passivo de arrendamento	148.891	110.761
Outros passivos	15.715	–
Tributos sobre o lucro diferidos	*39.309*	5.960
Provisões para demandas judiciais	4.747	5.320
Total dos passivos não circulantes	**298.678**	**166.814**
Capital social	157.855	126.231
Ações em tesouraria	(49)	(49)
Reserva de capital	239.048	32.101
Reserva de lucros	(85.548)	(13.699)
	311.306	**144.584**
Participação dos minoritários	67.719	544
Total do patrimônio líquido	**379.024**	**145.128**
Total dos passivos e patrimônio líquido	**890.393**	**459.236**

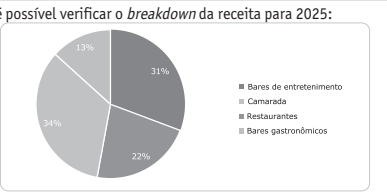
DESEMPENHO OPERACIONAL: Expansão dos bares e restaurantes – número de operações: O ano de 2025 foi marcado para o Grupo como um período de consolidação e expansão das operações, refletindo a integração de aquisições recentes e a continuidade do plano de crescimento da Companhia. Ao longo do exercício, avançamos na integração das novas marcas ao portfólio, ampliando a escala e a presença geográfica do Grupo. Adicionalmente, mantivemos uma gestão ativa do portfólio de operações, com a abertura de novas unidades e o encerramento pontual de operações com menor aderência à estratégia e à rentabilidade esperada. Abaixo a movimentação de aberturas e fechamentos de unidades durante o ano de 2025 .

	2024	Combinação	+ Lojas	– Lojas	2025	Var em qtde (25 vs 24)	Var em % (25 vs 24)
Bares de entretenimento	32			–2	30	–2	–6,3%
Restaurantes	22			–1	21	–1	–4,5%
Camarada Camarão	–	38			38	38	100%
Bares gastronômicos	16			–6	10	–6	–37,5%
Total	**70**	**38**		**–9**	**99**	**29**	**41,4%**

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Receita líquida: A receita líquida de 2025 totalizou R$ 715.657 milhões, um aumento de 53,4% em relação a 2024 impulsionado principalmente pela aquisição do grupo Camarada Camarão e pela grande expansão e maturação das unidades abertas durante o ano de 2024:

	2025	2024	Var em R$ (25 vs 24)	Var em % (25 vs 24)
Bares de entretenimento	219.939	239.354	(19.415)	–8,1%
Restaurantes	158.611	163.592	(4.981)	–3,0%
Camarada Camarão	242.100		242.100	100%
Bares gastronômicos	95.007	63.586	31.421	49,4%
Total	**715.657**	**466.532**	**249.125**	**53,4%**

No gráfico abaixo é possível verificar o *breakdown* da receita para 2025:



EBITDA e Margem EBITDA: O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo CSLL sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), conciliada com suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O EBITDA consiste no lucro líquido ou no prejuízo da Companhia, conforme aplicável, acrescido do resultado financeiro líquido, do IRPJ e da CSLL, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA representa a capacidade da Companhia de geração de resultados operacionais, bem como indica a sua capacidade de gerar caixa a partir de seus ativos operacionais. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida. O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto ou como alternativa ao lucro líquido, ou como indicador de desempenho operacional, como substituto ao fluxo de caixa, como medida de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Uma vez que EBITDA e a Margem EBITDA são medições não contábeis e, portanto, não possuem um significado padrão, o EBITDA e a Margem EBITDA divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA e Margem EBITDA preparados por outras sociedades. O EBITDA de 2025 aumentou R$ 16,8 milhões, 36,8% em relação a 2024 principalmente em função do processo de maturação das novas aberturas e a aquisição do Camarada Camarão, onde a administração vem implantando ações de eficiência e sinergia. A seguir demonstramos a conciliação do EBITDA:

	2025	2024 Reapresentado	Var em R$ (25 vs 24)	Var em % (25 vs 24)
Lucro líquido ou Prejuízo do período	(73.684)	(31.426)	(42.258)	134,5%
(+) Resultado Financeiro	41.862	25.018	16.844	67,3%
(+) Depreciação e amortização	93.490	52.055	41.435	79,6%
(+) IRPJ e CSLL	818	26	792	3046,2%
EBITDA	**62.485**	**45.673**	**16.812**	**36,8%**
Receita líquida	**715.657**	**466.532**	**249.125**	**53,4%**
Margem EBITDA	**8,7%**	**9,8%**		

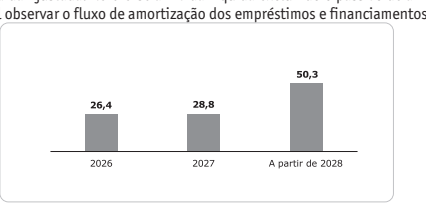
EBITDA ajustado: Desde janeiro de 2019, por uma alteração no CPC 06, os arrendamentos (aluguéis) da Companhia passaram a ser tratados como ativo fixo e passivo de arrendamento, e por isso, são apropriados no resultado como depreciação e como juros, impactando o EBITDA da Companhia.

	2025	2024	Var em R$ (25 vs 24)	Var em % (25 vs 24)
EBITDA	62.485	45.673	16.812	36,8%
(+) Efeito entre o aluguel pago das unidades operacionais e apropriado pelo CPC 06	–	5.315	(5.315)	–100,0%
(+) Despesas pré–operacionais ocorridas antes das aberturas das operações	5.281	16.738	(11.457)	–68,4%
(+) *Impairment* de ativo intangível e baixas	–	994	(994)	–100,0%
(+) Despesas não recorrentes	1.485	–	1.485	100,0%
(–) Juros – passivo de arrendamento	(18.321)	(16.826)	(1.495)	–8,9%%
(–) Amortização – ativo de direito de uso	(31.323)	(21.312)	(10.011)	–47,0%
EBITDA AJUSTADO	**19.607**	**30.582**	**–10.975**	**–35,9%**
Receita líquida	**715.657**	**466.532**	**249.125**	**53,4%**
MARGEM EBITDA AJUSTADO	**2,7%**	**6,6%**		

Estrutura financeira: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em caixa e equivalentes de caixa é de R$65,9 milhões. Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou uma reorganização de sua estrutura de endividamento. Parte relevante dos empréstimos existentes em 31 de dezembro de 2024 foi liquidada ao longo do período, incluindo financiamento anteriormente mantido junto ao Itaú, cuja quitação ocorreu com recursos provenientes da nova captação realizada em abril de 2025 no montante de R$ 74.0 milhões. Adicionalmente, o empréstimo anteriormente contratado junto ao BTG Pactual foi integralmente liquidado durante o exercício, com a última parcela paga em novembro de 2025. Dessa forma, ao final do exercício, a estrutura de endividamento da Companhia passou a ser composta principalmente pelas captações realizadas em abril de 2025: (i) empréstimo no montante de R$ 74.0 milhões, com taxa de juros correspondente à CDI acrescida de spread de 5,00% a.a., pagamento de juros mensais e amortização de principal e juros a partir de 15 de dezembro de 2025, com custos de transação de R$ 4,0 milhões; e (ii) empréstimo no montante de R$ 35,0 milhões, com pagamentos de juros mensais, à taxa de 2,04% a.a. acrescida da variação de 100% do CDI. Essas operações representam atualmente as principais fontes de financiamento da Companhia. Os passivos de arrendamento totalizaram R$ 176,2 milhões. Desde a implementação do CPC 06, a Companhia registra a valor justo o passivo a pagar com os locatários. A tabela a seguir mostra a estrutura de capital, alavancagem e o valor do contas a receber de cartão de crédito em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025 (R$ milhões)
Dívida bruta	**299,9**
Empréstimos e financiamentos	105,6
Passivo de arrendamento	176,2
Dividendos a pagar	1,1
Parcelamentos tributários	14,7
Caixa e equivalentes de caixa	(65,9)
Dívida líquida	**231,7**
(–) Passivo de arrendamento	(176,2)
Dívida líquida ajustada (ex passivo de arrendamento)	**55,5**
Patrimônio Líquido	353,5
Dívida líquida/PL	**0,66**
Dívida Líquida ajustada (ex passivo de arrendamento)/PL	**0,2**
Contas a receber em 31/12/2025	
R$29,9 milhões	

Dívida Líquida: Refere-se a Dívida Bruta, que é a soma de Empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, dividendos a pagar e parcelamentos tributários, menos o caixa e equivalente de caixa. Dívida Líquida Ajustada: Refere-se a Dívida Líquida excluindo o passivo de arrendamento. Abaixo é possível observar o fluxo de amortização dos empréstimos e financiamentos:



Investimentos em CAPEX: Em 2025 o Grupo investiu em seus ativos imobilizados e intangíveis (fundo de comércio) R$ 33,2 milhões, -48,0% vs 2024, dividido nestes segmentos:

	2025	2024	Var em R$	Var em %
	R$ milhões		(25 vs 24)	(25 vs 24)
Bares de entretenimento	7,5	20,3	–12,7	–62,8%
Restaurantes	5,0	25,4	–20,4	–80,3%
Camarada Camarão	18,0		18,0	100%
Bares gastronômicos	2,6	18,3	–15,7	–85,6%
Total	**33,2**	**63,9**	**–30,7**	**–48,0%**

Destaques do exercício de 2025 (Pró-forma): No exercício de 2025, a Companhia concluiu em 31 de maio de 2025 a aquisição do Grupo Camarada Camarão. Para fins de apresentação nessa seção do Relatório da Administração, as informações relacionadas à Demonstração de Resultado (DRE) e ao Fluxo de Caixa consideram os resultados anualizados dessa operação, contemplando 12 meses de atividade. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os efeitos da aquisição estão refletidos apenas a partir da data de conclusão da transação, correspondendo a aproximadamente sete meses de contribuição no exercício. Dessa forma, a apresentação neste relatório busca refletir de maneira mais completa a geração de resultados e de caixa associada às operações do Grupo ao longo do período.

Receita Líquida **R$912,9 mi**	**Dívida líquida[1]/EBITDA** *(alavancagem)* **1,3x** *em 31 de dezembro de 2025*	**CAPEX** **R$ 38,0 mi**
EBITDA **R$80,3 mi** **EBITDA ajustado pelo CPC 06, despesa não recorrentes e pré-operacionais R$43,5 mi**	**Dívida líquida ajustada** *(ex arrendamentos financeiros)* **R$55,5 mi** *em 31 de dezembro de 2025*	**Número de operações** **99** *+41% vs 2024*

1 Exclui passivos de arrendamento (CPC06/IFRS16).

PRINCIPAIS INDICADORES *(em R$ mil, exceto o nº de operações):*

	2025	2024 Reapresentado	Var em % (25 x 24)
Número de operações	99	70	+41,4%
Investimentos em CAPEX	37.984	63.910	–40,6%
EBITDA3 4	80.291	45.673	75,8%
Margem EBITDA3	8,8%	9,8%	–1,0 p.p.
EBITDA ajustado3 5	43.513	30.582	+42,3%
Margem EBITDA ajustado 3	4,8%	6,6%	–1,8 p.p.
ROE (lucro líquido/PL) 3	–25,2%	–21,7%	–3,5 p.p
ROIC (NOPAT/PL–dívida líquida) 3	–7,9%	–2,9%	–5,0p.p.
ROIC ajustado (NOPAT/PL–dívida líquida ex passivo de arrendamento) 3	–8,3%	–0,5%	–7,8p.p.
Alavancagem (dívida líquida ajustada ou caixa líquido/PL) 3	0,11	0,18	–37,3%

3 Medidas não contábeis (não auditadas). NOPAT é igual EBIT (lucro operacional antes do resultado financeiro) x (1 – taxa efetiva do IRPJ e CSLL). 4 EBITDA é igual ao lucro líquido ajustado pelos efeitos do resultado financeiro, IRPJ e CSLL, depreciação e amortização. 5 EBITDA Ajustado é igual ao EBITDA (-) efeitos do CPC 06, despesas pré-operacionais, despesas não recorrentes, baixa/impairment de pontos comerciais.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO E FLUXO DE CAIXA:
Demonstração de Resultado Consolidado em R$ mil:

	2025	2024 Reapresentado
Receita líquida	912.853	466.531
Custo da mercadoria vendida	(463.109)	(141.928)
Lucro bruto	**449.744**	**324.603**
Receitas/despesas operacionais		
Comerciais	(181.799)	(154.334)
Gerais e administrativas	(301.995)	(179.014)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	9.292	2.363
Lucro ou prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**(24.758)**	**(6.382)**
Resultado financeiro	(49.688)	(25.018)
Receitas financeiras	10.514	7.583
Despesas financeiras	(60.202)	(32.601)
Lucro ou prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	**(74.446)**	**(31.400)**
IRPJ e CSLL		
IRPJ e CSLL – correntes	(4.018)	(403)
IRPJ e CSLL – diferido		377
Lucro ou prejuízo líquido do exercício	**(78.464)**	**(31.426)**
Participação de minoritários	(3.735)	157
Lucro ou prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas	**(74.729)**	**(31.583)**
Margem líquida3	*–8,6%*	–6,7%
Margem líquida (sem minoritários)3	*–8,2%*	–6,8%

Demonstracão de Fluxo de Caixa em R$ mil:

	31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido ou prejuízo do exercício	**(78.462)**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado	
Pelas atividades operacionais:	
Depreciação do ativo imobilizado	49.577
Amortização do ativo de direito	35.167

continua

continuação

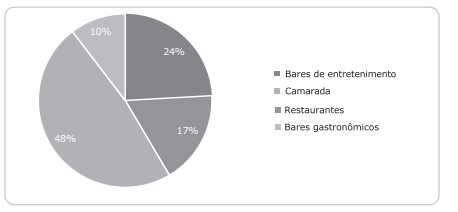
A.Life Entertainment Group S.A

	31/12/2025
Amortização ativo intangível	4.862
Baixa de ativo imobilizado e intangível	15.502
Provisões para contingências	(1.895)
Juros sobre empréstimos	22.376
Resultado – "swap" de taxa de juros	1.747
Juros sobre o passivo de arrendamento (ativo de direito de uso)	20.361
Efeito líquido da baixa de contratos de arrendamento mercantil	324
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:	
Contas a receber	23.736
Estoques	8.243
Tributos a recuperar	(14.300)
Outros ativos	(4.478)
Depósitos judiciais	(2.287)
Fornecedores	(1.195)
Salários e encargos sociais a pagar	14.625
IRPJ e CSLL	20.198
Obrigações tributárias	12.865
Outros passivos	15.713
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	**142.680**
Juros pagos sobre passivo de arrendamento ("direito de uso")	(20.361)
Juros pagos sobre empréstimos	(18.702)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**103.616**
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Partes relacionadas	62
Aquisições de subdisiárias líquidas dos caixas adquiridos	(205.620)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(38.569)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(244.127)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Dividendos distribuídos	8.535
(Aumento) redução de capital	206.947
Captação de empréstimos e financiamentos	105.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	(100.921)
Movimentos de não controladores	6.420
Pagamento do passivo de arrendamento	(35.101)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**190.880**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**50.370**
No início do exercício	**15.550**
No final do exercício	**65.920**

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Receita líquida: A receita líquida de 2025 totalizou R$ 912.853 milhões, um aumento de 95,7% em relação a 2024 impulsionado principalmente pela aquisição do grupo Camarada Camarão e pela grande expansão e maturação das unidades abertas durante o ano de 2024:

	2025	2024	Var em R$ (25 vs 24)	Var em % (25 vs 24)
Bares de entretenimento	219.939	239.354	(19.415)	–8,1%
Restaurantes	158.611	163.592	(4.981)	–3,0%
Camarada Camarão	439.296		439.296	100%
Bares gastronômicos	95.007	63.586	31.421	49,4%
Total	**912.853**	**466.532**	**446.321**	**95,7%**

No gráfico abaixo é possível verificar o *breakdown* da receita para 2025:



EBITDA e Margem EBITDA: O EBITDA de 2025 aumentou R$ 34,6 milhões, 75,8% em relação a 2024 principalmente em função do processo de maturação das novas aberturas e a aquisição do Camarada Camarão, onde a administração vem implantando ações de eficiência e sinergia. A seguir demonstramos a conciliação do EBITDA:

	2025	2024 Reapresentado	Var em R$ (25 vs 24)	Var em % (25 vs 24)
Lucro líquido ou Prejuízo do período	(78.464)	(31.426)	(47.038)	149,7%
(+) Resultado Financeiro	49.688	25.018	24.670	98,6%
(+) Depreciação e amortização	105.049	52.055	50.570	101,8%
(+) IRPJ e CSLL	4.018	26	3.992	15353,8%
EBITDA	**80.291**	**45.673**	**32.194**	**75,8%**
Receita líquida	**912.853**	**466.532**	**446.321**	**95,7%**
Margem EBITDA	**8,8%**	**9,8%**		

EBITDA ajustado: O EBITDA ajustado de 2025, ou seja, descontado os efeitos do CPC 06, despesas não recorrentes e as despesas pré-operacionais, totalizou em R$ 43,5 milhões, uma variação de 42,3% em relação a 2024. A seguir demonstramos a conciliação do EBITDA ajustado:

	2025	2024	Var em R$ (25 vs 24)	Var em % (25 vs 24)
EBITDA	80.291	45.673	34.618	75,8%
(+) Efeito entre o aluguel pago das unidades operacionais e apropriado pelo CPC 06	–	5.315	(5.315)	–100%
(+) Despesas pré–operacionais ocorridas antes das aberturas das operações	5.281	16.738	(11.457)	–68,4%
(+) *Impairment* de ativo intangível e baixas	–	994	(994)	–100%
(+) Despesas não recorrentes	13.470	–	13.470	100%
(–) Juros – passivo de arrendamento	(20.361)	(16.826)	(3.535)	–21%
(–) Amortização – ativo de direito de uso	(35.167)	(21.312)	(13.855)	–65%
EBITDA AJUSTADO	**43.513**	**30.582**	**12.931**	**42,3%**
Receita líquida	**912.853**	**466.532**	**446.321**	**95,7%**
MARGEM EBITDA AJUSTADO	**4,8%**	**6,6%**		

Investimentos em CAPEX: Em 2025 o Grupo investiu em seus ativos imobilizados e intangíveis (fundo de comércio) R$ 38,0 milhões, -40,6% vs 2024, dividido nestes segmentos:

	2025 R$ milhões	2024	Var em R$ (25 vs 24)	Var em % (25 vs 24)
Bares de entretenimento	7,5	20,3	–12,7	–62,8%
Restaurantes	5,0	25,4	–20,4	–80,3%
Camarada Camarão	22,8		22,8	100%
Bares gastronômicos	2,6	18,3	–15,7	–85,6%
Total	**38,0**	**63,9**	**–25,9**	**–40,6%**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais individuais e consolidados Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 1 de janeiro de 2024 *(Em milhares de reais - R$)*

		Controladora			Consolidado		
			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Ativo	**Nota**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**01/01/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**01/01/2024**
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.977	73	4.770	65.920	10.844	7.109
Contas a receber	6	25	25	86	29.916	20.494	29.221
Estoques	7	–	–	–	21.961	13.434	13.386
Tributos a recuperar	8	912	746	1.709	9.700	2.157	2.238
Outros ativos		1.031	113	187	6.095	2.524	3.640
		18.945	**957**	**6.752**	**133.592**	**49.453**	**55.594**
Não circulante							
Depósitos judiciais		554	428	428	3.004	747	760
Tributos a recuperar	8	–	–	–	28.265	–	–
Contas a receber de partes relacionadas	9	300.270	156.719	62.321	4.581	4.851	1.142
Investimentos	10	319.408	181.387	125.959	40	40	40
Imobilizado	12	2.187	2.018	1.843	251.824	164.787	126.342
Ativo de direito de uso	13	887	2.879	3.544	175.632	145.353	120.020
Intangível	14	687	567	212	293.455	94.005	20.090
		623.993	**343.998**	**194.307**	**756.801**	**409.783**	**268.394**
Total do ativo		**642.938**	**344.955**	**201.059**	**890.393**	**459.236**	**323.988**

		Controladora			Consolidado		
			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Passivos e patrimônio líquido	**Nota**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**01/01/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**01/01/2024**
Circulante							
Fornecedores		267	965	520	41.214	21.505	16.674
Salários e encargos sociais a pagar	16	2.169	1.122	2.708	63.235	29.674	14.943
Empréstimos e financiamentos	15	15.470	31.141	1.261	26.445	31.141	2.199
Obrigações tributárias	17	393	368	101	25.681	8.016	2.575
Dividendos a pagar		1.132	4.616	5.000	1.132	3.957	5.000
Passivo de arrendamento	13	272	467	630	27.307	45.083	15.522
Outros passivos	18	7.418	6.565	466	27.679	7.918	2.511
		27.121	**45.244**	**10.686**	**212.693**	**147.294**	**59.424**
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos lp	15	54.709	42.883	8.600	79.115	42.883	8.600
Obrigações tributárias lp	17	–	–	245	10.901	1.890	1.739
Passivo de arrendamento lp	13	891	3.287	3.754	148.891	110.761	112.889
Tributos diferidos		–	–	–	39.309	5.960	30
Contas a pagar a partes relacionadas	9	247.437	106.062	36.044	–	–	–
Provisão para perdas em controladas	10	1.474	1.474	1.474	–	–	–
Provisões para demandas judiciais	24	–	1.421	1.648	4.747	5.320	2.311
Outros passivos	18	–	–	–	15.715	–	–
		304.511	**155.127**	**51.765**	**298.678**	**166.814**	**125.569**
		331.632	**200.371**	**62.451**	**511.371**	**314.108**	**184.993**
Patrimônio líquido	19						
Capital social		157.855	126.231	122.524	157.855	126.231	122.524
Ações em tesouraria		(49)	(49)	(49)	(49)	(49)	(49)
Reserva de capital		239.048	32.101	(1.751)	239.048	32.101	(1.751)
Lucros (prejuízos) acumulados		(85.548)	(13.699)	17.884	(85.549)	(13.699)	17.884
		311.306	**144.584**	**138.608**	**311.305**	**144.584**	**138.608**
Participação dos não controladores		–	–	–	67.719	544	387
		311.306	**144.584**	**138.608**	**379.024**	**145.128**	**138.995**
Total do passivo e patrimônio líquido		**642.938**	**344.955**	**201.059**	**890.393**	**459.236**	**323.988**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de reais - R$)*

		Controladora		Consolidado	
			Reapresentado		Reapresentado
	Nota	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receita líquida	20	–	–	715.658	466.531
Custo dos produtos e serviços vendidos	21	–	–	(229.732)	(141.928)
Lucro bruto		–	**–**	**485.926**	**324.603**
Receitas/despesas operacionais					
Despesas comerciais	21	(88)	(375)	(258.705)	(154.334)
Despesas gerais e administrativas	21	(1.988)	(29.680)	(263.838)	(179.014)
Equivalência patrimonial	10	(62.845)	2.497	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	7.295	1.637	5.614	2.363
		(57.626)	**(25.921)**	**(516.930)**	**(330.986)**
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(57.626)**	**(25.921)**	**(31.004)**	**(6.382)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	22	6.812	7.498	9.920	7.583
Despesas financeiras	22	(21.036)	(13.537)	(51.782)	(32.601)
		(14.224)	**(6.039)**	**(41.862)**	**(25.018)**
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL		**(71.850)**	**(31.960)**	**(72.866)**	**(31.400)**
IRPJ e CSLL					
IRPJ e CSLL–correntes		–	–	(818)	(403)
IRPJ e CSLL–diferido	23	–	377	–	377
Prejuízo do exercício		**(71.850)**	**(31.583)**	**(73.684)**	**(31.426)**
Prejuízo do exercício atribuído a:					
Acionistas da companhia				(71.850)	(31.583)
Participação de não controladores				(1.834)	157
				(73.684)	**(31.426)**
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas					
Da companhia durante o exercício–R$					
Prejuízo básico por ação	19 (c)			(1,03)	(0,60)
Prejuízo diluído por ação	19 (c)			(1,03)	(0,60)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de reais - R$)*

	Controladora		Consolidado	
		Reapresentado		Reapresentado
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Prejuízo do exercício	**(71.850)**	**(31.583)**	**(73.684)**	**(31.426)**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente dos exercícios	**(71.850)**	**(31.583)**	**(73.684)**	**(31.426)**
Prejuízo do exercício atribuído a:				
Acionistas da companhia			(71.850)	(31.583)
Participação de não controladores			(1.834)	157
			(73.684)	**(31.426)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 1 de janeiro de 2024 *(Em milhares de reais - R$)*

		Atribuível aos controladores								
	Nota	**Capital social**	**Ações em tesouraria**	**Reserva de capital**	**Reserva de lucros Retenção de lucros**	**Legal**	**Lucros/ Prejuízos acumulados**	**Total**	**Participação de não controladores**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 1 de janeiro de 2024 (anteriormente apresentado)		122.524	(49)	(1.751)	24.466	2.077	–	**147.267**	387	**147.654**
Alteração de política contábil–amortização das luvas	4.1	–	–	–	–	–	(8.659)	(8.659)	–	**(8.659)**
Saldos em 1 de janeiro de 2024 (reapresentado)		**122.524**	**(49)**	**(1.751)**	**24.466**	**2.077**	**(8.659)**	**138.608**	**387**	**138.995**
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(31.583)	**(31.583)**	157	**(31.426)**
Aumento de capital	10	3.707	–	–	–	–	–	**3.707**	–	**3.707**
Aquisição investimento irajá	10	–	–	33.852	–	–	–	**33.852**	–	**33.852**
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)		**126.231**	**(49)**	**32.101**	**24.466**	**2.077**	**(40.242)**	**144.584**	**544**	**145.128**
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(71.850)	**(71.850)**	(1.834)	**(73.684)**
Aumento de capital		31.624	–	206.947	–	–	–	**238.571**	–	**238.571**
Movimentos de acionistas não controladores		–	–	–	–	–	–	**–**	69.009	**69.009**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**157.855**	**(49)**	**239.048**	**24.466**	**2.077**	**(112.092)**	**311.305**	**67.719**	**379.024**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de reais - R$)*

		Controladora		Consolidado	
			Reapresentado		Reapresentado
		31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receita na venda de produtos e serviços		**–**	**–**	**778.115**	**481.734**
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos e serviços vendidos		–	–	(229.732)	(141.928)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais		18.782	(16.220)	(183.861)	(131.165)
		18.782	**(16.220)**	**(413.593)**	**(273.093)**
Retenções					
Provisões		772	(627)	(1.052)	(5.236)
Depreciações	(i)	(732)	(989)	(84.487)	(50.946)
		40	**(1.616)**	**(85.539)**	**(56.182)**
Valor (consumido) adicionado produzido pela companhia		**18.822**	**(17.836)**	**278.983**	**152.459**
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		(62.845)	2.497	–	–
Receitas financeiras–inclui variações monetárias		6.812	7.498	9.920	7.583
		(56.033)	**9.995**	**9.920**	**7.583**
Valor adicionado total a distribuir		**(37.211)**	**(7.841)**	**288.903**	**160.042**
Distribuição do valor adicionado		**37.211**	**7.841**	**(288.903)**	**(160.042)**
Pessoal					
Salários e encargos (inclui fgts)		(12.678)	(10.139)	(237.475)	(133.330)
Participação dos empregados nos lucros		(925)	(443)	(10.055)	(9.930)
		(13.603)	**(10.582)**	**(247.530)**	**(143.260)**
Impostos, taxas e contribuições		**–**	**377**	**(63.275)**	**(15.607)**
Remuneração de capitais de terceiros					
Despesas financeiras–incluem variações monetárias		(21.425)	(13.105)	(33.461)	(15.775)
Despesas de aluguéis e arrendamentos		389	(432)	(18.321)	(16.826)
		(21.036)	**(13.537)**	**(51.782)**	**(32.601)**
Remuneração de capitais próprios					
Participação de não controladores no resultado		–	–	1.834	(157)
Lucros retidos / prejuízo do exercício	(i)	71.850	31.583	71.850	31.583
		71.850	**31.583**	**73.684**	**31.426**

(i) Reapresentado o saldo referente ao exercício findo em 31/12/2024 devido a mudança de política do Grupo quanto a amortização do fundo de comércio a partir do exercício de 2025–NE 4.1. *As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.*

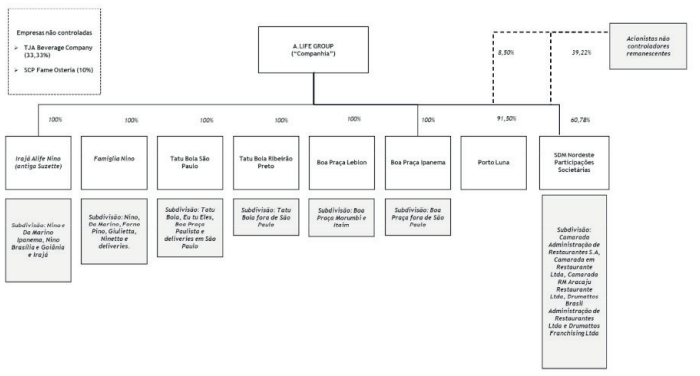
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A A.Life Entertainment Group S.A. ("Companhia" ou "Controladora" ou "Grupo" ou "Grupo A.Life-Nino" - quando em conjunto com as empresas controladas) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Augusta, 3.000, São Paulo – SP. A Companhia tem por objeto a atividade de bar, restaurante, e outros serviços de alimentação e bebidas com execução ou não de músicas ao vivo, por meio da participação societária em sociedades limitadas. Fundada em 2009, a Companhia iniciou operando na área de bares com as seguintes marcas: Tatu Bola Bar, Eu Tu Eles Bar, Boteco Boa Praça. A partir da de 2021 passou a operar também no segmento de restaurantes com as marcas: Nino, Peppino Cantina, Pino Forno, Da Marino, Giulietta e Ninetto Trattoria. Em 23 de fevereiro de 2024 a Companhia assinou o contrato de compra e venda da totalidade da participação societária do capital social e das marcas detidas pela Irajá Holding Ltda, com a aquisição foram adicionados ao grupo 10 bares gastronômicos. O Grupo Irajá foi criado em 2011 e tem à frente o chef Pedro de Artagão e reúne cinco marcas: Irajá Redux, Boteco Rainha, Boteco Princesa, Bastarda e Taberna Rainha. A Companhia adquiriu 60,78% do Grupo Drumattos em 31 de maio de 2025, controlador das redes Camarada Camarão e Camarão & Cia. Em 31 de dezembro de 2025 a nova configuração forma um conglomerado com 16 marcas, 99 unidades próprias, 37 franquias e atuação em 20 estados. **2. Reorganização societária: 2.1. Movimentações societárias ocorridas durante 2024:** Após a aquisição do grupo Irajá as empresas Galeto Rainha Barra, Princesa Barra, Taberna Rainha Leblon, Princesa Leblon, Galeto Rainha Leblon, Irajá Redux Rio Sul, Bastarda, Rainha São Paulo, Irajá CC adquiridas nessa transação foram incorporadas a empresa Suzette, e passaram a operar como suas filiais. **2.2. Movimentações societárias ocorridas durante 2025:** Em 19 de fevereiro de 2025, o XP Private Equity I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia alienou sua participação na A.Life Entertainment Group S.A. ("Companhia") para o Strelitzia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Posteriormente ocorreram alterações na composição de cotistas do referido fundo, sem impacto na estrutura de controle. Adicionalmente, mesmo considerando as movimentações societárias acima, a Companhia não teve impacto nenhum em suas operações e inclusive tem efetuado com sucesso a sinergia com a aquisição do Grupo SDM, controlador das marcas Camarada Camarão e Camarão e Cia., melhorando no exercício a sua rentabilidade. **Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil. A reforma prevê a substituição gradual de tributos atuais por um modelo de Imposto sobre Valor Agregado ("IVA dual"), composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, que substituirá o PIS e a COFINS, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, que substituirá o ICMS e o ISS. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre a produção, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, conforme regulamentação em lei complementar. Em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta parte relevante da reforma tributária. A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual entre 2026 e 2032, período durante o qual o modelo atual de tributação coexistirá com o novo regime. Considerando que a regulamentação da reforma ainda está em andamento e que o período de transição terá início em 2026, não houve impactos nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Administração da Companhia continuará acompanhando a evolução da regulamentação para avaliar eventuais impactos futuros em suas operações e estrutura tributária. A estrutura societária da Companhia passa a ser:

continuação

continuação

A.Life Entertainment Group S.A



3. Relação de entidades controladas: Segue a lista das controladas do Grupo:

	2025		2024	
	Percentual	Tipo de controle	Percentual	Tipo de controle
Tatu Bola SP Restaurantes Ltda. (antiga TBSB Restaurante Ltda.)	**100%**	**Controlada direta (matriz)**	**100%**	**Controlada direta (matriz)**
Boa Praça Paulista	100%	Filial	100%	Filial
ETEVO Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
ETE Paulista Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
ETEI Restaurante e Lanchonete Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
TBVO Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
TBJ Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
TBB Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
TBT Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
Tatu Bola Itaim	100%	Filial	100%	Filial
TBCC Produção de Alimentos Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
Tatuzinho Pompéia	100%	Filial	100%	Filial
Tatu Bola Zona Norte	100%	Filial	100%	Filial
TBRP Restaurante Ltda.	**100%**	**Controlada direta (matriz)**	**100%**	**Controlada direta (matriz)**
TCAMP Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
TBG Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
TBS Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
TBREC Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
Tatu Bola Belo Horizonte	100%	Filial	100%	Filial
TBF Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
Tatu Bola Campo Grande	100%	Filial	100%	Filial
Tatu Bola Salvador	100%	Filial	100%	Filial
Tatu Bola Cuiabá	–	–	100%	Filial
Tatu Bola Pampulha	100%	Filial	100%	Filial
Tatu Bola Uberlândia	100%	Filial	100%	Filial
BPRJ Restaurante Ltda.	**100%**	**Controlada direta (matriz)**	**100%**	**Controlada direta (matriz)**
Boa Praça Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
BP Morumbi Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
Boa Praça Itaim	100%	Filial	100%	Filial
BPIPA Restaurante Ltda	**100%**	**Controlada direta (matriz)**	**100%**	**Controlada direta (matriz)**
BP Barra Restaurante Ltda.	93%	Filial	93%	Filial
Porto Luna RJ	100%	Filial	100%	Filial
Boa Praça Brasília	100%	Filial	100%	Filial
Boa Praça Ipanema	100%	Filial	100%	Filial
Boa Praça Niterói	100%	Filial	100%	Filial
Boa Praça Curitiba	100%	Filial	100%	Filial
Toca do Tatu Com. de Alimentação e Ass. a Diversões e Eventos Ltda.	**–**	**–**	**91,28%**	**Controlada direta (matriz)**
Porto Luna Restaurante e Lanchonete Ltda.	**91,50%**	**Controlada direta (matriz)**	**91,50%**	**Controlada direta (matriz)**
Famiglia Nino Com. de Alim. e Bebidas Ltda. (antiga Giulietta Fogo & Vino Alim. e Belidas Ltda.)	**100%**	**Controlada direta (matriz)**	**100%**	**Controlada direta (matriz)**
Buca Serviços de Alimentação Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
NCN Restaurante Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
Forno da Pino Com. de Alim. e Bebidas Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
Vito Burger Comercio de Alimentos e Bebidas Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
Buco Comercio de Alimentos e Bebidas Ltda.	100%	Filial	100%	Filial
Casa Tua Vila Olímpia	100%	Filial	100%	Filial
Casa Tua Perdizes	100%	Filial	100%	Filial

	2025		2024	
	Percentual	Tipo de controle	Percentual	Tipo de controle
Ninetto Rio Desing	100%	Filial	100%	Filial
Ninetto Nonna	100%	Filial	100%	Filial
Nino Belo Horizonte	100%	Filial	100%	Filial
Nino Giardino	100%	Filial	100%	Filial
Nino Barigui	100%	Filial	100%	Filial
Ninetto Recife	100%	Filial	100%	Filial
Ninetto Eldorado	100%	Filial	100%	Filial
Ninetto Campinas	100%	Filial	100%	Filial
Ninetto Fortaleza	100%	Filial	100%	Filial
Ninetto Uberlândia	100%	Filial	100%	Filial
Ninetto Belo Horizonte	100%	Filial	100%	Filial
Da Marino Morumbi	100%	Filial	–	–
Da Marino Brasília	–	–	100%	Filial
Suzette Com. de Alimentos e Bebidas Ltda.	**100%**	**Controlada direta (matriz)**	**100%**	**Controlada direta (matriz)**
Nino Ipanema	100%	Filial	100%	Filial
Da Marino Ipanema	100%	Filial	100%	Filial
Taberna Rainha Itaim	–	–	100%	Filial
Galeto Rainha Barra **(i)**	100%	Filial	100%	Filial
Irajá Redux Campinas	–	–	100%	Filial
Princesa Barra **(i)**	100%	Filial	100%	Filial
Taberna Rainha Leblon **(i)**	–	–	100%	Filial
Princesa Leblon **(i)**	100%	Filial	100%	Filial
Galeto Rainha Leblon **(i)**	100%	Filial	100%	Filial
Irajá Redux Rio Sul **(i)**	100%	Filial	100%	Filial
Bastarda Delivery **(i)**	100%	Filial	100%	Filial
Rainha Flamboyant	100%	Filial	100%	Filial
Rainha Paulista	100%	Filial	100%	Filial
Princesa Itaim	–	–	100%	Filial
Irajá CC **(i)**	100%	Filial	100%	Filial
Rainha São Paulo **(i)**	100%	Filial	100%	Filial
Boteco Rainha Campinas	–	–	100%	Filial
Galeto Rainha Itaim	100%	Filial	100%	Filial
Nino Brasília	100%	Filial	100%	Filial
Nino Goiânia	100%	Filial	100%	Filial
SDM Nordeste Participações Societárias	**100%**	**Controlada direta (matriz)**	**100%**	**Controlada direta (matriz)**
Camarada Administração de Restaurantes S.A	100%	Filial	100%	Filial
Camarada em Restaurante Ltda	100%	Filial	100%	Filial
Camarada RM Aracaju Restaurante Ltda	100%	Filial	100%	Filial
Drumattos Brasil Administração de Restaurantes Ltda	100%	Filial	100%	Filial
Drumattos *Franchising* Ltda	100%	Filial	100%	Filial
TJA Beverage Company Ltda.	**33,33%**	**Coligada**	**33,33%**	**Coligada**

(i) Empresas incorporadas pela Suzette Com. De Alimentos e Bebidas Ltda., vide Nota Explicativa nº 2.1. **4. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) Declaração de conformidade**: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards), ou "IFRS", emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB")e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração apreciou e aprovou as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, bem como autorizou a sua emissão em 18 de março de 2026, considerando todos os aspectos relevantes relacionados aos eventos subsequentes ocorridos até esta data. **(ii) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **(iii) Uso de estimativas e julgamentos críticos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos**: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 13 – Prazo do arrendamento:** se a Companhia tem razoável certeza de exercer as opções de prorrogação e taxa de desconto; **Incertezas sobre premissas e estimativas**: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa: **• Nota Explicativa nº 12 – Valor recuperável do Imobilizado:** Avaliação da vida útil dos ativos imobilizados; **• Nota Explicativa nº 14 - Valor recuperável do intangível:** principais premissas sobre resultados futuros e a recuperabilidade desse ativo. **• Nota Explicativa nº 24 - Provisões para demandas judiciais:** julgamento dos assessores jurídicos sobre as classificações das causas como prováveis ou possíveis de perda. **(iv) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por ativos e passivos oriundos de combinações de negócios. **4.1. Reapresentação de valores referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2024, e ao balanço patrimonial de abertura em 01 de janeiro de 2024:** A partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia revisou a política contábil aplicável às luvas pagas pela obtenção de pontos comerciais, anteriormente classificadas como ativos intangíveis de vida útil indefinida. Após reavaliação técnica, concluiu-se que tais ativos possuem vida útil definida, uma vez que os benefícios econômicos deles decorrentes estão diretamente vinculados ao prazo contratual de locação dos respectivos imóveis. Dessa forma, a Companhia passou a amortizar esses valores de forma linear ao longo do prazo contratual remanescente ou do período estimado de benefício econômico, dos dois o menor. A alteração foi aplicada retrospectivamente, nos termos do CPC 23, com reapresentação das informações comparativas e reconhecimento do efeito acumulado no patrimônio líquido de abertura, em conformidade com os critérios de definição de vida útil previstos no CPC 04 (R1). Demonstrações Individuais (Controladora) O ajuste foi reconhecido via Método de Equivalência Patrimonial (MEP), impactando a rubrica de Investimentos: • Em 01/01/2024: Redução de R$ 8.659 no saldo de Investimentos, em contrapartida à rubrica de Lucros/Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido (efeito retrospectivo). • Em 31/12/2024: Redução de R$ 3.272 no saldo de Investimentos, com contrapartida direta no Resultado do Exercício, na rubrica de Resultado de Equivalência Patrimonial. Demonstrações Consolidadas No consolidado, o ajuste reflete a baixa direta no ativo correspondente e a apropriação da despesa: • No Balanço Patrimonial: Redução do Ativo Intangível nos montantes de R$ 8.659 (em 01/01/2024) e R$ 3.272 (referente ao exercício de 2024), totalizando o impacto acumulado no Patrimônio Líquido. • Na Demonstração do Resultado (DRE): O valor de R$ 3.272 foi reclassificado como Despesas Gerais e Administrativas, reduzindo o lucro operacional e o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Administração entende que a nova política contábil resulta em representação mais fidedigna da substância econômica dos contratos de locação associados às luvas pagas e aprimora a qualidade e comparabilidade das demonstrações financeiras.

ATIVO

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados 01/01/2024	Reclassificação	Reapresentado 01/01/2024	Saldos originalmente apresentados 01/01/2024	Reclassificação	Reapresentado 01/01/2024
Investimentos	134.618	(8.659)	125.959	40	–	40
Imobilizado	1.843	–	1.843	126.342	–	126.342
Ativo de direito de uso	3.544	–	3.544	120.020	–	120.020
Intangível	212	–	212	28.749	(8.659)	20.090
	140.217	**(8.659)**	**131.558**	**275.151**	**(8.659)**	**266.492**
Total do ativo	**209.718**	**(8.659)**	**201.059**	**332.647**	**(8.659)**	**323.988**

ATIVO

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados 31/12/2024	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2024	Saldos originalmente apresentados 31/12/2024	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2024
Investimentos	193.318	(11.931)	181.387	40	–	40
Imobilizado	2.018	–	2.018	164.787	–	164.787
Ativo de direito de uso	2.879	–	2.879	145.353	–	145.353
Intangível	567	–	567	105.936	(11.931)	94.005
	198.782	**(11.931)**	**186.851**	**416.116**	**(11.931)**	**404.185**
Total do ativo	**356.886**	**(11.931)**	**344.955**	**471.167**	**(11.931)**	**459.236**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados 01/01/2024	Reclassificação	Reapresentado 01/01/2024	Saldos originalmente apresentados 01/01/2024	Reclassificação	Reapresentado 01/01/2024
Capital social	122.524	–	122.524	122.524	–	122.524
Ações em tesouraria	(49)	–	(49)	(49)	–	(49)
Reserva de capital	(1.751)	–	(1.751)	(1.751)	–	(1.751)
Reserva de lucros	26.543	(8.659)	17.884	26.543	(8.659)	17.884
	147.267	**(8.659)**	**138.608**	**147.267**	**(8.659)**	**138.608**
Participação dos não controladores	–	–	–	–	–	387
	147.267	**(8.659)**	**138.099**	**147.267**	**(8.659)**	**138.995**
Total do passivo e patrimônio líquido	**209.718**	**(8.659)**	**201.059**	**332.647**	**(8.659)**	**323.988**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados 31/12/2024	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2024	Saldos originalmente apresentados 31/12/2024	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2024
Capital social	126.231	–	126.231	126.231	–	126.231
Ações em tesouraria	(49)	–	(49)	(49)	–	(49)
Reserva de capital	32.101	–	32.101	32.101	–	32.101
Reserva de lucros	(1.768)	(11.931)	(13.699)	(1.768)	(11.931)	(13.699)
	156.515	**(11.931)**	**144.584**	**156.515**	**(11.931)**	**144.544**
Participação dos não controladores	–	–	–	544	–	544
	156.515	**(11.931)**	**144.584**	**157.059**	**(11.931)**	**145.128**
Total do passivo e patrimônio líquido	**356.886**	**(11.931)**	**344.955**	**471.167**	**(11.931)**	**459.236**

Demonstração do resultado

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados 31/12/2024	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2024	Saldos originalmente apresentados 31/12/2024	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2024
Receitas/despesas operacionais						
Comerciais	(375)	–	(375)	(154.334)	–	(154.334)
Gerais e administrativas	(29.680)	–	(29.680)	(175.742)	(3.272)	(179.014)
Equivalência patrimonial	5.769	(3.272)	2.497	–	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.637	–	1.637	2.363	–	2.363
Total do grupo de despesas	**(22.649)**	**(3.272)**	**(25.921)**	**(327.713)**	**(3.272)**	**(330.985)**

4.2. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **(a) Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data-base, sendo consistentes com as práticas contábeis descritas nesta nota. **Controladas:** O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. As controladas foram consolidadas integralmente incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, comple-

continuação

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de reais - R$)*

		Controladora		Consolidado	
		Reapresentado		Reapresentado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício	**(i)**	**(71.850)**	**(31.583)**	**(73.684)**	**(31.426)**
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido com o caixa líquido gerado					
Pelas atividades operacionais					
Depreciação do ativo imobilizado		434	325	43.033	26.362
Amortização do ativo de direito		298	665	31.323	21.312
Amortização ativo intangível	**(i)**	–	–	4.862	4.381
Impairment do ativo intangível		–	–	–	508
Baixa de ativo imobilizado e intangível		9	–	14.272	487
Provisões para contingências		(1.421)	(227)	(8.434)	3.009
Juros sobre empréstimos		15.811	12.757	19.500	13.004
Resultado–"swap" de taxa de juros		1.747	(7.093)	1.747	(7.160)
Juros sobre o passivo de arrendamento (ativo de direito de uso)		(389)	432	18.321	16.826
Efeito líquido da baixa de contratos de arrendamento mercantil		–	–	324	(1.926)
Equivalência patrimonial		62.845	(2.497)	–	–
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:					
Contas a receber		–	61	23.529	8.969
Estoques		–	–	4.211	735
Tributos a recuperar		(166)	963	(4.475)	85
Outros ativos		(918)	74	7.380	1.279
Depósitos judiciais		(126)	–	(1.773)	64
Fornecedores		(698)	445	4.981	3.448
Salários e encargos sociais a pagar		1.047	(1.586)	12.146	6.395
IRPJ e CSLL		–	–	33.349	(1.835)
Obrigações tributárias		25	22	(34.301)	(3.910)
Outros passivos		1.628	(4)	(31.121)	(4.687)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		**8.276**	**(27.246)**	**65.190**	**55.920**
Juros pagos sobre passivo de arrendamento ("direito de uso")		389	(432)	(18.321)	(16.826)
Juros pagos sobre empréstimos		(18.360)	(738)	(21.579)	(765)
Caixa liquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(9.695)**	**(28.416)**	**25.291**	**38.329**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Partes relacionadas		(2.176)	(24.764)	1.710	(3.203)
Aquisições de subdisiárias líquidas dos caixas adquiridos		(201.639)	(9.269)	(137.773)	(9.898)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(734)	(855)	(33.204)	(62.721)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(204.549)**	**(34.888)**	**(169.267)**	**(75.822)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos distribuídos		(3.484)	–	(3.484)	–
(Aumento) redução de capital		238.572	–	238.572	–
Captação de empréstimos e financiamentos		70.000	62.901	70.000	62.901
Amortização de empréstimos e financiamentos		(73.043)	(3.664)	(76.613)	(5.675)
Movimentos de não controladores		–	–	1.834	–
Pagamento do passivo de arrendamento		(897)	(630)	(31.257)	(15.997)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**231.148**	**58.607**	**199.053**	**41.229**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**16.904**	**(4.697)**	**55.076**	**3.736**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		73	4.770	10.844	7.109
No final do exercício		16.977	73	65.920	10.844
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**16.904**	**(4.697)**	**55.076**	**3.736**

(i) Reapresentado o saldo referente ao exercício findo em 31/12/2024 devido a mudança de política do Grupo quanto a amortização do fundo de comércio a partir do exercício de 2025 - NE 4.1. *As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.*

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

A.Life Entertainment Group S.A

mentada com as eliminações de; (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; (b) saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas consolidadas; (c) receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. **Participação de acionistas não-controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo não reconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não- controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **(c) Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR – valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: (I) Ativos financeiros**: O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: **(i)** Mensurados ao valor justo por meio do resultado; **(ii)** Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; **(iii)** Custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. O Grupo determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição no caso de investimentos que não sejam mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **(II) Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, a entidade não pode reclassificar qualquer passivo financeiro entre categorias. **(III) Reconhecimento e desreconhecimento:** O IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros, determina que o Grupo deve reconhecer um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial somente quando uma entidade se torna parte das atividades contratuais do instrumento. A compra ou venda de ativos financeiros deve ser reconhecida e / ou desreconhecida, se aplicável, na data da negociação ou na data da liquidação. A entidade deve não reconhecer o ativo financeiro quando e somente quando: • Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram; ou • Transferir o ativo financeiro se a entidade não tiver seu controle. A entidade deve desreconhecer o passivo financeiro quando e somente quando: • For extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. **Impairment:** O Grupo avalia com base em projeções futuras a perda de crédito esperada associada a seus instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia do *impairment* adotada depende da ocorrência de um aumento significativo do risco de crédito. Para as contas a receber de clientes o Grupo adotou a abordagem simplificada, conforme permitido pelo IFRS 9 e, portanto, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil desde o reconhecimento inicial do crédito, sendo que o saldo relevante de contas a receber trata-se de vendas realizadas com cartões de crédito em que não há perdas esperadas relevantes. **(IV) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **(V) Custo amortizado de ativos financeiros após o reconhecimento inicial:** Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização da taxa efetiva de juros é incluída na linha de receita financeira na demonstração do resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como "despesas financeiras" na demonstração do resultado. São incluídos como ativo circulante, exceto para prazos de vencimento superiores a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes. **(VI) Valor justo de ativos financeiros:** Para ativos mensurados ao valor justo, a mudança no valor justo deve ser reconhecida no resultado ou em outro resultado abrangente, conforme apropriado. A data de negociação deve ser considerada a data de reconhecimento inicial para fins de aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável. **(VII) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos são registradas na demonstração do resultado. A parcela correspondente a atividades de hedge é classificada em conjunto com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O Grupo só aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de variação cambial de empréstimos (CCB). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos em moeda estrangeira é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", em conjunto com os encargos apropriados dos financiamentos protegidos por hedge. **(d) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. As contas a receber são reconhecidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidos, se aplicável, da Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **(e) Estoques:** Os estoques são compostos por matérias-primas e produtos destinados à produção ou revenda de itens comercializados em restaurantes e bares. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os acordos comerciais recebidos de fornecedores são mensurados e reconhecidos com base nos contratos e acordos assinados, e registradas ao resultado à medida em que os correspondentes estoques são vendidos. Compreendem acordos por volume de compras, os acordos comerciais são baseados em volume de compra, exclusividade de marcas, entre outros. **(f) Investimentos:** Os investimentos em controladas são apresentados nas demonstrações financeiras individuais, e reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial. **(g) Transações com partes relacionadas:** As partes relacionadas são o acionista controlador, qualquer acionista não controlador que detenha mais de 5% das ações da Companhia, as empresas coligadas, qualquer diretor executivo da Companhia e os familiares imediatos de quaisquer partes relacionadas identificadas. As transações com partes relacionadas referem-se aportes e/ou restituições de capital na Companhia e em suas controladas. Essas transações são realizadas em condições normais de mercado e não envolvem qualquer risco incomum de recebimento. **(h) Ativos intangíveis - fundo de comércio:** Trata-se de uma verba paga pela Companhia aos locadores em seus contratos iniciais de locação com vigências iguais ou superiores a 60 meses, para garantir o direito à renovação automática das locações por tempo indeterminado. A partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia revisou o adotou nova política contábil aplicável às luvas pagas pela obtenção de pontos comerciais, anteriormente classificadas como ativos intangíveis de vida útil indefinida. Após reavaliação técnica, concluiu-se que tais valores possuem vida útil definida, uma vez que os benefícios econômicos estão diretamente relacionados ao prazo contratual de locação dos respectivos imóveis. A amortização é registrada de forma linear ao longo do prazo contratual de aluguel ou do período estimado de benefício econômico, prevalecendo o menor A alteração foi aplicada retrospectivamente, com reapresentação das informações comparativas e ajuste no patrimônio líquido de abertura, nos termos do CPC 23 e em conformidade com os critérios de definição de vida útil previstos no CPC 04. Os métodos de amortização, o prazo de vida útil econômica e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. *Impairment* sobre ativo não financeiro: os ativos que têm vida útil indefinida, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. A redução no valor recuperável do fundo de comércio é revisada anualmente, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o fundo de comércio pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor justo de um ativo, menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa (UGCs). As unidades geradoras de caixas definidas pelo Grupo são cada estabelecimento comercial, seja bar ou restaurante. Para 31 de dezembro de 2025 e 2024, o teste de *impairment* foi realizado através de pesquisa para entendimento do valor imobiliário. **(i) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Bens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável, quando necessária. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando partes significativas do item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, o Grupo reconhece como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são mensurados pela comparação entre o valor líquido obtido da alienação com o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Os métodos de depreciação, o prazo de vida útil econômica e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. ***Impairment* sobre ativo não financeiro**: Os ativos imobilizados são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor justo de um ativo, menos os custos de venda e o valor em uso. **(j) Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **(k) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação (quando relevantes). Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), bem como a variação monetária. **(l) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia ou suas controladas tem uma obrigação construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **(m) Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e que não são de arrendamento como um único componente de arrendamento. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor inicial do passivo de arrendamento mercantil ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados antes ou antes da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para desmontar e remover ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou o site em que está localizado, menos quaisquer incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente para o Grupo até o final do prazo do arrendamento ou do custo do ativo de direito de uso reflete que o Grupo exercerá uma opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinado na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento mercantil é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos que não são pagos na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental de empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e faz alguns ajustes para refletir os termos do arrendamento e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância; • Pagamentos de arrendamento variável que dependem de um índice ou taxa, inicialmente medidos usando o índice ou taxa na data de início; • Montantes que se espera pagar sob uma garantia de valor residual; • O preço de exercício em uma opção de compra razoavelmente certa para o Grupo exercer, pagamentos de arrendamento em um período opcional de renovação se o Grupo tiver razoavelmente certeza de exercer uma opção de extensão e multas por rescisão antecipada de um arrendamento, a menos que o Grupo esteja razoavelmente certa de que não para terminar mais cedo. O passivo de arrendamento mercantil é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. São remensurados quando há uma mudança no fluxo de pagamentos futuros de arrendamento mercantil decorrentes de uma mudança em um índice ou taxa, se houver uma alteração na estimativa do Grupo do valor que se espera pagar sob uma garantia de valor residual, se o Grupo mudar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento revisado de arrendamento fixo em substância. Quando o passivo de arrendamento são remensurados dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero. No momento da assinatura do contrato de arrendamento, a depreciação do ativo direito de uso e despesas com juros dos passivos de arrendamentos, começam a ser reconhecidos no resultado do exercício da companhia a partir do momento que os bares e restaurantes estão em funcionamento, ou seja, após a conclusão das benfeitorias necessárias para padronização das instalações para pleno atendimento da operação do Grupo A.Life. Arrendamentos de curto prazo e baixo valor: o Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento mercantil para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de maneira linear pelo prazo do arrendamento. **(n) IRPJ e CSLL: IRPJ e CSLL correntes:** A Companhia e suas controladas calculam e reconhecem o IRPJ e a CSLL com base no regime de lucro real, reconhecendo os impostos com base no lucro tributável, de acordo com a legislação tributária brasileira. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi aprovado o benefício fiscal do PERSE (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), aplicável a operação das controladas da Companhia, que reduziu para zero a alíquota de IRPJ (IRPJ) e CSLL (CSLL). A partir de 1º de janeiro de 2025 tivemos o fim do benefício PERSE (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) para de IRPJ (IRPJ) e CSLL (CSLL) e adotamos a apuração pelo Lucro Real Trimestral. **Impostos diferidos:** Os Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Os impostos diferidos ativos, caso aplicável, são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e revertido na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **(o) Capital:** As ações e quotas do Grupo são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **(p) Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de maneira confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Assim, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A principal fonte de receitas do Grupo é advinda da venda de alimentos, bebidas e serviços em bares e restaurantes e são consideradas sem obrigação subsequente de desempenho, as receitas são reconhecidas no momento do pagamento da compra pelo cliente, quando a mercadoria está entregue, aceita pelo cliente, e os riscos e benefícios relacionados à mercadoria foram transferidos. Sendo os recebimentos, em sua maioria, por meio de dinheiro, cartões débito/crédito e voucher. **(q) Receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações em fundos de investimentos em cotas e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), ganhos na alienação de ativos financeiros e variações no valor justo de ativos mensurados pelo valor justo, por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. **(r) Benefícios a empregados: Plano de benefícios:** O Grupo fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de assistência médica, vale-refeição, vale-transporte, e participação nos lucros e resultados. O Grupo não possui benefícios pós- emprego. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Pagamento baseado em ações:** A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações para seus colaboradores que pode ser liquidável em caixa. O valor justo do montante a pagar aos colaboradores com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesas correspondente aumento de passivo durante o período em que estes colaboradores adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. As condições para que os colaboradores tenham o direito incondicional de receber caixa não estavam atendidos até 31 de dezembro de 2025. **(s) Demonstração do Valor Adicionado (DVA) :** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista, tampouco obrigatória, conforme as IFRSs. A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. **4.3. Novas normas alterações e interpretações: Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025**: Novas normas, interpretações e emendas emitidas pelo IASB que são efetivas em períodos contábeis futuros e que a Companhia decidiu por não adotar antecipadamente são os seguintes, válidas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026: **a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 –** podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11** - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **d) IFRS 18/CPC 51 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras -** a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; **e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027. Para as normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em 2026. **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa fixo	1	1	565	214
Bancos conta movimento	1.063	61	16.287	10.452
Aplicações financeiras (i)	15.913	11	49.068	178
	16.977	**73**	**65.920**	**10.844**

(i) O saldo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é de aplicações em fundos de investimentos que investem em títulos públicos e privados e depósitos a prazo de instituições financeiras. O saldo é remunerado à taxa média de 98,1% em variação do Certificado de Depósito e possuem liquidez imediata (2024: 96,1%). **6. Contas a receber:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Com cartão de crédito e débito **(i)**	–	–	28.361	19.292
Royalties a receber	–	–	864	–
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	–	–	(153)	–
Outras contas a receber	25	25	844	1.202
	25	**25**	**29.916**	**20.494**

(i) Os valores a receber de operadoras de cartões de crédito nas vendas nos restaurantes e plataformas de marketplaces, cujo prazo médio de recebimento varia de 01 a 30 dias. **Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD:** Para o contas a receber de cartão de crédito, a Companhia não identificou a necessidade de constituir uma provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, pois não há qualquer perspectiva ou histórico de perda esperada nos recebíveis dos meios de pagamento. Porém, para os royalties a receber foi constituída uma provisão para perdas com liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2025 um montante de R$ (153) estimada com base no risco de perda e com base na experiência histórica de perdas de crédito de cada uma das controladas, observadas em cada grupo do *aging list* de contas a receber. **7. Estoques:**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Alimentos	S11.901	5.166
Bebidas	10.060	8.268
	21.961	**13.434**

Provisão para perdas nos estoques: A Administração da Companhia tem como política, a execução de inventário físico da totalidade dos estoques, mensalmente. Durante a execução do procedimento, são identificados, quantificados e separados os itens considerados não conformes para comercialização, itens estes que são registrados como custo das mercadorias vendidas todos os meses quando ocorrem os inventários não foi identificada a necessidade da constituição de uma provisão para perdas nos estoques em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. **8. Tributos a recuperar:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF a recuperar	881	715	1.553	1.109
PIS a recuperar (i)	12	12	3.019	12
COFINS a recuperar (i)	19	19	10.779	19
ICMS a recuperar	–	–	22.527	928
INSS a recuperar	–	–	3	3
Outros tributos e contribuições a recuperar	–	–	84	86
	912	**746**	**37.965**	**2.157**
Circulante	912	746	9.700	2.157
Não circulante	**–**	**–**	28.265	**–**

(i) Em 18 de março de 2022 foi aprovado o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), que reduziu a alíquota de PIS e COFINS para zero para as empresas do setor de eventos e hotelaria. Para gozar deste benefício as empresas precisavam possuir CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas da Receita Federal do Brasil) específicos ou Cadastur (Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos) regular. A partir de 01 de abril de 2025 tivemos o fim do benefício PERSE (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) para PIS e COFINS e adotamos a apuração pelo regime não cumulativo. **9. Transações com partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os principais saldos de ativos, passivos e resultado, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativas às operações com partes relacionadas, profissionais – chave da administração e outras partes relacionadas decorrem de transações entre o Grupo e outras partes relacionadas. Os principais saldos e valores de transações estão descritos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	260.833	151.903	–	–
Empréstimo controladas	1.621	1.148	–	–
Contas a receber com os Administradores (i)	–	246	–	246
Saldos a receber com parte relacionadas (ii)	37.816	3.422	4.581	4.605
Passivo				
Empréstimo controladas	(6.298)	–	–	–
Saldos a pagar com parte relacionadas (ii)	(241.139)	(106.062)	–	–
	52.833	**50.657**	**4.581**	**4.851**
Classificados como:				
Ativo não circulante	300.270	156.719	4.581	4.851
Passivo não circulante	(247.437)	(106.062)	–	–
	52.833	**50.657**	**4.581**	**4.851**

(i) Saldo a receber do Administrador e sócio da Companhia que será liquidado por meio das futuras distribuição de dividendos. Não há incidência de juros; **(ii)** Refere-se a outros direitos e transações monetárias entre as controladas e coligadas, conforme necessidade de caixa com essência de caixa centralizado. Não há incidência de juros, tampouco vencimento determinado. Refere-se também ao *cost sharing* rateado a partir de janeiro de 2025. **9.1. Remuneração da administração:** A remuneração da Administração em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/202	31/12/20
Remuneração	**5**	**24**
Fixa	(1.200)	(1.200)
	(1.200)	**(1.200)**

10. Investimentos: (a) Composição do saldo de investimentos e provisão para perdas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	Reapresentado 31/12/24	31/12/25	31/12/24
Tatu Bola SP Restaurantes Ltda. (antiga TBSB Restaurante Ltda.)	14.481	30.001	–	–
TBRP Restaurante Ltda.	39.081	43.395	–	–
BPRJ Restaurante Ltda.	11.708	10.518	–	–
BPIPA Restaurante Ltda.	28.730	26.421	–	–
Toca do Tatu Com. De Alim. e Ass. a Div. e Eventos Ltda.	–	4.733	–	–
Porto Luna Restaurante e Lanchonete Ltda.	(1.474)	(1.474)	–	–
Famiglia Nino Com. de Alim. e Bebidas Ltda. (antiga Giulietta Fogo & Vino Alim. e Belidas Ltda.)	(10.793)	10.441	–	–
Suzette Com. De Alimentos e Bebidas Ltda.	33.427	55.838	–	–
Camarada Camarão	202.734	–	–	–
TJA Beverage Company Ltda.	40	40	40	40
	317.934	**179.912**	**40**	**40**

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

A.Life Entertainment Group S.A

	Controladora 31/12/2025	Controladora Reapresentado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Classificados como:				
Investimentos	319.408	181.387	40	40
Provisão para perdas em controladas	(1.474)	(1.474)	–	–

(b) Movimentação dos saldos: Em 31 de dezembro 2025:

	Total do ativo	Total do passivo	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida do exercício	Originalmente apresentado 31/12/2024	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste Efeito Amortização Das Luvas (Nº 4.1)	Combinação de negócios	31/12/2025
Tatu Bola SP Restaurantes Ltda.	92.767	(78.285)	(37.075)	(14.482)	67.278	36.822	(15.520)	(6.821)	–	14.481
TBRP Restaurante Ltda.	87.882	(48.803)	(36.080)	(39.079)	75.866	43.637	(4.315)	(242)	–	39.080
BPRJ Restaurante Ltda.	29.602	(17.895)	(8.308)	(11.707)	25.253	12.337	1.192	(1.821)	–	11.708
BPIPA Restaurante Ltda.	64.675	(35.628)	(19.169)	(29.047)	48.649	27.747	2.310	(1.326)	–	28.730
Toca do Tatu Com. de Alim. e Ass. a Div. e Eventos Ltda.	–	–	–	–	2.894	4.732	(18)	–		–
Porto Luna Restaurante e Lanchonete Ltda.	677	(2.287)	(3.200)	1.610	–	(1.474)	–	–	–	(1.474)
Famiglia Nino Com. de Alim. e Bebidas Ltda.	163.153	(173.945)	(15.984)	10.792	131.652	11.876	(21.234)	(1.433)		(10.793)
Suzette Com. de Alimentos e Bebidas Ltda.	126.833	(148.986)	(18.610)	22.153	121.965	56.127	(22.412)	(288)	–	33.428
Camarada Camarão **(i)**	288.260	(188.469)	(19.181)	(99.791)	242.100	–	(2.884)	–	205.620	202.734
TJA Beverage Company Ltda.	–	–	120	120	–	40	–			40
Total	**853.849**	**(694.298)**	**(157.487)**	**(159.431)**	**715.657**	**191.844**	**(62.845)**	**(11.931)**	**205.620**	**317.934**

(i) Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2.2, as controladas foram incorporadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Em 31 de dezembro 2024:**

	Originalmente apresentado 31/12/2023	Ajuste Efeito Amortização Das Luvas (Nº 4.1)	Reapresentado 01/01/2024	Ajuste Efeito Amortização Das Luvas (Nº 4.1)	Combinação de negócios	Resultado de equivalência patrimonial – (Reapresentado)	31/12/2024
Tatu Bola SP Restaurantes Ltda. (antiga TBSB Restaurante Ltda.)	37.075	(5.458)	31.617	(1.363)	–	(1.616)	30.001
TBRP Restaurante Ltda.	36.080	(84)	35.996	(158)	–	7.399	43.935
BPRJ Restaurante Ltda.	8.308	(1.511)	6.797	(308)	–	3.721	10.516
BPIPA Restaurante Ltda.	20.917	(860)	20.057	(466)	–	6.364	26.422
Toca do Tatu Com. de Alim. e Ass. a Div. e Eventos Ltda.	3.646	–	3.646	–	–	1.086	4.732
Porto Luna Restaurante e Lanchonete Ltda.	(1.474)	–	(1.474)	–	–	–	(1.434)
Famiglia Nino Com. de Alim. e Bebidas Ltda. (antiga Giulietta Fogo & Vino Alim. e Belidas Ltda.)	15.924	(1.006)	14.918	(429)	–	(4.477)	11.876
Suzette Com. de Alimentos e Bebidas Ltda. **(ii)**	12.628	260	12.888	(548)	52.930	(9.980)	55.838
TJA Beverage Company Ltda.	40	–	40	–	–	–	40
Total	**133.144**	**(8.659)**	**124.485**	**(3.272)**	**52.930**	**2.497**	**179.912**

(ii) Conforme descrito nas Notas Explicativas nos 2.1, as controladas foram incorporadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **11. Combinação de negócios: 11.1 Composição do preço de compra e ágio:** Alinhado com o planejamento estratégico da Companhia em buscar boas oportunidades em 27 de fevereiro de 2024 o Grupo assinou contrato de compra e venda para aquisição de 100% das ações do Grupo Irajá. A compra envolveu a aquisição de cinco marcas: Irajá Redux, Boteco Rainha, Boteco Princesa, Bastarda e Taberna Rainha fortalecendo a missão da Companhia em proporcionar o melhor momento no dia das pessoas. A aquisição envolveu R$ 10.000 (dez milhões de reais) pagos em duas parcelas, emissão de novas ações correspondentes 5% do seu capital social total no montante a valor justo de R$ 37.559 (trinta sete milhões e quinhentos e cinquenta e nove mil reais), também como parte da contraprestação foi envolvida uma participação societária a pagar no valor de R$ 6.104 (seis milhões de reais e cento e quatro mil). Em 30 de maio de 2025 a Companhia adquiriu 60,78% das ações do Grupo Drumattos, controlador das redes Camarada Camarão e Camarão & Cia. A aquisição das marcas: Camarada Camarão e Camarão e Cia ampliou a atuação do Grupo nos diferentes estados do Brasil, hoje presente em 20 estados. A Companhia desembolsou um montante de R$ 206.369 (duzentos e seis milhões e trezentos e sessenta e nove mil) 100% pagos na assinatura do contrato. **11.1.1 Aquisição Irajá:**

Data da aquisição	**27/02/2024**
Composição do preço de compra e ágio:	
60% pago na data da assinatura	6.000
40% pago na data do fechamento	4.000
Pagamento em ações da Companhia	37.559
Participação societária a pagar	6.104
Total do valor da aquisição	**53.663**
Ativos e passivos líquidos adquiridos a valor justo	(4.587)
Ágio gerado na aquisição (Incluso 34% de IR e CS diferido)	**58.250**

11.1.2 Aquisição Camarada:

Data da aquisição	**30/05/2025**
Composição do preço de compra e ágio:	
100% pago na data da assinatura	206.370
Total do valor da aquisição	**206.370**
Ativos e passivos líquidos adquiridos a valor justo (60,78%)	100.229
Ágio gerado na aquisição	**106.140**
Composição do caixa líquido na aquisição:	
Contrapartida paga em caixa à vista	206.369
(–) Saldo do caixa e equivalentes de caixa adquirido	(63.596)
(–) Valor contratualmente retido como garantia	(5.000)
Valor presente pago	**137.773**

11.2 Valor justo dos ativos e passivos: 11.2.1 Aquisição Irajá:

Alocação dos ativos e passivos	**27/02/2024**
Ativos	
Caixa e equivalentes	159
Outros ativos circulantes	1.193
Outros ativos não circulantes	51
Direito de uso	16.968
Imobilizado	3.881
Intangível	19.335
	41.587
Passivos	
Fornecedores	1.383
Salários e encargos a pagar	8.336
Empréstimos e financiamentos	920
Obrigações tributárias	9.502
Passivo de arrendamento	4.014
Outros passivos circulantes	2.651
Passivo de arrendamento	13.062
IR/CS diferido	6.336
	46.174
Ativos e passivos líquidos a valor justo	**(4.587)**

11.2.2 Aquisição Camarada:

Alocação dos ativos e passivos 30/05/2025	
Ativos	
Caixa e equivalentes	63.596
Contas a receber	32.951
Estoques	12.738
Tributos a recuperar CP	24.023
Outros ativos CP	14.454
Depósitos judiciais	484
Partes relacionadas	781
Tributos a recuperar LP	7.310
Imobilizado	106.667
Direito de uso	72.317
Intangível	99.059
	434.380
Passivos	
Fornecedores	14.728
Salários e encargos a pagar	21.415
Empréstimos e financiamentos CP	7.850
Obrigações tributárias CP	15.750
Passivo de arrendamento CP	10.406
Dividendos a pagar	25.450
Outros passivos CP	23.312
Empréstimos e financiamentos LP	30.631
Tributos sobre o lucro diferidos	33.460
Obrigações tributárias LP	12.162
Passivo de arrendamento LP	51.596
Contingências	7.861
Outros passivos LP	14.854
	269.476
Ativos e passivos líquidos a valor justo (100%)	**164.905**

O valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos de R$ 19.335 referente as luvas e ao direito sobre as marcas: Irajá Redux, Boteco Rainha, Boteco Princesa, Bastarda e Taberna Rainha. Espera-se que essas marcas tragam benefícios econômicos ao Grupo por período limitado, por isso foi adotada uma expectativa de utilização da marca por um período de 14 anos. A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 01 de março de 2024 inclui o valor de receitas gerado pelo Irajá de R$ 63.586, também com um prejuízo de R$ (10.760) no mesmo período. Se o grupo Irajá tivesse sido consolidado a partir de 01 de janeiro de 2024, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida pro forma de R$ 479.166 e prejuízo pro forma de R$ (30.597). O valor justo dos ativos intangíveis referente ao direito sobre as marcas: Camarada Camarão e Camarão e Cia representam um diferencial competitivo quando comparado aos *players* de mercado. Dessa forma, o valor justo desse ativo intangível foi determinado por meio da metodologia *relieffrom royalties*, considerando vida útil indefinida, em linha com a estratégia da Administração para utilização das marcas. A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 01 de junho de 2025 inclui o valor de receitas gerado pelo Camarada de R$ 242.100, também com um prejuízo de R$ (4.745) no mesmo período. Se o Camarada tivesse sido consolidado a partir de 01 de janeiro de 2025 a receita líquida do consolidado seria de R$ 912.853 e o prejuízo pro forma de R$ (78.464). Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano (não auditada). **12. Imobilizado: (a) Composição:**

Controladora	Vida útil em anos	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual 31/12/2025	Valor residual 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	10	297	(78)	219	238
Móveis e utensílios	10	607	(107)	500	422
Computadores e periféricos	5	1.111	(610)	501	611
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	1.195	(228)	967	747
		3.210	**(1.023)**	**2.187**	**2.018**

Consolidado	Vida útil em anos	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual 31/12/2025	Valor residual 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	10	57.946	(16.459)	41.487	32.168
Móveis e utensílios	10	54.276	(15.344)	38.932	15.832
Veículos	5	236	(107)	129	155
Computadores e periféricos	5	11.669	(5.951)	5.718	4.411
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	232.996	(67.438)	165.558	112.221
		357.123	**(105.300)**	**251.824**	**164.787**

(b) Movimentação:

Controladora – Custo	31/12/2024	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	287	10	–	–	297
Móveis e utensílios	473	134	–	–	607
Computadores e periféricos	973	137	2	(1)	1.111
Benfeitorias em imóveis de terceiros	874	333	(2)	(10)	1.195
	2.607	**614**	**–**	**(11)**	**3.210**

Controladora – Depreciação	31/12/2024	Adições	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	(49)	(29)	(78)
Móveis e utensílios	(51)	(56)	(107)
Computadores e periféricos	(362)	(248)	(610)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(127)	(101)	(228)
	(589)	**(434)**	**(1.023)**

Consolidado – Custo	31/12/2024	Adições	Baixa	Transferências	Combinação de negócios	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	37.962	4.773	(3.138)	(37)	18.386	57.946
Móveis e utensílios	18.498	9.342	(2.920)	100	29.256	54.276
Veículos	236	–	–	–	–	236
Computadores e periféricos	7.119	1.465	(688)	(142)	3.915	11.669
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	143.644	17.150	(24.137)	3.605	92.734	232.996
	207.459	**32.730**	**(30.883)**	**3.526**	**144.291**	**357.123**

Consolidado – Depreciação	31/12/2024	Adições	Baixa	Transferências	Combinação de negócios	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	(5.793)	(6.705)	2.161	(1)	(6.121)	(16.459)
Móveis e utensílios	(2.666)	(13.635)	10.039	–	(9.082)	(15.344)
Veículos	(81)	(26)	–	–	–	(107)
Computadores e periféricos	(2.708)	(2.005)	362	1	(1.601)	(5.951)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(30.423)	(20.662)	5.492	(23)	(20.822)	(67.438)
	(42.672)	**(43.033)**	**18.055**	**(23)**	**(37.626)**	**(105.300)**

(i) Montante de R$ 3.605 apresentado na movimentação como "transferências" reclassificado para a rubrica de Obrigações com locatários, no contas a pagar, para equalização das práticas contábeis entre a controladora e a controlada adquirida em 2025 (Nº 18). **Em 31 de dezembro de 2024:**

Controladora – Custo	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	285	2	287
Móveis e utensílios	450	23	473
Computadores e periféricos	623	350	973
Benfeitorias em imóveis de terceiros	749	125	874
	2.107	**500**	**2.607**

Controladora – Depreciação	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	(21)	(28)	(49)
Móveis e utensílios	(19)	(32)	(51)
Computadores e periféricos	(189)	(173)	(362)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(35)	(92)	(127)
	(264)	**(325)**	**(589)**
	1.843	**175**	**2.018**

Consolidado – Custo	31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	Combinação de negócios	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	26.448	11.425	(732)	(1.713)	2.534	37.962
Móveis e utensílios	12.437	5.139	320	(514)	1.116	18.498
Veículos	159	–	–	–	77	236
Computadores e periféricos	5.115	2.177	(8)	(319)	154	7.119
Benfeitorias em imóveis de terceiros	110.507	42.273	420	(9.556)	–	143.644
	154.666	**61.014**	**– (12.102)**		**3.881**	**207.459**

Consolidado – Depreciação	31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	Combinação de negócios	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	(2.812)	(4.695)	–	1.713	–	(5.793)
Móveis e utensílios	(1.207)	(1.973)	–	514	–	(2.666)
Veículos	(62)	(19)	–	–	–	(81)
Computadores e periféricos	(1.376)	(1.651)	–	319	–	(2.708)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(22.867)	(18.024)	–	9.556	(88)	(31.423)
	(28.324)	**(26.362)**	**–**	**12.102**	**(88)**	**(42.762)**

13. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: O Grupo efetua o arrendamento de imóveis para os restaurantes e bares, que normalmente vigoram por um período de 5 (cinco) anos, com prazo de renovação por mais 5 (cinco) anos, determinado pela lei do inquilinato. Os arrendamentos incluem uma opção de renovação do arrendamento após o término do prazo do contrato. A taxa de desconto a valor presente dos contratos é apurada para cada empresa do Grupo utilizando-se as taxas de risco de crédito do Grupo junto às grandes instituições financeiras de mercado, que seriam praticadas caso o Grupo tomasse empréstimos com vencimentos semelhantes aos prazos dos contratos de aluguéis, incluindo a garantia de cada ativo. As movimentações dos saldos do ativo e do passivo para os exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e de 2024 estão demonstradas a seguir:

Ativo	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.544**	**120.020**
Adições	–	36.175
Baixas	–	(10.744)
Amortização	(665)	(21.312)
Transferências		469
Remensuração	–	3.777
Combinação de negócios	–	16.968
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.879**	**145.353**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.879**	**145.353**
Adições	**–**	12.164
Baixas	(1.783)	(32.236)
Amortização	(298)	(31.323)
Transferências	**–**	82
Remensuração	89	9.275
Combinação de negócios	**–**	72.317
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**887**	**175.632**

Passivo	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.384**	**128.411**
Juros	432	16.826
Pagamento de principal	(630)	(15.997)
Pagamento de juros	(432)	(16.826)
Adições	–	36.175
Baixas	–	(12.671)
Transferências	–	(897)
Remensuração	–	3.777
Combinação de negócios	–	17.046
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3.754**	**155.844**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3.754**	**155.844**
Juros	(389)	18.321
Pagamento de principal	(897)	(31.257)
Pagamento de juros	389	(18.321)
Adições	–	12.164
Baixas	(1.783)	(31.912)
Transferências	–	82
Remensuração	89	9.275
Combinação de negócios	–	62.002
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.163**	**176.198**

13.1. Passivo de arrendamento:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Circulante	272	467	27.307	45.083
Não circulante	891	3.287	148.891	110.761
	1.163	**3.754**	**176.198**	**155.844**

13.2. Impacto no resultado do exercício:

Controladora	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Depreciação de direito de uso	(298)	(665)	(31.323)	(21.312)
Apropriação de juros dos arrendamentos	389	(432)	(18.321)	(16.826)
	91	**(1.097)**	**(49.644)**	**(38.138)**

13.3. Taxas de desconto: As taxas médias ponderadas de descontos aplicadas aos contratos de arrendamento foram calculadas da seguinte forma: • Sobre a taxa pré dos contratos de capital de giro contratadas pelo Grupo foi descontado a taxa do CDI CETIP registradas e liquidadas pelo sistema B3 na data da contratação das operações de crédito e definido o fator de risco % do Grupo; • Na data do início de cada contrato foi adicionado o fator de risco à taxa do CDI CETIP e definida a taxa média ponderada para desconto dos contratos de arrendamento. As taxas de descontos variaram entre 6,11% e 17,23% a.a. acrescidas de 4,32% a.a. (fator de risco). **14. Intangível:** A partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia passou a reconhecer as luvas pagas como ativos intangíveis de vida útil definida. A amortização é registrada de forma linear ao longo do prazo contratual de aluguel ou do período estimado de benefício econômico, prevalecendo o menor. **(a) Composição:**

	Vida útil (em anos)	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024 Reapresentado
Ágio	Indefinida	–	–	164.390	58.250
Direito sobre marcas	14 anos e Indefinida	–	–	114.688	17.526
Fundo de comércio	10 anos	–	–	13.270	17.661
Software em andamento	5 anos	687	567	1.107	567
		687	**567**	**293.455**	**94.005**

(b) Teste por redução ao valor recuperável: A Administração da Companhia avaliou se havia alguma perda para reduzir ao valor recuperável os ativos identificáveis acima, o cálculo do valor recuperável foi apurado considerando do método comparativo direto de dados de mercado realizado por assessores da Companhia especializados em avaliações de ativos e para seis unidades geradoras de caixa (UGC) - Tatu Bola Jardins, Eu tu Eles Vila Olímpia, Restaurante Aquiles, Boa Praça Leblon e Nino Brasília - os testes efetuados demonstraram que os valores recuperáveis dessas UGCs foram inferiores aos seus valores contábeis. **(c) Movimentação:**

Controladora	31/12/2024	Adições	Amortização	31/12/2025
Software em andamento	567	120	–	687
	567	**120**	**–**	**687**

Em 31 de dezembro de 2024:

Controladora	31/12/2023	Adições	Amortização	31/12/2024
Software em andamento	212	355	–	567
	212	**355**	**–**	**567**

	31/12/2024	Adições	Baixa	Amortização	Combinação de negócios	31/12/2025
Fundo de comércio	17.661	190	(1.444)	(3.240)	103	13.270
Ágio	58.250	–	–	–	106.140	164.390
Direito sobre marcas	17.526	–	–	(1.334)	98.495	114.688
Software	567	284	–	(288)	544	1.107
	94.004	**474**	**(1.444)**	**(4.862)**	**205.281**	**293.455**

Consolidado – Reapresentado:

	31/12/2023	Adições	Baixa	Amortização	Combinação de negócios	31/12/2024
Fundo de comércio (i)	19.878	842	(487)	(3.272)	700	17.661
Ágio	–	–	–	–	58.250	58.250
Direito sobre marcas	–	–	–	(1.109)	18.635	17.526
Software	212	355	–	–	–	567
	20.090	**1.197**	**(487)**	**(4.381)**	**77.585**	**94.005**

(i) Reapresentado o saldo referente a exercícios anteriores devido a mudança de política do Grupo quanto a amortização do fundo de comércio a partir do exercício de 2025 (Nº 4.1). **15. Empréstimos e financiamentos:**

	Vencimento	Taxa de juros	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
CCB – Itaú (i)	2028	3,06% a.a. + CDI	–	58.637	–	58.637
CCB – BTG (ii)	2025	2,48% a.a. + CDI	–	15.387	–	15.387
CRI (iii)	2030	5,00% a.a + CDI	70.179	–	70.179	–
Capital de giro Safra	2028	3,03% a.a + CDI	–	–	2.619	–
Capital de giro Bradesco (iv)	2029	2,04% a.a + CDI	–	–	32.762	–
			70.179	**74.024**	**105.560**	**74.024**
Circulante			15.470	31.141	26.445	31.141
Não circulante			54.709	42.883	79.115	42.883

(i) Entre novembro de 2023 e junho de 2024, a Companhia fez uma captação em moeda estrangeira com vencimento de novembro de 2027 a junho de 2028, através de uma dívida em euro, composta por dois contratos: (i) Cédula de Crédito Bancária de U$10.545, convertidos em R$ no valor de R$60.757, com pagamento de juros trimestrais, e principal trimestral, com carência de dois ou quatro trimestres (ii) Swap Pré X DI em que a Companhia fica ativa na taxa de 5,56% a.a. até 6,11%a.a. mais variação cambial e passiva na taxa de 2,91%a.a. até 3,06% a.a. mais variação de 100% do CDI. **(ii)** Em novembro de 2024 foi realizada outra captação em moeda estrangeira, através de uma dívida em dólar de U$ 2.579, convertidos no valor de R$ 15.387, com pagamentos de juros e principal trimestral, com taxa de 2,48%a.a mais variação de 100% do CDI. **(iii)** Em abril de 2025, a Companhia realizou a captação de um empréstimo com o montante de

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

A.Life Entertainment Group S.A

R$74.012, com taxa de juros remuneratórios correspondentes a CDI, acrescida de spread (sobretaxa) de 5,00%a.a, com pagamento de juros mensais e principal e juros a partir de 15 de dezembro de 2025 e custo de transação de R$ 4.012. **(iv)** Em abril de 2025 foi efetivada outra captação de um empréstimo com o montante de R$ 35.000, com pagamentos de juros mensais, com taxa de 2,04%a.a mais variação de 100% do CDI. As parcelas a vencer ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Ano de vencimento	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
2025	–	33.669	–	33.669
2026	15.470	18.799	26.445	18.799
2027	17.941	–	28.787	–
2028	16.970	–	27.071	–
2029	16.970	–	20.429	–
2030	2.828	–	2.828	–
	70.179	**74.024**	**105.560**	**74.024**

As movimentações dos empréstimos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldo inicial	74.024	9.861	74.024	10.799
Captação	70.000	62.901	70.000	62.901
Combinação de negócios	–	–	38.481	920
Juros	15.811	12.757	19.500	13.004
Resultado – "swap" de taxa de juros	1.747	(7.093)	1.747	(7.160)
Pagamento de principal	(73.043)	(3.664)	(76.613)	(5.675)
Pagamento de juros	(18.360)	(738)	(21.579)	(765)
Saldo final	**70.179**	**74.024**	**105.560**	**74.024**

Cláusulas restritivas contratuais ("Covenants") e Garantias: Os contratos O Grupo possui empréstimos bancários com garantia que contém cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode exigir que o Grupo pague os empréstimos antes da data indicada na tabela acima. As cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que os contratos estejam sendo cumpridos. A companhia ainda possui *covenants* relacionados a indicadores não financeiros conforme cada contrato. **CRI** Para o exercício findo em 30 de setembro de 2025 o Grupo atendeu aos índices exigidos. O contrato possui cláusulas restritivas que podem impactar o vencimento antecipado, sendo as principais para o exercício social de 2025, incluindo as informações trimestrais dos períodos encerrados em 30 de junho de 2025, 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2025, deverão ser observados os seguintes Índices Financeiros:

Descrição da cláusula restritiva	Base de cálculo	Índice requerido
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	Demonstrações/Informações Financeiras Consolidadas	≤ 2,0x até 31/12/2025
Dívida Líquida Ajustada	Demonstrações/Informações Financeiras Isoladas*	≤ 90M até 31/12/2025
Dívida Líquida Ajustada	Demonstrações/Informações Financeiras Consolidadas	≤ 140M até 31/12/2025
CapEx	Demonstrações/Informações Financeiras Isoladas*	≤ 50% × (EBITDA Ajustado + Captação Líquida de Equity)

* Demonstrações/informações Financeiras Isoladas: significa as demonstrações financeiras anuais e as informações financeiras trimestrais da Devedora sem a consolidação com as demonstrações financeiras anuais e as informações financeiras trimestrais da SDM. Em complemento aos Covenants acima, os contratos de dívida da Companhia incluem obrigações usuais, tais como a necessidade de obtenção prévia de waiver para reorganizações societárias que envolvam alteração de controle; proibição de descumprimento da legislação anticorrupção e socioambiental; e obrigação de manutenção de licenças de operação. **SWAP:** O contrato possui cláusulas restritivas que podem impactar o vencimento antecipado no caso do não cumprimento dos compromissos neles assumidos, verificáveis anualmente, sendo o principal o índice de dívida líquida sobre EBITDA ajustado (resultado antes do IRPJ e CSLL, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários) precisa ser menor ou igual a 2,0 vezes em 2023, 1,5 vezes em 2024 e 2025. Os compromissos assumidos vêm sendo cumpridos pelas controladas da Companhia, nos termos contratados. Em garantia dos créditos imobiliários foram oferecidos os recebíveis do cartão de crédito.

16. Salários e encargos sociais a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Provisão para férias	935	841	21.888	11.130
Salário e pró–labore	4	–	5.038	3
Provisão para bônus a pagar	–	–	1.257	368
INSS a recolher	1.067	186	30.506	14.809
FGTS a recolher	73	54	1.722	883
IRRF a recolher	90	41	768	516
Outras verbas a pagar	–	–	2.056	1.965
	2.169	**1.122**	**63.235**	**29.674**

17. Obrigações tributárias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
PIS e COFINS a recolher	53	–	13.396	3.715
ICMS a recolher	–	–	6.331	3.779
Impostos retidos a recolher	136	129	2.073	263
ISS a recolher	2	5	50	137
Parcelamento de impostos **(i)**	202	234	14.732	2.012
	393	**368**	**36.582**	**9.906**
Circulante	393	368	25.681	8.016
Não circulante	–	–	10.901	1.890

(i) Refere-se ao parcelamento dos tributos federais PIS, COFINS, IRPJ e CSLL e tributos estaduais ICMS, atualizados pela SELIC, cujo prazo de vencimento é até 2028, substancialmente o valor é referente a combinação de negócios com o Camarada no montante de R$ 14.259. **18. Outros passivos:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Adiantamento de clientes	1.078	–	2.878	126
Aluguéis a pagar	–	–	4.026	–
Sentenças a pagar	241	241	2.636	571
Mútuo com shopping	–	–	2.136	–
Fundo de propaganda	–	–	4.324	–
Obrigações com locatários (i)	–	–	20.143	–
Receita diferida	–	–	194	639
Outras contas a pagar (ii)	6.099	6.324	7.054	6.582
	7.418	**6.565**	**43.391**	**7.918**
Circulante	7.418	6.565	27.676	7.918
Não circulante	–	–	15.715	–

(i) Refere-se substancialmente a valores recebidos pelos locatários pela abertura de restaurante em determinado local ou empreendimento. Essa receita é reconhecida ao longo do tempo do contrato de locação. **(ii)** Reconhecido o montante de R$ 5.000 mil a pagar ao antigo acionista, pertinente a aquisição do Grupo Drumattos, controlador das redes Camarada Camarão e Camarão & Cia (Nº 11).

19. Patrimônio líquido: (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 157.855 dividido em 69.635.402 (sessenta e nove milhões, seiscentos mil e trinta e cinco, quatrocentos e dois) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações ordinárias estão representadas por:

Acionistas	Participação (%)	Quantidade de ações	Valor
A.Life Partners S.A.	57,34%	39.930.562	90.514
Strelitzia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	38,70%	26.946.399	61.089
Irajá Controle Ltda.	3,91%	2.726.641	6.157
Ações em Tesouraria	0,05%	30.800	95
	100,00%	**69.634.402**	**157.855**

(b) Reserva legal: Conforme o estatuto social da Companhia, uma parcela correspondente a 5% do lucro líquido do exercício será aplicada, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. **(c) Lucro por ações (básico e diluído) :** O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Os cálculos dos lucros por ações estão divulgados a seguir:

		Consolidado
		31/12/2024
Em milhares	**31/12/2025**	**Reapresentado**
Média de ações ordinárias	52.938.190	52.938.190
(–) Ações em tesouraria	(31.800)	(31.800)
Média de ações ordinárias em circulação	**52.906.390**	**52.906.390**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	**(71.850)**	**(31.583)**
Lucro básico por ações (em Reais)	**(1,03)**	**(0,60)**

A Companhia não possui instrumentos patrimoniais que possam causar potencial de diluição, consequentemente, o lucro básico corresponde também ao lucro diluído por ação. **20. Receita líquida:** A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

		Consolidado
	31/12/2025	**31/12/2024**
Receita bruta	778.115	481.735
(–) Impostos sobre vendas **(i)**	(62.457)	(15.204)
Receita líquida	715.658	466.531

(i) Em 18 de março de 2022 foi aprovado o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), que reduziu a alíquota de PIS e COFINS para zero para as empresas do setor de eventos e hotelaria. Para gozar deste benefício as empresas precisavam possuir CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas da Receita Federal do Brasil) específicos ou Cadastur (Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos) regular. A Companhia passou a ter a integralidade de seus controladas nesta situação em agosto de 2022. A partir de 01 de abril de 2025 tivemos o fim do benefício PERSE (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) para PIS e COFINS e adotamos a apuração pelo regime não cumulativo. **21. Custos e despesas por natureza:**

	Controladora		Consolidado	
				31/12/2024
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**Reapresentado**
Gastos com alimentos e bebidas	–	–	(226.617)	(138.758)
Folha de pagamento e benefícios	(11.478)	(10.139)	(236.275)	(133.330)
Bônus	(925)	(433)	(10.055)	(9.930)
Remuneração da administração	(1.200)	(1.200)	(1.200)	(1.200)
Gastos de ocupação	(1.649)	(141)	(59.040)	(41.203)
Recuperação no rateio de despesas	36.584	–	–	–
Serviços de terceiros	(21.029)	(13.901)	(43.291)	(27.493)
Gastos com manutenções	(369)	(309)	(22.320)	(18.986)
Comissões com cartões e aplicativos de delivery	–	–	(19.703)	(9.024)
Bens de pequenos valores	(42)	(37)	(2.200)	(5.029)
Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação duvidosa PECLD	–	–	(155)	(176)
Amortização – ativo de direito uso	(298)	(665)	(31.323)	(21.312)
		Controladora		**Consolidado**
				31/12/2024
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**Reapresentado**
Depreciação de ativo imobilizado	(434)	(325)	(53.164)	(26.362)
Amortização de ativo intangível	(1.331)	(1.109)	(4.571)	(4.381)
Impairment	–	–	–	(508)
Contingências	771	(628)	(897)	(5.060)
Propaganda e publicidade	(64)	(360)	(6.307)	(2.994)
Atrações e shows	(15)	(12)	(19.811)	(16.227)
Promoters	(9)	(2)	(2.621)	(4.306)
Assessoria de imprensa	–	(2)	–	(356)
Perda na venda e/ou baixa de ativos fixos	–	–	(293)	–
Vendas de ativos fixos e pontos comerciais	2.440	–	3.671	–
Outras receitas e despesas	4.267	855	(10.489)	(6.278)
	5.219	**(28.418)**	**(746.661)**	**(472.913)**
Classificados como:				
Custo dos produtos e serviços vendidos	–	–	(229.732)	(141.928)
Despesas comerciais	(88)	(375)	(258.705)	(154.334)
Despesas gerais e administrativas	(1.988)	(29.680)	(263.838)	(179.014)
Outras receitas e despesas, líquidas	7.295	1.637	5.614	2.363
	5.219	**(28.418)**	**(746.661)**	**(472.913)**

22. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	6.812	208	9.056	209
Juros ativos	–	197	168	215
Resultado – "swap" de taxa de juros	–	7.093	–	7.159
Outras receitas financeiras	–	–	696	–
	6.812	**7.498**	**9.920**	**7.583**
Despesas financeiras				
Juros passivos	(144)	(280)	(6.058)	(1.156)
Resultado – "swap" de taxa de juros	(1.747)	–	(1.747)	–
Despesas bancárias	(3.644)	(68)	(3.963)	(359)
Juros sobre empréstimos	(15.811)	(12.757)	(19.500)	(13.004)
Juros – passivo de arrendamento	389	(432)	(18.321)	(16.826)
Outras despesas financeiras	(78)	–	(2.192)	(1.256)
	(21.035)	**(13.537)**	**(51.781)**	**(32.601)**
	(14.223)	**(6.039)**	**(41.861)**	**(25.018)**

23. IRPJ e CSLL:

	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024		**31/12/2024**
	31/12/2025	**Reapresentado**	**31/12/2025**	**Reapresentado**
Lucro ou prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(71.849)	(31.960)	(72.865)	(31.400)
Alíquota – 34%	24.429	10.866	24.774	10.676
Efeito sobre exclusões (equivalência patrimonial)	(21.367)	1.961	–	–
Crédito fiscal não constituído sobre prejuízos fiscais **(i)**	(3.061)	(12.450)	(25.592)	(10.702)
IRPJ e CSLL	**–**	**377**	**(818)**	**(26)**
Alíquota efetiva	**0%**	**(1)%**	**1%**	**0%**

(i) A Controladora adota o sistema de apuração pelo lucro real e não registra os créditos tributários, em virtude de não ser provável, neste momento, a geração de lucros tributáveis futuros. **24. Provisões para demandas judiciais:** Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui processos cujo risco de perda classificado por seus assessores jurídicos como provável e são referentes a ações judiciais trabalhistas, essas ações são majoritariamente com relação a pedido de vínculo trabalhista de terceiros que trabalharam nos bares e interpretações sobre verbas trabalhistas, como insalubridade, horas extras, entre outras. A movimentação dos saldos em 31 de dezembro de 2025 foi:

	Controladora Trabalhistas e previdenciárias
Saldo 31 de dezembro de 2023	**1.648**
Adições	59
Pagamentos	**–**
Reversões	(286)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.421**
Adições	102
Pagamentos	(600)
Reversões	(923)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**–**

				Consolidado
	Trabalhistas e previdenciárias	**Tributárias**	**Cíveis**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro 2023	**2.311**	–	–	**2.311**
Adições	3.642	–	–	3.642
Pagamentos	(203)	–	–	(203)
Reversões	(430)	–	–	(430)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**5.320**	**–**	**–**	**5.320**
Adições	6.972	1	124	**7.097**
Pagamentos	(3.592)	–	(4)	**(3.596)**
Reversões	(5.138)	–	(109)	**(5.247)**
Combinação de negócios	1.051	13	109	**1.173**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**4.613**	**14**	**120**	**4.747**

Ações judiciais com probabilidade de perda possível: A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, calcula as contingências com risco de perda classificadas como possíveis da seguinte forma:

		Consolidado
	31/12/2025	**31/12/2024**
Trabalhistas	4.058	465
Tributárias	857	–
Cível	23	1.303
	4.938	**1.768**

25. Instrumentos financeiros: O Grupo mantém operações com certos instrumentos financeiros. Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos e quaisquer outros ativos de risco. Exceto pelo "swap" contratado e descrito na nota explicativa nº 15, o Grupo não tem como prática utilizar instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. **(a) Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela mesma para definir limites e controles de riscos apropriados ao seu tamanho e para monitorar os riscos e aderência aos limites. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações, sendo todas as decisões relacionadas aos instrumentos financeiros revisadas e aprovadas pelo controlador do Grupo. O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de taxa de juros. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente das contas a receber de clientes e caixa e equivalente de caixa. O risco de crédito do contas a receber está relacionado somente a operações com terceiros, principalmente por recebíveis de cartão de crédito e no caso do caixa e equivalente de caixa ele é baixo pelo fato de representarem depósitos em conta corrente e aplicações financeiras em instituições de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Caixa e equivalentes de caixa	16.977	73	65.920	10.844
Contas a receber de clientes	25	25	29.916	20.494
	17.002	**98**	**95.836**	**30.947**

Risco de liquidez Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. A seguir, estão as maturidades de ativos e passivos financeiros do consolidado remanescentes no final do exercício de relatório:

						Consolidado
	Saldo contábil	**Fluxo de Caixa**	**Até 1 ano**	**1 – 2 anos**	**2 – 5 anos**	**Mais que 5 anos**
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa Nº 5	65.920	65.920	65.920	–	–	–
Contas a receber de clientes Nº 6	29.916	29.916	29.916	–	–	–
Passivos						
Fornecedores	41.214	(41.214)	(41.214)	–	–	–
Passivo de arrendamento Nº 13	176.198	(201.748)	(33.864)	(39.754)	(69.525)	(58.605)
Empréstimos e financiamentos Nº 15	105.560	(130.713)	(35.934)	(27.888)	(66.891)	–
		(277.839)	**(15.176)**	**(67.642)**	**(136.416)**	**(58.605)**

Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de o Grupo incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxa de juros. **(b) Análise de sensibilidade:** A Companhia realizou análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos a variação de taxas de juros e indicadores financeiros. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025, como se os referidos saldos estivessem em aberto durante todo o exercício de 2025. Para os ativos e passivos financeiro foram considerados a taxa efetiva verificada nos últimos 12 meses, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembro de 2025 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materializasse no ano de 2025. Para as estimativas dos efeitos considerou-se uma redução para o ativo financeiro e um aumento para o passivo financeiro na taxa estimada para 2024 em 25% no cenário possível e 50% no cenário remoto. Análise de sensibilidade de variação em taxas de juros e outros indexadores dos ativos e passivos financeiros:

	Ativo	Passivo	Provável	25%	50%
Dados consolidados					
Caixa e equivalentes de caixa Nº 5 – CDI	65.920	–	8.952	6.714	4.476
Empréstimo e financiamento Nº 15 – CDI		– (105.560)	(14.335)	(17.919)	(26.878)
Passivo de arrendamento Nº 13 – IGP–M		– (176.198)	(4.969)	(6.211)	(9.316)

A Companhia procura não ter descasamentos em termos de moedas e taxas de juros. As obrigações estão atreladas majoritariamente ao IGP-M. A Companhia procura manter um equilíbrio entre indexadores de passivos e ativos, mantendo o caixa aplicado em CDI no lado ativo, para balancear as obrigações financeiras. **(c) Mensuração do valor justo:** Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. As operações de empréstimos e financiamento referem-se a captações junto ao mercado, exceto empréstimos com parte relacionada. Dessa forma, na hipótese de aplicação da metodologia de valor justo, o valor apurado não refletiria o valor de liquidação, uma vez que a taxa de desconto seria superior a taxa de nominal do referido instrumento. Sendo assim, a administração do Grupo entende que os valores reconhecidos contabilmente refletem o endividamento efetivo na data. O valor justo de "swaps" de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. **26. Informação por segmento de negócio:** A Administração da Companhia foca seus negócios na atividade de *food services*. As informações são analisadas por meio de relatórios gerenciais internos por estabelecimento comercial, sendo a tomada de decisão de alocação de recursos e sua avaliação pela Diretoria Executiva da Companhia, definindo seus segmentos entre estabelecimentos do segmento de bares e estabelecimentos de restaurantes. A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda da venda de produtos e serviços. O desempenho dos segmentos operacionais, com base em uma mensuração do lucro líquido ajustado pelas despesas operacionais e financeiras, exceto controladora, encontra-se resumida a seguir:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025	**Bares de entretenimento**	**Restaurantes**	**Bares gastronômicos**	**Camarada**	**Total**
Receita líquida	219.941	163.865	89.752	242.100	715.658
Custo dos produtos e serviços vendidos	(67.112)	(52.659)	(26.110)	(83.851)	(229.732)
Lucro bruto	**152.829**	**111.206**	**63.642**	**158.249**	**485.926**
	69%	68%	71%	65%	68%
Despesas comerciais	(74.956)	(55.544)	(35.243)	(92.874)	(258.617)
Despesas gerais e administrativas, exceto a controladora	(88.013)	(71.012)	(40.504)	(62.321)	(261.850)
Outras receitas líquidas, exceto a controladora	764	(38)	(446)	(1.962)	(1.682)
Prejuízo ou lucro líquido antes do resultado financeiro	**(9.375)**	**(15.387)**	**(12.550)**	**1.092**	**(36.221)**
	–4%	–9%	–14%	2%	–5%
Resultado financeiro, exceto a controladora	(7.579)	(9.194)	(5.847)	(5.018)	(27.638)
IRPJ e CSLL	–	–	–	(818)	(818)
Prejuízo ajustado	**(16.955)**	**(24.582)**	**(18.398)**	**(4.744)**	**(64.679)**
	–8%	–15%	–20%	–2%	–9%

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	**Bares de entretenimento**	**Restaurantes**	**Bares gastronômicos**	**Total**
Receita líquida	239.354	163.591	63.586	466.531
Custo dos produtos e serviços vendidos	(66.060)	(55.390)	(20.478)	(141.928)
Lucro bruto	**173.294**	**108.201**	**43.108**	**324.603**
	72%	66%	68%	68%
Despesas comerciais	(73.484)	(53.253)	(27.222)	(153.959)
Despesas gerais e administrativas, exceto a controladora	(75.547)	(50.472)	(23.315)	(149.334)
Outras receitas líquidas, exceto a controladora	936	(233)	23	726
Lucro ou prejuízo antes do resultado financeiro	**25.199**	**4.243**	**(7.046)**	**25.308**
	10%	3%	–12%	3%
Resultado financeiro, exceto a controladora	(9.066)	(6.962)	(2.951)	(18.979)
IRPJ e CSLL	–	–	(403)	(403)
Lucro líquido ou prejuízo ajustado	**16.133**	**(2.719)**	**(10.760)**	**2.654**
	6%	–2%	–17%	–1%

A seguir, a conciliação do lucro líquido com o lucro líquido ajustado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

		31/12/2024
	31/12/2025	**Reapresentado**
Lucro líquido ou prejuízo ajustado	(64.679)	2.654
Despesas comerciais – controladora	(88)	(375)
Despesas gerais e administrativas – controladora	(1.988)	(29.680)
Outras receitas líquidas – controladora	7.295	1.637
IRPJ e CSLL – controladora	–	377
Resultado financeiro – controladora	(14.223)	(6.039)
Prejuízo do exercício	**(73.684)**	**(31.426)**

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo e do passivo conforme segue:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Controladora	293.390	61.960
Segmento de bares de entretenimento	133.691	177.828
Segmento de restaurantes	126.233	129.066
Segmento de bares gastronômicos	48.819	90.382
Segmento Camarada	288.260	–
Ativo total, conforme balanço patrimonial	**890.393**	**459.236**
	31/12/2025	**31/12/2024**
Controladora	111.168	98.793
Segmento de bares de entretenimento	75.580	80.751
Segmento de restaurantes	80.640	63.456
Segmento de bares gastronômicos	44.514	71.108
Segmento Camarada	188.469	–
Passivo total, conforme balanço patrimonial	**511.371**	**314.108**

27. Transações não caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Novos contratos de ativo de direito	–	–	8.207	36.175
Dividendos a pagar	–	(384)	–	(1.043)
Emissão de novas ações	–	37.559	–	–

28. Cobertura de seguros (Não auditado) O Grupo tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Dada a sua natureza, coberturas de seguros não fazem parte do escopo de auditoria, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

continuação

continuação

A.Life Entertainment Group S.A

A Diretoria

Diretor: Pedro Henrique Cristoforo da Silveira

Contador: Gabriel Silva Pereira - CRC (1SP320189)

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **A.Life Entertainment Group S.A.** São Paulo – SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **A.Life Entertainment Group S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase **Reapresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 4.1 – Reapresentação de valores referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2024, que descreve os ajustes efetuados pela Companhia devido a mudança de política contábil. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas sob esta denominação, como previsto na NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Auditamos e concordamos com os ajustes efetuados. Nossa opinião não contém modificação a esse respeito. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. **Combinação de negócios – Aquisição do Grupo Drumattos Camarada Camarão e Camarão & Cia.** Conforme descrito na Nota Explicativa no 11 - "Combinação de Negócios", a Companhia adquiriu o controle acionário do Grupo Drumattos, controlador das redes Camarada Camarão e Camarão & Cia., durante o exercício de 2025. O tema Combinação de Negócios foi considerado o principal assunto de auditoria devido a relevância da aquisição, complexidade e julgamento envolvidos no processo de seu reconhecimento contábil, o qual considera os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, tais como: **a)** alocação do preço de aquisição; **b)** harmonização das práticas contábeis da Companhia adquirida com aquelas adotadas pela Companhia; **c)** determinação dos valores justos dos ativos assumidos e passivos adquiridos; **d)** determinação do ágio pago na aquisição; e **e)** tratamento contábil dos compromissos assumidos para aquisição da participação. A determinação da data de aquisição do controle e, especialmente, a alocação do preço de compra aos ativos e passivos identificados e a apuração do ágio, envolveram o uso de especialistas internos e externos pela administração e o exercício de julgamentos e a consideração de estimativas relevantes, tais como o valor dos pontos comerciais, valor justo da marca, dentre outras. Tais estimativas para serem realizadas necessitam de dados e premissas subjetivas, como por exemplo, taxa de desconto, fluxos de caixa descontados estimados, probabilidade de perdas classificadas entre possíveis e remotas, dentre outras, o que aumente a os riscos de mensuração e alocação do preço de compra. Como resultado da avaliação e todo o processo de reconhecimento dos impactos contábeis, a Companhia apurou e contabilizou um ágio no valor de R$ 106.140 mil. O processo de determinação das estimativas envolve complexidade, julgamento e incerteza e, eventuais alterações nas premissas utilizadas no referido cálculo podem impactar as demonstrações financeiras consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram: **a.** Procedimentos de auditoria nos saldos iniciais da entidade adquirida; **b.** Efetuamos leitura do contrato de compra e venda da entidade adquirida; **c.** Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios; **d.** Obtivemos o apoio da nossa equipe de especialistas em avaliação de ativos na execução dos seguintes principais procedimentos de auditoria: • Comparação das premissas relevantes com o plano de negócios elaborado pela administração; • Avaliação da razoabilidade das premissas relevantes, incluindo comparações com estimativas publicadas por fontes de mercado independentes (benchmarks); • Discussão dos critérios utilizados pela administração e seus consultores para determinação da taxa de desconto e projeções de inflação; e • Revisão da coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela administração. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte das projeções, definidas e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) :** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, individual e consolidada, estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International *Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Do assunto que foi objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/O-3

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*

DATA MERCANTIL São Paulo

Angico Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.881.499/0001-99

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.510	9.089
Contas a receber	3.383	3.925
Impostos a recuperar	6	
Despesas antecipadas	85	32
	4.978	**13.052**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	4.670	2.599
Partes relacionadas	4.791	2.674
	9.461	**5.273**
Imobilizado	115.295	119.458
Intangível	80	83
	115.375	**119.541**
Total do ativo	**129.814**	**137.866**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.864	4.598
Passivos de arrendamento	158	158
Fornecedores	56	
IRPJ e CSLL a recolher		
Obrigações tributárias	94	280
Dividendos a pagar	971	
Partes relacionadas	1	102
Conta de ressarcimento CCEE		
Total do circulante	**6.144**	**5.138**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	66.670	74.093
Passivos de arrendamento	2.267	2.574
Total do passivo	**75.314**	**81.805**
Patrimônio líquido		
Capital social	50.988	50.988
Reserva legal	909	705
Reserva de lucros	2.603	2.173
Total do patrimônio líquido	**54.500**	**53.866**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**129.814**	**137.866**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados
Em 1º de Janeiro de 2020	52.888	307	4.370	–
Redução de capital social	(1.900)	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	7.962
Reserva legal	–	398	–	(398)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(1.891)
Dividendos adicionais	–	–	(4.370)	(3.500)
Transferência entre reservas	–	–	2.173	(2.173)
Em 31 de dezembro de 2020	**50.988**	**705**	**2.173**	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	4.088
Reserva legal	–	204	–	(204)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(971)
Dividendos adicionais	–	–	(2.132)	(350)
Transferência entre reservas	–	–	2.563	(2.563)
Em 31 de dezembro de 2021	**50.988**	**909**	**2.603**	–

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Angico Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A Companhia recebeu o primeiro aporte de capital em junho de 2017. Em dezembro de 2017 registrou Ata Extraordinária para abertura de filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Angico Energias Renováveis S.A. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da Companhia. A Companhia possui junto à ANEEL, através da portaria Nº 46 de 2 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Angico	PB	Malta	27	7,5	2 de março de 2016	1º de março de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 23 de maio de 2022. **(a) Capital circulante líquido:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 1.399 devido o saldo de empréstimo já garantido pela aplicação financeira restrita. A Companhia faz parte do Grupo Proton Energy e, em linha com os objetivos estratégicos, possui acesso aos recursos necessários para honrar os compromissos da Companhia em caso de eventuais necessidades de caixa. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 13 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras: • Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, visto que às cláusulas dos contratos de arrendamento vigentes permanecem inalteradas. **2.2 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste. (Nota 12). No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento.

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Operações continuadas		
Receita líquida	23.571	22.874
Custos de operação	(7.046)	(6.580)
Lucro bruto	**16.525**	**16.294**
Despesas gerais e administrativas	(1.382)	(3.020)
Outras receitas	146	611
Lucro operacional	**15.289**	**13.885**
Receitas financeiras	115	98
Despesas financeiras	(10.498)	(4.916)
Despesas financeiras, líquidas	**(10.383)**	**(4.818)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.906	9.067
Imposto de renda e contribuição social	(818)	(1.105)
Lucro líquido do exercício	**4.088**	**7.962**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	8,02	15,62

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	4.088	7.962
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**4.088**	**7.962**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	4.906	9.067
Ajustes		
Juros e variações monetárias	9.981	4.655
Depreciação	3.974	3.974
Amortização	3	2
Baixa imobilizado	189	
Remensuração arrendamento	(280)	
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	542	456
Impostos a recuperar	6	1
Adiantamento a fornecedores		29
Despesas antecipadas	(53)	132
Contas de ressarcimento – CCEE	5	(795)
Fornecedores	56	(4.339)
Obrigações tributárias	(202)	(36)
Caixa gerado pelas operações	**19.127**	**13.146**
Juros pagos	(9.220)	(2.356)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(878)	(1.105)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**9.029**	**9.685**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira restrita	(2.071)	(29)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		2.674
Concessão de empréstimos a pessoas ligadas	(2.218)	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	**(4.289)**	**2.645**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Devolução de empréstimos		(1.000)
Redução de capital		(1.900)
Dividendos pagos	(4.374)	(9.327)
Pagamento de empréstimos	(5.937)	
Pagamento de passivo de arrendamento	(151)	(161)
Pagamento de fiança	(1.857)	(2.579)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(12.319)**	**(15.005)**
Redução de caixa e equiv. de caixa líquidos	**(7.579)**	**(2.675)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.089	11.764
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.510	9.089
Redução de caixa e equiv. de caixa líquidos	**(7.579)**	**(2.675)**

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria – Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Angico Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Angico Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 23 de maio de 2022.
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
(Atual denominação da PricewaterhouseCooper Auditores Independentes)
CRC 2SP 000.160/O-5
Vinícius Ferreira Britto Rêgo
Contador CRC 1BA 024.501/O-9

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Angico Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.881.499/0001-99

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.300	1.510
Contas a receber	4.161	3.383
Despesas antecipadas	110	85
	5.571	**4.978**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	4.425	4.670
Partes relacionadas	3.222	4.791
	7.647	**9.461**
Imobilizado	111.759	115.295
Intangível	78	80
	111.837	**115.375**
Total do ativo	**125.055**	**129.814**

Passivo	2022	2021
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.354	4.864
Passivos de arrendamento	57	158
Fornecedores	161	56
IRPJ e CSLL a recolher	255	228
Obrigações tributárias	106	94
Dividendos a pagar	–	971
Partes relacionadas	5	1
Conta de ressarcimento CCEE	–	5
	4.938	**6.377**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	61.748	66.670
Passivos de arrendamento	2.680	2.267
	64.428	**68.937**
Total do passivo	**69.366**	**75.314**
Patrimônio líquido		
Capital social	50.988	50.988
Reserva legal	1.430	909
Reserva de lucros	3.270	2.603
Total do patrimônio líquido	**55.689**	**54.500**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**125.055**	**129.814**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros (prejuízos acumulados)	Total
Em 1º de Janeiro de 2021	50.988	705	2.173	–	53.866
Lucro Liquido	–	–	–	4.088	4.088
Reserva legal	–	204	–	(204)	–
Dividendos minimos obrigatórios	–	–	–	(971)	(971)
Dividendos adicionais	–	–	(2.132)	(350)	(2.482)
Transferência entre reservas	–	–	2.563	(2.563)	–
Em 31 de dezembro de 2021	**50.988**	**909**	**2.603**	**–**	**54.500**
Lucro Liquido	–	–	–	10.417	10.414
Reserva legal	–	521	–	(521)	–
Dividendos minimos obrigatórios	–	–	–	(2.473)	(2.473)
Dividendos adicionais	–	–	–	(6.756)	(6.756)
Transferência entre reservas	–	–	666	(666)	–
Em 31 de dezembro de 2022	**50.988**	**1.429**	**2.603**	**–**	**55.685**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Operações continuadas		
Receita líquida	25.788	23.571
Custos de operação	(7.399)	(7.046)
Lucro bruto	**18.389**	**16.525**
Despesas gerais e administrativas	(1.550)	(1.382)
Outras Receitas	104	146
Lucro Operacional	**16.943**	**15.289**
Receitas financeiras	607	115
Despesas financeiras	(6.096)	(10.498)
Resultado financeiro, liquido	**(5.489)**	**(10.383)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**11.454**	**4.906**
Imposto de renda e contribuição social	(1.037)	(818)
Lucro do exercício	**10.417**	**4.088**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	10.417	4.088
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**10.417**	**4.088**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	11.451	4.906
Ajustes de		
Juros e variações monetárias	6.021	9.981
Depreciação	3.940	3.974
Amortização	3	3
Baixa de Imobilizado	27	89
Remensuração arrendamento	–	(280)
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(778)	542
Impostos a recuperar	–	6
Despesas antecipadas	(26)	(53)
Contas de ressarcimento – CCEE	(5)	5
Fornecedores	105	56
Obrigações tributárias	(66)	(202)
Outras Obrigações	(11)	–
Caixa gerado pelas operações	**20.663**	**19.127**
Juros pagos	(6.864)	(9.220)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(932)	(878)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**12.867**	**9.029**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira restrita	245	(2.071)
Concessão de empréstimos a pessoas ligadas	1.573	(2.218)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(57)	–
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	**1.761**	**(4.289)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos Pagos	(10.200)	(4.374)
Pagamento de Emprestimos	(4.558)	(5.937)
Pagamento de passivo de arrendamento	(52)	(151)
Pagamento de fiança	(30)	(1.857)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(14.840)**	**(12.319)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**(211)**	**(7.579)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.510	9.089
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.300**	**1.510**
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**(211)**	**(7.579)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Angico Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A Companhia recebeu o primeiro aporte de capital em junho de 2017. Em dezembro de 2017, registrou Ata Extraordinária para abertura de filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Angico Energias Renováveis S.A. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da Companhia. A Companhia possui junto à ANEEL através da portaria nº 46 de 2 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Angico	PB	Malta	27	7,5	2 de março de 2016	1º de março de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 12 de abril de 2023.

(a) Contrato de Energia de Reserva – CER: A Companhia firmou, em 13 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: • **Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado":** a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • **Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios":** substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. • **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:** (i) IFRS 9/CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" – esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16/CPC 06 – "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) IAS 41/CP 29 – "Ativos Biológicos" – remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022: (a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste. (Nota 12). No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento. **(b) Conflito entre Russia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudança climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável).

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria – Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Angico Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Angico Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 12 de abril de 2023.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Angico Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.881.499/0001-99

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.607	1.300
Contas a receber	4.411	4.161
Despesas antecipadas	118	111
	7.136	**5.571**
Não circulante		
Aplicação financeira restrita	4.115	4.425
Partes relacionadas	3.546	3.222
	7.661	**7.647**
Imobilizado	108.301	111.759
Intangível	74	77
	108.375	**111.837**
Total do ativo	**123.172**	**125.055**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.292	4.354
Passivos de arrendamento	67	57
Fornecedores	181	161
IRPJ e CSLL a recolher	253	255
Obrigações tributárias	114	106
Partes relacionadas	40	5
	4.947	**4.938**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	57.463	61.748
Passivos de arrendamento	2.859	2.680
	60.322	**64.428**
Total do passivo	**65.269**	**69.366**
Patrimônio líquido		
Capital social	50.988	50.988
Reserva legal	2.119	1.430
Lucros acumulados	4.796	3.270
Total do patrimônio líquido	**57.903**	**55.689**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**123.172**	**125.055**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Em 1º de Janeiro de 2022	**50.988**	**909**	**2.604**	**54.500**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	10.417
Reserva legal	–	521	(521)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	(2.473)	(2.473)
Dividendos adicionais	–	–	(6.756)	(6.756)
Transferência entre reservas	–	–	666	–
Em 31 de dezembro de 2022	**50.988**	**1.430**	**3.270**	**55.689**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	13.785
Reserva legal	–	689	(689)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(3.274)
Dividendos pagos referente anos anteriores	–	–	(3.270)	(3.270)
Dividendos adicionais	–	–	–	(5.026)
Transferências entre reservas	–	–	4.796	–
Em 31 de dezembro de 2023	**50.988**	**2.119**	**4.796**	**57.903**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2023	2022
Receita líquida	27.975	25.788
Custos de operação	(7.685)	(7.399)
Lucro bruto	**20.290**	**18.389**
Despesas gerais e administrativas	(1.396)	(1.550)
Outras Receitas Operacionais, líquidas	18	104
Lucro Operacional	**18.912**	**16.943**
Receitas financeiras	912	607
Despesas financeiras	(4.848)	(6.096)
Resultado financeiro, líquido	**(3.936)**	**(5.489)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**14.976**	**11.454**
Imposto de renda e contribuição social	(1.191)	(1.037)
Lucro líquido do exercício	**13.785**	**10.417**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – em R$	0,27	0,18

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**13.785**	**10.417**
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**13.785**	**10.417**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**14.976**	**11.454**
Ajustes de		
Juros e variações monetárias	3.817	6.021
Depreciação	4.081	3.940
Amortização	3	3
Baixa de Imobilizado		27
Remensuração arrendamento	247	
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(250)	(778)
Despesas antecipadas	(8)	(26)
Contas de ressarcimento – CCEE		(5)
Fornecedores	19	105
Obrigações tributárias	(149)	(66)
Outras obrigações		(11)
Caixa gerado pelas operações	**22.737**	**20.663**
Juros pagos		(6.864)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.036)	(932)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**21.702**	**12.867**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira restrita	1.222	245
Concessão de empréstimos a pessoas ligadas	(289)	1.573
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(623)	(57)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	**310**	**1.761**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Devolução de empréstimos		
Redução de capital		
Dividendos Pagos	(11.570)	(10.200)
Pagamento de empréstimos	(9.076)	(4.558)
Pagamento de passivo de arrendamento	(198)	(52)
Pagamento de fiança	–	(30)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(20.704)**	**(14.840)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**1.307**	**(211)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.300	1.510
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.607	1.300
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**1.307**	**(211)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Angico Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A Companhia recebeu o primeiro aporte de capital em junho de 2017. Em dezembro de 2017, registrou Ata Extraordinária para abertura de filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Angico Energias Renováveis S.A. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da Companhia. A Companhia possui junto à ANEEL através da portaria Nº 46 de 2 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Angico	PB	Malta	27	7,5	2 de março de 2016	1º de março de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 27 de março de 2024.

(a) Capital circulante líquido: Com a usina em operação, as receitas contratuais continuam sendo liquidadas sempre no mês subsequente ao da geração, que fluirão de forma regular para a Companhia, garantindo um resultado de fluxos de caixa futuros sempre positivos, referentes a operação e manutenção das suas atividades operacionais, bem como quitação das obrigações de curto prazo. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 13 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "Globe effective tax rate" ou alíquota efetiva Globe. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023: (a) Conflito entre Russia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2023, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(b) Conflito entre Israel e Hammas:** Os conflitos existentes, iniciado em 2023 entre Israel e Hammas, têm gerado grandes impactos a economia mundial. A indisponibilidade de produtos fabricados naquelas regiões é um dos fatores mais relevantes que pode ser observado. Entretanto, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante para sua operação decorrente do referido conflito. **(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudanças climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(d) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Angico Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
DATA MERCANTIL São Paulo

Angico Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.881.499/0001-99

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.444	2.607
Contas a receber	4.980	4.411
Despesas antecipadas	444	118
Outros Impostos	3	–
	8.871	**7.136**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	3.830	4.115
Partes relacionadas	3.413	3.546
	7.243	**7.661**
Imobilizado	104.656	108.301
Intangível	72	74
	104.728	**108.375**
Total do ativo	**120.842**	**123.172**

Passivo	2024	2023
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.514	4.292
Passivos de arrendamento	73	67
Fornecedores	450	181
IRPJ e CSLL a recolher	291	253
Obrigações tributárias	116	114
Partes relacionadas	–	40
Outras obrigações	3	–
	5.447	**4.947**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	52.987	57.463
Passivos de arrendamento	3.041	2.859
	56.028	**60.322**
Total do passivo	**61.475**	**65.269**
Patrimônio líquido		
Capital social	50.988	50.988
Reserva legal	2.897	2.119
Reserva de lucros	5.482	4.796
Total do patrimônio líquido	**59.367**	**57.903**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**120.842**	**123.172**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de Janeiro de 2023	**50.988**	**1.430**	**3.270**	**–**	**55.688**
Lucro Líquido	–	–	–	13.785	13.785
Reserva legal	–	689	–	(689)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(3.274)	(3.274)
Dividendos pagos referente anos anteriores	–	–	–	(5.026)	(5.026)
Dividendos adicionais	–	–	(3.270)	–	(3.270)
Transferência entre reservas	–	–	4.796	(4.796)	–
Em 31 de dezembro de 2023	**50.988**	**2.119**	**4.796**	**–**	**57.903**
Lucro Líquido	–	–	–	15.564	15.564
Reserva legal	–	778	–	(778)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(3.696)	(3.696)
Dividendos pagos referente anos anteriores	–	–	(4.796)		(4.796)
Dividendos adicionais	–	–	–	(5.608)	(5.608)
Transferência entre reservas	–	–	5.482	(5.482)	–
Em 31 de dezembro de 2024	**50.988**	**2.897**	**5.482**	**–**	**59.367**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional – A Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Angico Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A Companhia recebeu o primeiro aporte de capital em junho de 2017. Em dezembro de 2017, registrou Ata Extraordinária para abertura de filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Angico Energias Renováveis S.A. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da Companhia. A Companhia possui junto à ANEEL através da portaria Nº 46 de 2 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Angico	PB	Malta	27	7,5	2 de março de 2016	1º de março de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 15/04/2025.

(a) Contrato de Energia de Reserva – CER: A Companhia firmou, em 13 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2024: • **Alteração ao IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. • **Alterações ao IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements – SFAs*") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024 – (a) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudanças climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(b) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Operações continuadas		
Receita líquida	29.530	27.975
Custos de operação	(7.583)	(7.685)
Lucro bruto	21.947	20.290
Despesas gerais e administrativas	(1.463)	(1.396)
Outras Receitas	14	18
Lucro Operacional	20.498	18.912
Receitas financeiras	766	912
Despesas financeiras	(4.519)	(4.848)
Despesas financeiras, liquidas	**(3.753)**	**(3.936)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**16.745**	**14.976**
Imposto de renda e contribuição social	**(1.181)**	**(1.191)**
Lucro do exercício	**15.564**	**13.785**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	0.31	0.27

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Lucro do exercício	15.564	13.785
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**15.564**	**13.785**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	16.745	14.976
Ajustes de		
Juros e variações monetárias	4.482	3.817
Depreciação	3.970	4.081
Amortização	3	3
Remensuração arrendamento	(20)	247
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(569)	(250)
Despesas antecipadas	(326)	(8)
Outros Impostos	(3)	–
Fornecedores	269	19
Obrigações tributárias	(122)	(149)
Outras obrigações	3	–
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	**24.432**	**22.737**
Juros pagos	(4.039)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.018)	(1.036)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**19.375**	**21.702**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira restrita	285	1.222
Concessão de empréstimos a pessoas ligadas	93	(289)
Aquisições/baixas de bens do ativo imobilizado	(51)	(623)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**327**	**310**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Devolução de empréstimos Redução de capital		
Dividendos Pagos	(14.100)	(11.570)
Pagamento de Empréstimos	(4.558)	(9.076)
Pagamento de passivo de arrendamento	(207)	(198)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**(18.865)**	**(20.704)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	837	1.307
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.607	1.300
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.444	2.607
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**837**	**1.307**

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas Angico Energias Renováveis S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 15 de abril de 2025
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Esmeralda Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 14.019.497/0001-02

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4.411	8.469
Contas a receber	3.507	3.486
Impostos a recuperar	10	27
Adiantamentos a fornecedores	–	590
Despesas antecipadas	1.269	1.450
	9.197	14.022
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	2.376	2.306
Depósito judicial	412	197
	2.788	2.503
Imobilizado	136.140	140.075
Total do ativo	**148.125**	**156.600**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	6.159	4.492
Passivos de arrendamento		339
Fornecedores	102	3
Salários e encargos sociais	6	6
IRPJ e CSLL a recolher	238	273
Obrigações tributárias	98	256
Dividendos mínimos obrigatórios	57	1.117
Partes relacionadas	2	102
	6.662	6.588
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	78.534	85.073
Passivos de arrendamento	4.667	4.248
Total do passivo	**89.863**	**95.909**
Patrimônio líquido		
Capital social	57.104	57.104
Reserva legal	247	235
Reserva de lucros	911	3.352
Total do patrimônio líquido	**58.262**	**60.691**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**148.125**	**156.600**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros	Total
Em 1º de janeiro de 2020	**55.000**	**104**	**–**	**–**	**–**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	2.000	–	2.000
Aumento de capital	2.104	–	(2.104)	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–
Reserva legal	–	235	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–
Transferência entre reservas	–	–	–	3.301	–
Em 31 de dezembro de 2020	**57.104**	**235**	**–**	**3.301**	**60.691**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	239
Reserva legal	–	12	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–
Dividendos adicionais	–	–	–	(2.668)	(2.668)
Transferência entre reservas	–	–	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2021	**57.104**	**247**		**9.011**	**58.262**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 19 de julho de 2011. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Esmeralda Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em março de 2018, a Companhia foi 100% adquirida pela Proton Energy Participações S.A. e teve sua razão social alterada de Energybras Energias Renováveis Ltda. para Esmeralda Energias Renováveis Ltda. A Companhia abriu sua filial no local do Projeto, na Cidade de Agrestina-PE em 19 de março de 2018. Em 24 de julho de 2018, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Esmeralda Energias Renováveis S.A. O empreendimento iniciou suas operações em abril de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
UFV Esmeralda	PE	Agrestina	30	6,8	29 de janeiro de 2018	28 de janeiro de 2053

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 23 de maio de 2022.

a) Contrato de Energia de Reserva – CER: A Companhia firmou, em 23 de fevereiro de 2018 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1 de novembro de 2018, ao preço de R$ 294/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 23. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras: Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, visto que às cláusulas dos contratos de arrendamento vigentes permanecem inalteradas. **2.2 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste (Nota 13). No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento.

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2021	2020
Receita líquida	20.383	19.455
Custos de operação	(7.522)	(5.707)
Lucro bruto	**12.861**	**13.748**
Despesas gerais e administrativas	(1.889)	(4.185)
Outras receitas operacionais, líquidas	220	971
Lucro operacional	**11.192**	**10.534**
Receitas financeiras	220	103
Despesas financeiras	(10.470)	(4.572)
Despesas financeiras, líquidas	**(10.250)**	**(4.469)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**942**	**6.065**
Imposto de renda e contribuição social	(703)	(1.038)
Lucro líquido do exercício	**239**	**5.027**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	0,4187	0,0137

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	239	5.027
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente do exercício	231	5.027

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	942	6.065
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	3.987	4.233
Juros e variações monetárias	10.605	4.108
Reversão arrendamento períodos anteriores	80	208
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(21)	(1.125)
Impostos a recuperar	17	–
Despesas antecipadas	181	221
Adiantamento a fornecedores	590	(455)
Outros ativos	(215)	(197)
Fornecedores	99	(12.164)
Salários e encargos sociais	(2)	–
Obrigações tributárias	(174)	221
Conta de Ressarcimento – CCEE	–	(1.324)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	**16.091**	**(211)**
Juros pagos	(10.064)	(2.379)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(722)	(1.038)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**5.305**	**(3.628)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira restrita	(70)	(122)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(52)	(4.438)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(122)**	**(4.560)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	2.000
Recursos provenientes de partes relacionadas	(100)	(84)
Devolução de empréstimos	–	(197)
Pagamento de arrendamento	(224)	–
Passivo de arrendamento	–	3.911
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(3.722)	–
Pagamento de fiança	(1.494)	(2.652)
Dividendos pagos	(3.728)	–
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(9.241)	2.951
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**(4.057)**	**(5.054)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.469	13.523
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.411	8.469
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**4.057**	**5.054**

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora – CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Esmeralda Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Esmeralda Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 23 de maio de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
(Atual denominação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes)
CRC 2SP 000.160/O-5
Vinícius Ferreira Britto Rêgo
Contador CRC 1BA 024.501/O-9

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Esmeralda Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 14.019.497/0001-02

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2022	2021 (Reapresentado)
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.187	4.411
Contas a receber	2.654	3.507
Impostos a recuperar	11	10
Despesas antecipadas	112	88
	5.964	**8.016**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	3.124	2.376
Depósito judicial	412	412
Partes relacionadas	2.316	–
	5.852	**2.788**
Imobilizado	132.914	137.321
Total do ativo	**144.730**	**148.125**

Passivo	2022	2021
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	3.944	6.159
Fornecedores	302	102
Salários e encargos sociais	12	6
IRPJ e CSLL a recolher	223	238
Obrigações tributárias	122	98
Dividendos a pagar	1.164	57
Partes relacionadas	34	2
	5.801	**6.662**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	72.446	78.534
Passivos de arrendamento	4.667	4.667
	77.113	**83.201**
Total do passivo	**82.914**	**89.863**
Patrimônio líquido		
Capital social	57.104	57.104
Reserva legal	480	247
Reserva de lucros	4.232	911
Total do patrimônio líquido	**61.816**	**58.262**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**144.730**	**148.125**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de janeiro 2021	57.104	235	3.352		60.691
Lucro líquido do exercício				239	239
Reserva legal		12		(12)	
Dividendos mínimos obrigatórios				(57)	(57)
Dividendos adicionais			(2.611)		(2.611)
Aumento da reserva de lucro			170	(170)	–
Em 31 de dezembro de 2021	**57.104**	**247**	**911**		**58.262**
Lucro líquido do exercício				4.661	4.661
Reserva legal		233		(233)	
Dividendos mínimos obrigatórios				(1.107)	(1.107)
Aumento da reserva de lucro			3.321	(3.321)	–
Em 31 de dezembro de 2022	**57.104**	**480**	**4.232**		**61.816**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2022	2021
Receita líquida	22.165	20.383
Custos de operação	(8.194)	(7.522)
Lucro bruto	**13.971**	**12.861**
Despesas gerais e administrativas	(2.082)	(1.889)
Lucro operacional	**11.889**	**11.192**
Receitas financeiras	402	220
Despesas financeiras	(6.809)	(10.470)
Despesas financeiras, líquidas	**(6.407)**	**(10.250)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição	**5.482**	**942**
Imposto de renda e contribuição social	(821)	(703)
Lucro líquido do exercício	**4.661**	**239**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	**0,8162**	**0,4187**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	4.661	239
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**4.661**	**239**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.482	942
Ajustes de		
Depreciação e amortização	4.227	3.987
Juros e variações monetárias	6.718	10.605
Reversão arrendamento períodos anteriores	–	80
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	854	(21)
Impostos a recuperar	–	17
Despesas antecipadas	2.111	181
Adiantamento a fornecedores	–	590
Outros ativos	–	(215)
Fornecedores	200	99
Salários e encargos sociais	6	–
Obrigações tributárias	(32)	(174)
Outras Obrigações	1	–
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	**19.566**	**16.091**
Juros pagos	(7.623)	(10.064)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(780)	(722)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**11.163**	**5.305**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira restrita	(748)	(70)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(1.957)	(52)
Empréstimos com pessoas ligadas	(2.285)	(100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(4.990)**	**(122)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(5.703)	(3.919)
Pagamento de fiança	(1.694)	(1.494)
Dividendos pagos		(3.728)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(7.397)**	**(9.241)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**(1.224)**	**(4.057)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.411	8.469
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.187	4.411
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**1.224**	**4.057**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 19 de julho de 2011. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Esmeralda Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em março de 2018, a Companhia foi 100% adquirida pela Proton Energy Participações S.A. e teve sua razão social alterada de Energybras Energias Renováveis Ltda. para Esmeralda Energias Renováveis Ltda. A Companhia abriu sua filial no local do Projeto, na Cidade de Agrestina-PE em 19 de março de 2018. Em 24 de julho de 2018, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Esmeralda Energias Renováveis S.A. O empreendimento iniciou suas operações em abril de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
UFV Esmeralda	PE	Agrestina	30	6,8	29 de janeiro de 2018	28 de janeiro de 2053

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 12 de abril de 2023. **a) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 23 de fevereiro de 2018, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1 de novembro de 2018, ao preço de R$ 294/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **1.1 Reapresentação das cifras comparativas: (a) Reclassificação do direito de uso de arrendamento:** Em 2022, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados a reclassificação do saldo de arrendamentos classificados anteriormente como despesa antecipada no montante de R$1.181. A referida correção afetou o ativo não circulante de 31 de dezembro de 2021 nesse mesmo valor. Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

		31 de dezembro de 2021		
Balanço Patrimonial	**Referência**	**Original**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Ativo				
Circulante	Nota 2.1. (a)	9.197	-1.181	8.016
Não circulante	Nota 2.1. (a)	138.928	1.181	140.109
Total do ativo		**148.125**	**–**	**148.125**
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante		6.662		6.662
Não circulante		83.201		83.201
Patrimônio líquido		58.262		58.262
Total do passivo e patrimônio líquido		**148.125**		**148.125**

2. Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: • **Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado"**: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • **Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"**: substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. • **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020**: (i) **IFRS 9/CPC 48 – "Instrumentos Financeiros"** – esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) **IFRS 16/CPC 06 – "Arrendamentos"** – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) **IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros"** – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) **IAS 41/CP 29 – "Ativos Biológicos"** – remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022: (a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste. (Nota 12). No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento. **(b) Conflito entre Rússia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudança climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável).

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora – CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Esmeralda Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Esmeralda Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 12 de abril de 2023.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Esmeralda Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 14.019.497/0001-02

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4.374	3.187
Contas a receber	2.792	2.654
Impostos a recuperar	53	11
Despesas antecipadas	124	112
	7.343	**5.964**
Não circulante		
Aplicação financeira restrita	5.572	3.124
Depósito Judicial	974	412
Partes relacionadas	103	2.316
	6.649	**5.852**
Imobilizado	128.776	132.914
Total não circulante	**135.425**	**138.766**
Total do ativo	**142.768**	**144.730**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.078	3.944
Fornecedores	433	302
Salários e encargos sociais	34	12
IRPJ e CSLL a recolher	229	223
Obrigações tributárias	107	122
Dividendos mínimos obrigatórios	65	1.164
Partes relacionadas	21	34
	4.967	**5.801**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	67.626	72.446
Passivos de arrendamento	4.667	4.667
	72.293	**77.113**
Total do passivo	**77.260**	**82.914**
Patrimônio líquido		
Capital social	57.104	57.104
Reserva legal	915	480
Reserva de lucros	7.489	4.232
Total do patrimônio líquido	**65.508**	**61.816**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**142.768**	**144.730**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1 de Janeiro de 2022	**57.104**	**247**	**911**	–	**58.262**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	4.661	4.661
Reserva Legal	–	233	–	(233)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(1.107)	(1.107)
Transferência entre reservas	–	–	3.321	(3.321)	–
Em 31 de dezembro de 2022	**57.104**	**480**	**4.232**	–	**61.816**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	8.693	8.693
Reserva Legal	–	435	–	(435)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(2.065)	(2.065)
Dividendos distribuídos referente ano anterior	–	–	(2.936)	–	(2.936)
Transferência entre reservas	–	–	6.193	(6.193)	–
Em 31 de dezembro de 2023	**57.104**	**915**	**7.489**	–	**65.508**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2023	2022
Receita líquida	24.233	22.165
Custos de operação	(8.198)	(8.194)
Lucro bruto	**16.035**	**13.971**
Despesas gerais e administrativas	(1.892)	(2.082)
Lucro operacional	**14.143**	**11.889**
Receitas financeiras	738	402
Despesas financeiras	(5.186)	(6.809)
Despesas financeiras, líquidas	**(4.448)**	**(6.407)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**9.695**	**5.482**
Imposto de renda e contribuição social	(1.002)	(821)
Lucro líquido do exercício	**8.693**	**4.661**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – em R$	0,15	0,08

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**8.693**	**4.661**
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**8.693**	**4.661**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**9.695**	**5.482**
Ajustes de		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos	4.748	6.718
Juros e variações monetárias sobre fiança	374	
Depreciação e amortização	4.461	4.227
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(139)	854
Impostos a recuperar	(43)	
Despesas antecipadas	(11)	2.111
Outros ativos	(562)	
Fornecedores	130	200
Obrigações trabalhistas	1	6
Obrigações tributárias	(118)	(32)
Outras Obrigações		1
Caixa gerado pelas operações	**18.536**	**19.566**
Juros pagos	(4.946)	(7.623)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(871)	(780)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**12.719**	**11.163**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira restrita	(2.448)	(748)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(323)	(1.957)
Empréstimos com pessoas ligadas	2.201	(2.285)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**(570)**	**(4.990)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Devolução de empréstimos		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(4.289)	(5.703)
Pagamento de fiança	(573)	(1.694)
Dividendos pagos	(6.100)	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(10.962)**	**(7.397)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**1.187**	**(1.224)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**3.187**	**4.411**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**4.374**	**3.187**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 19 de julho de 2011. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Esmeralda Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em março de 2018, a Companhia foi 100% adquirida pela Proton Energy Participações S.A. e teve sua razão social alterada de Energybras Energias Renováveis Ltda. para Esmeralda Energias Renováveis Ltda. A Companhia abriu sua filial no local do Projeto, na Cidade de Agrestina-PE em 19 de março de 2018. Em 24 de julho de 2018, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Esmeralda Energias Renováveis S.A. O empreendimento iniciou suas operações em abril de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
UFV Esmeralda	PE	Agrestina	30	6,8	29 de janeiro de 2018	28 de janeiro de 2053

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 27 de março de 2024.

a) Contrato de Energia de Reserva – CER: A Companhia firmou, em 23 de fevereiro de 2018, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1 de novembro de 2018, ao preço de R$ 294/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "Globe effective tax rate" ou alíquota efetiva Globe. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023: (a) Conflito entre Russia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2023, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(b) Conflito entre Israel e Hammas:** Os conflitos existentes, iniciado em 2023 entre Israel e Hammas, têm gerado grandes impactos a economia mundial. A indisponibilidade de produtos fabricados naquelas regiões é um dos fatores mais relevantes que pode ser observado. Entretanto, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante para sua operação decorrente do referido conflito. **(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos da mudança climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(d) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora – CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Esmeralda Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Esmeralda Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 14.019.497/0001-02

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.302	4.374
Contas a receber	3.342	2.792
Impostos a recuperar	55	53
Despesas antecipadas	493	124
Outros Créditos	14	–
	6.206	**7.343**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	4.778	5.572
Deposito Judicial	1.228	974
Partes relacionadas	246	103
Imobilizado	125.152	128.776
	131.404	**135.425**
Total do ativo	**137.610**	**142.768**

Passivo	2024	2023
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.919	4.078
Fornecedores	705	433
Salários e encargos sociais	46	34
IRPJ e CSLL a recolher	266	229
Obrigações tributárias	127	107
Dividendos minimos obrigatórios	–	65
Partes relacionadas	4	21
	6.067	**4.967**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	62.744	67.626
Passivos de arrendamento	5.173	4.667
	67.917	**72.293**
Total do passivo	**73.984**	**77.260**
Patrimônio líquido		
Capital social	57.104	57.104
Reserva legal	1.425	915
Reserva de lucros	5.097	7.489
Total do patrimônio líquido	**63.626**	**65.508**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**137.610**	**142.768**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1 de Janeiro de 2023	**57.104**	**480**	**4.232**	**–**	**61.816**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	8.693	8.693
Reserva Legal	–	435	–	(435)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(2.065)	(2.065)
Pagamento de Dividendos anos anteriores	–	–	(2.936)	–	(2.936)
Transferência entre reservas	–	–	6.193	(6.193)	–
Em 31 de dezembro de 2023	**57.104**	**915**	**7.489**	**–**	**65.508**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	10.207	10.207
Reserva Legal	–	510	–	(510)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(2.424)	(2.424)
Pagamento de Dividendos anos anteriores	–	–	(7.489)	–	(7.489)
Pagamento Dividendos adicionais	–	–	–	(2.176)	(2.176)
Transferência entre reservas	–	–	5.097	(5.097)	–
Em 31 de dezembro de 2024	**57.104**	**1.425**	**5.097**	**–**	**63.626**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2024	2023
Receita liquida	25.895	24.233
Custos de operação	(8.485)	(8.198)
Lucro bruto	**17.410**	**16.035**
Despesas gerais e administrativas	(1.961)	(1.892)
Lucro Operacional	**15.449**	**14.143**
Receitas financeiras	798	738
Despesas financeiras	(4.965)	(5.186)
Receitas (despesas) financeiras, liquidas	**(4.167)**	**(4.448)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**11.282**	**9.695**
Imposto de renda e contribuição social	(1.075)	(1.002)
Lucro do exercício	**10.207**	**8.693**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	0,18	0,15

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Lucro do exercício	10.207	8.693
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**10.207**	**8.693**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**11.282**	**9.695**
Ajustes de		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos	4.526	4.748
Juros e variações monetárias sobre fiança	384	374
Depreciação e amortização	4.502	4.461
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(550)	(139)
Impostos a recuperar	(2)	(43)
Despesas antecipadas	(369)	(11)
Outros ativos	(268)	(562)
Fornecedores	272	130
Obrigações trabalhistas	12	1
Obrigações tributárias	(114)	(118)
Caixa gerado pelas operações	**19.675**	**18.536**
Juros pagos	(4.616)	(4.946)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(905)	(871)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**14.154**	**12.719**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicacao financeira restrita	794	(2.448)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(372)	(323)
Empréstimos com pessoas ligadas	(160)	2.201
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**262**	**(570)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de emprestimos e financiamentos	(4.334)	(4.289)
Pagamento de fiança	–	(573)
Dividendos pagos	(12.154)	(6.100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(16.488)**	**(10.962)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	(2.072)	1.187
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.374	3.187
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.302	4.374

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 19 de julho de 2011. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Esmeralda Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em março de 2018, a Companhia foi 100% adquirida pela Proton Energy Participações S.A. e teve sua razão social alterada de Energybras Energias Renováveis Ltda. para Esmeralda Energias Renováveis Ltda. A Companhia abriu sua filial no local do Projeto, na Cidade de Agrestina-PE em 19 de março de 2018. Em 24 de julho de 2018, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Esmeralda Energias Renováveis S.A. O empreendimento iniciou suas operações em abril de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
UFV Esmeralda	PE	Agrestina	30	6,8	29 de janeiro de 2018	28 de janeiro de 2053

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 15/04/2025.

a) Contrato de Energia de Reserva – CER: A Companhia firmou, em 23 de fevereiro de 2018, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1 de novembro de 2018, ao preço de R$ 294/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2024: • **Alteração ao IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. • **Alterações ao IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements – SFAs*") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024: (a) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos da mudança climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(b) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS),que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora – CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Esmeralda Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 15 de abril de 2025
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Malta Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.866.219/0001-73

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	151	6.337
Contas a receber	3.441	3.822
Adiantamentos a fornecedores	9	
Despesas antecipadas	86	34
	3.687	**10.193**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	5.808	3.052
	5.808	**3.052**
Imobilizado	130.893	135.624
Intangível	80	83
	130.973	**135.707**
Total do ativo	**140.468**	**148.952**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Empréstimos e financiamento	5.802	5.469
Passivos de arrendamento	158	158
Fornecedores	2	3
Salários e encargos sociais	46	35
IRPJ e CSLL a recolher	216	315
Obrigações tributárias	86	258
Dividendos	436	1.213
Partes relacionadas	26	102
Outras contas a pagar		41
	6.772	**7.594**
Não circulante		
Empréstimos e financiamento	79.636	88.425
Passivos de arrendamento	2.267	2.575
Partes relacionadas	4.791	2.674
Total do passivo	**93.466**	**101.268**
Patrimônio líquido		
Capital social	45.218	45.218
Reserva legal	619	527
Lucros acumulados	1.165	1.939
Total do patrimônio líquido	**47.002**	**47.684**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**140.468**	**148.952**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros (lucros acumulados)	Total
Em 1º de janeiro de 2020	**45.218**	**272**	**3.866**	**49.356**
Lucro líquido do exercício	–	–	5.108	5.108
Reserva legal	–	255	–	255
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–
Dividendos adicionais	–	–	(3.866)	(3.866)
Transferência entre reservas	–	–	1.939	1.939
Em 31 de dezembro de 2020	**45.218**	**527**	**1.939**	**47.684**
Lucro líquido do exercício	–	–	1.837	1.837
Reserva legal	–	92	–	92
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–
Pagamento de Dividendos anos anteriores	–	–	(2.083)	(2.083)
Transferência entre reservas	–	–	1.309	1.309
Em 31 de dezembro de 2021	**45.218**	**619**	**1.165**	**47.002**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Malta Energia Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 18 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Malta Energia Renováveis S.A. e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A companhia recebeu o primeiro aporte para suas transações em junho de 2017 e em dezembro de 2017 registrou Ata Extraordinária para abrir a filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O Empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Malta Energias Renováveis S.A. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da companhia. A Companhia possui junto à ANEEL através da portaria nº 31 de 1 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
Malta	PB	Malta	27	7,5	1º de março de 2016	28 de fevereiro de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 23 de maio de 2022. **(a) Capital circulante líquido:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 3.085 devido o saldo de empréstimo já garantido pela aplicação financeira restrita. A Companhia faz parte do Grupo Proton Energy e, em linha com os objetivos estratégicos, possui acesso aos recursos necessários para honrar os compromissos da Companhia em caso de eventuais necessidades de caixa. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 14 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 20. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras: Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, visto que às cláusulas dos contratos de arrendamento vigentes permanecem inalteradas. **2.2 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste (Nota 10). No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento.

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Operações continuadas		
Receita líquida	23.486	22.311
Custos de operação	(7.434)	(7.201)
Lucro bruto	**16.052**	**15.110**
Despesas gerais e administrativas	(1.339)	(3.488)
Outras receitas operacionais, líquidas	12	37
Lucro operacional	**14.725**	**11.659**
Receitas financeiras	122	94
Despesas financeiras	(12.241)	(5.730)
Despesas financeiras, líquidas	**(12.119)**	**(5.636)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**2.606**	**6.023**
Imposto de renda e contribuição social	(769)	(915)
Lucro líquido do exercício	**1.837**	**5.108**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	4,06	11,30

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.837	5.108
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**1.837**	**5.108**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.606	6.023
Ajustes de		
Juros e variações monetárias	11.728	5.255
Depreciação	4.508	4.507
Amortização	3	2
Remensuração arrendamento	(281)	
Baixa de imobilizado	231	
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	381	857
Adiantamento a fornecedores	(9)	113
Despesas antecipadas	(52)	(34)
Contas de ressarcimento – CCEE		(549)
Fornecedores	(1)	(6.230)
Salários e encargos sociais	11	24
Obrigações tributárias	(186)	(313)
Outras obrigações	(41)	
Caixa gerado pelas operações	**18.898**	**9.655**
Juros pagos	(10.857)	(2.771)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(854)	(915)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**7.187**	**5.969**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira restrita	(2.756)	(33)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(8)
Empréstimos com pessoas ligadas	2.041	(5.386)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(723)**	**(5.419)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(3.296)	(6.856)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(6.968)	
Contratos de fiança	(2.235)	(2.696)
Pagamento de arrendamentos	(151)	(161)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(12.650)**	**(9.713)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	(6.186)	(9.162)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.337	12.469
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	151	6.337

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Malta Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Malta Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Malta Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 23 de maio de 2022
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
(Atual denominação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes)
CRC 2SP 000.160/O-5
Vinicius Ferreira Britto Rêgo
Contador CRC 1BA 024.501/O-9

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Malta Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.866.219/0001-73

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.052	151
Contas a receber	4.043	3.441
Adiantamentos a fornecedores	–	9
Despesas antecipadas	114	86
	5.209	**3.687**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	5.272	5.808
	5.272	**5.808**
Imobilizado	126.797	130.893
Intangível	77	80
	126.874	**130.973**
Total do ativo	**137.355**	**140.468**

Passivo	2022	2021
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.970	5.802
Passivos de arrendamento	57	158
Fornecedores	115	2
Salários e encargos sociais	71	46
IRPJ e CSLL a recolher	251	216
Obrigações tributárias	103	86
Dividendos	6	436
Partes relacionadas	33	26
	5.605	**6.772**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	74.193	79.636
Passivos de arrendamento	2.680	2.267
Partes relacionadas	4.472	4.791
	81.345	**86.694**
Total do passivo	**86.950**	**93.466**
Patrimônio líquido		
Capital social	45.218	45.218
Reserva legal	1.048	619
Lucros acumulados	4.139	1.165
Total do patrimônio líquido	**50.405**	**47.002**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**137.355**	**140.468**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de Janeiro de 2021	45.218	527	1.939	–	47.684
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.837	1.837
Reserva legal	–	92	–	(92)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(436)	(436)
Dividendos adicionais	–	–	(2.083)	(0)	(2.083)
Transferência entre reservas	–	–	1.309	(1.309)	
Em 31 de dezembro de 2021	**45.218**	**619**	**1.165**	**–**	**47.002**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	8.574	8.574
Reserva legal	–	429	–	(429)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(2.036)	(2.036)
Pagamento de Dividendos anos anteriores	–	–	(1.165)	–	(1.165)
Transferência entre reservas	–	–	4.139	(4.139)	–
Dividendos Adicionais	–	–	(1.970)	–	(1.970)
Em 31 de dezembro de 2022	**45.218**	**1.048**	**4.139**	**–**	**50.405**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Malta Energia Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 18 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Malta Energia Renováveis S.A. e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A companhia recebeu o primeiro aporte para suas transações em junho de 2017 e em dezembro de 2017 registrou Ata Extraordinária para abrir a filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O Empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Malta Energias Renováveis S.A. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da companhia. A Companhia possui junto à ANEEL através da portaria nº 31 de 1 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
Malta	PB	Malta	27	7,5	1º de março de 2016	28 de fevereiro de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 12 de abril de 2023. **(a) Capital circulante líquido:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 396 devido o saldo de empréstimo já garantido pela aplicação financeira restrita. A Companhia faz parte do Grupo Proton Energy e, em linha com os objetivos estratégicos, possui acesso aos recursos necessários para honrar os compromissos da Companhia em caso de eventuais necessidades de caixa. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 14 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 20. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: • **Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado"**: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • **Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"**: substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. • **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020**: (i) IFRS 9/CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" – esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16/CPC 06 – "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) IAS 41/CP 29 – "Ativos Biológicos" – remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022: (a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste. (Nota 12). No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento. **(b) Conflito entre Russia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudança climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável).

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Operações continuadas		
Receita líquida	25.725	23.486
Custos de operação	(8.048)	(7.434)
Lucro bruto	**17.677**	**16.052**
Despesas gerais e administrativas	(1.397)	(1.339)
Outras receitas operacionais, líquidas	(2)	12
Lucro operacional	**16.278**	**14.726**
Receitas financeiras	764	122
Despesas financeiras	(7.417)	(12.241)
Despesas financeiras, líquidas	**(6.653)**	**(12.119)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**9.625**	**2.607**
Imposto de renda e contribuição social	(1.052)	(769)
Lucro líquido do exercício	**8.574**	**1.838**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	**18,96**	**4,06**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	8.574	1.838
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**8.574**	**1.838**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	9.625	2.607
Ajustes de		
Juros e variações monetárias	7.343	11.728
Depreciação	4.472	4.508
Amortização	3	3
Remensuração arrendamento	(281)	
Baixa de Imobilizado	–	231
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(602)	381
Adiantamento a fornecedores	9	(9)
Despesas antecipadas	(28)	(52)
Fornecedores	113	(1)
Salários e encargos sociais	25	11
Obrigações tributárias	(80)	(186)
Outras obrigações	(11)	(41)
Caixa gerado pelas operações	**20.869**	**18.898**
Juros pagos	(8.153)	(10.857)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(920)	(854)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**11.796**	**7.187**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira restrita	536	(2.756)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	–	(8)
Empréstimos com pessoas ligadas	(312)	2.041
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**224**	**(723)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(5.602)	(3.296)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(5.435)	(6.968)
Contratos de fiança	(30)	(2.235)
Pagamento de arrendamentos	(52)	(151)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**(11.119)**	**(12.650)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**901**	**(6.186)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	151	6.337
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.052**	**151**

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Malta Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Malta Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Malta Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 12 de abril de 2023.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Malta Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.866.219/0001-73

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.845	1.052
Contas a receber	4.184	4.043
Partes relacionadas	122	–
Despesas antecipadas	129	114
	6.280	5.209
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	4.929	5.272
	4.929	5.272
Imobilizado	**122.555**	**126.797**
Intangível	74	77
Total do ativo não circulante	**127.558**	**132.146**
Total do ativo	**133.838**	**137.355**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.970	4.970
Passivos de arrendamento	67	57
Fornecedores	137	114
Salários e encargos sociais	75	71
IRPJ e CSLL a recolher	243	251
Obrigações tributárias	118	103
Dividendos	–	6
Partes relacionadas	16	33
Outras contas a pagar	2	–
	5.628	**5.605**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	68.987	74.193
Passivos de arrendamento	2.859	2.680
Partes Relacionadas	3.447	4.472
	75.293	**81.345**
Total do passivo	**80.921**	**86.950**
Patrimônio líquido		
Capital social	45.218	45.218
Reserva legal	1.655	1.048
Reserva de lucros	6.044	4.139
Total do patrimônio líquido	**52.917**	**50.405**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**133.838**	**137.355**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1º de Janeiro de 2022	**45.218**	**619**	**1.165**		**47.002**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	8.574	8.574
Reserva legal	–	429	–	(429)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(2.036)	(2.036)
Dividendos adicionais de anos anteriores	–	–	(1.165)	–	(1.165)
Transferência entre reservas	–	–	4.139	(4.139)	–
Dividendos adicionais	–	–		(1.970)	(1.970)
Em 31 de dezembro de 2022	**45.218**	**1.048**	**4.139**		**50.405**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	12.151	12.151
Reserva legal	–	607	–	(607)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(2.886)	(2.886)
Dividendos adicionais	–	–	(4.139)	–	(4.139)
Pagamento de Dividendos adicionais	–	–		(2.614)	(2.614)
Transferência entre reservas	–	–	6.044	(6.044)	
Em 31 de dezembro de 2023	**45.218**	**1.655**	**6.044**	**–**	**52.917**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Malta Energia Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 18 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Malta Energia Renováveis S.A. e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A Companhia recebeu o primeiro aporte para suas transações em junho de 2017 e em dezembro de 2017 registrou Ata Extraordinária para abrir a filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O Empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Malta Energias Renováveis S.A. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da companhia. A Companhia possui junto à ANEEL através da portaria Nº 31 de 1 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
Malta	PB	Malta	27	7,5	1º de março de 2016	28 de fevereiro de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 27 de março de 2024. **(a) Capital circulante líquido:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 2.253 devido o saldo de empréstimo já garantido pela aplicação financeira restrita. A Companhia faz parte do Grupo Proton Energy e, em linha com os objetivos estratégicos, possui acesso aos recursos necessários para honrar os compromissos da Companhia em caso de eventuais necessidades de caixa. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 14 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação** – As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Áquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 20. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "Globe effective tax rate" ou alíquota efetiva Globe. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023: (a) Conflito entre Russia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2023, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportações a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(b) Conflito entre Israel e Hammas:** Os conflitos existentes, iniciado em 2023 entre Israel e Hammas, têm gerado grandes impactos a economia mundial. A indisponibilidade de produtos fabricados naquelas regiões é um dos fatores mais relevantes que pode ser observado. Entretanto, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante para sua operação decorrente do referido conflito. **(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudanças climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(d) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Operações continuadas		
Receita líquida	27.634	25.725
Custos de operação	(8.065)	(8.048)
Lucro bruto	**19.569**	**17.677**
Despesas gerais e administrativas	(1.430)	(1.397)
Outras Receitas Operacionais, líquidas		(2)
Lucro operacional	**18.139**	**16.278**
Receitas financeiras	922	764
Despesas financeiras	(5.729)	(7.417)
Despesas financeiras, líquidas	**(4.807)**	**(6.653)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**13.332**	**9.625**
Imposto de renda e contribuição social	(1.181)	(1.052)
Lucro líquido do exercício	**12.151**	**8.573**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – em R$	0,27	0,14

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**12.151**	**8.573**
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente do exercício	**12.151**	**8.573**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**13.332**	**9.625**
Ajustes de		
Juros e variações monetárias	4.688	7.343
Depreciação	4.607	4.472
Amortização	3	3
Remensuração arrendamento	247	
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(142)	(602)
Adiantamento a fornecedores		9
Despesas antecipadas	(14)	(28)
Fornecedores	22	113
Salários e encargos sociais	3	25
Obrigações tributárias	(141)	(80)
Outras obrigações	1	(11)
Caixa gerado pelas operações	**22.606**	**20.869**
Juros pagos		(8.153)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.031)	(920)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**21.575**	**11.796**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira restrita	1.265	536
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(365)	–
Empréstimos com pessoas ligadas	(1.164)	(312)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**(265)**	**224**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(9.645)	(5.602)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(510.675)	(5.435)
Contratos de fiança		(30)
Pagamento de arrendamentos	(198)	(52)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(20.518)**	**(11.119)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**793**	**901**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1.052**	**151**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.845**	**1.052**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**793**	**901**

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Malta Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Malta Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/F-6
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Malta Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.866.219/0001-73

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.350	1.845
Contas a receber	4.891	4.184
Partes relacionadas	111	122
Despesas antecipadas	503	129
Outros créditos	8	–
	8.863	**6.280**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	4.572	4.929
	4.572	4.929
Imobilizado	118.374	122.555
Intangível	72	74
	118.446	**127.558**
Total do ativo	**131.881**	**133.838**

Passivo	2024	2023
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	5.118	4.970
Passivos de arrendamento	73	67
Fornecedores	481	137
Salários e encargos sociais	80	75
IRPJ e CSLL a recolher	282	243
Obrigações tributárias	126	118
Partes relacionadas	–	16
Outras contas a pagar	3	2
	6.163	**5.628**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	63.744	68.987
Passivos de arrendamento	3.034	2.859
Partes Relacionadas	3.253	3.447
	70.031	75.293
Total do passivo	**76.194**	**80.921**
Patrimônio líquido		
Capital social	45.218	45.218
Reserva legal	2.346	1.655
Reserva de lucros	8.123	6.044
Total do patrimônio líquido	**55.687**	**52.917**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**131.881**	**133.838**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de Janeiro de 2023	**45.218**	**1.048**	**4.139**	**–**	**50.405**
Lucro Líquido	–	–	–	12.151	12.151
Reserva legal	–	607	–	(607)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(2.886)	(2.886)
Dividendos adicionais	–	–	(4.139)	–	(4.139)
Pagamento de Dividendos adicionais	–	–	–	(2.614)	(2.614)
Transferência entre reservas	–	–	6.044	(6.044)	–
Em 31 de dezembro de 2023	**45.218**	**1.655**	**6.044**	**–**	**52.917**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	13.814	13.814
Reserva legal	–	691	–	(691)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(3.281)	(3.281)
Pagamento de Dividendos anos anteriores	–	–	(6.044)	–	(6.044)
Pagamento Dividendos adicionais	–	–	–	(1.719)	(1.719)
Transferência entre reservas	–	–	8.123	(8.123)	–
Em 31 de dezembro de 2024	**45.218**	**2.346**	**8.123**	**–**	**55.687**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2024	2023
Receita líquida	29.355	27.634
Custos de operação	(8.284)	(8.065)
Lucro bruto	**21.071**	**19.569**
Despesas gerais e administrativas	(1.512)	(1.430)
Lucro operacional	**19.559**	**18.139**
Receitas financeiras	780	922
Despesas financeiras	(5.345)	(5.729)
Despesas financeiras, líquidas	**(4.565)**	**(4.807)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**14.994**	**13.332**
Imposto de renda e contribuição social	(1.180)	(1.181)
Lucro do exercício	**13.814**	**12.151**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	**0,31**	**0,27**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	13.814	12.151
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	13.814	12.151

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	14.994	13.332
Ajustes de		
Juros e variações monetárias	5.316	4.688
Depreciação	4.483	4.607
Amortização	2	3
Remensuração arrendamento	(20)	247
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(707)	(142)
Outros créditos	(8)	–
Despesas antecipadas	(374)	(14)
Fornecedores	344	22
Salários e encargos sociais	5	3
Obrigações tributárias	(119)	(141)
Outras obrigações	1	1
Empréstimos com pessoas ligadas	(199)	(1.164)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	**23.718**	**21.442**
Juros pagos	(4.835)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.015)	(1.031)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**17.868**	**20.411**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira restrita	357	1.265
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(35)	(365)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	322	900
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(11.044)	(9.645)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(5.435)	(510.675)
Pagamento de arrendamentos	(206)	(198)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(16.685)**	**(20.518)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**1.505**	**793**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.845	1.052
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.350	1.845

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Malta Energia Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 18 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Malta Energia Renováveis S.A. e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A Companhia recebeu o primeiro aporte para suas transações em junho de 2017 e em dezembro de 2017 registrou Ata Extraordinária para abrir a filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O Empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Malta Energias Renováveis S.A. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da companhia. A Companhia possui junto à ANEEL através da portaria Nº 31 de 1 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Malta	PB	Malta	27	7,5	1º de março de 2016	28 de fevereiro de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 15 de abril de 2025. **(a) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 14 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 20. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2024: • Alteração ao IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerindo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. • Alterações ao IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024: (a) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudanças climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(b) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(i) Vida útil económica de ativos não financeiros:** Conforme o OCPC 05 – Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão e as vidas úteis estimadas de cada bem. **(ii) Conta de Ressarcimento – CCEE:** A Conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. **(iii) Valor justo do passivo de arrendamento:** No reconhecimento inicial os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implicita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento são remensurados se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Malta Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Malta Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 15 de abril de 2025
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.

CNPJ/MF nº 24.648.754/0001-10

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.742	11.944
Contas a receber	3.337	2.521
Impostos a recuperar	1	
Adiantamentos a fornecedores	4	82
Despesas antecipadas	97	34
Outros ativos	–	46
	6.181	**14.627**
Não circulante		
Aplicação financeira restrita	3.125	3.009
Outros créditos	517	1
	3.642	**3.010**
Imobilizado	149.231	154.263
	152.873	**157.273**
Total do ativo	**159.054**	**171.900**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	254	7.479
Empréstimos e financiamentos	8.048	5.619
Salários e encargos	68	50
IRPJ e CSLL a recolher	274	806
Obrigações tributárias	103	660
Passivos de arrendamento	74	263
Conta de ressarcimento – CCEE	599	946
Partes relacionadas	27	102
Outras contas a pagar	–	–
Não circulante		
Passivos de arrendamento	3.917	3.737
Empréstimos e financiamentos	89.584	99.108
Total do passivo	**102.948**	**118.770**
Patrimônio líquido		
Capital social	56.477	56.477
Prejuízos acumulados	(349)	(2.841)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**159.054**	**171.900**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2020	50.977	–	(4.039)	46.938
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	5.500	–	5.500
Aumento de capital	5.500	(5.500)	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	1.198	1.198
Em 31 de dezembro de 2020	**56.477**	**–**	**(2.841)**	**53.636**
Lucro líquido do exercício	–	–	2.492	2.492
Em 31 de dezembro de 2021	**56.477**	**–**	**(349)**	**56.128**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2021	2020
Receita líquida	25.775	21.614
Custos de operação	(7.941)	(7.180)
Lucro bruto	**17.834**	**14.434**
Despesas gerais e administrativas	(2.422)	(6.426)
Outras receitas operacionais, líquidas	510	91
Lucro operacional	**15.922**	**8.099**
Receitas financeiras	401	130
Despesas financeiras	(12.891)	(6.225)
Despesas financeiras, líquidas	**(12.490)**	**(6.095)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.432	2.004
Imposto de renda e contribuição social	(940)	(806)
Lucro líquido do exercício	**2.492**	**1.198**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	4,41	2,12

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.492	1.198
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**2.492**	**1.198**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.448	2.004
Ajustes de:		
Juros e variações monetárias	12.481	5.420
Depreciação e amortização	4.947	4.637
Despesas financeiras com arrendamento	228	157
Baixa de imobilizado	90	–
Variações de ativos e passivos:		
Contas a receber	(816)	(59)
Adiantamento a fornecedores	78	305
Despesas antecipadas	(63)	87
Impostos a Recuperar	(1)	–
Outros ativos	(471)	1
Fornecedores	(7.225)	(19.811)
Salários e encargos sociais	18	(21)
Obrigações tributárias	(568)	233
Conta Ressarcimento CCEE	(347)	686
Outras obrigações	(36)	–
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	**11.763**	**(6.361)**
Juros pagos	(11.805)	(1.621)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(956)	(806)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(998)**	**(8.788)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira restrita	(116)	(920)
Aquisições/Baixas de bens do ativo imobilizado		(14.841)
Recursos provenientes de partes relacionadas líquidos	(75)	(84)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(191)**	**(15.845)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	5.500
Captação de empréstimos e financiamentos	–	31.677
Pagamento de fiança	(2.186)	(3.184)
Pagamento de empréstimo e financiamento	(5.585)	–
Pagamento de arrendamento	(242)	(241)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(8.013)**	**33.752**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**(9.202)**	**9.119**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.944	2.825
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.742	11.944
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	(9.202)	9.119

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 20 de abril de 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A, e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em 23 de agosto de 2017, a Companhia teve a abertura de sua filial no local do Projeto, na Cidade de Casa Nova/BA, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em novembro de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
UFV Oh Sobrado	BA	Casa Nova	30	8,5	09 de junho de 2016	08 de junho de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, 23 de maio de 2022.

(a) Capital circulante líquido: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta excesso de passivo circulante sobre ativo circulante de R$ 3.244 (2020 – R$ 792). Com a usina em operação, as receitas contratuais continuam sendo liquidadas sempre no mês subsequente ao da geração, que fluirão de forma regular para a Companhia, garantindo um resultado de fluxos de caixa futuros sempre positivos, referentes a operação e manutenção das suas atividades operacionais, bem como quitação das obrigações de curto prazo. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 27 de abril de 2017 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1 de novembro de 2018, ao preço de R$ 299,95/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras: Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, visto que às cláusulas dos contratos de arrendamento vigentes permanecem inalteradas. **2.2 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste (Nota 15). No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora – CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 23 de maio de 2022
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
(Atual denominação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes)
CRC 2SP 000.160/O-5
Vinícius Ferreira Britto Rêgo
Contador CRC 1BA 024.501/O-9

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.

CNPJ/MF nº 24.648.754/0001-10

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.639	2.742
Contas a receber	2.486	3.337
Impostos a recuperar	1	1
Adiantamentos a fornecedores	10	4
Despesas antecipadas	127	97
	6.263	**6.181**
Não circulante		
Aplicação financeira restrita	6.609	3.125
Outros créditos	931	517
	7.540	**3.642**
Imobilizado	144.308	149.231
	151.848	**152.873**
Total do ativo	**158.111**	**159.054**

Passivo	2022	2021
Circulante		
Fornecedores	604	254
Empréstimos e financiamentos	5.600	8.048
Salários e encargos	13	33
IRPJ e CSLL a recolher	261	287
Obrigações tributárias	142	103
Passivos de arrendamento	78	74
Conta de ressarcimento – CCEE	2.545	599
Partes relacionadas	1.100	27
Outras contas a pagar	151	–
Dividendos a pagar	906	–
	11.400	**9.425**
Não circulante		
Passivos de arrendamento	3.870	3.917
Empréstimos e financiamentos	83.449	89.584
	87.319	**93.501**
Total do passivo	**98.719**	**102.926**
Patrimônio líquido		
Capital social	56.477	56.477
Reserva legal	191	–
Lucros acumulados	2.724	(349)
	59.392	**56.128**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**158.111**	**159.054**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de Janeiro de 2021	56.477	–	–	(2.841)	53.636
Lucro líquido do exercício	–	–	–	2.492	2.492
Em 31 de dezembro de 2021	**56.477**	**–**	**–**	**(349)**	**56.128**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	4.170	4.170
Reserva legal	–	191	–	(191)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(906)	(906)
Transferência entre reservas	–	–	2.724	(2.724)	–
Em 31 de dezembro de 2022	**56.477**	**191**	**2.724**	**–**	**59.392**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2022	2021
Receita líquida	24.265	25.775
Custos de operação	(8.508)	(7.941)
Lucro bruto	**15.757**	**17.834**
Despesas gerais e administrativas	(2.779)	(2.422)
Outras receitas operacionais, líquidas	–	510
Lucro operacional	**12.978**	**15.922**
Receitas financeiras	545	401
Despesas financeiras	(8.416)	(12.891)
Despesas financeiras, líquidas	**(7.871)**	**(12.490)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**5.107**	**3.432**
Imposto de renda e contribuição social	(937)	(940)
Lucro líquido do exercício	**4.170**	**2.492**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	**7,37**	**4,41**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	4.170	2.492
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**4.170**	**2.492**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.107	3.432
Ajustes de		
Juros e variações monetárias	8.077	12.481
Depreciação e amortização	4.949	4.947
Remensuração arrendamento	–	228
Baixa de imobilizado	–	90
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	851	(816)
Adiantamento a fornecedores	(6)	78
Despesas antecipadas	(30)	(63)
Impostos a Recuperar	–	(1)
Outros ativos	(414)	(471)
Fornecedores	351	(7.225)
Salários e encargos sociais	(20)	18
Obrigações tributárias	(84)	(568)
Conta Ressarcimento CCEE	1.946	(347)
Outras obrigações	189	(22)
Caixa gerado pelas operações	**20.916**	**11.763**
Juros pagos	(9.116)	(11.805)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(840)	(956)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**10.960**	**(998)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira restrita	(3.485)	(116)
Aquisições/Baixas de bens do ativo imobilizado	–	(31)
Recursos provenientes de partes relacionadas líquidos	1.072	(75)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(2.444)**	**(191)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de fiança	(1.767)	(2.186)
Pagamento de empréstimo e financiamento	(5.778)	(5.585)
Pagamento de arrendamento	(74)	(242)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(7.619)**	**(8.013)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**897**	**(9.202)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.742	11.944
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**3.639**	**2.742**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**897**	**(9.202)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 20 de abril de 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A, e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em 23 de agosto de 2017, a Companhia teve a abertura de sua filial no local do Projeto, na Cidade de Casa Nova/BA, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em novembro de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
UFV Oh Sobrado	BA	Casa Nova	30	8,5	09 de junho de 2016	08 de junho de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, 12 de abril de 2023.

(a) Capital circulante líquido: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta excesso de passivo circulante sobre ativo circulante de R$ 5.142 (2021 – R$ 3.244). Com a usina em operação, as receitas contratuais continuam sendo liquidadas sempre no mês subsequente ao da geração, que fluirão de forma regular para a Companhia, garantindo um resultado de fluxos de caixa futuros sempre positivos, referentes a operação e manutenção das suas atividades operacionais, bem como quitação das obrigações de curto prazo. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 27 de abril de 2017, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1 de novembro de 2018, ao preço de R$ 299,95/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: • **Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado"**: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • **Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"**: substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. • **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020**: • (i) IFRS 9/CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" – esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. • (ii) IFRS 16/CPC 06 – "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. • (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. • (iv) IAS 41/CP 29 – "Ativos Biológicos" – remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022: (a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste. (Nota 12). No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento. **(b) Conflito entre Russia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta da Companhia aos potenciais impactos das mudanças climáticas concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável).

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora – CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 12 de abril de 2023.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

Vereda Educação S.A.

CNPJ/MF nº 26.193.756/0001-98 - NIRE 35300501322

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Acionistas da Vereda Educação S.A. ("Companhia"), conforme disposto no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 6 de abril de 2026, às 9h00, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Os documentos de suporte que tratam dos assuntos que serão objeto de apreciação e deliberação na Assembleia Geral Ordinária serão enviados via e-mail, conjuntamente com uma Carta explicativa que contém, além de outras informações importantes, o cronograma da Assembleia, o link de acesso à videoconferência e as orientações para o exercício do voto – que será exclusivamente – por meio da plataforma de votação eletrônica online. Os Acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária por procuradores constituídos na forma do Artigo 126, §1º da Lei nº 6.404/76. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia. São Paulo, 27 de março de 2026. **Conselho de Administração. (27, 28 e 31.03.2026)**

Grupo Multi S.A.

CNPJ nº 59.717.553/0001-02 - NIRE 35.300.415.531
Código CVM nº 02603-4 - *Companhia Aberta*

AVISO AOS ACIONISTAS

A **Grupo Multi S.A.** ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, informa que, nesta data, a cópia das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer e relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como os documentos e informações relacionados às demais matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação no dia 24 de abril de 2026 às 8h00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma digital *Ten Meetings*, encontram-se à disposição dos acionistas da Companhia na sua sede social, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.811, 15º andar, Jardim América, CEP 01452-000, bem como no seu site de Relações com Investidores (https://ri.multilaser.com.br/), e nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br). A Companhia esclarece, ainda, que a publicação dos documentos, conforme exigido pela regulamentação aplicável, será oportunamente realizada pela Companhia no jornal "Data Mercantil". São Paulo/SP, 25 de março de 2026. **Eduardo Ferreira Belelas dos Santos,** Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (25, 26 e 27/03/2026)

Ellan S/A

CNPJ/MF nº 04.345.304/0001-41 – NIRE 35.300.436.784

Edital de Convocação de Assembléia Geral Ordinária

São convidados os senhores acionistas da Ellan S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 15 horas do dia 02 de Abril de 2026, na sede social, na Rodovia SP 115/280, Km 3,2, Parque das Árvores, Boituva-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2025 e eleição da diretoria para o biênio 2026/2027. Boituva, 24/03/26. **Stefan Roberto Stegmann** - Diretor Presidente. **(25, 26 e 27/03/26).**

Brasil Pet – Comércio e Serviços de Pet Shop S/A

CNPJ/ME 18.745.792/0001-99 - NIRE 35.300.480.074

Edital de Convocação de - Assembléia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Brasil Pet – Comércio e Serviços de Pet Shop S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada exclusivamente em formato digital/videoconferência, no dia **2 de abril de 2026**, às **14 horas**, por meio da plataforma de videoconferência **Teams**, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: I.** a alteração dos artigos 22, 24, 25, 26 e 27 do Estatuto Social, a fim de modificar a forma de representação da Companhia e as competências da Diretoria; e **II.** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Instruções Para Participação: 1. Formato Exclusivamente Virtual:** Nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, a assembleia será realizada virtualmente. **2. Acesso à Plataforma:** O acionista receberá o link de acesso por e-mail até 24 horas antes, momento em que deverá encaminhar o documento de identificação e comprovante de titularidade das ações para os e-mails: **claudia@puchalskiadv.com//camila.serrado@petlandbrasil.com.br.** **3. Confirmação da disponibilização** aos acionistas do material pertinente às matérias da ordem do dia, encaminhado por correio eletrônico nos termos da Cláusula 10 do Estatuto Social. **4. Procurações:** Os instrumentos de mandato (procurações) devem ser enviados aos e-mails acima com antecedência mínima de 48 horas. São Paulo, 23 de março de 2026. **Fernando Bruno de Albuquerque - Presidente do Conselho de Administração. (25, 26 e 27.03.2026)**

OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.

CNPJ/MF nº 24.648.754/0001-10

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4.988	3.639
Contas a receber	3.727	2.486
Impostos a Recuperar	–	1
Adiantamentos a fornecedores	5	10
Despesas antecipadas	520	127
Partes relacionadas	107	–
	9.347	**6.263**
Não circulante		
Aplicação financeira restrita	7.284	6.609
Outros créditos	934	931
	8.218	**7.540**
Imobilizado	139.505	144.308
	147.723	**151.848**
Total do ativo	**157.070**	**158.111**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	508	604
Empréstimos e financiamentos	5.484	5.600
Salários e encargos	5	13
IRPJ e CSLL a recolher	304	261
Obrigações tributárias	160	142
Passivos de arrendamento	85	78
Conta de ressarcimento – CCEE	–	2.545
Partes relacionadas	17	1.100
Outras contas a pagar	90	151
Dividendos a pagar	300	906
	6.954	**11.400**
Não circulante		
Passivos de arrendamento	3.753	3.870
Empréstimos e financiamentos	77.829	83.449
	81.582	**87.319**
Total do passivo	**88.536**	**98.719**
Patrimônio líquido		
Capital social	56.477	56.477
Reserva legal	1.094	191
Lucros acumulados	10.962	2.724
	68.534	**59.392**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**157.070**	**158.111**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1º de Janeiro de 2022	**56.477**	–	–	**(349)**	**56.128**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	4.170	4.170
Reserva legal	–	191	–	(191)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(906)	(906)
Transferência entre reservas	–	–	2.724	(2.724)	–
Em 31 de dezembro de 2022	**56.477**	**191**	**2.724**	**–**	**59.392**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	18.066	18.066
Reserva legal	–	903	–	(903)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(4.291)	(4.291)
Dividendos pagos anos anteriores	–	–	(2.724)	–	(2.724)
Dividendos adicionais	–	–	–	(1.909)	(1.909)
Transferência entre reservas	–	–	10.963	(10.963)	–
Em 31 de dezembro de 2023	**56.477**	**1.094**	**10.963**	–	**68.534**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2023	2022
Receita líquida	32.899	24.265
Custos de operação	(9.095)	(8.508)
Lucro bruto	**23.804**	**15.757**
Despesas gerais e administrativas	(2.387)	(2.779)
Outras Receitas Operacionais, líquidas	4.992	–
Lucro (prejuízo) operacional	**26.409**	**12.978**
Receitas financeiras	1.200	545
Despesas financeiras	(6.411)	(8.416)
Resultado financeiro, líquido	**(5.211)**	**(7.871)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**21.198**	**5.107**
Imposto de renda e contribuição social	(3.132)	(937)
Lucro líquido do exercício	**18.066**	**4.170**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – em R$	0,32	0,07

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**18.066**	**4.170**
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**18.066**	**4.170**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**21.198**	**5.107**
Ajustes de		
Juros e variações sobre empréstimos	4.413	8.077
Juros e variações sobre fiança	408	
Remensuração arrendamento	358	
Remensuração arrendamento	(195)	
Depreciação e amortização	5.047	4.949
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(1.242)	851
Adiantamento a fornecedores	7	(6)
Despesas antecipadas	(393)	(30)
Outros ativos	(33)	(414)
Fornecedores	(96)	351
Salários e encargos sociais	(9)	(20)
Obrigações tributárias	(184)	(84)
Conta Ressarcimento CCEE	(2.545)	1.946
Outras obrigações	(59)	189
Caixa gerado pelas operações	**26.703**	**20.916**
Juros pagos		(9.116)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.886)	(840)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**23.019**	**10.960**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação Financeira restrita	(675)	(3.485)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(439)	(31)
Baixa de bens do ativo imobilizado	195	
Recursos provenientes de partes relacionadas	(1.189)	1.072
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(908)**	**(2.444)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(9.532)	
Pagamento de fiança		(1.767)
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(11.756)	(5.778)
Pagamento de arrendamento	(273)	(74)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de financiamento	**(21.561)**	**(7.619)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**1.349**	**897**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**3.639**	**2.742**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**4.988**	**3.639**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**1.349**	**897**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 20 de abril de 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A, e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em 23 de agosto de 2017, a Companhia teve a abertura de sua filial no local do Projeto, na Cidade de Casa Nova/BA, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em novembro de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
UFV Oh Sobrado	BA	Casa Nova	30	8,5	09 de junho de 2016	08 de junho de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 27 de março de 2024.

(a) Capital circulante líquido: Com a usina em operação, as receitas contratuais continuam sendo liquidadas sempre no mês subsequente ao da geração, que fluirão de forma regular para a Companhia, garantindo um resultado de fluxos de caixa futuros sempre positivos, referentes a operação e manutenção das suas atividades operacionais, bem como quitação das obrigações de curto prazo. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 27 de abril de 2017 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1 de novembro de 2018, ao preço de R$ 299,95/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "Globe effective tax rate" ou alíquota efetiva Globe. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023: (a) Conflito entre Rússia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2023, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(b) Conflito entre Israel e Hammas:** Os conflitos existentes, iniciado em 2023 entre Israel e Hammas, têm gerado grandes impactos a economia mundial. A indisponibilidade de produtos fabricados naquelas regiões é um dos fatores mais relevantes que pode ser observado. Entretanto, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante para sua operação decorrente do referido conflito. **(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudanças climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(d) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora – CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

ITOCHU Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 61.274.155/0001-00 – NIRE 35.300.014.723

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 11 de março de 2026

Data e Local: Em 11 de março 2026, às 10:00 horas, em sua sede social, na Avenida Paulista, nº 37 – 19º andar, na Capital do Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme se verificou pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme disposto no artigo 124, § 4º, da lei 6.404/76. **Mesa Diretora:** Presidente da Mesa: Yoshihiko Ogura; Secretário da Mesa: Fumihiko Yamada. **Ordem do Dia:** 01) Destinação dos lucros acumulados remanescentes em 31/12/2023; 02) Outros assuntos de interesse da sociedade. **Deliberações:** Foram aprovados por unanimidade de votos de todos os acionistas, com exceção dos legalmente impedidos: 01) A distribuição de Dividendos de parte dos lucros acumulados remanescentes de 31/12/2023 no valor de R$ 5.383.000,00 (cinco milhões, trezentos e oitenta e três mil reais), já descontados os juros sobre o Capital próprio aos acionistas em AGE realizada em 03/12/2025, ficando à disposição da assembleia geral dos acionistas em Reserva de Lucros a quantia de R$ 10.545.735,64 (dez milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos); 02) nenhuma deliberação sobre outros assuntos.

Acionistas	Participação (% (Valor aproximado)	Distribuição de Dividendos (Valor bruto em Reais)	Alíquota IRRF (%)	IRRF (Valor em Reais)	Distribuição de Dividendos (Valor líquido em Reais)
ITOCHU Corporation	99,996%	5.382.784,68	10%	538.278,47	4.844.506,21
ITOCHU Latin America S.A.	0,004%	215,32	10%	21,53	193,79
Total	**100,000%**	**5.383.000,00**	**---**	**538.300,00**	**4.844.700,00**

Encerramento: Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 11 de março de 2026. Presidente da Mesa – Yoshihiko Ogura e Secretário da Mesa – Fumihiko Yamada (Aa). ITOCHU Corporation – Pp. Yoshihiko Ogura; e ITOCHU Latin America S.A. – Pp. Yoshihiko Ogura. A presente é cópia fiel do original. São Paulo, 11 de março de 2026. (ass.:) Yoshihiko Ogura – Presidente da Mesa; Fumihiko Yamada – Secretário da Mesa. Acionistas: ITOCHU Corporation, Pp. Yoshihiko Ogura; ITOCHU Latin America S.A., Pp. Yoshihiko Ogura. JUCESP – Registrado sob o nº 138.082/26-1 em 16/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.

CNPJ/MF nº 24.648.754/0001-10

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.452	4.988
Contas a receber	4.234	3.727
Impostos a Recuperar	3	–
Adiantamentos a fornecedores	8	5
Despesas antecipadas	532	520
Partes relacionadas	132	107
	8.361	**9.347**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	6.078	7.284
Outros créditos	934	934
	7.012	**8.218**
Imobilizado	135.433	139.505
	142.445	**147.723**
Total do ativo	**150.806**	**157.070**

Passivo	2024	2023
Circulante		
Fornecedores	1.157	508
Empréstimos e financiamentos	5.999	5.484
Salários e encargos	19	5
IRPJ e CSLL a recolher	382	304
Obrigações tributárias	169	160
Passivos de arrendamento	55	85
Partes relacionadas	11	17
Outras contas a pagar	24	92
Dividendos a pagar	–	300
	7.816	**6.955**
Não circulante		
Passivos de arrendamento	3.667	3.753
Empréstimos e financiamentos	71.696	77.829
	75.363	**81.582**
Total do passivo	**83.179**	**88.537**
Patrimônio líquido		
Capital social	56.477	56.477
Reserva legal	1.917	1.094
Reserva de lucros	9.233	10.962
	67.627	**68.533**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**150.806**	**157.070**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de Janeiro de 2023	56.477	191	2.724	–	59.392
Lucro Líquido	–	–	–	18.066	18.066
Reserva legal	–	903	–	(903)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(4.291)	(4.291)
Dividendos pagos anos anteriores	–	–	(2.724)	–	(2.724)
Dividendos adicionais	–	–	–	(1.909)	(1.909)
Transferência entre reservas	–	–	10.963	(10.963)	–
Em 31 de dezembro de 2023	**56.477**	**1.094**	**10.963**	**–**	**68.534**
Lucro Líquido	–	–	–	16.455	16.456
Reserva legal	–	823	–	(823)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(3.908)	(3.908)
Dividendos pagos anos anteriores	–	–	(10.963)	–	(10.963)
Dividendos adicionais	–	–	–	(2.491)	(2.492)
Transferência entre reservas	–	–	9.233	(9.233)	–
Em 31 de dezembro de 2024	**56.477**	**1.917**	**9.233**	**–**	**67.627**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 20 de abril de 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A, e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em 23 de agosto de 2017, a Companhia teve a abertura de sua filial no local do Projeto, na Cidade de Casa Nova/BA, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em novembro de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
UFV Oh Sobrado	BA	Casa Nova	308,5	–	08 de junho de 2016	08 de junho de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 15 de abril de 2025. **(a) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 27 de abril de 2017 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1 de novembro de 2018, ao preço de R$ 299,95/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2024: • **Alteração ao IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenants somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2024. • **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. • **Alterações ao IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024: (a) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudanças climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(b) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2024	2023
Receita líquida	34.567	32.899
Custos de operação	(9.635)	(9.095)
Lucro bruto	24.932	23.804
Despesas gerais e administrativas	(2.193)	(2.387)
Outras Receitas	127	4.992
Lucro operacional	22.866	26.409
Receitas financeiras	1.010	1.200
Despesas financeiras	(5.953)	(6.411)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(4.943)	(5.211)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	17.923	21.198
Imposto de renda e contribuição social	(1.468)	(3.132)
Lucro do exercício	**16.455**	**18.066**
Lucro por ações do capital	0,29	0,32

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	16.455	18.066
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**16.455**	**18.066**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.923	21.198
Ajustes de		
Juros e variações sobre empréstimos	5.292	4.413
Juros e variações sobre fiança	407	408
Juros e variações sobre arrendamento	195	358
Remensuração arrendamento	–	(195)
Depreciação	5.132	5.047
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(507)	1.385
Impostos a recuperar	(3)	4
Adiantamentos a fornecedores	(12)	(3)
Despesas antecipadas	(3)	(5)
Partes relacionadas	649	(286)
Fornecedores	(156)	231
Salários e encargos	–	13
Obrigações tributárias	(66)	(41)
Outras contas a pagar	(1.242)	(26)
IRPJ e CSLL a recolher	7	(393)
Conta Ressarcimento CCEE	(3)	–
Outras obrigações	(96)	9
	(184)	**(2.545)**
Caixa gerado pelas operações	28.565	26.703
Juros pagos	(5.427)	(1.257)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.257)	(2.427)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	21.881	23.019
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação Financeira restrita	1.206	(675)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(1.077)	(439)
Baixa de bens do ativo imobilizado	17	195
Empréstimos com pessoas ligadas	(31)	(1.189)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**115**	**(908)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(17.363)	(9.532)
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(5.892)	(11.756)
Pagamento de arrendamento	(277)	(273)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(23.532)**	**(21.561)**
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	(1.536)	1.349
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.988	3.639
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.452	4.988
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**(1.536)**	**1.349**

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora – CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Oh Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 15 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

ITOCHU Brasil S.A.

CNPJ n.º 61.274.155/0001-00 - NIRE 35.300.014.723

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 03 de Dezembro de 2025

Data, Horário e Local: Em 03 de Dezembro de 2025, às 10:00 horas, em sua sede social, na Avenida Paulista, n.º 37 - 19º andar, Conjunto 191 e 192, Bela Vista, CEP 01311-902, na Capital do Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme se verificou pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, dispensada a publicação de Editas de Convocação, conforme disposto no artigo 124, § 4º, da lei 6.404/76. **Mesa Diretora: Presidente da Mesa:** Yoshihiko Ogura; Secretário da Mesa: Fumihiko Yamada. **Ordem do Dia: 01)** Aprovação do pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas apurados no exercício de 2025; e **02)** Outros assuntos do interesse da sociedade. **Deliberações:** Foram aprovados por unanimidade de votos de todos os acionistas, com exceção dos legalmente impedidos: **01)** O pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, apurados no exercício de 2025 no montante bruto equivalente a R$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais) e líquido de R$ 4.112.476,50 (quatro milhões e cento e doze mil e quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos), sendo tal valor distribuído aos acionistas na proporção das ações possuídas, conforme quadro abaixo. Tal valor será colocado à disposição dos acionistas em conta própria, a partir desta data.

Acionista	Participação (%)** Valor aproximado	Juros sobre o Capital (Valor Bruto em Reais)	Alíquota IRRF %	IRRF (Valores em Reais)	Juros sobre Capital (Valor Líquido em Reais)
Itochu Corporation	99,996	4.699.812,00	12,5	587.476,50	4.112.335,50
Itochu Latin America S.A.	0,004	188,00	25	47,00	141,00
Total	**100**	**4.700.000,00**	**--**	**587.523,50**	**4.112.476,50**

02) Não foram tratados outros assuntos. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 03 de Dezembro de 2025. **Yoshihiko Ogura** - Presidente da Mesa; **Fumihiko Yamada** - Secretário da Mesa. **Acionista: Itochu Corporation -** Por Procuração - Yoshihiko Ogura; **Itochu Latin America S.A. -** Por Procuração - Yoshihiko Ogura. Jucesp nº 013.773/26-4 em 28/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Proton Energy Participações S.A.

CNPJ/MF nº 27.373.249/0001-07

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	62	68	8.876	35.906
Contas a receber	–	–	13.668	12.285
Impostos a recuperar	10	11	21	99
Adiantamentos a fornecedores	613	644	626	1.316
Partes relacionadas	1.673	425	153	16
Despesas antecipadas	36	34	1.573	1.589
Dividendos	4.221	–	–	–
Outros ativos	–	–	33	33
	2.427	**5.403**	**24.950**	**51.195**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicação financeira restrita	–	–	15.979	10.967
Caução	–	–	–	27
Outros ativos	–	–	929	229
Investimentos	236.515	237.923	–	–
Imobilizado	107	210	531.666	549.639
Intangível	–	27	20.783	22.210
	236.622	**238.160**	**569.357**	**583.039**
Total do ativo	**239.049**	**243.563**	**594.307**	**634.234**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante				
Fornecedores	2	11	1.267	6.879
Salários e encargos sociais	16	51	38	43
Obrigações tributárias	5	2	1.383	2.675
Partes relacionadas	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	13.894	36.108
Arrendamento	104	104	639	683
Contas de ressarcimento – CCEE	–	–	324	666
Dividendos a pagar	3.293	3.293	3.293	3.293
Outras contas a pagar	29	29	8.208	8.163
	3.449	**3.490**	**30.046**	**58.510**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	–	327.378	335.242
Arrendamento	–	–	824	1.371
Provisão para contingências	–	–	83	83
Tributos diferidos	–	–	1.178	2.230
	–	**–**	**329.463**	**338.926**
Patrimônio líquido				
Capital social	109.426	109.426	109.426	109.426
Reserva de capital	114.802	114.802	114.802	114.802
Ajuste de avaliação patrimonial	4.759	4.759	4.759	4.759
Reservas de lucros	6.613	11.086	5.811	7.811
	235.600	**240.073**	**234.798**	**236.798**
Total do passivo e patrimônio líquido	**239.049**	**243.563**	**594.307**	**634.234**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2020	116.121	114.802	4.759	–	4.759	–	240.441
Redução de capital social	(6.695)	–	–	–	–	–	(6.695)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	15.564	15.564
Reserva legal	–	–	–	760	–	(760)	–
Dividendos adicionais	–	–	–	–	–	(1.150)	(1.150)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(9.327)	(9.327)
Transferência entre reservas	–	–	–	–	4.327	(4.327)	–
Em 31 de dezembro de 2020	**109.426**	**114.802**	**4.759**	**760**	**9.086**	**–**	**238.833**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	6.780	6.780
Reserva legal	–	–	–	339	–	(339)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(3.294)	(3.294)
Dividendos adicionais	–	–	–	–	(7.856)	–	(7.856)
Transferência entre reservas	–	–	–	–	4.583	(4.583)	–
Em 31 de dezembro de 2021	**109.426**	**114.802**	**4.759**	**1.099**	**5.813**	**–**	**235.899**

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Operações continuadas				
Receita líquida	–	–	93.215	86.254
Custos de operação	–	–	(29.943)	(26.668)
Lucro bruto	**–**	**–**	**63.272**	**59.586**
Despesas gerais e administrativas	(1.875)	(3.728)	(8.907)	(21.247)
Outras receitas	–	–	889	1.710
Resultado de equivalência patrimonial	8.656	19.295	–	–
Lucro operacional	**6.781**	**15.567**	**55.254**	**40.049**
Receitas financeiras	6	5	864	443
Despesas financeiras	(8)	(7)	(46.108)	(21.063)
Despesas financeiras, líquidas	**(2)**	**(2)**	**(45.244)**	**(20.620)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**6.780**	**15.565**	**10.010**	**19.429**
Imposto de renda e contribuição social	(1)	–	(3.230)	(3.865)
Lucro líquido do exercício	**6.780**	**15.564**	**6.780**	**15.564**
Ações no fim do exercício (em milhares)	109.426	109.426	109.426	109.426
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	**0,0619**	**0,1422**	**0,0619**	**0,1422**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro líquido do exercício	6.780	15.564	6.780	15.564
Outros componentes do resultado abrangente	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**6.780**	**15.564**	**6.780**	**15.564**

Demonstração dos Fluxos e Caixas *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.780	15.565	10.026	19.429
Ajustes de				
Depreciação e amortização	124	116	17.540	17.472
Amortização do direito de uso	–	–	1.423	1.423
Juros e variações monetárias	–	–	43.730	19.438
Resultado de equivalência patrimonial	(8.656)	(19.295)	–	–
Despesas financeiras com arrendamentos	7	–	560	578
Remensuração arrendamento	–	–	(607)	–
Baixa imobilizado	–	–	505	–
Variações de ativos e passivos				
Contas a receber	–	–	(1.383)	1.598
Impostos a recuperar	1	(2)	81	338
Despesas antecipadas	(2)	(20)	–	–
Adiantamento a fornecedores	31	553	690	545
Outros ativos	(6)	(8)	(735)	(162)
Fornecedores	(9)	6	(5.612)	(44.006)
Salários e encargos sociais	(35)	46	(5)	48
Obrigações tributárias	3	(8)	(1.292)	412
Contas de ressarcimento – CCEE	–	–	(342)	(1.982)
Outras contas a pagar	–	2	(80)	45
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	**(346)**	**(3.038)**	**64.499**	**13.753**
Juros pagos	–	–	(41.948)	(9.127)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1)	–	(3.246)	(3.865)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(346)**	**(3.039)**	**19.305**	**761**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Caixa restrito	–	–	(5.012)	(1.105)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(17)	(26)	(24)	(19.305)
Dividendos recebidos	12.862	16.182	–	–
Aumento de capital nas investidas	–	(5.600)	–	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**12.845**	**10.556**	**(5.036)**	**(20.410)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	411	35.588
Devolução de empréstimos	–	–	(1.000)	–
Pagamento de empréstimos	–	–	(22.214)	–
Redução de capital	–	(6.695)	–	(6.695)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	(11.150)	(1.150)	(11.150)	(1.150)
Pagamento de arrendamento	(107)	(108)	(651)	(895)
Partes relacionadas, líquido	(1.248)	227	(137)	(16)
Contratos de fiança	–	–	(7.558)	(11.135)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(12.505)**	**(7.726)**	**(41.299)**	**14.697**
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**(6)**	**(209)**	**(27.030)**	**(4.952)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	68	277	35.906	40.858
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**62**	**68**	**8.876**	**35.906**
Transações que não afetaram caixa no exercício				
Reconhecimento de arrendamento – CPC 06 R2 (Ativo x Passivo)	–	–	52	180

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Proton Energy Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23 de março de 2017. A Companhia tem por objetivo ser uma holding de investimento em instituições não-financeiras. A Companhia antes denominada N.G.S.P. Empreendimentos e Participações S.A. alterou em dezembro de 2017, através de Assembleia Geral Extraordinária, a sua razão social para HS Solar II Empreendimentos e Participações S.A. Em dezembro de 2019 alterou, também através de Assembleia Extraordinária sua razão social para Proton Energy Participações S.A. Em 19 de março de 2018, a Companhia adquiriu 100% da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Esmeralda"), com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva – CER firmado pela Esmeralda com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 23 de fevereiro de 2018. O referido contrato é referente a venda de energia elétrica gerada pela usina solar fotovoltaica Esmeralda, localizada em Agrestina, Pernambuco. A UFV Esmeralda tem garantia física de 6,2MW médio e potência total de 30MW. Em 25 de outubro de 2018, a Companhia adquiriu 100% da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("OH Sobrado"), com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva – CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 27 de abril de 2017 para a venda de energia elétrica referente a usina solar fotovoltaica OH Sobrado, localizada em Casa Nova, Bahia. A UFV OH Sobrado tem garantia física de 7,8MWmédio e potência total de 30MW. Em 21 de novembro de 2019, a Companhia adquiriu 100% das ações da Angico Energias Renováveis S.A. e da Malta Energias Renováveis S.A. Ambas as empresas possuem Contrato de Energia de Reserva – CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em abril de 2016 para a venda de energia elétrica referente as usinas solar fotovoltaicas Angico e Malta, localizadas em Malta, Paraíba. As UFVs possuem garantia física de 6,7MW médio e potência total de 27MW. O Grupo possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Angico	PB	Malta	27	7,5	2 de março de 2016	1º de março de 2051
Malta	PB	Malta	27	7,5	1º de março de 2016	28 de fevereiro de 2051
UFV Esmeralda	PE	Agrestina	30	6,2	29 de janeiro de 2018	28 de janeiro de 2053
UFV OH Sobrado	BA	Casa Nova	30	8,5	09 de junho de 2016	08 de junho de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 23 de maio de 2022. **(a) Capital circulante líquido:** Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 5.096 devido o saldo de empréstimo já garantido pela aplicação financeira restrita das investidas. O Grupo faz parte do Grupo Prisma, e, em linha com os objetivos estratégicos, possui acesso aos recursos necessários para honrar os compromissos das investidas em caso de eventuais necessidades de caixa. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** As controladas da Companhia firmaram Contratos de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo referido contrato as controladas da Companhia se comprometem a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE. Com base no contrato, as controladas da Companhia passaram a faturar valores fixos, mensais, correspondente ao valor definido em cada contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada são compensadas financeiramente a cada ano. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e energia contratada. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 26. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional do Grupo. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** O Grupo pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras: **Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. O Grupo avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, visto que às cláusulas dos contratos de arrendamento vigentes permanecem inalteradas. **2.2 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia e suas controladas instituiram um Comitê e definiram plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria – Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Proton Energy Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Proton Energy Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Proton Energy Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Proton Energy Participações S.A. e da Proton Energy Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 23 de maio de 2022.
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
(Atual denominação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes)
CRC 2SP 000.160/O-5
Vinícius Ferreira Britto Rego Contador CRC 1BA 024.501/O-9

Proton Energy Participações S.A.

CNPJ/MF nº 27.373.249/0001-07

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante				Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	14.712	62	23.889	8.876
Contas a receber	–	–	13.343	13.668
Impostos a recuperar	361	10	371	21
Adiantamentos a fornecedores	615	613	626	626
Partes relacionadas	938	209	832	153
Despesas antecipadas	993	36	1.459	391
Dividendos	2.070	1.464		
Outros ativos	7	33	6	33
	19.696	**2.427**	**40.526**	**23.768**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicação financeira restrita	3.839	–	23.268	15.979
Despesas antecipadas	–	–	–	929
Outros ativos	–	–	1.342	929
Investimentos	247.293	236.515	–	–
Imobilizado	39	107	515.817	532.848
Intangível	–	–	20.142	20.783
	251.171	**236.622**	**560.569**	**570.539**
Total do ativo	**270.867**	**239.049**	**601.095**	**594.307**
	Controladora		**Consolidado**	
Passivo	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante				
Debêntures	4.593	–	4.593	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	18.868	24.873
Passivos de arrendamento	–	53	192	443
Fornecedores	34	16	1.217	430
Salários e encargos sociais	177	310	273	395
IRPJ e CSLL a recolher	–	–	988	969
Obrigações tributárias	2	3	475	384
Dividendos	–	1.610	–	1.610
Conta de ressarcimento CCEE	–	–	2.546	604
Outras contas a pagar	–	–	150	–
	4.806	**1.992**	**29.302**	**30.046**
Não circulante				
Debêntures	48.784	–	48.784	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	291.836	314.424
Passivos de arrendamento	–	–	13.896	13.118
	48.784	**–**	**354.516**	**357.542**
Total do passivo	**53.590**	**1.992**	**383.908**	**357.588**
Patrimônio líquido				
Capital social	79.426	109.426	79.426	109.426
Reserva de capital	114.802	114.802	114.802	114.802
Reserva legal	2.373	1.099	2.373	1.099
Ajuste de avaliação patrimonial	4.759	4.759	4.759	4.759
Lucros acumulados	15.017	6.971	15.017	6.971
Total do patrimônio líquido	**217.277**	**237.057**	**217.277**	**237.057**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**270.867**	**239.049**	**601.095**	**594.307**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2021	109.426	114.802	4.759	760	9.680	–	239.427
Redução de capital social	–	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	6.780	6.780
Reserva legal)	–	–	–	339	–	(339)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(1.610)	(1.610)
Dividendos adicionais	–	–	–	–	(7.540)	–	(7.540)
Transferência entre reservas	–	–	–	–	4.831	(4.831)	–
Em 31 de dezembro de 2021	**109.426**	**114.802**	**4.759**	**1.099**	**6.971**	**–**	**237.057**
Redução de capital social	(30.000)	–	–	–	–	–	(30.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	25.475	25.475
Reserva legal	–	–	–	1.274	–	(1.274)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(6.050)	(6.050)
Dividendo adicionais	–	–	–	–	–	(2.235)	(2.235)
Dividendos anos anteriores	–	–	–	–	(6.971)	–	(6.971)
Transferência entre reservas	–	–	–	–	15.917	(15.917)	–
Em 31 de dezembro de 2022	**79.426**	**114.802**	**4.759**	**2.373**	**15.917**	**–**	**217.277**

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Operações continuadas				
Receita líquida	–	–	97.943	93.215
Custos de operação	–	–	(32.150)	(29.943)
Lucro bruto	–	–	**65.793**	**63.272**
Despesas gerais e administrativas	(1.070)	(1.875)	(8.876)	(8.907)
Outras receitas	–	–	104	889
Resultado de equivalência patrimonial	27.823	8.656	–	–
Lucro operacional	**26.753**	**6.781**	**57.021**	**55.254**
Receitas financeiras	2.148	6	4.465	864
Despesas financeiras	(3.426)	(8)	(32.164)	(46.108)
Despesas financeiras, líquidas	**(1.246)**	**(2)**	**(27.436)**	**(45.244)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**25.475**	**6.780**	**29.322**	**10.010**
Imposto de renda e contribuição social			(3.847)	(3.230)
Lucro líquido do exercício	**25.475**	**6.780**	**25.475**	**6.780**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	**0,3207**	**0,06196**	**0,3207**	**0,06196**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro líquido do exercício	25.475	6.780	25.475	6.780
Outros componentes do resultado abrangente	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**25.475**	**6.780**	**25.475**	**6.780**

Demonstração dos Fluxos e Caixas *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.475	6.780	29.322	6.780
Ajustes de				
Depreciação e amortização	68	124	17.656	17.540
Amortização do direito de uso	636	1.423	642	1.423
Juros e variações monetárias	2.677	–	30.834	44.290
Resultado de equivalência patrimonial	(27.823)	(8.656)	–	–
Remensuração arrendamento	–	–	–	(607)
Baixa imobilizado	–	–	–	505
Variações de ativos e passivos	–	–	–	
Contas a receber	–	–	(325)	(1.383)
Impostos a recuperar	350	1	(350)	81
Despesas antecipadas	(957)	(2)	(1.068)	–
Adiantamento a fornecedores	(2)	31	(413)	690
Outros ativos	26	(6)	26	(735)
Fornecedores	18	(9)	787	(5.612)
Salários e encargos sociais	(132)	(35)	(122)	(5)
Obrigações tributárias (Nota 18)	(1)	3	(264)	(1.292)
Contas de ressarcimento – CCEE	–	–	1.942	(342)
Outras contas a pagar	–	–	165	(80)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	**(365)**	**(346)**	**79.481**	**64.499**
Juros pagos	–	–	(31.756)	(41.948)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(3.472)	(3.246)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(365)**	**(346)**	**44.253**	**19.305**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação financeira restrito	(3.839)	–	(7.289)	(5.012)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	–	(17)	120	(24)
Dividendos recebidos	15.802	12.862	–	–
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	(16.866)	(11.150)	(16.866)	(11.150)
Partes relacionadas, líquido	(729)	(1.248)	(679)	(137)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**(5.632)**	**447**	**(24.715)**	**(16.323)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	411	–
Captação de Debêntures	50.700	–	50.700	–
Pagamento de empréstimos	–	–	(21.474)	(22.214)
Redução de capital	(30.000)	–	(30.000)	–
Pagamento de arrendamento	(53)	(107)	(231)	(651)
Contratos de fiança	–	–	(3.521)	(7.558)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**20.647**	**(107)**	**(4.526)**	**(30.012)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**14.650**	**(6)**	**15.013**	**(27.030)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	62	68	8.876	35.906
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**14.712**	**62**	**23.889**	**8.876**
Transações que não afetaram caixa no exercício				
Reconhecimento de arrendamento – CPC 06 R2 (Ativo x Passivo)			52	52

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Proton Energy Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23 de março de 2017. A Companhia tem por objetivo ser uma holding de investimento em instituições não-financeiras. Em 19 de março de 2018, a Companhia adquiriu 100% da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Esmeralda"), com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva – CER firmado pela Esmeralda com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 23 de fevereiro de 2018. O referido contrato é referente a venda de energia elétrica gerada pela usina solar fotovoltaica Esmeralda, localizada em Agrestina, Pernambuco. A UFV Esmeralda tem garantia física de 6,2MW médio e potência total de 30MW. Em 25 de outubro de 2018, a Companhia adquiriu 100% da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("OH Sobrado"), com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva – CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 27 de abril de 2017 para a venda de energia elétrica referente a usina solar fotovoltaica OH Sobrado, localizada em Casa Nova, Bahia. A UFV OH Sobrado tem garantia física de 7,8MWmédio e potência total de 30MW. Em 21 de novembro de 2019, a Companhia adquiriu 100% das ações da Angico Energias Renováveis S.A. e da Malta Energias Renováveis S.A. Ambas as empresas possuem Contrato de Energia de Reserva – CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em abril de 2016 para a venda de energia elétrica referente as usinas solar fotovoltaicas Angico e Malta, localizadas em Malta, Paraíba. As UFVs possuem garantia física de 6,7MW médio e potência total de 27MW. O Grupo possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Angico	PB	Malta	27	6,7	1º de agosto de 2017	31 de julho de 2037
Malta	PB	Malta	27	6,7	1º de agosto de 2017	31 de julho de 2037
UFV Esmeralda	PE	Agrestina	30	6,2	1º de novembro de 2018	31 de outubro de 2038
UFV OH Sobrado	BA	Casa Nova	30	7,8	1º de novembro de 2018	31 de outubro de 2038

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 30 de março de 2023. **(a) Contrato de Energia de Reserva – CER:** As controladas da Companhia firmaram Contratos de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo referido contrato as controladas da Companhia se comprometem a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE. Com base no contrato, as controladas da Companhia passaram a faturar valores fixos, mensais, correspondente ao valor definido em cada contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada são compensadas financeiramente a cada ano. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e energia contratada. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual. **1.1 Reapresentação das cifras comparativas: (a) Reclassificação do direito de uso de arrendamento:** Em 2022, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados a reclassificação do saldo de arrendamentos da subsidiária Esmeralda Energias Renováveis S.A. classificados anteriormente como despesa antecipada no montante de R$1.182. A referida correção afetou o ativo não circulante de 31 de dezembro de 2021 nesse mesmo valor. As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

				Consolidado 31 de dezembro de 2021
	Referência	**Original**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Balanço Patrimonial				
Ativo				
Circulante	Nota 1.1. (a)	24.950	(1.182)	23.768
Não circulante	Nota 1.1. (a)	569.357	1.182	570.539
Total do ativo		**594.307**	**–**	**594.307**
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante		30.046		30.046
Não circulante		357.542		357.542
Patrimônio líquido		237.057		237.057
Total do passivo e patrimônio líquido		**594.307**		**594.307**

2. Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 26. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional do Grupo. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: • **Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado"**: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • **Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"**: substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. • **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020**: (i) **IFRS 9/CPC 48 – "Instrumentos Financeiros"** – esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) **IFRS 16/CPC 06 – "Arrendamentos"** – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) **IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros"** – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) **IAS 41/CP 29 – "Ativos Biológicos"** – remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022: (a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste. (Nota 12). No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento. **(b) Conflito entre Russia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudança climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável).

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria – Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Proton Energy Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Proton Energy Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Proton Energy Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Proton Energy Participações S.A. e da Proton Energy Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 30 de março de 2023.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

Proton Energy Participações S.A.

CNPJ/MF nº 27.373.249/0001-07

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	89	14.712	13.903	23.889
Contas a receber	–	–	15.115	13.343
Impostos a recuperar	569	361	623	371
Partes relacionadas	1.767	938	1.701	832
Despesas antecipadas	846	993	1.736	1.459
Dividendos	365	2.070		
Outros ativos	–	7		6
Total Circulante	**3.636**	**19.696**	**33.078**	**40.526**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicação financeira restrita	5.155	3.839	27.055	23.268
Adiantamentos a fornecedores	622	615	625	626
Outros ativos	–	–	1.907	1.342
Investimentos	264.213	247.293	–	–
Imobilizado	24	39	499.160	515.817
Intangível	–	–	19.500	20.142
Total Não Circulante	**270.014**	**251.171**	**548.247**	**560.569**
Total do ativo	**273.650**	**270.867**	**581.325**	**601.095**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Debentures	7.334	4.593	7.334	4.593
Empréstimos e financiamentos	–	–	19.047	18.868
Passivos de arrendamento	–	–	219	192
Fornecedores	61	34	1.406	1.217
Salários e encargos sociais	288	177	379	273
IRPJ e CSLL a recolher	–	–	1.031	988
Obrigações tributárias	2	2	524	475
Dividendos a pagar				
Conta de ressarcimento CCEE	–	–	–	2.546
Partes relacionadas	405	–		
Outras contas a pagar		5		150
Total Circulante	**8.090**	**4.806**	**29.945**	**29.302**
Não circulante				
Debentures	43.747	48.784	43.747	48.784
Empréstimos e financiamentos	–	–	271.681	291.836
Passivos de arrendamento	–	–	14.139	13.896
Total Não Circulante	**43.747**	**48.784**	**329.567**	**354.516**
Total do passivo	**51.837**	**53.590**	**359.512**	**383.908**
Patrimônio líquido				
Capital social	79.426	79.426	79.426	79.426
Reserva de capital	114.802	114.802	114.802	114.802
Reserva legal	4.732	2.373	4.732	2.373
Ajuste de avaliação patrimonial	4.759	4.759	4.759	4.759
Reserva de Lucros	18.094	15.917	18.094	15.917
Total do patrimônio líquido	**221.813**	**217.277**	**221.813**	**217.277**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**273.650**	**270.867**	**581.325**	**601.095**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2022	**109.426**	**114.802**	**4.759**	**1.099**	**6.971**	**–**	**237.057**
Redução de capital social	(30.000)	–	–	–	–	–	(30.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	25.475	25.475
Reserva legal	–	–	–	1.274	–	(1.274)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(6.050)	(6.050)
Dividendos intermediários	–	–	–	–	–	(2.235)	(2.235)
Dividendos anos anteriores	–	–	–	–	(6.971)	–	(6.971)
Transferência entre reservas	–	–	–	–	15.917	(15.917)	–
Em 31 de dezembro de 2022	**79.426**	**114.802**	**4.759**	**2.373**	**15.917**	**–**	**217.277**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	47.187	47.187
Reserva legal	–	–	–	2.359	–	(2.359)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(11.207)	(11.207)
Dividendos adicionais	–	–	–	–	–	(15.527)	(15.527)
Dividendos anos anteriores	–	–	–	–	(15.917)	–	(15.917)
Transferência para reservas	–	–	–	–	18.094	(18.094)	–
Em 31 de dezembro de 2023	**79.426**	**114.802**	**4.759**	**4.732**	**18.094**	**–**	**221.813**

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Operações continuadas				
Receita líquida	–	–	112.740	97.943
Custos de operação	–	–	(33.042)	(32.150)
Lucro bruto	**–**	**–**	**79.698**	**65.793**
Despesas gerais e administrativas	(1.039)	(1.070)	(8.149)	(8.876)
Outras receitas operacionais, líquida	–	–	5.010	104
Resultado de equivalência patrimonial	52.694	27.823	–	–
Lucro operacional	**51.655**	**26.753**	**76.559**	**57.021**
Receitas financeiras	1.179	2.148	4.952	4.465
Despesas financeiras	(5.647)	(3.426)	(27.818)	(32.164)
Despesas financeiras, líquidas	(4.468)	(1.278)	(22.866)	(27.699)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**47.187**	**25.475**	**53.693**	**29.322**
Imposto de renda e contribuição social	–	–	(6.506)	(3.847)
Lucro líquido do exercício	**47.187**	**25.475**	**47.187**	**25.475**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	**0,5941**	**0,3207**	**0,5985**	**0,3207**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**47.187**	**25.475**	**47.187**	**25.475**
Outros componentes do resultado abrangente	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**47.187**	**25.475**	**47.187**	**25.475**

Demonstração dos Fluxos e Caixas *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.187	25.475	53.694	29.322
Ajustes de:				
Depreciação e amortização	15	68	18.068	17.656
Amortização do direito de uso	636	636	636	642
Juros e variações monetárias	4.354	2.677	20.137	30.834
Juros e variações monetárias sobre fiança	–	–	1.072	–
Juros e variações monetárias sobre arrendamento	–	–	639	–
Resultado de equivalência patrimonial	(52.694)	(27.823)	–	–
Remensuração arrendamento	–	–	299	–
Variações de ativos e passivos:				
Contas a receber	–	–	(1.772)	(325)
Impostos a recuperar	(210)	350	(252)	(350)
Despesas antecipadas	147	(957)	(278)	(1.068)
Adiantamento a fornecedores	(6)	(2)	1	(413)
Outros ativos	7	26	(559)	26
Fornecedores	27	18	189	787
Salários e encargos sociais	111	(132)	105	(122)
Obrigações tributárias	–	(1)	(589)	(264)
Contas de ressarcimento – CCEE	–	–	(2.546)	1.942
Outras contas a pagar	–	–	(145)	165
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	(424)	(365)	88.698	79.481
Juros pagos	–	–	–	(31.756)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(5.824)	(3.472)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(424)	(365)	82.873	44.253
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação financeira restrito	(138)	(3.839)	1.165	(7.289)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	–	–	(1.405)	120
Dividendos recebidos	36.844	15.802	–	–
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	(42.650)	(16.866)	(42.650)	(16.866)
Partes relacionadas, líquido	(424)	(729)	(868)	(679)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(6.370)	(5.632)	(43.760)	(24.715)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de Debentures	–	50.700	–	50.700
Pagamento de debentures	(7.828)	–	(7.829)	–
Pagamento de empréstimos	–	–	(40.603)	(21.474)
Redução de capital	–	(30.000)	–	(30.000)
Pagamento de arrendamento	–	(53)	(668)	(231)
Contratos de fiança	–	–	–	(3.521)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(7.828)	20.647	(49.100)	(4.526)
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	(14.623)	14.650	(9.986)	15.013
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.712	62	23.889	8.876
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	89	14.712	13.903	23.889
Transações que não afetaram caixa no exercício				
Reconhecimento de arrendamento – CPC 06 R2 (Ativo x Passivo)	–	–	–	52

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Proton Energy Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23 de março de 2017. A Companhia tem por objetivo ser uma holding de investimento em instituições não-financeiras. Em 19 de março de 2018, a Companhia adquiriu 100% da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Esmeralda"), com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva – CER firmado pela Esmeralda com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 23 de fevereiro de 2018. O referido contrato é referente a venda de energia elétrica gerada pela usina solar fotovoltaica Esmeralda, localizada em Agrestina, Pernambuco. A UFV Esmeralda tem garantia física de 6,2MW médio e potência total de 30MW. Em 25 de outubro de 2018, a Companhia adquiriu 100% da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("OH Sobrado"), com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva – CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 27 de abril de 2017 para a venda de energia elétrica referente a usina solar fotovoltaica OH Sobrado, localizada em Casa Nova, Bahia. A UFV OH Sobrado tem garantia física de 7,8MW médio e potência total de 30MW. Em 21 de novembro de 2019, a Companhia adquiriu 100% das ações da Angico Energias Renováveis S.A. e da Malta Energias Renováveis S.A. Ambas as empresas possuem Contrato de Energia de Reserva – CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em abril de 2016 para a venda de energia elétrica referente as usinas solar fotovoltaicas Angico e Malta, localizadas em Malta, Paraíba. As UFVs possuem garantia física de 6,7MW médio e potência total de 27MW. O Grupo possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
Angico	PB	Malta	27	6,7	1º de agosto de 2017	31 de julho de 2037
Malta	PB	Malta	27	6,7	1º de agosto de 2017	31 de julho de 2037
UFV Esmeralda	PE	Agrestina	30	6,2	1º de novembro de 2018	31 de outubro de 2038
UFV OH Sobrado	BA	Casa Nova	30	7,8	1º de novembro de 2018	31 de outubro de 2038

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 28 de março de 2024.

(a) Contrato de Energia de Reserva – CER: As controladas da Companhia firmaram Contratos de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo referido contrato as controladas da Companhia se comprometem a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE. Com base no contrato, as controladas da Companhia passaram a faturar valores fixos, mensais, correspondente ao valor definido em cada contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada são compensadas financeiramente a cada ano. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e energia contratada. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 25. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional do Grupo. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "Globe effective tax rate" ou alíquota efetiva Globe. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023: (a) Conflito entre Rússia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(b) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudanças climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(c) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **(d) Conflito entre Israel e Hammas:** Os conflitos existentes, iniciado em 2023 entre Israel e Hammas, têm gerado grandes impactos a economia mundial. A indisponibilidade de produtos fabricados naquelas regiões é um dos fatores mais relevantes que pode ser observado. Entretanto, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante para sua operação decorrente do referido conflito.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria – Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Proton Energy Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Proton Energy Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 28 de março de 2024
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

Proton Energy Participações S.A.

CNPJ/MF nº 27.373.249/0001-07

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	339	89	12.886	13.903
Contas a receber	–	–	17.448	15.115
Impostos a recuperar	603	569	664	623
Partes relacionadas	2.842	1.767	2.842	1.701
Despesas antecipadas	692	846	2.663	1.736
Dividendos	–	365	–	–
Outros ativos	–	–	27	–
Total Circulante	**4.476**	**3.636**	**36.530**	**33.078**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicação financeira restrita	5.212	5.155	24.469	27.055
Adiantamentos a fornecedores	642	622	642	625
Outros ativos	–	–	2.165	1.907
Investimentos	265.023	264.213	–	–
Imobilizado	11	24	483.627	499.160
Intangível	–	–	18.858	19.500
Total Não Circulante	**270.888**	**270.014**	**529.761**	**548.247**
Total do ativo	**275.364**	**273.650**	**566.291**	**581.325**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante				
Debentures	–	–	7.582	6.865
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	20.219
Passivos de arrendamento	–	–	725	668
Fornecedores	15	17	2.479	1.032
Salários e encargos sociais	178	278	1.181	1.227
IRPJ e CSLL a recolher	–	–	1.419	1.286
Obrigações tributárias	147	145	2.118	2.661
Dividendos	7.994	4.650	7.994	4.650
Partes relacionadas	–	–	62	–
Outras contas a pagar	100	99	873	848
Total Circulante	**8.434**	**5.189**	**24.433**	**39.456**
Não circulante				
Debentures	38.451	46.648	38.451	46.648
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	–
Passivos de arrendamento	–	–	74.826	76.186
Total Não Circulante	**38.451**	**46.648**	**113.277**	**122.834**
Total do passivo	**46.885**	**51.837**	**137.710**	**162.290**
Patrimônio líquido				
Capital social	79.426	79.426	79.426	79.426
Reserva de Capital	114.802	114.802	114.802	114.802
Reserva legal	7.242	4.732	7.242	4.732
Ajuste de avaliação patrimonial	4.759	4.759	4.759	4.759
Reserva de Lucros	22.450	18.094	222.352	215.316
Total do patrimônio líquido	**228.579**	**221.813**	**428.581**	**419.035**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**275.364**	**273.650**	**566.291**	**581.325**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de Lucros	Total
Em 1º de Janeiro de 2023	79.426	114.802	4.759	2.373	15.917	217.277
Lucro do exercício	–	–	–	–	47.187	47.187
Reserva legal	–	–	–	2.359	(2.359)	–
Dividendos minimos obrigatórios	–	–	–	–	(24.637)	(24.637)
Dividendos Adicionais	–	–	–	–	(18.014)	(18.014)
Dividendos anos anteriores	–	–	–	–	(15.917)	(15.917)
Transferência entre reservas	–	–	–	–	18.094	18.094
Em 31 de dezembro de 2023	**79.426**	**114.802**	**4.759**	**4.732**	**18.094**	**221.813**
Lucro do exercício	–	–	–	–	50.193	50.193
Reserva legal	–	–	–	2.510	(2.510)	–
Dividendos minimos obrigatórios	–	–	–	–	(32.120)	(32.120)
Dividendos pagos anos anteriores	–	–	–	–	(11.207)	(11.207)
Dividendos Adicionais	–	–	–	–	–	–
Transferência entre reservas	–	–	–	–	15.563	15.563
Em 31 de dezembro de 2024	**79.426**	**114.802**	**4.759**	**7.242**	**22.450**	**228.679**

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
Operações continuadas	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receita líquida	–	–	119.347	112.740
Custos de operação	–	–	(33.986)	(33.042)
Lucro bruto	**–**	**–**	**85.361**	**79.698**
Despesas gerais e administrativas	(1.189)	(1.039)	(8.330)	(8.149)
Outras receitas	–	–	151	5.010
Resultado de equivalência patrimonial	56.041	52.694	–	–
Lucro operacional	**54.852**	**51.655**	**77.182**	**76.559**
Receitas financeiras	715	1.179	4.070	4.952
Despesas financeiras	(5.374)	(5.647)	(26.155)	(27.818)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**(4.659)**	**(4.468)**	**(22.085)**	**(22.866)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**50.193**	**47.187**	**55.097**	**53.693**
Imposto de renda e contribuição social	–	–	(4.904)	(6.506)
Lucro do exercício	**50.193**	**47.187**	**50.193**	**47.187**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	**0.63**	**0.59**	**0.63**	**0.59**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro (prejuízo) do exercício	50.193	47.187	50.193	47.187
Outros componentes do resultado abrangente	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**50.193**	**47.187**	**50.193**	**47.187**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	50.193	47.187	55.097	53.694
Ajustes de				
Depreciação e Amortização	9	15	18.074	18.068
Amortização do direito de uso	636	636	642	636
Juros e variações monetárias	5.249	4.354	23.720	20.137
Juros e variações monetárias sobre fiança	–	–	1.656	1.072
Juros e variações monetárias sobre depreciação do direito de uso	–	–	475	639
Resultado de equivalência patrimonial	(56.040)	(52.694)	–	–
Remensuração arrendamento	–	–	(40)	299
Variações de ativos e passivos				
Contas a receber	–	–	(2.332)	(1.772)
Impostos a recuperar	(33)	(210)	(42)	(252)
Despesas antecipadas	155	147	(927)	(278)
Adiantamento a fornecedores	(20)	(6)	(17)	1
Outros ativos	–	7	(285)	(559)
Fornecedores	(2)	27	1.447	189
Salários e encargos sociais	(100)	111	(46)	105
Obrigações tributárias	2	–	(543)	(589)
Contas de ressarcimento – CCEE	–	–	–	(2.546)
Partes relacionadas, líquido	(846)	(424)	(1.142)	(868)
Outras contas a pagar	1	–	25	(145)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	**(796)**	**(650)**	**95.763**	**88.698**
Juros pagos	(1.527)	–	(20.442)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(4.152)	(5.824)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(2.323)**	**(650)**	**71.168**	**82.873**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação financeira restrita	(55)	(138)	2.586	1.165
Aquisições/baixas de bens do ativo imobilizado/ intangível	–	–	(1.494)	(1.405)
Dividendos recebidos	54.960	36.844	–	–
Dividendos pagos	(43.500)	(42.650)	(43.500)	(42.650)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**9.082**	**(6.794)**	**(42.408)**	**(43.760)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de debentures	(8.832)	(7.828)	(8.832)	(7.828)
Pagamento de empréstimo e financiamento	–	–	(20.219)	(40.603)
Pagamento de arrendamento	–	–	(725)	(668)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(8.832)**	**(7.828)**	**(29.776)**	**(49.100)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**250**	**(14.623)**	**(1.016)**	**(9.986)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	89	14.712	13.903	23.889
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	339	89	12.886	13.903

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Proton Energy Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23 de março de 2017. A Companhia tem por objetivo ser uma holding de investimento em instituições não-financeiras. Em 19 de março de 2018, a Companhia adquiriu 100% da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Esmeralda"), com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva – CER firmado pela Esmeralda com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 23 de fevereiro de 2018. O referido contrato é referente a venda de energia elétrica gerada pela usina solar fotovoltaica Esmeralda, localizada em Agrestina, Pernambuco. A UFV Esmeralda tem garantia física de 6,2MW médio e potência total de 30MW. Em 25 de outubro de 2018, a Companhia adquiriu 100% da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("OH Sobrado"), com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva – CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 27 de abril de 2017 para a venda de energia elétrica referente a usina solar fotovoltaica OH Sobrado, localizada em Casa Nova, Bahia. A UFV OH Sobrado tem garantia física de 7,8MWmédio e potência total de 30MW. Em 21 de novembro de 2019, a Companhia adquiriu 100% das ações da Angico Energias Renováveis S.A. ("Angico") e da Malta Energias Renováveis S.A. ("Malta"). Ambas as empresas possuem Contrato de Energia de Reserva – CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em abril de 2016 para a venda de energia elétrica referente as usinas solar fotovoltaicas Angico e Malta, localizadas em Malta, Paraíba. As UFVs possuem garantia física de 6,7MW médio e potência total de 27MW. O Grupo possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Angico	PB	Malta	27	6,7	1º de agosto de 2017	31 de julho de 2037
Malta	PB	Malta	27	6,7	1º de agosto de 2017	31 de julho de 2037
UFV Esmeralda	PE	Agrestina	30	6,2	1º de novembro de 2018	31 de outubro de 2038
UFV OH Sobrado	BA	Casa Nova	30	7,8	1º de novembro de 2018	31 de outubro de 2038

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 28 de março de 2025. **(a) Capital circulante líquido:** A Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício de 2024 no montante de R$ 3.958 na controladora (2023 – R$ 4.454) na controladora). A companhia manteve forte geração de caixa além de melhorar substancialmente o controle de Capital de Giro e a preservação da liquidez. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** As controladas da Companhia firmaram Contratos de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo referido contrato as controladas da Companhia se comprometem a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE. Com base no contrato, as controladas da Companhia passaram a faturar valores fixos, mensais, correspondente ao valor definido em cada contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada são compensadas financeiramente a cada ano. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e energia contratada. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 25. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional do Grupo. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2024: • **Alteração ao IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. • **Alterações ao IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024: (a) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudanças climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável). **(b) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria – Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Proton Energy Participações S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Proton Energy Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 28 de março de 2025
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

FERTILIZANTES HERINGER S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88
Assembleia Geral Ordinária
Edital de Convocação

Ficam os Senhores acionistas da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia") convocados para participarem da Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia" ou "AGO") que será realizada, em primeira convocação, às **14:00h do dia 27 de abril de 2026**, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §3º, e artigo 28, §2º, ambos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital") e com prazo de cadastramento até o final do dia 25 de abril de 2026, conforme artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, a fim de apreciarem e deliberarem sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, conforme descritas abaixo. **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Apreciar o Relatório Anual da Administração, tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia e suas notas explicativas, apresentada em conjunto com o Relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Comitê de Auditoria, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) Definir o número de membros efetivos que comporão o Conselho de Administração da Companhia; (iii) Deliberar sobre a independência dos candidatos para os cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; (iv) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia [1]; e (v) Fixar a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. Nos termos do artigo 125 da Lei das S.A., para a instalação da Assembleia em primeira convocação, será necessário o comparecimento hábil de acionistas e/ou seus representantes legais, detentores de, pelo menos, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto. Caso o quórum acima não seja atingido, será divulgado novo edital de convocação informando a nova data para a realização da Assembleia em segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, devendo a Assembleia ser instalada nesta data com a presença de qualquer número de acionistas. A aprovação das matérias a serem apreciadas na Assembleia dependerá do voto afirmativo da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto presentes, não se computando os votos em branco, nos termos do art. 129 da Lei das S.A. **Instruções para Participação**: Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na assembleia geral: **(i)** se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil); **(ii)** se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; **(iii)** se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro. A participação do acionista será realizada de forma exclusivamente virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, sem prejuízo do envio de boletim de voto a distância, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM 81, nos termos do artigo 5º, inciso III e do artigo 28, §2º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o boletim de voto a distância; ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o boletim de voto a distância e que deseje votar na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância para tal, identificado por meio do número de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), serão desconsideradas. Para fins do artigo 5º, §4º da Resolução CVM 81, a Companhia optou pela realização da AGO de modo exclusivamente digital para promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos, sendo a prática já adotada pela Companhia em suas últimas assembleias. Conforme dispõe o artigo 28, § 1°, da Resolução CVM 81, o sistema eletrônico assegurará o envio prévio do boletim de voto a distância, registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos, assim como, na hipótese de participação a distância: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o seguinte link: (https://assembleia.ten.com.br/412955338), com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 25 de abril de 2026, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, ocasião em que deverão apresentar as seguintes informações: (i) nome, e-mail, telefone e número do documento de identificação do acionista, procurador ou representante legal, indicando orientação para a participação Ao Vivo do acionista ou representante e (ii) os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá uma mensagem de confirmação de que seu cadastro foi realizado com sucesso e poderá acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Para fins de cadastro prévio, os acionistas deverão enviar por meio do link da Plataforma Digital vias digitalizadas dos seguintes documentos: (1) cópia de documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; e (3) na hipótese de representação do acionista, cópia da procuração. Como documento de identidade, a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar por meio do link da Plataforma Digital, vias digitalizadas dos seguintes documentos: (1) cópia do contrato ou estatuto social; (2) cópia do ato societário de eleição do administrador (a) que comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b) outorgar a procuração para que o terceiro procurador represente a acionista pessoa jurídica na Assembleia; (3) cópia de documento hábil de identidade do representante. No caso de acionistas que forem fundos de investimento, o representante deverá apresentar ainda, por meio do link da Plataforma Digital, vias digitalizadas dos seguintes documentos: (1) cópia do último regulamento consolidado; (2) cópia da documentação que comprove os poderes do administrador ou gestor para representar o fundo em assembleias; (3) cópia da documentação referente à pessoa jurídica, na forma do parágrafo anterior, que comprove os poderes do representante do administrador ou gestor para representar o fundo de investimento; e (4) cópia de documento hábil de identidade do representante. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do website acima mencionado, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros. A Companhia ressalta que fica a cargo do acionista e representante a responsabilidade pela veracidade e integridade dos documentos apresentados, sujeitos a responderem pelo artigo 299 do Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 ("Código Penal"). A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica. O acesso à Assembleia será restrito aos acionistas e seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo e modo fixados neste Edital de Convocação. A Companhia ressalta que não serão aceitos cadastros, envio de novos documentos, ou mesmo reapresentações, após o encerramento do prazo previsto para cadastro. Sendo assim, é indicado ao acionista ou representante que utilize uma margem de **3 dias de antecedência** do encerramento do prazo para a realização do cadastro com a apresentação de toda a documentação solicitada. Dessa forma, em caso de pendências, o acionista ou representante terá mais tempo hábil para providenciar as pendências e se manter no prazo. **Boletim de Voto a Distância:** Caso o acionista opte pelo exercício do direito de voto através do boletim de voto a distância ("BVD") disponibilizado pela Companhia nos termos da Resolução CVM 81, o acionista poderá enviar o BVD por meio dos seguintes canais: (1) caso tenha ações de emissão da Companhia depositadas no Itaú Unibanco S.A., instituição financeira responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, transmitir as instruções de voto para o agente escriturador, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo mesmo, conforme informado no Manual para Participação na Assembleia; (2) caso tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, transmitir as instruções de voto (i) diretamente para a Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; ou (ii) para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia, conforme informado no Manual para Participação na Assembleia [2]; ou (3) diretamente à Companhia, por meio da Plataforma Digital, que será o único meio de envio do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia, excluída a possibilidade de envio por correio postal ou eletrônico, nos termos do artigo 27, § 7º, da Resolução CVM 81. Para mais informações, vide orientações e prazos constantes do Manual para Participação na Assembleia e do BVD. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto a distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM 81, bem como as orientações e prazos constantes do Manual para Participação na Assembleia e do BVD publicados pela Companhia. O Acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por meio do envio do Boletim diretamente à Companhia deverá fazê-lo por meio da Plataforma Digital, acessando o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/412955338, em até 4 (quatro) dias antes da data da AGOE, ou seja, até 23 de abril de 2026 (inclusive). O Acionista deverá: (i) acessar o endereço eletrônico mencionado acima; (ii) realizar o cadastro com login e senha únicos, indicando que deseja participar "via Boletim de Voto à Distância", acompanhado da documentação necessária, conforme explicado acima; (iii) preencher os campos de opções de voto na guia "ASSEMBLEIA"; e (iv) confirmar o seu voto. Em qualquer hipótese, o prazo para a entrega do BVD e de todos os documentos necessários não poderá ultrapassar o prazo limite para recebimento do BVD, qual seja, **23 de abril de 2026**. **Voto Múltiplo**: Em atendimento ao artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), devendo essa faculdade ser exercida pelos acionistas, por escrito, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGO, nos termos do parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das S.A. e do artigo 3° da Resolução da CVM n° 70, de 22 de março de 2022. Contudo, a administração da Companhia destaca a importância de que os eventuais pedidos de voto múltiplo sejam feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros. **Instalação do Conselho Fiscal.** Ainda, em atendimento ao artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para solicitação de instalação do Conselho Fiscal, nos termos do art. 161, § 2º, da Lei das S.A., é de 2% (dois por cento). As demais orientações e informações para a participação virtual na Assembleia, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.gov.br/cvm/pt-br), da B3 e da Companhia (https://ri.heringer.com.br/). Paulínia, 27 de março de 2026.

Nikolay Vasilchikov - Presidente do Conselho de Administração

[1] Em cumprimento com o artigo 5º da Resolução CVM 81, nos termos do artigo 141 da Lei 6.404/1976, combinado com o artigo 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, ou seja, até as 14 horas do dia 25 de abril de 2026. [2] O envio do BVD por meio da Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão dispensa a necessidade de credenciamento prévio do acionista.

Grupo Multi S.A.

CNPJ/MF nº 59.717.553/0001-02 - NIRE n.º 35.300.415.531
Código CVM n.º 02603-4 - *Companhia Aberta*
Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 24 de abril 2026

Grupo Multi S.A. ("Companhia"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º e 6º da Resolução CVM 81/2022 ("RCVM 81"), vem, por meio deste edital, convocar a assembleia geral ordinária e extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 24 de abril de 2025, às 8h00, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.811, 15º andar, Jardim América, CEP 01452-001, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer e relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iii)** a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iv)** a fixação do limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026; **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (v)** a ratificação da eleição do Sr. André Poroger como membro do Conselho de Administração da Companhia; **(vi)** a ratificação da assinatura do "Protocolo e Justificação de Incorporação da Lojas Multilaser – Comércio Varejista Ltda. pelo Grupo Multi S.A." ("Protocolo e Justificação"), que contém os termos e condições da incorporação da Multilaser – Comércio Varejista Ltda. ("Sociedade Incorporada") pela Companhia ("Incorporação"); **(vii)** a ratificação da nomeação dos peritos responsáveis ("Peritos") pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da Sociedade Incorporada, no âmbito da Incorporação ("Laudo de Avaliação"); **(viii)** a aprovação do Laudo de Avaliação; **(ix)** a aprovação da proposta de Incorporação, nos termos do Procolo e Justificação; **(x)** a aprovação do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia; **(xi)** a alteração do art. 1º do Estatuto Social da Companhia, de modo a alterar a sua denominação social; **(xii)** a alteração do art. 3º do Estatuto Social da Companhia para a inclusão de atividade complementar ao seu objeto social; **(xiii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, para refletir as alterações constantes nos itens (xi) e (xii) acima, se aprovadas; e **(xiv)** a autorização aos administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima, caso aprovadas. A administração da Companhia esclarece que, observados os respectivos prazos e procedimentos, os Senhores Acionistas poderão participar e votar na Assembleia por meio das seguintes formas disponibilizadas pela Companhia: **(a)** no sistema eletrônico para participação a distância na plataforma "*Ten Meetings*" ("Plataforma Digital"); e **(b)** via boletins de voto a distância. A Companhia entende que a realização da Assembleia em formato digital é a alternativa mais adequada para promover a ampla participação dos acionistas, independentemente de sua localização geográfica, facilitando o acesso às discussões e deliberações da Assembleia e garantindo maior inclusão e engajamento dos acionistas. Ademais, o formato digital da Assembleia contribui para a eficiência e sustentabilidade do processo, ao reduzir custos e impactos logísticos associados a deslocamentos e estruturas físicas. Os acionistas interessados em participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital deverão acessar o endereço eletrônico da Assembleia (https://assembleia.ten.com.br/066318535) e realizar o seu cadastro, impreterivelmente, até **2 (dois)** dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, **até 22/04/2026**, manifestando seu interesse em participar da Assembleia ("Cadastro"). Após realizar o Cadastro na Plataforma Digital, o acionista receberá, no e-mail cadastrado, uma confirmação do registro enviada pela própria Plataforma Digital, contendo as informações de acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso a participação ocorra por meio de procurador ou representante, este deverá seguir o mesmo procedimento de Cadastro, selecionando o perfil "Procurador/Representante de Acionistas PJ e PF". Em seguida, deverá registrar cada acionista representado e anexar os documentos que comprovem tanto a condição de acionista quanto a regularidade da representação. Após o Cadastro, a Companhia irá analisar a documentação apresentada, podendo, conforme o caso, solicitar que o acionista (ou seu representante) providencie a complementação dos documentos também até o dia **22/04/2026 (inclusive)**. Somente poderão participar da Assembleia aqueles que forem acionistas da Companhia, sendo que a titularidade das ações para tanto será a constante da base acionária disponibilizada pelo escriturador à Companhia na data da realização da Assembleia. A Companhia ressalta que o acesso à Assembleia por meio da Plataforma Digital será exclusivo para acionistas, seus representantes legais ou procuradores devidamente credenciados. A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo procurador/representante, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia. Nos termos do art. 126, da Lei das S.A., para participar da Assembleia, no momento do Cadastro, os acionistas deverão apresentar à Companhia, por meio da Plataforma Digital, cópias dos seguintes documentos: **(i)** caso o acionista seja pessoa física, cópia simples do documento de identidade (RG, RNE, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que com foto de seu titular); **(ii)** caso o acionista seja pessoa jurídica, cópia simples dos atos societários que comprovem a representação legal (conforme abaixo) e documento de identidade do representante; **(iii)** conforme aplicável (e nos termos abaixo), instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: **(a)** contrato social ou estatuto social, conforme o caso, consolidado e atualizado; e **(b)** os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista pelo administrador que **(b.i)** comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou **(b.ii)** assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. O representante legal também deverá encaminhar documento de identidade com foto. No tocante aos fundos de investimento, a sua representação caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento e na política de voto do respectivo fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento atualizado do fundo. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do art. 126, §1º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, sendo admitida a assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. Nota-se que, em se tratando de procurador, caberá a ele indicar o(s) respectivo(s) acionista(s) que irá(ão) representar. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado no Cadastro. Nesse sentido, o procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Vale mencionar que acionistas: **(a)** pessoas naturais somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, conforme o art. 126, §1º da Lei das S.A.; e **(b)** pessoas jurídicas poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM n.º RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização dos documentos dos acionistas expedidos no exterior, que deverão ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Nesse caso, fica o acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados. O acesso à Assembleia via Plataforma Digital estará restrito aos acionistas ou seus representantes legais ou procuradores que se credenciarem nos termos da presente Proposta. Login e senha individualizados de acesso serão cadastrados no próprio ato de Cadastro na Plataforma Digital, observado que a participação do acionista estará sujeita à verificação, pela Companhia, da regularidade dos documentos de representação, conforme acima informado. A Companhia ressalta que, as informações e documentos deverão ser encaminhados exclusivamente pela Plataforma Digital. Verificada a regularidade do Cadastro e validadas a condição de acionista e a regularidade dos documentos, o acionista devidamente credenciado (ou o seu representante) receberá confirmação do seu credenciamento para participação na Assembleia no endereço de e-mail informado no preenchimento do Cadastro. Caso o acionista credenciado (ou seu representante) não receba a confirmação de participação ou tenha dificuldades ou dúvidas em relação ao Cadastro, solicita-se entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@grupomulti.com.br, com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Na data da Assembleia, o acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o horário marcado para o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista na Assembleia, independentemente da realização do Cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. Caso os acionistas optem por manifestar seus votos a distância, deverão preencher os boletins de voto a distância, nos termos da RCVM 81, conforme orientações detalhadas acerca da documentação e procedimentos que constam nos boletins disponibilizado pela Companhia e na Proposta da Administração. A Companhia esclarece, por fim, que, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, acionista ou acionistas titulares de no mínimo 2% do capital social com direito a voto poderão requerer a instalação do Conselho Fiscal. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (https://ri.multilaser.com.br/), e foram enviados à CVM (https://gov.br/cvm) e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso à Plataforma Digital. São Paulo, 25 de março de 2026. **Alexandre Ostrowiecki,** Presidente do Conselho de Administração. (26, 27 e 28/03/2026)

Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 20.247.322/0037-58 – NIRE 35.300.465.369 – Companhia Aberta – Código CVM nº 02533-0

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 24 de abril de 2026

Allied Tecnologia S.A. ("Companhia"), vem pelo presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), e dos artigos 4º e 6º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") 81/22 ("RCVM 81"), convocar Assembleia Geral Ordinária e Extraodinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 24 de abril de 2026, às 10h30, de modo exclusivamente presencial, na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 22º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte Ordem do Dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária**: **1.1** as demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, bem como o relatório da administração e as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025; **1.2** a destinação do resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025; **1.3.** a fixação do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027; **1.4.** a eleição de membros ao Conselho de Administração da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027; **1.5** a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31/12/2026; e **2. Em Assembleia Geral Extraordinária: 2.1** a aprovação da alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social para atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em razão dos aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado; **2.2** aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia em razão da aprovação das deliberações anteriores; **2.3** a autorização para os Administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima, caso aprovadas. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando toda documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia da AGOE, com a justificativa para a sua realização no formato presencial, o boletim de voto a distância ("Boletim"), todos os demais documentos previstos na RCVM 81 e na Lei das S.A. e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto foram disponibilizados, nesta data, e encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da Companhia (http://ri.alliedbrasil.com.br). **Participação dos acionistas na AGOE:** Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 da Lei das S.A.: **(i)** pessoalmente; **(ii)** por seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos; ou **(iii)** via Boletim, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para o exercício do voto a distância constam do modelo de Boletim e do item 1.1.2 do Manual de Participação em AGOE da Allied Tecnologia S.A., os quais podem ser acessados nos websites da Companhia (https://ri.alliedbrasil.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). **Documentos necessários:** Os acionistas que desejem participar da AGOE, que será presencial, deverão enviar para o e-mail ri@alliedbrasil.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, preferencialmente até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data designada para a realização da Assembleia – ou seja, até o dia **22 de abril de 2026 (quarta-feira) –** os seguintes documentos: (i) quando pessoa física: documento de identidade com foto do acionista e, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário; (ii) quando pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que comprovem a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iii) quando fundo de investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas. A Companhia esclarece que, excepcionalmente, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para a sede social da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola, bastando o envio de cópia simples das vias originais para o e-mail da Companhia indicado acima. Os Boletins de voto à distância poderão ser enviados pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia; do escriturador das ações da Companhia; do depositário central; ou diretamente à Companhia, conforme disposto no item 1.2.4. do Manual de Participação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia e no modelo de Boletim, até **20 de abril de 2026**. Eventuais Boletins recebidos após essa data serão desconsiderados. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGOE, bem como a justificativa para a sua realização no formato presencial, constam do Manual de Participação em AGOE, que pode ser acessado nos websites da Companhia (http://ri.alliedbrasil.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). Nos termos dos artigos 3º e 4º da Resolução CVM 70/22, o percentual mínimo do capital votante da Companhia necessário à (i) requisição de adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% e (ii) requisição de instalação do Conselho Fiscal é de 2%. São Paulo/SP, 25 de março de 2026. ***Rafael Patury Carneiro Leão*** *– Presidente do Conselho de Administração.* (25, 26 e 27/03/2026)

Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 30.507.541/0001-71 - NIRE 35.300.574.095

Edital de Convocação

Pelo presente Edital de Convocação, o Sr. Maurício Caviglia, Diretor Presidente da Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.507.541/0001-71, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.574.095 ("Companhia"), nos termos do Artigo 124, da lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), convoca todos os acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Companhia, localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, à Alameda Rio Negro, nº 1.030, escritório 206, Condomínio Stadium, Bairro Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP: 06454-000, no próximo dia 08 de abril de 2026, às 10:00, em 1ª chamada, e às 11:00, em 2ª chamada, no mesmo dia e endereço, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) o aumento do capital social da Companhia; (ii) em se aprovando o item "i" acima, a alteração do Artigo 5º do Capítulo II do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a consolidação do estatuto social da Companhia. Barueri – SP, 26 de março de 2026. Maurício Caviglia - Diretor Presidente. (27, 28 e 31.03.2026)